



RBSE	v. 15	n. 45	Dezembro de 2016	ISSN 1676-8965
------	-------	-------	------------------	----------------

Sumário

Dossiê – Pessoaalidade e modos de vida	12
Dossiê Pessoaalidade e Modos de Vida – Apresentação	14
<i>Manuela Blanc (Organizadora)</i>	
Dissenso e fragmentação dos códigos pessoalizados de aliança: Fofocas, Bochichos e Outras Formas Cotidianas de Controle e Administração de Tensões em um bairro popular	21
<i>Mauro Guilherme Pinheiro Koury & Raoni Borges Barbosa</i>	
“Morador de Guarus”. _Categorias morais mobilizadas em situações de copresença na cidade de Campos dos Goytacazes.....	39
<i>Renan Lubanco Assis</i>	
Do 'atraso' e do 'desenvolvimento' como elementos do dilema da 'sociabilidade fechada' de Campos dos Goytacazes (RJ)	53
<i>Hernán Armando Mamani</i>	
Tensões e conflitos no transporte coletivo de Campos dos Goytacazes: Uma sociologia das filas de espera	65
<i>Jussara Freire & Ailton Gualande Junior</i>	
Las ciudades invisibles: Algunas lecciones teóricas y metodológicas surgidas del abordaje de aglomeraciones medianas y pequeñas en el límite de un <i>hinterland</i> metropolitano	82
<i>Gabriel D. Noel</i>	
“Para além das suas fronteiras”: pessoaalidade, conduta pública e trajetórias pequeno-urbanas	96
<i>Manuela Vieira Blanc</i>	
Traduções	112
O <i>self</i> e o subjetivo	114
<i>George Herbert Mead & Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury</i>	
“Torna-te o que tu és”	121
<i>Georg Simmel & Tradução de Raoni Borges Barbosa</i>	
Artigos	125
Representações de amor conjugal ou laços afetivos no <i>rap</i> brasileiro	127
<i>Sandra Mara Pereira dos Santos</i>	
Sobre emoções, imagens e os sentidos: estratégias para experimentar, documentar e expressar dados etnográficos.....	141
<i>Fabiene Gama</i>	

Corpos abjetos do lixo. Noções de ordem e higiene na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis	158
<i>Daniela Isabel Kuhn & Gilson Leandro Queluz</i>	
Resenha	171
A sociologia e a antropologia das emoções de Thomas Scheff: uma resenha	173
<i>Tarsila Chiara Santana & Jainara Gomes de Oliveira</i>	
Sobre os Autores	181

EDITOR E CONSELHO EDITORIAL
<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>
 RBSE - ISSN 1676-8965

. EDITORES: Mauro Guilherme Pinheiro Koury
 Raoni Borges Barbosa.

E-Mail: rbse@cchla.ufpb.br

.CONSELHO EDITORIAL.

Adrián Scribano (UBA/CONICET - Argentina)	Cornelia Eckert (UFRGS)	Marcela Zamboni (UFPB)	Simone Brito (UFPB)
Alain Caillé (Université Paris X/ M.A.U.S.S.)	Danielle Rocha Pitta (UFPE)	Maria Arminda do Nascimento Arruda (USP)	Thomas Scheff (University of California -USA)
Alda Motta (UFBA)	Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes (UFC)	Mariza Corrêa (UNICAMP)	Vera da Silva Telles (USP)
Alexandre Werneck (UFRJ)	Evelyn Lindner (University of Oslo - Noruega)	Myriam Lyns de Barros (UFRJ)	
Anderson Moebus Retondar (UFPB)	Jack Katz (University of California - USA)	Regina Novaes (UFRJ)	
Bela Feldman Bianco (UNICAMP)	Luiz Fernando D. Duarte (UFRJ)	Ruben George Oliven (UFRGS)	

GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções
Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Ciências Sociais
Cidade Universitária – João Pessoa – Paraíba
CEP : 58. 090-900
E-Mail: grem@cchla.ufpb.br

Edições do GREM, Abril de 2017

Expediente

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

RBSE ISSN 1676-8965

Editor: Mauro Guilherme Pinheiro Koury

A *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* é uma revista acadêmica do GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções. Tem por objetivo debater as questões de subjetividade e da categoria emoção nas Ciências Sociais contemporâneas.

The *RBSE - Brazilian Journal of Sociology of Emotion* is an academic magazine of the GREM - Group of Research in Anthropology and Sociology of Emotions. It has for objective to debate the questions of subjectivity and the category emotions in Social Sciences contemporaries.

Secretária RBSE. *Letícia Knutt*

E-Mail: rbse@cchla.ufpb.br

O GREM é um Grupo de Pesquisa vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba.

GREM is a Research Group at Department of Social Science, Federal University of Paraíba, Brazil.

Endereço / Address:

RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção
[Aos cuidados do Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury]
GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções
Departamento de Ciências Sociais/CCHLA/UFPB
CCHLA / UFPB – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária
CEP 58 051-970 · João Pessoa · PB · Brasil

Ou, preferencialmente, através do e-mail: rbse@cchla.ufpb.br

Or, preferentially, by e-mail: rbse@cchla.ufpb.br

RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção/ GREM –
Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções
/ Departamento de Ciências Sociais /CCHLA/ Universidade
Federal da Paraíba – v. 15, n. 45, Dezembro de 2016.

João Pessoa – GREM, 2016.

(v.1, n.1 – abril/Julho de 2002) - Revista
Quadrimestral ISSN 1676-8965

Antropologia – 2. Sociologia – 3. Antropologia das
Emoções – 4. Sociologia das Emoções – Periódicos – I. GREM
– Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das
Emoções. Universidade Federal da Paraíba

BC-UFPB
CDU 301
CDU 572

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA RBSE

RBSE - ISSN 1676-8965

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse.index.html>

E-Mail: rbse@cchla.ufpb.br

Normas para os autores

1. A *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, ISSN 1676-8965, é uma publicação quadrimestral, com lançamentos nos meses de abril, agosto e dezembro de cada ano.
2. A RBSE pode ser lida inteiramente, de forma gratuita, no site <http://www.cchla.ufpb.br/rbse.Index.html>.
3. Todos os artigos apresentados aos editores da RBSE serão submetidos à pareceristas anônimos conceituados para que emitam sua avaliação.
4. A revista aceitará somente trabalhos inéditos sob a forma de artigos, entrevistas, traduções, resenhas e comentários de livros. Exceto nos casos de dossiês e autores convidados ou artigos que o Coordenador do Dossiê ou o Conselho Editorial achar importante publicar ou republicar.
5. Os textos em língua estrangeira, quando aceitos pelo Conselho Editorial, serão publicados no original, se em língua espanhola, francesa, italiana e inglesa, podendo por ventura vir a ser traduzido.
6. Todo artigo enviado à revista para publicação deverá ser acompanhado de uma lista de até cinco **palavras-chave** e **keywords** que identifiquem os principais assuntos tratados e de um **resumo** informativo **em português**, com versão para o **inglês (abstract)**, com **400 palavras máximas**, onde fiquem claros os propósitos, os métodos empregados e as principais conclusões do trabalho.
7. Deverão ser igualmente encaminhados aos editores **dados sobre o autor** (filiação institucional, áreas de interesse, publicações, entre outros aspectos).
8. Os editores reservam-se o direito de introduzir alterações na redação dos originais, visando a manter a homogeneidade e a qualidade da revista, respeitando, porém, o estilo e as opiniões dos autores. Os artigos expressarão assim, única e exclusivamente, as opiniões e conclusões de seus autores.
9. Os artigos publicados na revista serão disponibilizados apenas on-line.

Toda correspondência referente à publicação de artigos deverá ser enviada para o e-mail da *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*: rbse@cchla.ufpb.br aos cuidados de Leticia Knutt.

Regras para apresentação de originais

1. Os originais que não estiverem na formatação exigida pela RBSE não serão considerados para avaliação e imediatamente descartados.
2. Os artigos submetidos aos editores para publicação na RBSE deverão ser digitados em Word, fonte Times New Roman 12, espaço duplo, formato de página A-4. Nesse padrão, o limite dos **artigos** será de **até 30 páginas** e **até 8 páginas para resenhas**, incluindo as notas e referências bibliográficas.
3. Citações com mais de três linhas, no interior do texto, devem se encontrar em separado, sem aspas, com recuo de 4 cm à direita, fonte Times New Roman 11, normal, espaçamento entre linhas duplo; e espaçamento de 6x6.
4. O arquivo deverá ser enviado por correio eletrônico para o e-mail rbse@cchla.ufpb.br aos cuidados de Leticia Knutt.

Notas e remissões bibliográficas

1. As notas deverão ser sucintas e colocadas no pé-de-página.
2. As remissões bibliográficas não deverão ser feitas em notas e devem figurar no corpo principal do texto.
3. Da remissão deverá constar o nome do autor, seguido da data de publicação da obra e do número da página, separados por vírgulas, de acordo com o exemplo 1:
Exemplo 1: Segundo Cassirer (1979, p. 46), a síntese e a produção pelo saber...
4. Usa-se o sobrenome do autor, quando no interior do parêntese, em minúscula, conforme o exemplo 2:
Exemplo 2: O eu que enuncia "eu" (Beneviste, 1972, p.32)...

Referências

1. As referências bibliográficas deverão constituir uma lista única no final do artigo, em ordem alfabética.
2. Deverão obedecer aos seguintes modelos:

a) Tratando-se de **livro**:

- Sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
- Título da obra (em *itálico*);
- Subtítulo, (*também em itálico*);
- N° da edição (apenas a partir da 2ª edição);
- Local de publicação, seguido de dois pontos (:);
- Nome da editora;
- Data de publicação.

Exemplo: BACHELARD, Gaston. *La terre et les rêveries de la volonté*. Paris: Librairie José Corti, 1984.

1. Tratando-se de **artigo em revistas**:

- Sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
- Título do artigo sem aspas;
- Nome do periódico por extenso (em *itálico*);
- Volume e n° do periódico (entre vírgulas);
- Páginas do artigo (ex: p. 15-21);
- Data da publicação.

Exemplo: CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Revista Dados*, v. 27, n. 1, p.1-15, 1984.

2. Tratando-se de **artigo em coletâneas**:

- Sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
- Título do artigo;
- In:
- Nome do autor ou autores da coletânea seguido por (Orgs);
- Título e subtítulo da coletânea *em itálico*;
- N° da edição (a partir da 2ª edição);
- Local da publicação seguido de dois pontos (:);
- Nome da editora;
- Páginas do artigo;
- Ano da publicação.

Exemplo: DIAS, Juliana Braz. Enviando dinheiro, construindo afetos. In: Wilson Trajano Filho (Org.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. 2ª edição. Brasília: ABA Publicações, p. 47-73, 2012.

3. Tratando-se de **artigos em revistas online**:

- Sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
- Título do artigo sem aspas;
- Nome do periódico por extenso (em *itálico*);
- Volume e n° do periódico (entre vírgulas);
- Páginas do artigo se houver (ex: p. 15-21);
- Data da publicação
- Endereço do site
- Quando se deu a consulta.

Exemplo: FERRAZ, Amélia. Viver e morrer. *Revista online de comunicação*, v. 10, n. 20, p. 5-10. www.revistaonlinedecomunicação.com.br (Consulta em: 20.06.2015).

4. Tratando-se de **teses, dissertações, TCCS e relatórios**:

5.

- Sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
- Título da obra (em *itálico*);
- Subtítulo, (*também em itálico*);
- Tese; Dissertação, etc.;
- Local de publicação, seguido de dois pontos (:);
- Nome do Programa e Universidade;
- Ano

Exemplo: BARBOSA, Raoni Borges. *Medos Corriqueiros e vergonha cotidiana: uma análise compreensiva do bairro do Varjão/Rangel*. Dissertação. João Pessoa: PPGA/UFPB, 2015

Nota geral para as referências

1. Artigo, livro, coletânea, ensaio com mais de um autor: com até dois autores:
 - Sobrenome do autor principal (em letras maiúsculas), seguido do nome e ponto e vírgula (;)
 - A seguir, o nome e sobrenome do segundo autor.
2. Artigo, livro, coletânea, ensaio com mais de dois autores:
 - Sobrenome do autor principal (em letras maiúsculas), seguido do nome e, após, et al.

Quadros e Mapas

1. Quadros, mapas, tabelas, etc. deverão ser enviados em arquivos separados, com indicações claras, ao longo no texto, dos locais onde devem ser inseridos.
2. As fotografias deverão vir também em arquivos separados e no formato **jpg ou jpeg** com resolução de, pelo menos, 100 dpi.

Norms to manuscripts' presentation

The **RBSE** is a review published every April, August and December with original contributions (articles and book reviews) within any field in the Sociology or Anthropology of Emotion. All articles and reviews will be submitted to referees. Every issue of **RBSE** will contain eight main articles and one to three book reviews. All manuscripts submitted for editorial consideration should be sent to **GREM** by e-mail: rbse@cchla.ufpb.br

Manuscripts and book reviews typed one and half space, should be submitted to the Editors by e-mail, with notes, references, tables and illustrations on separate files. The author's full address and the institutional affiliation should be supplied as a footnote to the title page. Manuscripts should be submitted in Portuguese, English, French, Spanish and Italian, the editors can translate articles to Portuguese (RBSE's main language) in the interest of the journal.

Articles should not exceed 30 pages double-spaced, including notes and references. Reviews should not exceed 8 pages double-spaced and notes and references included.

Dossiê – Pessoaalidade e modos de vida

BLANC, Manuela. Dossiê Pessoaalidade e Modos de Vida – Apresentação. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.15, n. 45, p. 13-20, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965

DOSSIÊ

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Dossiê Pessoaalidade e Modos de Vida – Apresentação

Dossier Pessuality and Modes of Life – Presentation

Manuela Blanc (Organizadora)

Resumo: A organização do dossiê *Pessoaalidade e Modos de Vida* foi inspirado por reflexões que se dedicam a tomar a própria urbanidade por objeto, seja partindo de contextos empíricos de médio ou pequeno porte, seja conferindo destaque à diversidade dos modos de vida urbanos, suas nuances ou contraposições. Este dossiê visa conferir centralidade ao caráter relacional com que a proximidade e o distanciamento se conjugam na pragmática das experiências cotidianas em sua diversidade, buscando o refinamento das possibilidades analíticas dos modos de conduta públicos entremeados por conexões intersubjetivas entre os atores em copresença. **Palavras-chave:** pessoaalidade, modos de vida urbanos, cotidiano, caráter relacional

Abstract: The organization of the dossier *Pessuality and Modes of Life* was inspired by reflections that are dedicated to taking the urbanity itself by object, whether from medium or small empirical contexts, or by highlighting the diversity of urban ways of life, their nuances or counter positions. This dossier aims to give centrality to the relational character with which proximity and distance are combined in the pragmatics of daily experiences in their diversity, seeking to refine the analytical possibilities of public modes of conduct interspersed with intersubjective connections between the actors in co-presence. **Keywords:** pessuality, urban ways of life, daily, relational character

A organização do dossiê *Pessoaalidade e Modos de Vida* foi inspirado por reflexões que se dedicam a tomar a própria urbanidade por objeto, seja partindo de contextos empíricos de médio ou pequeno porte, seja conferindo destaque à diversidade dos modos de vida urbanos, suas nuances ou contraposições. Por outro lado, visa-se conferir centralidade ao caráter relacional com que a proximidade e o distanciamento se conjugam na pragmática das experiências cotidianas em sua diversidade, buscando o refinamento das possibilidades analíticas dos modos de conduta públicos entremeados por conexões intersubjetivas entre os atores em copresença.

Pessoaalidade, discriminação ou conhecimento mútuo, proximidade... Aqui se apreende que a predominância de uma cultura subjetiva está dada em definições de situação pautadas em um regime de familiaridade. Nessas situações, a propriedade contextualmente atribuída aos agentes se caracteriza por um engajamento cuja dinâmica depende fortemente de indícios pessoais ou locais (THÉVENOT, 2006). Familiaridade, ou proximidade intersubjetiva, portanto, no que se refere aos demais atores em co-presença, ao espaço de sociação ou a tipicidade da situação, mas, sobretudo, ao *modus operandi* do processo de sociação. A definição de tal quadro,

finalmente, responde a referenciais compartilhados e colocados em movimento pelos atores em copresença e se reflete em seus agenciamentos.

Prado destaca a “*marca da personalidade como um definidor do modo de vida da cidade pequena brasileira*” (1998, p. 31). Analisando a cidade de Cunha, região do Alto Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, a autora identifica que a lógica da personalidade é marcada pelo fato de a maioria das pessoas se conhecer, ou se reconhecer: saber *com quem se fala* ou *com quem se está falando*, em referência aos estudos de Roberto Da Matta (1997).

Estudos indicam, por outro lado, como tais fenômenos podem ser identificados nos bairros de grandes cidades. Em sua análise dos conflitos no interior de um bairro estigmatizado de João Pessoa, Barbosa evidencia que a “*intensa personalidade, presente como proximidade física e social consideráveis, encontra na disposição arquitetônica do residencial um mecanismo de ressonância para o ver e ser visto de forma quase que ininterrupta*” (2014, p.9). Ele demonstra como a manutenção da *linha* de cada morador, em sua apropriação do conceito de manutenção da face (GOFFMAN, 1975), implica em custos sociais e emocionais, bem como em práticas de evitação realizadas mutuamente e com o objetivo de administrar tal exposição mútua e suas possíveis consequências.

Diferentes autores identificarão, direta ou indiretamente, indícios semelhantes e em diferentes contextos: os efeitos da proximidade ou do sentimento de familiaridade entre pessoas e lugares como recurso acionado coletiva, e não apenas individualmente, incidindo mais ou menos incisivamente em modos de conduta pública efetivados, suas avaliações ou justificações¹.

Em trabalhos anteriores, destacou-se como o compartilhar de um estoque de conhecimento mútuo é capaz de vincular os atores individuais em copresença a filiações amplamente reconhecidas: as famílias, ou redes de relações que integram (BLANC, 2013 a, 2013b²). Tais dados de observação sugerem a complexidade com que tais carreiras sociais se constituem, em consonância com os escritos de Freyre (2013) quanto ao caráter possivelmente extensivo dos status das famílias patriarcais com relação aos seus apadrinhados, ao menos em caráter relativo, bem como com os indícios levantados por Da Matta (1997), quanto à possibilidade de que os *inferiores estruturais*, segundo seus termos, acionem estratégias de identificação vertical, mediatizando o uso de fórmulas autoritárias de diferenciação. Os sobrenomes de família, quando *notórios*³ ou amplamente reconhecidos, demonstram potencial em enquadrar seus membros, mas esse é apenas um referencial passível de ser acionado nesse processo, pois também diz respeito a mais do que laços de sangue.

Nos contextos observados, essas *cadeias de reputação* participam do processo de enquadramento dos atores na situação a partir de referenciais coletivamente

¹ Destaco especialmente como Eilbaum (2012) se debruça sobre o protagonismo do lugar como constructo agregador de um imaginário coletivo ao qual são atribuídas versões e acusações a respeito da vida doméstica dos seus moradores, que seriam ainda espalhados pelo “bairro” na forma de rumores, fofocas e dizeres, incidindo sobre a atuação do Poder Judiciário na consideração de tais conflitos.

² O artigo “*De qual família você é?*” *Cidades de médio e pequeno porte e rituais de interação*, a ser publicado em coautoria com Renan Assis no livro *Moralidades em Cidades da Periferia* (Organizado por Jussara Freire, Luiz Antônio Machado da Silva, Gabriel Noel e Natália Bermudez com auxílio do edital APQ3 - Faperj) ainda se encontra em processo de editoração. Com foco nos modos de conduta pública observados em contextos de diferentes dimensões, este estudo comparativo por contrastes centra-se sobre rituais de interação face a face em contextos cognitivos marcados por uma alta personalidade.

³ Cunhado em oposição à noção de anonimato, tal conceito visa dar conta de uma condição cidadina marcada pelo engajamento a um regime no qual o conhecimento mútuo é também um valor capaz de conferir uma posição diferenciada aos atores em copresença. Tal atitude se apresenta como a *quebra com a atitude blasée, é fruto do exercício de discriminação, incidindo sobre aquele que percebe, bem como sobre aquele que é percebido* (BLANC, 2013a: 14).

estabelecidos, em caráter indexical, e são reajustadas durante os processos de sociação. Tal conhecimento mútuo, portanto, refere-se a um estoque de conhecimento compartilhado sobre redes de filiação, tomadas como quadros de referência e enquadramento, mais do que sobre pessoas, individualmente. O *reconhecer* potencializa o *conhecimento* mútuo, articulando pessoas a um repertório de informações sobre as redes às quais são passíveis de serem vinculadas. É, finalmente, no espaço aberto de fluxos e circulações que os efeitos do (des)conhecimento mútuo será potencialmente sentido e a notoriedade, ou o anonimato, possivelmente experimentados.

Define-se como público uma coletividade puramente espiritual, disseminada, de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é mental (TARDE, 1992). E os espaços públicos como as diversas *situações rotineiras e quotidianas nas quais se constituem interações regidas pelas regras da visibilidade mútua*, assim como define Freire (2005: p. 44). Com base no próprio Goffman (2010), locais públicos assim se constituem como espaços de fluxos e de encontros, de estabelecimento de relações de copresença e que são abertos e acessíveis por definição, mesmo que a sua acessibilidade possa ser objeto de contestação, sobretudo no que se refere aos seus usos e significados.

Dado que o público é constituído publicamente, que a sua composição é relativamente irrestrita e caracterizada pela amplitude de variabilidade, é razoável supor que tal arranjo se defina pelo caráter genérico dos seus membros⁴.

O caráter público de um contexto é apreendido por diferentes autores como um contexto marcado pela impessoalidade, desde as reflexões simmelianas sobre a metrópole (SIMMEL, 1979) até as análises goffmanianas sobre os comportamentos em lugares públicos (GOFFMAN, 2010), e assim aplicado em estudos mais recentes. Parte-se do princípio de desconhecimento mútuo como inferência lógica a tais definições de situação, dadas as implicações de uma noção de público como um conjunto indiscriminado de atores em co-presença para a constituição cognitiva de experiências em comum.

A figura do anônimo aparece como a representação abstrata dos atores individuais presentes em tais contextos de sociação, o membro típico-ideal dos ajuntamentos assim caracterizados: um ordinário, *um zé ninguém* (BLANC, 2013a). Esses constructos, no entanto, não definem o caráter do contexto, isto é, não é o traço genérico (ou personalizado) dos seus membros que constitui o público presente ou confere ao contexto o caráter de espaço público. Desse modo, é possível aos atores se apropriarem desses espaços em função de variadas definições da situação: é propriamente isto o que confere a um contexto de interação o caráter de semipúblico, nos termos de Goffman (2010). Ao mesmo tempo, se tomada como questão de pesquisa a ordem normativa que vale para além do interior de unidades de interação, parafraseando o autor, ou seja, os quadros de referência ou modos de conduta que caracterizam comportamentos em lugares públicos, o contexto de observação, aqui analisado como um exemplar entre os possíveis, confere destaque para a complexidade

4Mesmo as definições de esfera pública – centradas na dimensão deliberativa do público - só fazem sentido a partir desta concepção, que diferencia público e privado segundo padrões de engajamento mútuo, o que pode ser observado em Hanna Arendt em termos da distinção entre “as esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado” (ARENDR, 2000, p. 37), como em Habermas (2002), se considerada a sua preocupação quanto à colonização do mundo da vida na modernidade, fenômeno que incide sobre as formas de entendimento mútuo e, portanto, cooperação. O público como comunidade abstrata, neste sentido, pressuporia imparcialidade, um tipo de engajamento pautado em uma mutualidade genérica, caso contrário, se perde o seu potencial de mobilização. Mesmo do ponto de vista da constituição de arenas públicas como formas de engajamento mútuo, concepção interessada nos processos de constituição do público que levam em conta os processos de sociabilidade como ferramentas à constituição do sentimento de coletividade, a intersubjetividade inerente ao potencial de agenciamento coletivo (CEFAÍ et al, 2011).

com que se constituem as mais diversas condições citadinas. Parte-se, portanto, de uma proposta que seja capaz de reconhecer a variedade de urbanismos e sua diferença interna (assim como o proposto por HANNERZ, 2015).

Parte-se do princípio, portanto, de que a proeminência da personalidade, que está dada na definição da situação, incide sobre a sua avaliação por parte dos atores, refletindo representações e modos de conduta. Sendo assim, espaços públicos de socição podem ser definidos como contextos de intensa personalidade, porque são assim constituídos, sejam em seu esquema primário, seja a partir da tonalização que recebem⁵.

Quando esses processos se constituem como experiências compartilhadas, mais do que simples ajuntamentos entre atores individuais, estabelece-se um espaço público marcado pela personalidade como modo de conduta. A circularidade, o dinamismo ou a abertura culminam em processos de discriminação mútua, e não necessariamente impessoalidade, assim como o destacado anteriormente (BLANC, 2013b).

Mais do que situar tais adequações à apreensão do(s) contexto(s) pequeno-urbanos, percebê-la como uma adaptação à(s) múltipla(s) realidade(s) brasileira(s), ou retomar a velha dicotomia rural-urbano, propõe-se conferir destaque para a complexidade da “realidade social” e às gradações de proximidade e distância que caracterizam a diversidade de definições que o próprio conceito de espaço público pode apresentar, em termos de estoques de experiências compartilhadas ou enquadramentos da experiência social.

Não é o desconhecimento mútuo que define um espaço como público, podendo esse apresentar, portanto, modos de conduta que variam da intensa personalidade à indiscriminação absoluta, passando por experiências relativas de anonimato, assim como o destacado por Machado da Silva e Velho (1977). Fala-se aqui de uma questão de gradação, mais do que de caracterização estrita. Além disso, sugere-se que a proeminência de um quadro cognitivo ou outro é relativa ao grau de (re)conhecimento mútuo entre grupos de atores em copresença e o seu reflexo na constituição dos quadros de referência compartilhados ou de suas tonalizações.

Se inserir-se na situação em um espaço público é tornar-se visível, essa exposição pública pode inferir sobre os modos de atuação, conferindo sentido aos posicionamentos. Dessa forma, observou-se como práticas de circulação podem corresponder a um fim em si mesmo, o ver e ser visto se constituindo como a forma social a partir da qual emergem e se atualizam conteúdos comuns. A atualização dos quadros de atuação se dá através da atualização dos repertórios compartilhados de significados sobre os atores e as redes de relações às quais pertencem. Tais dados favorecem a reconstituição dos processos através dos quais os referenciais objetivos que definem tais quadros que, portanto, emergem de conteúdos intersubjetivamente produzidos, se concretizam na vida prática (BLANC, 2013b).

Cabe refletir mais intensamente sobre os efeitos de tais práticas de circulação em diferentes níveis de proximidade, bem como sobre os diferentes modos como são experimentados por diferentes atores, segundo as posições especificamente ocupadas em dada situação ou no interior de suas cadeias de reputação em construção.

Esta coletânea foi inspirada por reflexões sobre modos de conduta pública observados em contextos cognitivos marcados pela proeminência de uma cultura subjetiva. A composição desse conjunto de reflexões partiu dos interesses demonstrados pelos seus autores no desenvolvimento das suas próprias agendas de pesquisa, mais ou

⁵Enquanto os primeiros são definidos por Goffman (2012) como esquemas de interpretação, cuja aplicação é mais imediata e completa, em uma dada cultura, as tonalizações que recebem tratam de um conjunto de convenções que partem das atividades, transformando tais esquemas ou conferindo-lhes novos *tons*.

menos autônomas entre si. Cada um dos trabalhos que compõem este conjunto é fruto de reflexões de conhecimento mútuo. Os argumentos que os fundamentam foram reciprocamente questionados e debatidos, em ao menos um dos seus aspectos, pelos demais autores aqui presentes⁶.

A partir de um lócus de observação marcado por processos conflitivos e de desqualificação mútua, Raoni Barbosa (2014, p. 18) identifica como o exercício do anonimato, da privacidade e do individualismo *são suplantados pela fofoca, pelo controle social, pelo constrangimento que a alteridade impõe ao indivíduo sempre reconhecido e capturado na hierarquia do sistema de posições do bairro e do residencial* por ele analisados. Compartilhando um mesmo espaço de observação, Mauro Koury (2016) confere destaque para os efeitos do constrangimento e da vergonha no cotidiano dos moradores desses bairros populares, fronteiriços da cidade de João Pessoa, Paraíba. Reconstitui, deste modo, os processos de mobilização e ruptura moral dessas comunidades de moradores, pautadas, inicialmente, na gratidão e confiança e, progressivamente, em revolta e desconfiança, conferindo destaque para a intensa pessoalidade com que se estabelecem seus laços sociais e os seus efeitos para as formas de controle social vigentes neste contexto.

Para este dossiê, os autores conjugam as forças e realizam uma análise genealógica dos processos de ocupação urbana dessa área periférica, destacando a emergência de conflitos entre gerações de moradores/grupos de ocupantes do bairro. No artigo *Dissenso e fragmentação dos códigos pessoalizados de aliança: Fofocas, Bochichos e Outras Formas Cotidianas de Controle e Administração de Tensões em um bairro popular*, Koury e Barbosa destacam as formas como a gestão compartilhada do bairro se constrói temporalmente, o controle mútuo apresentando diferentes níveis e fases, desde o controle interno entre vizinhos, até as ações de interferência estatal (urbanística/policial). Experimentando uma inserção urbana marcada pela vergonha e constrangimento, bem como pela segregação moral, os moradores se dividem, assim, em disputas pelo renome do bairro como empreendimento moral e coletivo, problema público compartilhado como estratégia de inserção do bairro na cidade. Neste processo, disputam entre si suas próprias reputações, se acusando mutuamente como forma de eximir-se individualmente dos males vivenciados coletivamente.

Em sua tese de doutorado, recém defendida, Renan Assis (2016) analisa com o aparato de um extenso trabalho etnográfico, que contou ainda com uma criteriosa pesquisa documental e de conteúdo midiático, os processos sócios históricos de desqualificação moral dos moradores de Guarus, o maior distrito da cidade de Campos dos Goytacazes, na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Em *“Morador de Guarus”: categorias morais mobilizadas em situações de copresença na cidade de Campos dos Goytacazes*, o autor analisa a cartografia moral desta área segregada, remontando os processos de acusação mútua direcionados progressivamente às sucessões de populações que habitam a região. Demonstra, deste modo, como o desconhecimento mútuo ou falta de familiaridade entre grupos de migrantes em direção a esta área da cidade, bem como a não assimilação destes novos fluxos de moradores pela cidade mais ampla, incide sobre a sua desqualificação moral, tornando-os inimigos internos, segregados geográfica e moralmente. Se o habitar uma área da cidade enquadra estes cidadãos, dotando-os potencialmente de símbolos de estigma, do ponto

⁶Encontros estes mediados, sobretudo, pelo *Grupo de Trabalho Moralidades em Cidades da Periferia*, coordenado por Jussara Freire, Gabriel Noel, Luiz Antônio Machado da Silva e Nathalia Bermudez e ocorrido no Congresso Argentino de Antropologia Social, em 2012, na Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2013, Córdoba, Argentina e no XI Congresso Argentino de Antropologia Social, 2014, Rosário, Argentina.

de vista externo, a inventividade do autor o permite atentar, também, para a produção interna de símbolos de prestígio, posição esta construída através do conhecimento mútuo e estratégias coletivas de classificação moral que os enquadram entre si, em seus cotidianos compartilhados.

Em *Do 'atraso' e do 'desenvolvimento' como elementos do dilema da 'sociabilidade fechada' de Campos dos Goytacazes (RJ)*, Hernan Mamani aciona todo o seu conhecimento acumulado em pesquisas e orientações em torno da configuração socioeconômica da região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro em um diagnóstico das representações locais sobre o “atraso” e o “desenvolvimento” da cidade de Campos dos Goytacazes. O autor descreve e interpreta “a gramática do atraso e do desenvolvimento mobilizada tanto pela imprensa, quanto por ‘nativos’ e ‘estrangeiros’, para explicar a decadência econômica e social da cidade fluminense de Campos dos Goytacazes”. Audaciosamente, o autor propõe uma análise capaz extrapolar o lugar comum na avaliação do desenvolvimento regional, conferindo destaque para a centralidade da sociabilidade urbana cotidiana observada na cidade, e em comparação com outros contextos, conferindo destaque para o seu caráter fechado com que se constitui, marcada pela indiferença aos estrangeiros e pela autodepreciação. Centra-se, desse modo, no dilema moral identificado entre a ambição por desenvolvimento e o cultivo de uma sociabilidade restrita a pequenos círculos, evidenciando as contradições de uma busca por uma modernização econômica que não abre mão da preservação da estrutura social local, bem como pelo estabelecimento e manutenção de laços de confiança restritos aos laços de proximidade.

Entre os estudiosos que tomam o contexto da cidade de Campos dos Goytacazes como espaço de observação se somam Jussara Freire e Ailton Gualande Junior. Em *Tensões e conflitos em filas do transporte coletivo em Campos dos Goytacazes*, os autores se debruçam sobre os conflitos vivenciados em filas de ônibus. Como em um contraste, os autores nos permitem conectar as demais reflexões aqui presentes conferindo destaque para um contexto marcado por uma ordem complexa e por lógicas de diferenciação entre usuários do serviço público. Ordem esta que é impessoal e cujos conflitos são marcados pelo acionamento de uma gramática mercantil. Ao ressaltarem a vulnerabilidade da experiência cidadina em situação de desconhecimento mútuo e as competências desenvolvidas por diferentes atores, com diferentes direitos, em função do acesso aos serviços de transporte público, os autores apontam para uma evitação política no que tange às tematizações do transporte urbano nesta cidade. Em tais situações, os momentos críticos são superados por ajustamentos e negociações entre os atores presentes nas situações de conflito e indignação, com acusações direcionadas mutuamente entre usuários, fiscais e funcionários das empresas de ônibus, apontando para um *distanciamento dos usuários da arena de problematização do transporte de Campos*, em suas palavras, ou para a ausência de um potencial de publicização das demandas dos usuários dos serviços de transporte público na cidade.

Remontando uma densa bibliografia e, sobretudo, os esforços assumidos coletivamente pelos membros do Núcleo de Estudos Urbanos (IDAES-UNSAM/CONICET), em *Las Ciudades Invisibles. Algunas Lecciones Teóricas y Metodológicas surgidas del Abordaje de Aglomeraciones Medianas y Pequeñas en el Límite de un Hinterland Metropolitano*, Gabriel Noel traça todo um programa de investigação. Se contrapondo à velha oposição entre “rural” e “urbano” e denunciando as distorções que tais propostas dualistas produzem, o autor propõe o estabelecimento de um marco teórico metodológico capaz de dar conta da análise das aglomerações médias e pequenas dos diversos processos de incorporação nos quais estão envolvidos

com relação às *suas metrópoles*. Partindo dos resultados obtidos em pesquisas realizadas em localidades da costa meridional do Rio da Prata, o autor confere destaque para a complexidade com que se constituem as relações entre estas pequenas e médias cidades e a sua metrópole de maior proximidade e influência. Estas “aglomerações anômalas”, segundo os seus termos, inspiram justamente por colocarem em questão os paradigmas até então vigentes, seja em termos classificatórios ou analíticos, motivando todo um exercício de redefinição dos próprios pressupostos teórico-metodológicos, aqui exaustivamente contrapostos pelo autor.

Finalmente, encerramos esse conjunto de textos com uma das mais recentes reflexões de sua organizadora: em “*Para além das suas fronteiras*”: a *personalidade e seus efeitos a partir de trajetórias pequeno-urbanas* são analisados os efeitos de um regime de discriminação mútua para a construção de carreiras morais e os seus impactos sobre trajetórias individuais. Remontando os esforços de pesquisa que têm como cenário os modos de conduta públicos observáveis entre habitantes de um pequeno aglomerado urbano, objetiva-se analisar os processos e sentidos em torno das práticas de circulação intermunicipal observadas. Alguns interlocutores informais de pesquisa são acompanhados, através das fronteiras da sua realidade cotidiana, em um exercício analítico que remonta seus fluxos e redes de relações, cruzando aspectos significativos das carreiras morais que construíram como membros de diferentes cadeias de reputação e as experiências vividas a partir dos descaminhos de suas trajetórias individuais.

Este dossiê se apresenta, finalmente, como um convite ao diálogo e à reflexão conjunta, assumindo, humildemente, a honra em disponibilizar estes textos com a certeza de que se apresentam como contribuições grandiosas por si mesmas e de que compõem uma bela obra em seu conjunto, graças às contribuições de seus generosos autores.

Bibliografia

ARENDDT, Hanna. *A condição humana*. 10º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ASSIS, Renan. *Morador do lado de lá e morador do lado de cá: categorias morais presentes na interação entre moradores do bairro de Custodópolis e moradores dos bairros situados na margem direita do Rio Paraíba do Sul, na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ*. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016.

BARBOSA, Raoni Borges Insulto Moral e Quebra de Confiança em Relações de Intensa Pessoaalidade. In: *Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2014. Disponível em: correio.uv.br/owa/auth.owa, acessado em outubro de 2015.

BLANC, Manuela. *A sociabilidade e o lazer erótico como forma social nos contextos urbanos das cidades do Rio de Janeiro e Paris*. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2013a.

BLANC, Manuela. Aonde ninguém é Zé Ninguém: a experiência cidadina na pequena cidade, a notoriedade compartilhada e suas as repercussões sobre um modo de vida "urbano". *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*, 2013b.

CEFAÏ, Daniel; Berocan, Felipe Veiga e Fábio Reis Mota (Orgs). Apresentação. In: Daniel; Berocan Cefai; Felipe Veiga e Fábio Reis Mota (Orgs). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 2011

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 5º edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

EILBAUM, Lucía. “*O Bairro Fala*”: conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 2012.

FREIRE, Jussara. *Sensos do Justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Tese. (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Instituto Universitário do Rio de Janeiro (IUPERJ), 2005.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1975.

GOFFMAN, E. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2002.

KOURY, Mauro. *Quebra de Confiança e Conflito entre iguais: Cultura Emotiva e Moralidade em um bairro popular*. Caderno do GREM n. 9. Recife: Ed. Bagaço; João Pessoa: Edições do GREM, 2016.

MACHADO DA SILVA, L. A. e VELHO, Gilberto. *Organização social do meio urbano*.

Anuário Antropológico 76. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

PRADO, Rosane M. Cidade Pequena: paraíso e inferno da personalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, (4): 31-56, 1998.

SIMMEL, George A metrópole e a vida mental. In: Otávio Guilherme Velho (Org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

THÉVENOT, Laurent. *L'Action au pluriel. Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: Éditions la Découverte, 2006.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro & BARBOSA, Raoni Borges. Dissenso e fragmentação dos códigos pessoais de aliança: fofocas, bochichos e outras formas cotidianas de controle e administração de tensões em um bairro popular. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.15, n. 45, p. 21-37, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965

DOSSIÊ

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Dissenso e fragmentação dos códigos pessoais de aliança: Fofocas, Bochichos e Outras Formas Cotidianas de Controle e Administração de Tensões em um bairro popular

Dissent and fragmentation processes of alliance codes: Gossip, rumors and other daily forms of control and administration of tensions in a popular neighborhood

*Mauro Guilherme Pinheiro Koury
Raoni Borges Barbosa*

Resumo: Este artigo discute a convivência entre moradores de um bairro popular da cidade de João Pessoa, Paraíba. A base de reflexão se apoia em uma pesquisa de campo desenvolvida na capital paraibana para um projeto maior sobre medos corriqueiros e a construção imaginária das cidades no Brasil, a partir de entrevistas e histórias de vida dos moradores do bairro do Varjão, também nominado Rangel, pelos moradores e conhecido pelo alto índice de violência e pela pobreza dos seus habitantes. Interessa compreender as formas intensas de interação entre os moradores e as possibilidades de controle social e de administração das tensões resultante deste processo e o seu uso no cotidiano do bairro: seus conflitos, formas de gestão e gerenciamento, mobilização política, choque entre forças locais e os regimes de subjetividade que daí emerge. A análise se apoia nas entrevistas com moradores de um conjunto de ruas, e na visão dessas

peças sobre os outros moradores da rua e, por extensão, do bairro e da cidade como um todo. **Palavras-Chave:** medos corriqueiros, Brasil urbano contemporâneo, cidade de João Pessoa – Paraíba, controle social e administração cotidiana de conflitos, bairro do Varjão/Rangel

Abstract: This article discusses the coexistence among residents of a popular neighborhood in the city of João Pessoa, Paraíba. The basis for reflection is based on a field research developed in the same city for a larger project about everyday fears and the imaginary construction of cities in Brazil, based on interviews and life stories of residents of the neighborhood of Varjão, also nominated Rangel, and which is known for its high level of violence and the poverty of its inhabitants. It seeks to understand the intense forms of interaction between residents and the possibilities of social control and management of tensions resulting from this process and their use

in the daily life of the neighborhood: their conflicts and management forms, political mobilization and the regimes of subjectivity that emerges from these interactions. The analysis is based on interviews with residents of a set of streets, and on the view of these people

on the other residents of the street and, by extension, the neighborhood and the city as a whole. **Keywords:** everyday fears, urban contemporary Brazil, city of João Pessoa - Paraíba, social control and daily administration of conflicts, neighborhood of Varjão/Rangel

Este artigo* discute a convivência entre moradores de um bairro popular da cidade de João Pessoa, Paraíba. A base de reflexão se apoia em uma pesquisa de campo desenvolvida na capital paraibana para um projeto maior sobre medos corriqueiros e a construção imaginária das cidades no Brasil (KOURY, 2000), a partir de entrevistas e histórias de vida dos moradores do bairro do Varjão, também nominado Rangel, pelos moradores e conhecido pelo alto índice de violência e pela pobreza dos seus habitantes⁷.

O que interessa compreender são as formas intensas de interação entre os moradores e as possibilidades de controle social e de administração das tensões resultante deste processo e o seu uso no cotidiano do bairro: seus conflitos, formas de gestão e gerenciamento, mobilização política, choque entre forças locais e os regimes de subjetividade que daí emerge. A análise se apoia nas entrevistas com moradores de um conjunto de ruas, e na visão dessas pessoas sobre os outros moradores da rua e, por extensão, do bairro e da cidade como um todo.

Grande parte dos moradores entrevistados começou a habitar o bairro desde os anos de 1920, quando ainda o bairro do Varjão/Rangel era uma grande várzea. Outros foram chegando em levas pelos anos subsequentes e por lá se estabeleceram. Todos se conhecem, participam e interagem intensamente entre si.

Poucos são os moradores recém-chegados e, mesmo estes, logo entram no cotidiano de interação com os demais habitantes. Em diversos relatos de moradores mais antigos, as casas foram construídas em regime de mutirão e muitas benfeitorias na rua e no bairro foram realizadas com a ajuda de todos. O que só fortaleceu o clima de amizade e solidariedade entre as famílias locais.

Nos anos de 1970 em diante, porém, o bairro cresceu muito e enclaves surgiram com ocupações desordenadas por todo o bairro, principalmente, pela redefinição de bairros populares como periferias, ao lado de delimitações conformadoras de outros bairros, destinados às classes médias da cidade, como os bairros de Cristo Redentor e Água Fria, que fazem fronteira com o Varjão/Rangel. Estes bairros mais recentes problematizam a pobreza, a violência e os baixos padrões de moralidade do Varjão/Rangel e se atritam com as imagens de bairro problema que a cidade faz dele e que contamina os moradores dos outros bairros fronteiriços, criando, segundo depoimentos, constrangimentos aos moradores e desvalorizando seus investimentos em moradias e comércio.

Os dois polos de pressão colocam os moradores do bairro do Varjão/Rangel em frequentes tensões em busca de salvaguardar a face (GOFFMAN, 2012) de si e do bairro como um lugar ordeiro e de gente de bem. Esforço que desmorona com as imagens produzidas pela mídia sobre a violência e a pobreza local, bem como pelas invasões de levas de novos moradores vindos do interior do estado da Paraíba ou de

*A primeira versão deste artigo foi apresentada na 39ª Reunião Anual da ANPOCS, GT 34 – Sobre Periferias: Novos conflitos no espaço público. Caxambu, 26-30 de outubro de 2015.

⁷O bairro em 2010 contava com 4701 domicílios e uma população estimada de 16.900 habitantes. Quase 80% com renda de até um salário mínimo (IBGE, 2010).

outros estados vizinhos, criando no imaginário do morador fronteiras simbólicas móveis entre os estabelecidos e os novos moradores (ELIAS, 2000). Invasões que ocupam áreas desabitadas de terrenos públicos⁸ ou invadem a reserva florestal, conhecida como Mata do Buraquinho, que compõe uma das fronteiras do bairro.

Nas ruas objeto desta etnografia, houve uma ocupação, “súbita”, no dizer dos moradores já estabelecidos, no final dos anos de 1990. A ocupação se deu em uma área pública ociosa de propriedade da prefeitura da cidade, com demanda para a construção de um parque, ou mesmo de escola, posto de saúde ou outra benfeitoria para o bairro. A partir de então os moradores passaram a conviver com um grande número barracos armados por sem tetos, muitos deles já iniciando construções de alvenaria.

Esta ocupação, ou *invasão*, - como os mais antigos costumam denominar, - modificou a rotina dos moradores das ruas trabalhadas, e as discussões sobre esses novos habitantes provocaram dissenso entre eles. É bom lembrar que muitos destes moradores estão unidos por códigos de aliança variados, sendo, portanto, amigos, compadres ou parentes de outros mais antigos da rua ou do bairro. Os quais chegaram através de indicações de redes homofílicas que norteiam desde o início a ocupação do bairro.

Por essas razões, têm os seus projetos individuais e coletivos fortemente influenciados por mecanismos de dádiva, gratidão e reputação que repercutem de imediato nas cadeias de interdependência (ELIAS, 1994) que cruzam o bairro. Muitos acreditavam, assim, que os novos moradores advindos desta ocupação dos anos de 1990 e aqui tratados, possuem o direito de permanecer no local e que deveria haver um esforço dos mais antigos para os integrarem ao bairro e a rua.

A maior parte dos moradores, porém, achavam que a *ocupação* ou a *invasão*, como preferem afirmar, provocou um grande contratempo na vida cotidiana local. A convivência forçada com esses novos habitantes só criava, segundo suas narrativas, situações de desordem e provocava a reprodução de uma imagem de bairro problema junto à cidade e os bairros vizinhos.

Alegavam que, “se a prefeitura não toma uma atitude para resolver esse problema de invasão em um terreno da união, então a rua e o bairro deveriam tomar para si a tarefa de removê-los da comunidade”⁹. Apesar da divergência entre os moradores mais antigos sobre a permanência ou não dos novos moradores que ocuparam o terreno baldio, todos os moradores das ruas próximas e adjacentes à invasão, contudo, são unânimes na afirmação de que o bairro sofreu uma baixa estima e a imagem dos demais bairros da cidade em relação ao Varjão/Rangel foi afetada por esta ocupação, e pelas inúmeras invasões sofridas nos últimos quarenta anos pelo bairro.

Não só o crescimento acelerado e a forma improvisada com que o bairro do Varjão foi sendo constituído contribuíram para esta baixa na estima e na depreciação do bairro frente à cidade como um todo, mas, principalmente, a imagem da violência e da desordem deles advindos. As estatísticas informam o bairro com um dos mais perigosos de João Pessoa e “um reduto de bandidos” que ameaça moralmente e fisicamente a cidade, como informam cotidianamente os mapas da violência, produzidos pelas secretarias estaduais e pela polícia e divulgadas pela imprensa local.

Esta imagem da violência também faz parte do discurso de muitos moradores mais antigos e já estabelecidos no bairro e, aqui, com ênfase nas ruas aqui trabalhadas, que afirmam lutar “por uma imagem de um bairro ordeiro e de gente de bem”: luta esta que parte inclusive por uma mudança do nome oficial Varjão, para um outro, Rangel.

⁸A ocupação se instalou próximo a uma encosta de morro, e faz parte da zona inundável do Rio Jaguaribe. Atualmente, a área se encontra densamente povoada.

⁹Entrevista com uma das lideranças que se mobilizou a favor da permanência dos novos ocupantes.

Este, sim, representante de um novo bairro, ordeiro, disciplinado, não violento, que diluiria e substituiria, por fim, a imagem de degradação e violência instituídas na cidade de João Pessoa pelo Varjão (KOURY, 2014, BARBOSA, 2015).

É sobre essa tensão entre iguais, em que se classificam mutuamente como estabelecidos e invasores, na configuração de um ordenamento moral e sobre a modificação na reputação do bairro perante a cidade e os bairros vizinhos, a influência desta reputação na visão de si e do outro entre os moradores do bairro, as disputas morais resultantes e o sistema de desculpas e acusações daí propiciado, que este artigo versará. Tem como objeto central as micropolíticas e as conformações cotidianas do controle social nas situações armadas e ocasionadas pela tensão resultante da chegada de novos e inoportunos moradores que ajudam a processar uma imagem de degradação ao já mal-afamado Varjão. Situações estas caracterizadas através da imputação do contágio para os novos bairros, de classes médias, e pela presença de bolsões de miséria oriundas das ocupações de sem tetos que armam suas barracas e teimam em não sair do local.

Dissenso e fragmentação dos códigos de aliança

Este artigo busca refletir os dissensos, as formas de arregimentação de forças para o disciplinamento moral do bairro, e a fragmentação de laços de compadrio e parentesco que unem e ao mesmo tempo pulverizam as relações. O que ocasiona tensões permanentes de ódio e amor entre si, e a um processo de acusação e segmentação de um lugar de dois nomes entre uma quase esquizofrênica repartição de um bairro que se pensa e se quer civilizado, o Rangel, e um bairro que se diz e se acusa de marginal, o Varjão.

Desde os anos de 1970 o Varjão vai se configurando como bairro e vem sofrendo pressões que o conduzem para uma redefinição espacial e moralizadora. Redefinições estas que conduzem e transformam as comunidades locais, até então dispersas no interior da grande várzea à margem sul do rio Jaguaribe, para novos reordenamentos internos e mais condizentes com a reestruturação da cidade de João Pessoa com a sua expansão e criação de novos bairros na zona sul da cidade.

Constrangidas pela criação de conjuntos habitacionais que logo a seguir vão se configurando e se assentando no formato de bairros de classe média, como o do Cristo Redentor, as comunidades até então dispersas e espalhadas pela grande várzea do rio Jaguaribe, na sua margem sul, fronteiriças e com penetração na reserva de mata atlântica ali situada, começam a se agregar em um novo formato, forçado, é bom frisar, de um bairro. São montadas ruas, as comunidades passam por reordenamento urbanístico que transpassam as suas fronteiras, aproximando-as e às vezes embaralhando os seus limites físico e simbólico. O que amplia os conflitos entre grupos comunitários nem sempre próximos e com grandes disputas nas formas organizativas, morais e de princípios e códigos de honra (GOFFMAN, 2010).

A grande várzea ao sul do Rio Jaguaribe, é importante salientar aqui, foi ocupada por levas populacionais vindas do interior do estado da Paraíba ou de estados vizinhos, desde os anos de 1920, quando se dão as primeiras notícias de sua ocupação. Grupos de trinta a cinquenta famílias, amigas ou com laços de parentesco vinham e invadiam a área, faziam uma clareira na reserva de mata atlântica, construíam pequenas casas de taipa em um traçado peculiar a cada comunidade, com uma pequena capela, locais de lazer, bares, e construção de espaços para troca e venda de seus produtos, artesanatos de utensílios domésticos, produtos de caça trazidos da mata, de pescaria nas águas do Jaguaribe, ou de, posteriormente, produtos dos roçados e de criação de animais domésticos, como galinha, porcos, entre outros, segundo depoimento de Vó Mera, uma

moradora antiga e personagem símbolo de identidade cultural do bairro, contido na monografia de Cunha (2006).

Cada comunidade tinha uma organização quase autossuficiente, e dependiam muito pouco da cidade, que também as ignorava. A não ser nas diversas disputas de honra e de disputas territoriais entre as comunidades, onde a força policial se fazia presente para a contenção dos comunitários envolvidos, o que fazia a área da margem sul do rio Jaguaribe ser malvista pela cidade como “um bando de arruaceiros”, de acordo com a imprensa local, nos raros episódios que se ocupavam com notícias de ações policiais nos arredores da cidade de João Pessoa.

Embora em disputas constantes, as diversas comunidades da margem sul do Jaguaribe, por outro lado, também mantinham diversas trocas entre si, não só se matavam, mas também trocavam mercadorias, em escambo ou moeda, como também casavam entre si, estreitando laços entre elas. Muito embora tais casamentos acontecessem após longas disputas e acusações morais e de reparação à honra comunitária nas investidas amorosas dos jovens que ousavam desconhecer as fronteiras morais e comportamentais que regiam cada comunidade.

Vencidas as pândegas de honra, geralmente após conflitos com muita acusação e às vezes mortes, alianças eram construídas gerando novas possibilidades organizativas e de respeito entre as comunidades envolvidas. Deste modo, os elos internos a cada comunidade eram expandidos entre comunidades em códigos de aliança variados, sendo, portanto, amigos, compadres e parentes, onde se montavam redes de interdependência entre os comunitários nas comunidades agora entrelaçadas, não sem estranhamentos possíveis e acusações advindas da administração de conflitos localizados, onde as origens dos comunitários envolvidos eram usadas para ofensas morais por parte dos outros envolvidos, e vice-versa.

Isso se dava, principalmente, pelas constantes levadas de novos comunitários, em cada comunidade instalada, através de redes homofílicas, parentes, conhecidos, conhecidos de parentes e de outros conhecidos que largavam o seu lugar de origem à procura de um novo lugar onde pudessem instituir novos projetos e garantia de sobrevivência pessoal e familiar. Mas, no geral, um reordenamento moral e territorial era satisfeito e regimes de paz pelas alianças montadas permitiam certo controle social local pelos próprios comunitários e comunidades em aliança.

Nos anos de 1970, os processos de urbanização e reordenamento da cidade (MAIA, 2000; LAVIERI & LAVIERI, 1999) desorganizam as comunidades presentes no Varjão: na grande várzea do rio, bem como para além da várzea, destruindo pequenos sítios e vacarias que abasteciam a cidade de verduras, legumes e leite, para a construção de grandes conjuntos habitacionais, onde novos bairros foram se erguendo. Os agrupamentos removidos de comunidades destruídas pela intervenção expansionista da cidade se deslocam para o norte e leste onde buscam se assentar na faixa ainda não explorada da várzea e junto às novas fronteiras da mata atlântica.

Aglomeram-se nos espaços desocupados deste estreito território gerando desconforto e tensão com relação aos comunitários lá residentes, já em frágeis alianças entre si. Nasce deste modo os atuais contornos do bairro do Varjão, agora constrangido entre a reserva de mata atlântica, também conhecida como mata do buraquinho, ao leste, com o bairro de Cristo Redentor a Oeste, com o Bairro de Água Fria ao sul, e ao norte, o Rio Jaguaribe, que na sua margem norte abriga os bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas (Mapa 1).

A idéia de bairro vai sendo tensamente instaurada e constrangida no lugar, cedendo a idéia de comunidades, e motivada pela pressão causada pela expansão da cidade modificando a paisagem local da zona oeste e sul de João Pessoa. O que tornava

lutas e reivindicações com os demais bairros populares da cidade. Este período conforma e dá um novo sentido ao pertencimento local ao bairro e à cidade em geral. Os moradores trafegam assim de uma forma mais ou menos autossuficiente de gestão comunitária, para uma forma nova de integração ao espaço urbano e das lutas mais gerais da cidade.

Neste ínterim, vão se adequando novas formas de inserção, com investimentos progressivos em um comércio local, supermercados, padarias, feiras livres que vão se alocando em um mercado público que as abriga, no novo reordenamento do bairro, em redes escolares e de saúde, em esgotamento sanitário e calçamento de ruas e iluminação pública. Do mesmo modo que antigos moradores investem em melhoria de suas moradias, uma diferenciação começa a se estabelecer entre os que conseguiram melhorar de posição e os que ainda residem em locais de invasão¹⁰ (ELIAS, 2000).

A ingerência da cidade também modifica hábitos e costumes locais entre os antigos comunitários. É bem verdade que uma rede homofílica ainda continua a atuar, atraindo parentes, amigos e compadres e os que são próximos a eles, que são abrigados em *puxados* nos terrenos próximos às residências, mas também são recebidos em pequenos becos construídos entre muros de duas residências, onde são erguidos quartos para aluguel.

Esses becos e os quartos neles construídos destinam-se a novos moradores que chegam por conta própria e têm também a função de complementação da renda familiar dos proprietários, que os alugam aos novos habitantes. Assim, entre duas casas são construídas uma pequena vila de casas de um único cômodo onde convive uma família inteira por unidade e várias famílias. Esses aglomerados de casa são chamados localmente de *becos*.

Assim, a lógica de acolhimento onde se recebiam os recém-vindos e onde os mecanismos de dádiva, gratidão e reputação que repercutem de imediato nas cadeias de interdependência que cruzam as comunidades, em uma lógica da proteção e honra e da troca de favores, agora se mescla também com outra lógica: a da submissão do recém-chegado à lógica monetária, como uma sobrerrenda para a família ou famílias dos terrenos onde os becos foram construídos. A lógica da honra convive com a lógica do direito (BERGER, 2015), a lógica da solidariedade convive com a lógica mercantil.

Os moradores dos *becos*, assim, possuem uma autonomia relativa em relação ao proprietário que os abrigou, mas, ao mesmo tempo, se sentem presos em processos de gratidão e dádiva com os proprietários dos quartos onde se abrigam. Os quartos são cedidos como uma dádiva e se espera gratidão daqueles a quem foram permitidos neles morar. A *cessão*, como é chamada no bairro, implica em uma contribuição, o aluguel, que é encarado como uma contradádiva que obriga os moradores novos a favores e gratidão aos proprietários dos imóveis.

Nos anos de 1990, quando aconteceu a ocupação denominada pelos moradores mais antigos de *invasão*, houve uma segunda fragmentação dos códigos de proteção e honra que norteavam e davam sentido à organização comunitária local. Com a reorganização das comunidades em bairro e sua assimilação como bairro pelos moradores, - e a luta por sua integração à cidade e a ampliação da luta por direitos civis, - os laços comunitários enfraqueceram e se fragmentaram. Tornaram-se mais fluidos, mas, mesmo assim, a intensa pessoalidade ainda resiste, e que pode ser vista e registrada pela troca de favores e pela copresença, às vezes opressiva (PRADO, 1998), dos outros na vida de cada um.

¹⁰O pagamento do IPTU – Imposto sobre o Patrimônio Territorial Urbano, ganha, ainda hoje, uma conotação de status local, entre os que pagam impostos e os que ainda vivem em áreas de invasão (KOURY, 2014a).

O processo de fragmentação dos laços e a persistência de uma intensa pessoalidade convivem, assim, de forma ambivalente e tensa no local. Ao mesmo tempo em que a lógica individualista inicia um discurso sobre os outros do bairro, a vergonha cotidiana de se colocar como morador local se manifesta, e ela se dá a cada interação nova, seja dentro ou fora do bairro. Isso acontece a todo o momento, onde e quando um morador tenha que explicar a alguém o porquê reside no Varjão, ou se possui amigos no bairro, ou sobre o que de melhor ou pior o bairro oferece, por exemplo.

São momentos em que a vergonha de ser morador de um bairro considerado violento, pobre, sujo, pelos moradores de outros bairros, ou pela imprensa local ou nos mapas de violência policiais cala fundo no morador e onde ele tende a ser discreto ou direto na sua atitude perante o outro, seu interlocutor. Deste modo, a ambiguidade e a ambivalência ganham espaço.

De forma simultânea, em um mesmo discurso de não tenho amigos no bairro e aqui nada presta, aparece outro discurso; outro discurso que informa que é no Varjão/Rangel que reside a maioria dos familiares, de que o lugar é aprazível, fresco, arborizado, de que o bairro é próximo do centro da cidade, de que é bem servido de ônibus, e, sobretudo, de que o lugar é um lugar onde, sempre que precisou de apoio, obteve. Do mesmo modo como é um lugar onde ele, o morador informante afirma, deu apoio aos que necessitavam e que os procurou ou que ficou sabendo da necessidade e que podia ajudar.

O bairro do Varjão/Rangel, assim, convivia nos anos de 1990, como convive ainda hoje, com um processo de transição nas formas comportamentais e na etiqueta interacional. Processo de transição este, às vezes, angustiante, entre regimes de pessoalidade, regidos por códigos explícitos de proteção e honra, e regimes de impessoalidade, regido por códigos individualistas e de direitos que sublinham, conforme Peter Berger (2015), o homem contemporâneo.

A relação amor-ódio ao bairro, como o lugar de pertença e como lugar onde reside, parece conviver cotidianamente com o morador. Assim como um lugar de envergonhamento, em que o fato de morar no Varjão/Rangel traz consigo para além, a imagem de residir em um bairro violento e de indivíduos que se matam por qualquer coisa. Imagem velada desde o primeiro advento de notícias na mídia e configurada no imaginário da população da cidade de João Pessoa a partir dos anos de 1920, - e mais detidamente a partir dos anos de 1970, - quanto às antigas comunidades se reconfiguram e se moldam a uma figuração nova de bairro, e este bairro inicia o seu processo tenso de integração à cidade, sob o perfil, quase caricatura, de um bairro problema.

Com a reconfiguração urbana e a transformação das comunidades em bairro nos anos de 1970, e a internalização e integração dos moradores à cidade e às lutas por melhoria do bairro, esse imaginário é vivido pelos moradores através dos sentimentos de constrangimento e de vergonha. O que reforça o estranhamento do morador do bairro sobre o próprio bairro (o Varjão), tentando se afastar dele e justificando o porquê ainda não o ter feito. Ao mesmo tempo em que busca se afastar desta imagem e lutar pela construção de uma nova, onde se olhe a si e ao bairro como um lugar plausível, bom de morar e de pessoas de bem, o Rangel.

Esta ambivalência gera sofrimento social e um manancial de justificações e desculpas que deem conta dessa distinção entre o bairro Varjão, - expresso na mídia e no imaginário da cidade como violento, - e o bairro onde mora, - onde investimentos emotivos, financeiros e de pertencimento foram realizados, e onde se sentem protegidos pela rede comunitária ainda existente, apesar de fragmentada em seus alcances simbólicos, - o Rangel. Entre as desculpas e justificações se encontra, nos esquemas de acusações, outro tipo de morador, visto como aquele que perturba os moradores já

estabelecidos. Estes são, de maneira especial, distinguidos entre os recém-chegados ao bairro, ou entre aqueles que se estabelecem nos *enclaves* ou nos *aglomerados subnormais*, - termo técnico utilizado pelas políticas públicas brasileira dos anos de 1980 e 1990, - do lugar.

Na acusação cotidiana, estes outros são vistos como os que desestabilizam os esforços de integração do agora bairro à cidade. Através das acusações a esse tipo de morador acontece a *catarse*, bem no estilo durkheimiano, de onde o mal é diagnosticado e por onde se pode pensar uma lógica moral condizente com as pessoas de bem que habitam o local.

A dicotomia parece então ser resolvida pela demonização e desfiguração moral do outro, isto é, dos que vivem nos bolsões de pobreza ou nos recém-chegados. Nesta lógica acusativa assentar uma desculpa para si próprios e para os outros interlocutores, como uma espécie de purificação dos moradores como homens de bem, honestos e estabelecidos e que lutam pela melhoria do bairro como local de pertença e de bem viver.

É nessa época também, os anos de 1970, que se dá um movimento para mudança do nome do bairro, de Varjão para Rangel. Movimento este assumido pela mídia e pela cidade, em geral, que adotou o nome Rangel para designar o bairro do Varjão.

O bairro, desde então, passou a ser um lugar de dois nomes, um oficial, *Varjão* e o outro oficioso, mas desejado, *Rangel*. Para piorar a situação, consolidando essa dicotomia, em 1998, a Lei Municipal n. 1574, - que reeditou e atualizou os nomes dos bairros da capital paraibana, - passou por cima da reivindicação dos moradores e da aceitação da cidade de mudança de nome do bairro de Varjão para Rangel, e oficializou definitivamente o nome *Varjão* como nome do lugar.

Portanto, invertendo os códigos de liminaridade, o oficial *Varjão*, é visto pelo morador como o não bairro, composto por todos aqueles não integrados e contidos nas acusações dos seus moradores; e o nome oficioso, *Rangel*, é o nome do coração, dos que se sentem ajustados ao lugar, como bom de viver, isto é, do bairro agradável e de pessoas consideradas honestas e de bem. Destarte, o *Varjão* é o local onde residem todos os que, de uma forma ou de outra, ameaçam a paz do bairro; lugar utilizado frequentemente no sistema acusatório e de justificativa local pelos moradores para acusar o outro morador visto como fora dos padrões e da moralidade local. Indivíduos estes tidos como diferentes dos que acusam, isto é, os moradores do Varjão são diferentes dos moradores do Rangel.

Essa *catarse* aparentemente resolvida nessa ambivalência de nomes, porém, é motivo de dissenso interno no bairro e de ressentimento em relação à cidade e a imprensa. Ressentimento moldado em afirmações contidas em vários depoimentos de moradores de que tanto a imprensa como toda a cidade de João Pessoa “*compraram* o nome Rangel”, isso desde a sua invenção como caminho para a moralização do bairro, com o movimento pela mudança de nome nos anos de 1970, e mesmo após a oficialização do nome Varjão pela Lei Municipal 1574, mas, só para misturar e confundir ainda mais os esforços de dignificação do bairro pelos moradores.

A *compra* do nome só serviu para atrapalhar os esforços dos moradores para limpar o nome do bairro, em seus esforços de integração à cidade: o Varjão foi fundido com o Rangel nas leituras do bairro feita pela cidade e pela imprensa, trazendo para o Rangel as mazelas do Varjão. Esse ressentimento do bairro vem à tona e aparece quando a mídia e a cidade ao admitirem o nome Rangel como o nome do bairro, o adotando nas configurações e nomeações do lugar, não fazem a separação entre Varjão e Rangel, mas utilizam o nome Rangel como sendo Varjão.

Para os moradores do bairro, ao desprezarem o esforço de significação do lugar como Rangel, como forma de integração dignificada à cidade, e o misturarem ao Varjão, a cidade e a mídia apenas transferiram a demonização diagnosticada no Varjão, visto como bairro violento e indisciplinado, para o Rangel. O que colocou os dois bairros como um único bairro e seus habitantes como pessoas semelhantes, isto é, violentas, mal-educadas, indisciplinadas, não civilizadas, enfim.

Por outro lado, o dissenso interno adquire uma conotação ambivalente e quase esquizofrênica, dependendo do lugar de fala de um morador, o outro morador reside no Varjão ou reside no Rangel. Assim, qualquer um pode ser acusado de ser de um ou de outro lugar, não havendo deste modo uma fronteira específica que identifique um morador do Rangel ou do Varjão, todos são ao mesmo tempo moradores do Varjão/Rangel. Mas, ao mesmo tempo, todos são Rangel e os outros todos, também, de acordo de onde parta a indicação acusatória, Varjão.

Sua manipulação enquanto movimento acusatório ou de justificação depende, sempre, de quem informa e das impressões que usa para acusar ou se defender. Fronteiras simbólicas móveis que fazem o bairro ser um local de dois nomes e de muitos lugares, e onde o outro é sempre aquele que não satisfaz e visto como moralmente frágil, e o *eu*, aquele que acusa ou se justifica, como aquele que busca defender o bairro e sempre tido como moralmente correto e íntegro. Quando não, vítima direta ou indireta dos outros, que o faz sentir vergonha de morar no bairro e de ser confundido e embaraçado com a imagem acusatória da cidade sobre o bairro.

Tensão entre iguais

Nos anos de 1990, várias famílias vindas de outras partes da cidade de João Pessoa e do interior do estado ocupam uma área ainda não completamente habitada do bairro do Varjão/Rangel. Essa ocupação foi considerada, pelos moradores já assentados, e com posse legal de seus lotes e, - segundo informações dos próprios moradores na época, - “com investimentos feitos no lugar”, - como uma invasão.

Ao acordarem pela manhã, os moradores se depararam do lado norte das ruas aqui trabalhadas com muitas barracas construídas em uma área perto de uma grande depressão no terreno, próxima à margem sul do rio Jaguaribe. Barracas armadas de muitas maneiras e formatos: algumas de plástico, outras de pedaços de madeiras, algumas já com estrutura central armada de um único cômodo para ser colocado o barro, em construção de taipa, todas, porém, já com delimitações do terreno destinado a cada família que ocupou o espaço.

As barracas se estendiam pelo terreno e desciam, inclusive, a encosta da depressão. Os ocupantes tinham reservado uma área comum onde construíram uma espécie de cozinha coletiva, algumas mulheres já circulavam nos seus afazeres domésticos e os homens na organização estrutural do lugar, como traçados tortos e estreitos para a circulação das pessoas no interior da ocupação e delimitação do espaço das suas margens direita e esquerda adotando as linhas traçadas pelas ruas adjacentes, no sentido vertical [norte-sul] seguindo até a depressão. Outros se ocupavam da feitura mais firme das barracas improvisadas na noite anterior. As crianças pululavam de um lado para o outro, alegrando o ambiente.

A ocupação vivia o momento extraordinário do recém-chegado, ainda com tudo para organizar e sem um cotidiano plausível. Tudo era novidade, tudo era trabalho, tudo era disposição para o novo, para o que vier. Do mesmo modo, as ruas próximas a ocupação acordavam com a quebra da normalidade que compunha o seu cotidiano. Diferente do extraordinário vivido como novidade e ansiedade pelos novos ocupantes

do espaço, os moradores já assentados viviam outro extraordinário, movido pela surpresa, pela curiosidade e pela indignação.

Em conversa sobre esse momento com alguns dos entrevistados moradores das ruas próximas, foi revelado não terem ouvido nenhum barulho estranho durante a madrugada da ocupação, e se surpreenderam ao abrir as portas de suas residências ao amanhecer. Todos afirmam a surpresa com o novo cenário que cobria a paisagem até então devoluta da margem norte da rua, se espalhando pelas seguintes.

Outros falaram da *indignação* com o fato após a *surpresa*, e a necessidade de se conversar sobre o que estava acontecendo e tentar entender e tomar providências. Como pode ser visto, por exemplo, no depoimento de um entrevistado, pedreiro e um dos moradores de uma das ruas próximas à ocupação, e um dos mais embravecidos:

Fiquei indignado quando abri a porta da minha casa, saí para comprar pão e me deparei com um amontoado de barracas pro lado de lá [apontando para o norte] da rua, nas proximidades da barreira. [...] Uma ruma de gente já estava se acumulando na beira observando a cena [...] e começaram a falar do acontecido e perguntaram o que é que nós vamos fazer. Eu disse 'sei não, mas a gente precisa se sentar e conversar. Vamos chamar outros amigos e dez horas lá em casa'. Todos concordaram e ficaram cada um de chamar mais conhecidos e moradores das ruas¹¹ próximas para a reunião. [...].

Surpresa e indignação são dois termos reativos a um acontecimento inesperado. Trazem em si respostas emocionais, com configurações psíquicas ou corporais, no indivíduo ou grupo de indivíduos afetados por eles; ou sociais, nas refutações ou buscas de respostas coletivas a uma dada situação, cuja ocorrência surpreendeu.

A emoção advinda pela surpresa é sentida tanto como um sentimento positivo quanto negativo, isso de acordo como o fato e a situação por ela originado atinge o indivíduo ou grupo. A indignação, por sua vez, é uma emoção que incide nos indivíduos ou grupos por ela atingidos como um sentimento visto sempre como negativo.

A emoção surpresa sentida como uma emoção negativa prepara o terreno para a indignação. Esta última sempre referenciada ao conjunto de expectativas em relação a um determinado contexto ou situação concreta em que o indivíduo, grupo ou comunidade se encontram. O que pode causar apenas um susto, como também um abalo, um espanto e assombro, e provoca de imediato uma reação de choque, de sobressalto, de perturbação e de comoção individual, ou, em um processo reativo mais lento, para o sentido de uma busca coletiva de compreensão e agência sobre o fato que a causou.

Ambos os termos, surpresa e indignação, ou ambas as emoções, são sentimentos morais. Eles fazem parte de uma cultura emotiva que enreda em si um código de conduta sociocultural expresso tanto em reação às novidades, quanto como respostas ao elemento de desconformidade da ação que gerou a surpresa e a indignação em relação ao padrão aceito como normal em um dado contexto. A indignação, portanto, é uma reação posterior à surpresa, quando esta última se expressa nos termos de descontentamento em relação a algum evento que mexe com um determinado código de valores pessoais, social ou cultural.

A indignação surge, assim, como uma reação espontânea a presença de um ato de injustiça, de ofensa ou de revolta, praticado diretamente ou indiretamente contra uma pessoa, grupo ou comunidade. Mas, também, pode ser uma emoção sentida por empatia a um indivíduo, grupo ou comunidade que sofreu um tratamento considerado incorreto.

¹¹Optou-se por usar nomes fictícios para pessoas e ruas.

A indignação, destarte, processa um maior nível de tensão ou provoca uma possibilidade aberta para uma crise ou abatimento moral em relação ao ato que causou ou foi objeto da surpresa. O que provoca um abalo no frágil equilíbrio de valores e de confiança pessoal ou local, exigindo uma ação reparadora por parte dos envolvidos, - no caso, os que foram surpreendidos e os que causaram a surpresa e indignação.

Simmel (2014) discute a questão do terceiro elemento como aquele que complexifica uma relação societária ao apontar para uma necessidade de retomada dos valores e expectativas instituídos em função das provocações possíveis originadas com o aparecimento da novidade trazida pela configuração do fato novo. Fato que desequilibra os valores e as projeções do si e do outro, - enquanto morador, enquanto olhar da cidade e da mídia, - constituídos localmente, e sobre os projetos expectados para si e para o local, vistos como coletivos.

O terceiro elemento, esse outro que surge de forma abrupta e não desejada, assim, provoca reação de surpresa ou de indignação ao denunciar, com a sua presença, a fragilidade dos vínculos em que se assentam os conjuntos de expectativas para o local e das possíveis alianças entre os envolvidos, - no caso, os vizinhos, - e em relação aos códigos de valores e argumentos morais pensados como instituídos naquele e para aquele contexto. Denuncia também, no caso específico aqui tratado, o isolamento do bairro ao conjunto de valores almejados como direitos e esperanças de integração aos códigos de moralidade da cidade, cenário mais amplo em que se encontra inserido. O que revela a condição de periferia do bairro e de ser considerado como um lugar “aonde mora qualquer um e aonde qualquer um chega e se assenta”, como objetivado por um entrevistado.

A surpresa e a indignação, portanto, provocam o sentimento do injusto ou da injustiça sofrida pelos moradores estabelecidos, em relação ao fato da ocupação, considerada pelos moradores já assentados como *invasão*. O fato da ocupação trouxe em si, - impressos na surpresa e na indignação que provocou, - um alto custo emocional para os indivíduos envolvidos. O sentimento de injustiça trabalhado por Barrington Moore Jr (1987) compreende tal comiseração como uma falência moral e, ao mesmo tempo, como uma denuncia pública desta falência para os que o sentem.

O sentimento de injustiça assim provoca reações individuais e coletivas ao fato que o causou nos indivíduos acometidos. Age como se eles estivessem sido atingidos, ou mesmo agredidos ou atacados por um episódio desestruturador de si próprios, dos seus projetos, de suas expectativas, de suas projeções, de seus anseios e moralidade. Os impulsionando a agir, individual ou coletivamente.

O sentimento de indignação se surge como uma reação emotiva à presença de um ato de injustiça, logo pode se manifestar também de forma racional. O que pode gerar uma espécie de movimento de indignação e reparação, quando um grupo ou coletividade se reúne para entender e enfrentar a situação com um projeto de ação racional de defesa dos seus valores, podendo esta ação ou conjunto de ações adotar um formato ordeiro, - através de conversa com os causadores do fato, ou de cartas ou manifestações de repúdio junto à imprensa, ou, até mesmo, de cobranças junto a autoridades e reclamações de ordem judicial, - ou não (BOLTANSKI, 2001; WERNECK, 2013).

Foi o que aconteceu no episódio aqui trabalhado. Um grupo de moradores, indignados com o fato da ocupação, se junta e tenta criar uma união moral, reunindo indivíduos com o mesmo sentimento de insatisfação em relação ao fato da ocupação, gerando um movimento contrário a ela, - e sentida pelos moradores já estabelecidos como *invasão*. Este movimento procura reivindicar reparações contra os atos ou efeitos causados na comunidade afetada pela *invasão*, e considerados como injustos e

desestruturadores das expectativas e valores locais. Injustiça e desagregação em relação a uma variedade de expectativas: sejam estas financeiras, morais ou éticas, todas elas consideradas danosas ao bem comum local, ou avaliadas como prejudiciais.

No caso aqui tratado, em uma reunião na casa de um dos moradores mais indignados¹² e um dos *puxadores* da reunião [como os organizadores se autointitulavam em entrevista] “todos os presentes, - de acordo com sua narrativa, - expressou o seu descontentamento e muitos revelaram preocupação com a ocupação e os seus ocupantes”. Destes, uma boa parte falou dos prejuízos que tal ocupação geraria para os negócios locais e o receio com desvalorização dos imóveis e a perda dos investimentos realizados, outros tantos se lembraram das consequências para uma possível e subsequente baixa-estima no bairro e entre os seus moradores, com dano no já pouco prestígio junto aos outros bairros fronteiriços ao Varjão/Rangel, e da cidade de João Pessoa como um todo. “Outra ruma”, segundo a fala de um dos organizadores da reunião, “[...] falaram que precisariam tomar uma atitude enérgica contra os invasores, já que não poderiam contar com os homens do poder para que isso acontecesse”.

Essa configuração de um ordenamento moral se encontra refletida sobre dois conjuntos de queixas. O primeiro trata em torno de prejuízos possíveis para os negócios locais e o receio com a desvalorização dos imóveis e a consequente perda dos investimentos realizados, o segundo conjunto gira em volta de queixas sobre a ampliação da má reputação do bairro perante si mesmo e aos demais bairros da cidade e à cidade como um todo, com reflexo sobre a possível e subsequente queda na já baixa-estima local.

Nos dois conjuntos estão presentes as noções de exauteração, de desprestígio e descrédito, vistos como trazendo consequências negativas para a dignidade e a distinção locais. O que se encontrava em jogo, nas queixas e reclamações dos moradores mais antigos, era o conceito de reputação local, do bairro, e por decorrência, de todos os moradores do Varjão/Rangel.

A reflexão realizada pelos moradores insatisfeitos com a nova ocupação do bairro era a de que o ato provocaria [se já não tivesse provocado] um aumento da depreciação do bairro e seus moradores perante a cidade e os bairros próximos. A reputação bem como a depreciação são conceitos que se estabelecem ou são sentidos através do olhar público ou da sociedade em torno, e onde se vive.

A reputação, como também, a mancha sobre ela, que torna uma imagem pessoal, social ou objetual desacreditada, na visão dos moradores, estabelece uma imagem negativa que interfere junto aos seus esforços de dignificação do bairro e de busca de distinção (BOURDIEU, 2007) junto à sociedade maior, isto é, os bairros circunvizinhos e a cidade de João Pessoa como um todo.

De acordo com a narrativa de uma moradora, comerciante em uma rua próxima à ocupação:

“a má reputação sempre chega aos lugares antes de mim, pois a reputação de alguém, ou de onde esse alguém mora, é o que os outros pensam dele e do local onde vive. Dessa maneira, prá nós moradores, que lutamos pela melhoria do bairro e investimos toda a nossa economia nos investimentos que fizemos no local, vê esse povo invadindo, é ver todo o nosso esforço indo de água a baixo. [...] O Rangel que ajudamos a erguer é o Varjão, nessa invasão de novo à solta, [...] por isso que temos

¹²Às 10 horas da manhã a casa ficou pequena, segundo relato no diário de campo, para todos os que queriam participar da reunião, sendo obrigados a procurar outro local nas redondezas que coubesse a todos. O pátio da escola próxima foi o local encontrado e ocupado para a reunião que teve início uma hora depois da hora marcada. [...]. Nesta reunião tiveram voz, além dos organizadores, vários outros moradores locais, comerciantes, e pastores evangélicos de igrejas adjacentes ao local ocupado.

tanta dificuldade de vê a cidade olhar a gente e pro Rangel com respeito. Nós continuamos como gente ruim, por melhor que se lute prá mostrar que somos diferentes, e esse bairro é um local e um ambiente desacreditado... Prá mim, prá sempre vai ser assim... eu, por mim, já teria ido embora daqui, se não fosse o nosso negocinho. Mas agora, sei não... essa invasão, esse povo a emporcalhar o ambiente, o dano que a gente tá sofrendo por causa deles, nem o negócio compensa o esforço prá continuar aqui. Sei não... acho que tô ficando meio desesperançada...”.

Destarte, a idéia de dano material e de dano moral configurou todo o processo de arregimentação dos moradores antigos para expulsão dos novos moradores do lugar. De acordo com Holanda (1988) o termo dano, tem o significado de mal ou de ofensa e prejuízo moral ou material.

Nesse diapasão, a diferenciação entre *nós* e *eles*, - nominados de *esse povo*, de gente que *emporcalha* o ambiente, - conforma o ordenamento moral que enquadra a invasão como um prejuízo aos esforços de melhoria do bairro e como um insulto e uma agressão moral aos moradores já estabelecidos. As queixas, assim, parecem se amoldarem como *insultos moral*. Para Cardoso de Oliveira (2005, p. 2), o conceito de insulto moral aviva “duas características principais do fenômeno: (1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro”.

É sobre esse conceito de agressão moral causados pela invasão que se articulou as disputas morais entre os moradores. O que propiciou e deu início a um sistema de desculpas e acusações expondo preconceitos e vulnerabilidades (GOFFMAN, 2012a) de ambos os lados. O que ampliou os dissensos, e as formas de arregimentação de forças para o disciplinamento moral do bairro. Sente-se, a partir dessa ocupação, um sentimento de falência do sentido de comunidade que até então perfazia o imaginário dos moradores locais, desde a década de 1920. Sentimento este que foi se perdendo quando o conceito de bairro começou a se erigir sobre a noção de comunidade.

É bem verdade, de acordo com vários entrevistados, que dentre os moradores já estabelecidos, alguns poucos ainda ousaram provocar o sentimento de comunidade e de esforço solidário para com os novos moradores. Mas, “só uns poucos se atreveram a agir e falar em seu nome [dos novos ocupantes]”.

Segundo um entrevistado¹³,

“[...] muitos que ali estavam [na ocupação] eram pessoas como nós éramos e muito de nós já foram pobres, expulsos do seu lugar e sem ter onde ficar. [...]. A gente devia pensar nisso e, se não ajudar, pelo menos deixar eles ficarem e se arranjar por lá, como a gente mesmo já fez antes e antes...”.

Segundo uma entrevistada¹⁴,

“teve gente mesmo que chegou a vaiar a gente que falava a favor da permanência dos novos moradores; e outros ainda gritavam ‘leva eles prá casa’. E aí a gente [...] deixamos de falar com eles e tomamos partido dos novos moradores [...] Nos outros dias, de fato, alguns dos moradores levaram algumas famílias da ocupação para as suas casas”.

Mais tarde permitiram que os *acolhidos* [como costumam nominar] construíssem um quatinho ou um *puxado* por trás da casa deles e lá e de lá reconstruíssem suas

¹³Funileiro e morador antigo de uma das ruas atingidas pela ocupação, e que ficou também ao lado dos novos moradores.

¹⁴Moradora do lugar desde os anos de 1980, desde o início a favor de aceitar os novos ocupantes, “como a gente viveu e organizou a nossa”.

vidas. Mas essa atitude foi tomada por poucos, uma grande parte ficou na ocupação e por lá começaram a remontar e se misturar no bairro.



Foto 1 - Visão do lugar onde se deu a ocupação. Foto de 2012 (Arquivo GREM).

Passados um pouco mais de vinte anos é possível ver, hoje, a ocupação já consolidada (Foto 1). A ocupação se deu acima da rua com traçado horizontal, atingindo todas as ruas transversais que a cortam. Como se pode ver, pela imagem acima, as ruas foram ordenadas, dando uma continuidade às demais, e prosseguindo até a depressão (na parte verde no canto superior da fotografia).

As casas ainda aparentam ser mais pobres do que as da área dos então estabelecidos (Foto 2). Desde então, é importante frisar, novas ocupações aconteceram, com uma profusão de casas desordenadas descendo encosta abaixo, em situações de risco.

Ainda hoje, vários moradores do bairro que viveram a tensão da ocupação dos anos de 1990 não se falam, motivados pelas tensões permanentes vividas de ódio e amor geradas nesse processo de disputas morais ocasionados pela ocupação. Ainda se acusam e empurram para os que fizeram parte da *invasão* como ainda costumam falar, a degeneração e a fraqueza moral do bairro. Ou se defendem, acusando os acusadores de tentarem viver uma vida que não possuem, e perder o sentido do melhor que o bairro possui: o espírito de comunidade e de solidariedade, e de que todos se ajudam quando precisam.



Foto 2 - As casas ainda aparentam ser pobres (Arquivo GREM).

Mas todos são unânimes em afirmar o estigma da cidade sobre os moradores e sobre o bairro do Rangel, e em sua maioria afirmam que se puderem sairiam do bairro,

mas, em outras circunstâncias, também afirmam que o Rangel é o lugar melhor de se viver: tranquilo, calmo, bom comércio, boa gente, que costumam se ajudar uns aos outros, e onde possuem parentes e amigos próximos. Como também, que o problema do bairro é o pessoal do Varjão, os desocupados, engraçadinhos, desordeiros, violentos, que a cidade costuma confundir com os do Rangel.

Enfim, modificado e se modificando, o Varjão/Rangel continua um bairro de dois nomes. Um lugar com disputas morais pungentes, com desculpas e acusações sobre o processo de morar no bairro, e com uma cultura emotiva tensa e ambivalente. O que perfaz um ambiente com uma montagem moral complexa e sempre em disputa, recheada de amor e ódio ao bairro e ao outro habitante, bem como pelo processo de humilhação pelo estigma com que a cidade trata os moradores e o lugar.

Referências

- BARBOSA, Maria do Socorro Borges. *Lições das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras de Mandacaru*. (Dissertação). João Pessoa: PPGC/UFPB, 2001.
- BARBOSA, Raoni Borges. *Medos Corriqueiros e Vergonha cotidiana: Um estudo em Antropologia das Emoções*. Recife: Bagaço, 2015.
- BERGER, Peter. “Sobre a obsolescência do conceito de honra” [seguido de] “Duas notas de rodapé sobre a obsolescência da honra”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 14, n. 41, pp. 7-20, 2015.
- BOLTANSKI, Luc. *El amor y la justicia como competencia: tres ensayos de la sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007
- BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luiz Roberto. *Direitos, Insulto e Cidadania: Existe Violência Sem Agressão Moral?* Série Antropologia DAN UnB, n. 37, 2005.
- CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da. *Aprendendo a pesquisar: ouvindo, apreendendo e contando a história de vida de Vó Mera*. TCC. João Pessoa: CCS/ UFPB, 2006.
- ELIAS, Norbert / Scotson, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012a.
- GOFFMAN, Erving. *Comportamentos em Lugares Públicos – Notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- IBGE. *Censo Brasileiro – 2010*. <http://censo2010.ibge.gov.br>. 2010. (Lido em 10/09/2015).
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Relações sociais no cotidiano: processos de sociabilidade e de justificação como formas renovadas de solidariedade e conflito. *RBSE*, v. 13, n. 39, pp. 285-300, 2014.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa personalidade. *Etnográfica*, v. 18, n. 3, p. 521-549a, 2014a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Medos corriqueiros: a construção social da semelhança e da dessemelhança entre os habitantes das cidades brasileiras na contemporaneidade*. Projeto de Pesquisa. João Pessoa: GREM/ UFPB, 2000.
- KOURY, Mauro Guilherme e BARBOSA, Raoni Borges. *Da subjetividade às emoções: antropologia e a sociologia das emoções no Brasil*. Recife: Bagaço, 2015.
- LAVIERI, João; LAVIERI, Ma. Beatriz F. *Evolução Urbana de João Pessoa Pós-60*. In: Regina C. Gonçalves et al (Orgs). *A Questão Urbana na Paraíba*. João Pessoa: EdUFPB, 1999, p. 39-65.
- MACEDO, M.A, et al. *Ação estatal e movimento de moradores em João Pessoa: 1967-1986*. Relatório final. DSS. Arquivo Central da Secretaria de Administração de João Pessoa, 2009.
- MAIA, Doralice Sátyro. *Tempos lentos na cidade: Permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa – PB*. Tese. São Paulo: USP, 2000.
- MOORE Jr., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRADO, Rosane M. *Cidade pequena: Paraíso e inferno da personalidade*. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n. 4, pp. 31-56, 1998.

SILVA, Mário Ângelo da. *Conselho Comunitário: Estudo de Caso de Um Movimento Popular na Periferia de João Pessoa – PB*. Dissertação. MSS/UEPB, 1984.

SIMMEL, G. A tríade. In: Maria Cláudia Coelho (Org.). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2014, p. 45-64.

WERNECK, Alexandre. *A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2013.

ASSIS, Renan Lubanco. “Morador de Guarus”: categorias morais mobilizadas em situações de copresença na cidade de Campos dos Goytacazes. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.15, n. 45, p. 39-52, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965

DOSSIÊ

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

“Morador de Guarus” Categorias morais mobilizadas em situações de copresença na cidade de Campos dos Goytacazes

“A resident of Guarus”: Moral categories mobilized in situations of co-presence in the city of Campos dos Goytacazes

Renan Lubanco Assis

Resumo: Este artigo tem como proposta fazer uma análise do processo de urbanização da cidade de Campos dos Goytacazes, e relacioná-lo aos processos de segregação moral das novas áreas ocupadas, sobretudo, as situadas no 3º Subdistrito de Guarus. Iniciarei com duas reflexões baseadas em documentos históricos que trazem à tona situações envolvendo povos indígenas e quilombolas. Estes eram categorizados como perigosos, tanto para a Vila de São Salvador (Campos dos Goytacazes), quanto para a circulação pelas estradas da então Guarulhos (Guarus). Estas situações de conflitos delineiam moralmente a região em relação à sede do município, bem como, as demais localidades situadas na margem direita do Rio Paraíba do Sul, o que implicou na elaboração de duas regiões morais que afetam os atuais moradores que são desqualificados em situações de copresença por habitarem na região. **Palavras-chaves:** morador de Guarus, bairro, delineamento moral, categorias morais, copresença.

Abstract: This article aims to analyze the process of urbanization of the city of Campos dos Goytacazes, and relate it to the moral segregation processes of new occupied areas, especially those located on the 3rd Sub-district Guarus. I shall begin with two observations based on historical documents bring to light situations involving indigenous peoples and Maroons. These were categorized as dangerous for both the Vila de São Salvador (Campos dos Goytacazes), and for circulation by then roads of Guarulhos (Guarus). These conflict situations morally delineate the region in relation to the county seat, as well as other localities situated on the right bank of the Paraíba do Sul River, which resulted in the development of two moral regions that affect current residents who are disqualified in situations copresence by living there. **Keywords:** resident Guarus, neighborhood, moral design, moral categories, Co-Presence.

Apresentação

A categorização é um recurso que pode ser mobilizado de modo lógico na ciência, inerente ao trabalho de formulação de conceitos e categorias de análise; como uma mera catalogação de objetos, ou ainda, como um recurso moral nas situações de “copresença”, nas quais os atores, mediante o encontro *face a face*, categorizam uns aos outros estandardizando suas avaliações sobre determinadas práticas e objetos. No caso deste trabalho, uma região específica da cidade de Campos dos Goytacazes - RJ: Guarus.

A pesquisa que possibilitou a elaboração deste artigo conta com um trabalho etnográfico iniciado no mês de maio do ano de 2013, e findado no mês de junho de 2015. O trabalho de campo contou com visitas semanais ao bairro, observando e participando de eventos realizados no mesmo. Foram realizadas ainda 22 entrevistas com 19 moradores do bairro de Custodópolis e bairros contíguos. A pesquisa de campo

me possibilitou apreender “categorias nativas” utilizadas por diferentes faixas etárias, o que me ajudou a sistematizar processos de categorizações oriundos dos encontros com “o outro lado”, no caso, da margem direita do rio Paraíba do Sul, do município de Campos dos Goytacazes.

Notícias de Guarulhos: situação histórica de uma região.

Os capuchos haviam perdido uma demanda que tiveram com os jesuítas, sobre terras que ambas as comunidades disputavam a posse. Não querendo os capuchos se sujeitar ao que decidira a Relação do Estado, que lhes fora desfavorável, incitaram os índios contra os moradores contra os que moravam nestas terras, onde as casas eram cobertas de palhas e os índios lançaram fogo, servindo-se para isso de flechas que levavam algodão inflamado. Os moradores que não fugiam para não morrerem queimados, não escapavam das flechas certa dos índios!

[...]

O povo da Vila de São Salvador [Campos dos Goytacazes], aterrando-se com as notícias que recebia de Guarulhos, achando-se rodeado por aldeia de índios, pensou que podia acontecer a mesma coisa, e pediu aos oficiais da câmara providências. Os vereadores escreveram ao rei D. João V, pedindo pólvora e artilharia para defender a Vila, em caso de ataque. (FEYDIT, 1979 [1900], p. 132)

Esta seção se inicia apresentando um trecho que descreve uma situação na qual os capuchinos mobilizaram os “índios” de Guarulhos [Guarus] para recuperar terras perdidas para os jesuítas. Na ocasião, Guarulhos era apenas uma faixa que ficava situada na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Fora concedida uma légua (4.000 metros) de terras aos Capuchinos para que estes construíssem um aldeamento para “índios” Guarulhos¹⁵, grupo, inclusive, que deu origem ao nome da localidade, denominada em um primeiro momento, Aldeia de Santo Antônio dos Guarulhos (FEYDIT, 1979, p. 74).

Ao fazer uma abordagem sócio-histórica visou levantar uma reflexão sobre os relatos das “situações” experimentadas entre Guarulhos e a Vila de São Salvador, para demonstrar como essas contribuíram para constituição de uma qualificação do que viria a ser o morador em Guarus. No caso destacado acima, a localidade era, sobretudo, habitada por povos indígenas e, muitos deles, caracterizados como sendo *gentios* (MALHEIROS, 2008, p. 67). Esta categoria é importante para iniciarmos uma reflexão do modo como os moradores daquela localidade eram representados. Como o Português colonizador é cristão, este não deixa de recorrer a categorias construídas desta moralidade para qualificar o mundo. O que seria um gentio? Um não cristão. Seria simples se a religião não estivesse inserida em um projeto político colonizador. Ser gentio é ser de *fora* e não compartilhar da mesma visão de mundo dos *internos*, no caso, cristãos portugueses.

Se retomarmos uma discussão judaico-cristã acerca da existência do gentio, podemos perceber ainda uma distinção produzida por consanguinidade: ser gentio era não ser descendente das doze tribos dos filhos de Israel. Neste caso, há uma demarcação, a princípio, por laços de consanguinidade. O apóstolo Pedro, inclusive, ao visitar Cornélio, um gentio, *escandalizou* a comunidade cristã e judaica (Atos, 10: 1-8). Com o advento do cristianismo o gentio passa a assumir tal status por não professar a fé cristã, logo, à consanguinidade integra a tradição judaica, não cristã.

¹⁵Com relação a esta nomeação, Couto Reys (2011 [1785], p. 148) destaca que trata-se de um termo genérico para denominar todas as nações indígenas da região. Segundo a sua análise, as características físicas e a forma de “tosquiar” o cabelo à maneira dos frades, seja característica dos “índios” coroados. Por fim, ele considerou mais adequado chamá-los de “Coroados Guarulhos”.

A questão que é cara nesta discussão é a noção de povo ou nação. O gentio não é incorporado ao povo cristão, logo, é posto de fora dos limites da moralidade cristã. Não cabe aqui remontar toda a discussão, pois ela é demasiada longa e fugirá do propósito deste texto. A categorização dos povos indígenas como gentios teve como propósito clarificar os limites entre os diferentes grupos sociais presentes no território.

Gentio é aquele que chegou antes dos cristãos, portanto, não é a ordem de chegada ao território que garante o status de “estabelecido” (ELIAS e SCOTSON, 2000). Esta questão não vem ao caso, e sim, compreender o modo como a localidade de Guarulhos, hoje, 3ª Subdistrito da cidade de Campos dos Goytacazes, assumiu o status moral desqualificado em relação aos demais distritos.

Partindo do princípio de que os “Guarulhenses” eram gentios, pode-se inferir que esta forma de categorização incide, inclusive, sobre o território. Esta discussão não está distante do que os gregos consideravam *βάρβαρο* (bárbaro). Não ser reconhecido como “outro generalizado” (MEAD, 1934) é não pertencer à mesma comunidade. No caso deste artigo, da mesma cidade. O modo como o território fora categorizado moralmente o segregou fisicamente.

Uma colocação importante destacada na citação que dá início a esta seção, é a forma como o povo da Vila de São Salvador reagiu às *notícias* que recebia de Guarulhos. Em uma profícua análise acerca da notícia, Park (1972, p. 176) faz a seguinte colocação: *A notícia suscita no público, o que a percepção suscita no indivíduo*. A notícia, neste caso, produz conhecimento acerca de algo. Não me refiro aqui a uma notícia veiculada a um periódico específico, mas a notícia veiculada, inclusive, por meio de *rumores* e *fofocas*¹⁶, dentre outras possibilidades de produzir um conhecimento sobre pessoas ou lugares.

A partir do momento em que o povo da Vila de São Salvador soube das “notícias” de Guarulhos, criou-se instaurou-se situação de crise¹⁷. Como destacada pelo próprio William Thomas (1905), *roubo, assalto [...] e toda e qualquer invasão dos direitos dos outros são a ocasião da formulação da prática jurídica e moral, e do surgimento de uma classe de pessoas especialmente especializados em administrar a*

¹⁶Elias e Scotson (2000) fazem menção as “fofocas depreciativas” como um artifício para manter uma delimitação entre os tomados como estabelecidos dos *outsiders*. A fofoca e o rumor, neste caso, surgem como dispositivos de depreciação dos *outsiders* e manutenção do carisma grupal entre os *estabelecidos*. Uma abordagem que pode ser tomada aqui como relevante para pensar a fofoca, nos termos em que ela está sendo tomada neste trabalho, é a sua capacidade de clarificar os limites do grupo que falam de membros de outros grupos (GLUCKMAN, 1963).

¹⁷Tomada aqui como uma “interrupção do fluxo do hábito” conforme William Thomas (1905). Nesta ocasião, Thomas analisa a “gênese dos estados de consciência no grupo social e sua influência modificadora sobre os hábitos do grupo”. Os diferentes indivíduos, a partir de determinados hábitos, irão agir em acordo com o grupo de origem. A interrupção deste hábito é classificada pelo autor, como uma situação de crise, o que demandaria um reordenamento das ações, o que poderia, inclusive, contribuir para a *cooperação, solidariedade e associação* do grupo – neste caso, o autor se refere a uma crise de natureza catastrófica, como fome, enchentes, pestes perdas em batalha, entre outras. Além desatas possibilidades, o autor prevê ainda, a formulação de práticas *jurídicas e morais*, como forma de lidar com a crises relacionadas à roubos, prática mágica, invasão e toda e qualquer violação dos direitos.

prática. A situação de “crise” é refletida no aterramento (medo) dos moradores da “Vila”. Não estou a afirmar que esta crise não existia, mas esta situação contemplada é uma prova concreta de um momento específico em que ela tornou-se evidente, ou, ao menos, pública para alguns moradores da Vila.

As notícias sobre Guarulhos passaram a ser motivo de temor para moradores da margem direita do Rio Paraíba do Sul e a solução sinalizada pelos vereadores da Vila seria o envio de “pólvora” e uma “artilharia” para defender de um possível ataque. Eis a situação em que uma localidade é categorizada como perigosa, quando as disputas territoriais ainda envolviam colonizadores e populações autóctones. Neste primeiro momento, o morador de Guarulhos é o indígena que fora colocado em redução católica. Tendo como base a abordagem destacada até aqui, infiro que a construção dos “lugares perigosos” ocorre situacionalmente e esta redefine o modo como as pessoas passarão a agir, neste caso, a partir de um quadro de referência elaborado por aqueles que qualificaram o lugar. O “índio” nesse contexto é o “estrangeiro”¹⁸. Ele está perto, mas distante. E em uma situação de “crise”, ele poderá ser categorizado como “inimigo interno”.

Após o período destacado até aqui, já ao final do século XIX e início do XX, quando há uma expansão do município em direção ao norte, no caso, em direção à Guarulhos, Alberto Lamago (1945, p. 176) faz a seguinte afirmação: *Para o norte o colono primitivo encontra um matagal fechado e intransponível, infestado de Purís e de Aimorés [...]*. Os Purís e Aimorés são categorizados não como moradores, mas como uma *infestação* no lugar.

As reflexões tecidas nesta seção são fundamentais para que possamos situar a compreensão de Guarulhos (Guarus) como um lugar perigoso e de gentios do ponto de vista daqueles que estavam situados na margem direita do Rio Paraíba do Sul. No momento em que há um conflito, este é relacionado ao lugar e a sua população, logo, uma separação entre o “povo da Vila” e “Guarulhos”. A separação não é meramente administrativa, e, em situação de “crise”, há afirmação do delineamento moral entre moradores da Vila de São Salvador e moradores de Guarulhos. O lugar é qualificado como perigoso.

Uma determinada área da cidade é categorizada moralmente na medida em que é ocupada por diferentes grupos que não possuem familiaridade com os membros da primeira área da ocupação. As regiões são valorizadas e desvalorizadas a partir de categorizações morais que as mesmas recebem, e estas serão elaboradas a partir de uma interação estabelecida entre as populações. No caso de Guarulhos, a localidade estava condenada à segregação territorial por ser um lugar considerado *infestado* de *gentios*. Estes eram empecilhos para o projeto colonizador, e posteriormente, para a expansão da cidade em direção ao norte. A não assimilação destas populações aos *projetos* urbanísticos da cidade os tornou inimigos internos, e conseqüentemente, um motivo para desqualificação do território. Além dos indígenas, havia outros inimigos internos: os quilombolas.

Quilombolas em Guarulhos: perigos para a circulação.

Quilombolas de Guarulhos

¹⁸Simmel (2009 [1908], p. 601-620) situa o estrangeiro como um exemplo de “distância dentro do relacionamento”, no qual o próximo está longe, mas sendo estrangeiro, significa que o distante está perto. O estrangeiro é comparado ainda, a aquele que integra o grupo, mas é se assemelha aos “inimigos internos”.

De um nosso assinante, morador naquela freguesia, pertencente a este município, recebemos a seguinte informação: “há aqui um grupo de quilombolas, que está pondo de novo em sobressalto esta freguesia. Esses malvados, armados de foices, facão e espingardas, não só constituem um perigo permanente para pessoas que transitam pelas estradas, as quais tacam para roubar, como assaltam as casas com mesmo fim. (Jornal *Monitor Campista*. Campos, 24 de janeiro de 1886 *apud* CORDEIRO, 2012, pp. 81-81.)

O quadro abaixo traz informações que nos ajudam a ter uma noção da proporção da população escrava de Guarulhos (Guarus) em relação às demais freguesias do município, algo que considero importante para pensar no modo como a localidade fora sistematicamente qualificada em relação às demais.

Freguesias	Livres			Ingênuos			Escravos			Total
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
São Salvador (Sede do Município)	6.179	5.532	12.711	996	1.184	2.180	3.555	3.396	6.949	21.840
São Sebastião	3.680	4.257	7.937	437	545	982	1.562	1.284	2.846	11.765
São Gonçalo (Goytacazes)	3.590	3.852	7.442	586	549	1.135	2.054	1.634	3.688	12.265
Guarulhos (Guarus)	3.740	3.455	7.195	1.076	876	1.952	3.907	3.320	7.227	16.874
Morro do Coco	2.550	2.585	5.135	294	177	471	888	728	1.616	7.222
Santa Rita	2.180	2.185	4.395	300	310	610	577	502	1.079	6.054
S. Benedicto	2.287	1.544	3.831	201	160	361	362	206	568	4.760
Dores	3.064	3.021	6.085	301	347	648	885	875	1.760	8.498
Natividade	2.238	1.960	4.198	350	399	749	829	762	1.591	6.538
Bom Jesus	1.689	1.336	3.025	384	286	670	624	365	989	4.684
Total	31.197	30.727	61.924	4.925	4.833	9.758	15.241	13.072	28.913	99.995

Quadro 1: População do Município de Campos dos Goytacazes por freguesia: projeção feita para 1881 (Almanak de Campos)

Comparado às demais localidades, a freguesia de Guarulhos possuía uma população escrava maior do que a população livre. Em todas as demais, a população livre, no caso, branca, é maior do que a população negra, e a população livre ultrapassa o dobro da população escrava.

Não há uma necessidade de remontar - não neste artigo - o modo como as relações raciais foram tecidas no Brasil. A questão que pode ser enquadrada analiticamente aqui é como a origem social dos moradores incidirá sobre o modo como a localidade será categorizada moralmente, neste caso, como um *lugar desqualificado*. Em um primeiro momento, populações indígenas e ao final do século XIX, quilombolas. As notícias veiculadas pelos jornais locais categorizavam um novo tipo social perigoso em Guarulhos. O seu lugar de fuga, obviamente, seria para o local mais próximo da cidade, e ao mesmo tempo, pouco acessível, que foi o caso de Travessão, uma localidade situada ao norte de Guarus.

Comparada às outras freguesias, Guarus teve maior presença negra. Na situação descrita pelo gráfico e pela notícia, era uma presença, sobretudo, relacionada ao trabalho manual. Quando digo isto, afirmo que os negros que chegaram a Campos dos Goytacazes no período da colonização não vieram para serem proprietários de terras. Eles constituíam uma mão de obra escrava. Neste caso, a população negra que estava em Guarulhos já possuía, por si só, um “símbolo de estigma”¹⁹ por terem pertencido a

¹⁹Goffman (1988) delineou dois aspectos importantes que são considerados em uma relação de copresença, a saber: os *símbolos de*

um setor subalterno da produção e, no tocante a situação desumanizadora da escravidão em si, podemos inferir ainda que pertenciam a um status humano diferenciado em relação à população livre e branca, cuja herança social está vinculada a “símbolos de prestígio” pelo fato de não terem sido colocados em condição de escravos como os negros.

A notícia que relaciona os quilombolas ao perigo para o trânsito nas estradas tem como pano de fundo a ampliação da circulação no município de Campos. Em 1875, um ano antes do noticiário, fora inaugurada a Estrada de Ferro Carangola, que daria acesso, via transporte ferroviário, às localidades situadas ao norte do município, neste caso, a circulação estava sendo ampliada em direção ao norte. É importante ressaltar que a veiculação da notícia apontando para o perigo dos quilombolas está relacionada a ampliação da circulação em direção ao norte, e esses, colocariam esta em risco.

Como destacado até aqui, a localidade de Guarulhos (Guarus) fora equivalida ao perigo. Disto isto, pode-se inferir que as situações descritas pelo jornal, bem como a quantidade de negros presentes na localidade contribuíram para que esta fosse desqualificada moralmente em comparação com as demais localidades do município, uma vez que os seus habitantes não participavam dos círculos sociais presentes na sede do município.

Campos urbana: novas migrações e ampliação do município em direção ao Norte.

Guarus, bem como às demais áreas próximas da sede do município de Campos dos Goytacazes, passou por um processo significativo de crescimento no final do século XIX, e início do XX²⁰. Não me aterei aqui a um recorte temporal tão amplo, pois interessa uma reflexão sobre os novos “moradores de Guarus” que chegaram à localidade a partir dos anos de 1950/1960. Cruz (2003) destaca um efeito provocado por uma modernização do setor agroindustrial e agropecuário que acabaram por reforçar o padrão monocultor do setor sucroalcooleiro, que, inclusive, fora criticado no discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas em sua visita a Campos no ano de 1936²¹.

prestígio e os símbolos de estigmas. Ambos transmitem informações sociais sobre um indivíduo ou grupo. O primeiro aspecto, como o próprio nome já sinaliza, coloca o indivíduo em um patamar favorável, quanto ao segundo, este produz o efeito inverso, uma vez que desqualifica aquele que possui uma discrepância identitária que não corresponde ao retrato global coerente (do ponto de vista do grupo que define o ideal de coerente).

²⁰No final da década de 1880, a população urbana de Campos dos Goytacazes teve um crescimento expressivo. Em 1880, Campos possuía 26.951 habitantes na área urbana e 78.583, na área rural, enquanto em 1920, contava com 45.430, na área urbana e 128.672, na área rural (Lamego, 1945, p. 169). Este crescimento não foi expressivo em todo distrito de Guarus, mas possibilitou o surgimento de núcleos urbanos no distrito, dos quais podemos citar Custodópolis, que fora formado, inicialmente, por pequenos comerciantes, capatazes das fazendas existentes no local e um contingente significativo de ex-escravos.

²¹“Campos precisa voltar ao seu esplendor de outrora, ao apogeu dos últimos tempos do Império. Para readquiri-lo, não deve cuidar apenas do aperfeiçoamento dos processos da lavoura açucareira. Precisa desenvolver também a policultura, de tal modo que o futuro da região não repouse num produto único, melhorando, ao mesmo tempo a exploração do solo, não somente quanto à técnica, mas ainda quanto à forma. O cooperativismo de produção, a parceria agrícola, a constituição

Dentre os afeitos produzidos pela “modernização” apontada por Cruz, podemos citar: enfraquecimento das culturas de feijão, milho, mandioca para o fabrico de farinha e da criação de pequenos animais. Logo, as populações que viviam destes cultivos e criação de animais migraram para a área urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, o que aumentou significativamente a população da área urbana, sobretudo, a do terceiro subdistrito de Guarus.

A partir de um trabalho de campo etnográfico, além da realização de entrevistas, pude compreender diferentes trajetórias no bairro. Uma delas, que será mencionada aqui, acaba corroborando a questão destacada no trabalho de Cruz (2003). Partirei da trajetória de vida de Seu Francisco e Dona Janaína²², esta última fora interlocutora da pesquisa. Ambos chegaram ao Parque Nova Campos na década de 1970, bairro vizinho a um dos primeiros bairros da área urbana do terceiro subdistrito, Custodópolis. Na década de 1940, Custodópolis já contava com “muitas casas comerciais, armazéns de secos e molhados, lojas de fazendas, padarias, várias granjas [...] uma escola pública [...], uma capela de culto a N. S. da Conceição, estando já concluído um templo de culto Batista” (Guia Geral da Cidade de Campos, 1947, p. 121). Nesse período houve um novo fluxo de moradores ocupando a região de Guarus, mas estes foram, sobretudo, antigos trabalhadores livres das fazendas e usinas próximas ao local, e filhos e netos de ex-escravos. O bairro fora criado por um membro do Partido Comunista do Brasil e passou a integrar um projeto que ia de encontro à política sindical e trabalhista de Getúlio Vargas (GOMES, 2000).

Seu Francisco era um senhor de pele branca, olhos azuis, e morava com a sua família em Travessão de Campos²³, um distrito contíguo ao subdistrito de Guarus. Na década de 1950, Seu Francisco, juntamente com o seu pai e irmão, compravam peixes, tapioca²⁴ e farinha de mandioca com a finalidade de comercializar os produtos na área urbana do município de Campos. Eles acessavam a área urbana à cavalo, pela Estrada do Nogueira, uma das poucas estradas que cortavam o terceiro subdistrito, seguiam na Estrada do Fundão para, finalmente, chegarem aos seus destinos: Fundão e Outeiro, a primeira localidade situada na área urbana da cidade, a segunda, na área rural. Ambas na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Nos anos sessenta, Seu Francisco e seu irmão mais novo migram para a cidade em busca de trabalho²⁵. Cabe ressaltar que Seu Francisco, bem como o seu irmão, viviam de atividades comerciais, não trabalhavam na “roça”, mas sim como intermediários de produtos agrícolas.

da pequena propriedade média muito mais apta a realizar o equilíbrio social do que a grande propriedade, a industrialização crescente são outras tantas etapas do progresso a que estão fadadas as ricas margens do Baixo Paraíba, capazes de produzir tudo em excelentes condições, e dispondo do mais barato gênero de transporte, que é o fluvial-marítimo.” Apud Alves, 2013, p. 87.

²²Os relatos foram feitos por Dona Janaína, pois, na ocasião do meu trabalho de campo, Seu Francisco já havia falecido.

²³Esta localidade, antes de ser nomeada por Travessão de Campos, era chamada de “Sertão do Nogueira”. Era assim denominado devido ao seu antigo proprietário interessado em retirar madeira na região entre os anos de 1864 e 1867 (MALHEIROS, 2008, p. 56).

²⁴Produto feito a partir da mandioca/macaxeira/aipim.

²⁵Por ter sido uma entrevista concebida por sua esposa, algumas questões ficam incompletas. Estas trajetórias destacadas aqui acabam complementando o trabalho realizado por Cruz.

Ele e seu irmão, ao se mudarem para a área urbana da cidade, passaram a trabalhar fazendo “biscates”. “Limpavam quintal de casa de gente rica” (segundo fala de Dona Janaína), entre outras atividades. O Irmão de seu Francisco foi trabalhar e morar em Niterói-RJ, onde se casou, e Seu Francisco, continuou na cidade, porém, trabalhando como vendedor ambulante nos arredores do Mercado Público, conhecido popularmente como Mercado Municipal. Ele morava de aluguel próximo à Praça da República, lugar que Seu Manoel, seu contemporâneo e amigo pessoal, denominou “um cortiço”, em entrevista concedida a mim. Este era um trabalhador da fábrica de tecidos A Campista (Companhia de Fiação e Tecelagem Campista) e fabricava sapatos. Em uma dada situação, resolveu deixar alguns pares com Seu Francisco para que este os vendesse. Daí ele começou a trabalhar como vendedor de calçados fabricados por Manoel Peçanha. Passou a assumir então a profissão de camelô.

Dona Janaína, sua esposa, morava no distrito de Morro do Coco com sua família e trabalhava em “casa de família” na cidade como empregada doméstica. O seu patrão possuía terras no distrito, mas sua residência era na cidade de Campos dos Goytacazes. Quando o patrão ia para Morro do Coco, a levava para casa, e, quando ele retornava, a levava para o trabalho, onde passava toda a semana trabalhando. Ela, neste período, possuía 12 anos de idade. Trabalhou como doméstica até o seu esposo se estabelecer na cidade como comerciante. Ela conheceu Seu Francisco no dia em que fora comprar uma sandália em sua banca. Ela afirma ter ficado encantada com os seus olhos. Apesar da resistência dos pais dela, que não queriam a filha casada com um “camelô”, eles iniciaram a relação.

Atendendo ao pedido de Manoel Peçanha, que acabara de comprar um terreno “barato no Parque Nova Campos”, bairro vizinho à Custodópolis, Seu Francisco fora ver um terreno que estava à venda no bairro, e finalmente, decidiu comprar. Quando seu Francisco comenta para o patrão de Dona Janaína que eles iriam morar próximo à Custodópolis (também conhecido como Cidade de Palha), em Guarus, ele disse: “você estão doidos, lá só tem índio²⁶, morre gente todos os dias”. Dona Janaína, dando risada me disse: “pior que morria mesmo”. Mas isso parece não ter sido um problema para ambos, ou, ao menos, não fora um impeditivo para que seguissem o plano de mudança.

As trajetórias de Seu Francisco e Dona Janaína são mobilizadas para que possamos remontar um quadro analítico dos moradores que chegaram ao bairro a partir da década de 1960. Segundo os dados coletados através de documentos e relatos, estes eram filhos de trabalhadores rurais, que por uma oferta de emprego reduzida em suas localidades de origem, decidiram refazer os seus projetos na cidade. O conceito de “crise” de Thomas, mais uma vez se torna plausível para que possamos compreender as situações de rupturas e redefinição de trajetórias devido às “crises” vividas, que, neste caso, estão relacionadas a uma reformulação do mercado de trabalho do local de origem que o torna insuficiente para atender às demandas internas.

A área urbana de Campos, após os anos 1950, foi destino de um novo tipo de estrangeiro. Este não está tão distante moralmente dos habitantes da sede, pois são, em sua maioria, colonos descendentes de portugueses. No caso de Dona Janaína, ela se denomina Cabocla. Ela é baixa, aproximadamente 1,50 metros, de pele dourada e com cabelos negros levemente encaracolados.

O momento em que o patrão de Dona Janaína a interpela, ele, assim como já fora destacado nas seções anteriores, categoriza o lugar como “lugar de índio”, que pode,

²⁶Quando ele se refere ao termo índio, usa como uma categoria moral de desqualificação dos moradores da região. Seria o mesmo que chamá-los de bárbaros.

inclusive, ser traduzido como “lugar de gentios” e “lugar de quilombolas”. A região fora categorizada, desde a sua constituição, como um lugar delineado moralmente como não pertencente à cidade. Administrativamente há uma unidade, mas esta não se aplica quando se faz menção ao morador da cidade. Existe um delineamento moral entre o “morador da cidade” e o “morador de Guarus”, neste caso, migrantes da área rural do município, diferenciação esta que perdura até os dias atuais e que está presente nos imaginários sociais vigentes sobre esta região, sendo confrontada aos seus moradores quando em circulação pelas outras áreas da cidade.

A expansão do território de Campos em direção ao norte redefiniu moralmente a cidade, estabelecendo uma diferenciação entre os moradores de lá (margem esquerda do Rio Paraíba do Sul) e moradores do lado de cá (margem direita do Rio Paraíba do Sul). Os novos moradores da cidade ocuparam um território que possui uma história social delineada pela segregação moral, pois não possuem uma reputação reconhecida pelas famílias tradicionais, cuja forma de reconhecimento social ocorre através da posse de um sobrenome que os vincule aos contextos de sociação (Blanc e Assis, no prelo) da “sociedade campista” (CUNHA, 2007).

“Coisa de Guarus: Favelado cafona”

Carolina: Eu trabalhava no pré-vestibular daqui, da [IES²⁷] né?, e era bolsista, e nenhum dos sessenta alunos que foram classificados... nenhum era de Custodópolis, mas tinham dois de Guarus, só dois de Guarus! Ihhh... uma vez rolou um comentário, é... de... falando de gente favelada, falando de gente cafona favelada, ai um comentando pro outro assim: ‘ihhh... isso ta parecendo coisa de Guarus’. Coloca-se como se o outro lado da ponte fosse uma coisa só! Lá é Guarus, aqui é o que, é Campos... do lado de cá é Campos, do lado de lá é Guarus? E coloca como se todo mundo fosse uma coisa só. (Entrevista realizada no dia 12/11/2014 na IES, em Campos dos Goytacazes)

O trecho que precede é parte de uma entrevista realizada no ano de 2014, quando Caroline, uma jovem de 30 anos cursava o 9º período de Serviço Social. Antes de entrar na universidade pública, ela iniciou três outros cursos, mas não deu continuidade. Em 2004, aos 20 anos, iniciou a Graduação em Fisioterapia na Estácio de Sá, mas não teve condições de “bancar”, devido a sua renda. Em 2005, iniciou o curso de Tecnólogo em Gestão de Indústria, Petróleo e Gás na mesma universidade. Kursou dois períodos e decidiu trancar o curso. Em 2009, iniciou o curso de Letras, mas foi orientada pelo namorado (atual marido) a tentar uma pública, e acabou realizando o pré-vestibular e passou para o Curso de Serviço Social.

No tocante a sua trajetória profissional, trabalhou no comércio desde os 15 anos. Iniciou em uma loja do bairro de artigos de R\$ 1,99 do tio, e aos 19 anos, assinou a carteira como comerciária, porém no “centro”, em uma revendedora de uma companhia telefônica. Em 2007, trabalhou como secretária de um curso preparatório, e durante o período da universidade (IES) montou uma loja de roupas em Custodópolis. Por motivos financeiros, fechou a loja, e em 2013, iniciou em um estágio remunerado na IES, onde trabalhou durante um ano, até ser convocada para o concurso público para inspetora de alunos na rede pública estadual do Rio de Janeiro, onde trabalha atualmente.

A trajetória de Caroline não é a mesma de seus pais, que migraram do interior da cidade para o bairro de Custodópolis no final dos anos 1950. Sua mãe, de acordo com as suas declarações, atuou como “do lar”, categoria nativa para descrever a atuação de “dona de casa”, que não exerce atividade remunerada e trabalha exclusivamente em

²⁷Trata-se de uma instituição pública, mas para garantir o anonimato da minha entrevistada, fiz alterações do nome da universidade.

afazeres domésticos. Seu pai trabalhou em empresa de ônibus como motorista, e aos 18 anos foi para o Rio de Janeiro para trabalhar na construção da Ponte Rio-Niterói. Retornando para Campos, entrou para a polícia militar. Os pais de Caroline eram filhos de lavradores oriundos de Santa Maria de Campos (norte do município) e trabalhavam no corte da cana.

Caroline, diferente de seus pais e avós, teve acesso a uma universidade pública. Nessa instituição ela se deparou com as categorias morais atribuídas ao seu bairro. Refazer a trajetória familiar e ocupacional de Caroline é relevante para que possamos estabelecer uma relação entre a sua compreensão do bairro e a de seus novos pares, moradores que ela denomina “do lado de cá”²⁸. Ela faz uma série críticas às avaliações dadas ao seu local de moradia, categorizado como um local dos “favelados” e “cafonas”. Neste caso, uma atribuição de qualidades de desqualificação.

Ao colocarem uma discussão em sala de aula sobre “tipos” sociais indesejados nos repertórios dos alunos do pré-vestibular da IES, Guarus é designado como o lugar onde esses “tipos” estão presentes, pois a ausência de um estilo válido na situação é tomada como “coisa de Guarus”. As categorizações proferidas questionavam o que lhe era familiar. O seu “outro generalizado” estava sendo alvo de desqualificação.

A experiência jocosa fez que com ela se colocasse como sendo parte de outro grupo, não daquele no qual o comentário havia sido proferido. Daí surge a ênfase que ela dá a expressão “do lado de lá”. Nos quadros primários (Goffman, 2012, p. 46) mobilizados pelos alunos do pré-vestibular, os moradores de Guarus seriam categorizados moralmente como portadores dos atributos que os desqualificam em relação aos moradores de “Campos”, neste caso, do “lado de cá”, segundo as referências classificatórias que ela mesma mobiliza em suas falas, durante seus relatos.

Os novos moradores de Campos, neste caso, Guarus, ao chegarem à cidade se ocuparam de profissões que exigiam pouca qualificação, vide trajetórias remontadas entre Dona Janaína, Seu Francisco e Seu Manuel, ainda apresentadas pela geração dos pais de Caroline. Na medida em que esses grupos foram sendo *assimilados* (Park e Burgess, 2014) à cidade, acessando recursos que até então, eram acessado predominantemente por moradores da margem direita, situações de copresença se constituíram em arenas de disputas simbólicas entre os “moradores de Guarus” e os “moradores de Campos”, conferindo destaque para as dicotomias criadas pelos conflitos morais estabelecidos entre sub-regiões morais dentro da mesma cidade

Caroline se não se sentiu devidamente enquadrada, pois não correspondia a tais categorias e o seu desconforto evidenciou uma tensão entre diferentes moralidades. Havia três alunos moradores de Guarus no pré-vestibular, e mesmo assim não houve constrangimento por parte dos que levantaram os comentários jocosos. Na situação em que ocorreu o evento, os moradores de Guarus, assim como ela, secretária do pré-vestibular, estavam em desvantagem na situação que lhes estava sendo imposta. As categorias foram proferidas por moradores da margem direita do Rio Paraíba do Sul. Estes, obviamente, não precisavam ponderar antes de proferir tal comentário, pois eram predominantes na situação. Este fato sinaliza para diferentes enquadramentos cognitivos dos quais a cidade é constituída, bem como para as hierarquias com que estes enquadramentos se situam, conferindo a dado grupo maior potencial de estabelecer regras e impô-las publicamente, assim como o demonstrado na situação relatada pela

²⁸Quando ela utiliza “lado de cá”, se refere a margem direita do Rio Paraíba do Sul, pois a entrevista foi realizada na Uni, que está situada na referida margem.

moça. Com relação aos rituais de interação em determinados espaços da cidade de Campos, Blanc e Assis (no prelo) destacam que:

A centralidade dos sobrenomes como referenciais ao posicionamento dos atores em rituais de interação simboliza o caráter de alta pessoalidade com que se constituem determinados contextos de socição [...] O fato de se estar inserido em uma cadeia de reputação confere aos seus membros um posicionamento, torna-os próximos, dotando-os de uma estima por familiaridade.

Em Campos, não ter um sobrenome reconhecido é não pertencer aos círculos de sociabilidade da “sociedade campista”, mas este fato não desqualifica moralmente aquele que não possui tal atributo, pois este poderá ser simplesmente um estrangeiro, porém, morar em Guarus é estar em desvantagem na cena, sobretudo, quando esta se passa em um contexto de socição na margem direita.

As categorias morais utilizadas para qualificar Guarus se autonomizaram de seus conteúdos, sendo mobilizadas em situações de desqualificação de lugares, indivíduos ou grupos de modo generalizado. “Favelado” e “favelado cafona” tornam-se categorias que podem ser utilizadas para qualificar práticas. “Favelado” passa a deixar de ser simplesmente sinônimo de morar em uma “favela” para se tornar equivalente a atitudes. “Cafona” seria o comportamento, mas para que este possa ser categorizado como tal, necessita de uma interação entre o “cafona” e o “não cafona”, aqueles com o *estilo* validado pelos integrantes da cena. Os “cafona” moram do “outro lado do rio”, nós possuímos estilo. Neste caso há um delineamento moral que toma os moradores de Guarus por integrantes ilegítimos dos círculos sociais frequentados pelos envolvidos na situação descrita por Caroline.

Os comentários mobilizados pelos alunos fizeram com que houvesse um reconhecimento em parte das categorias utilizadas. Quando Caroline relata em tom de desconforto a situação vivenciada, faz uma crítica à tipificação do morador de Guarus: “Colocar todo mundo como se fosse uma coisa só”, é elaborar uma tipicidade que desqualifica a região, bem como, os moradores da mesma. Ela não se reconhece nas categorias mobilizadas, mas não nega a existência das mesmas buscando estabelecer diferenciações internas, sem necessariamente contrapor estas representações em termos mais gerais. Assim como os “do lado de cá” mobilizam categorias de desqualificação dos moradores “do lado de lá”, estes últimos também possuem os seus “favelados cafona”.

A crítica mobilizada por Caroline é decorrente de sua mobilidade em relação aos moradores que não acessaram os espaços o “outro lado”, neste caso, ela é uma emergente que está se deparando com a percepção dos jovens universitários acerca de seu lugar de moradia. Ela faz duas queixas: a falta de uma representação de moradores de Guarus; e o tratamento de Guarus como “uma coisa só”. Com relação à ausência de alunos de Guarus no vestibular, ela lamenta como fazendo parte de um todo, neste caso, se reconhece como parte de um lugar separado moralmente de “Campos”. Ela se define como moradora de Guarus ao lamentar a ausência de alunos de Guarus. No momento em que o morador de Guarus sinônimo de desqualificação, ela se distancia do todo. Ela compartilha os quadros de referências construídos em uma interação no distrito, o que faz com que ela mobilize diferentes recursos em defesa do *contexto* em que seu *self* fora construído. Em um momento ela pensa que deveria ter mais alunos no curso, e em uma situação de desqualificação, ela se coloca como alguém que não compartilha dos mesmos referenciais daqueles que estavam presentes na situação em que Guarus categorizado moralmente como desqualificado. A situação descrita por ela evidenciou uma cidade dividida em duas áreas morais: Campos e Guarus. A primeira, como símbolo de status e a segunda, como símbolo de estigma.

As novas categorias morais são constituídas na medida em que os diferentes grupos se encontram na cidade. No Caso de Campos, o contato postula categorias morais para ambos os lados do Rio Paraíba do Sul. Na margem direita estão os “de Campos”, cidadãos e com estilo, enquanto na margem esquerda, os “favelados cafonas”.

Considerações finais

A construção da categoria “morador de Guarus”, seja por meio de notícias, seja por meio de comentários jocosos, delinea moralmente as sub-regiões morais da cidade de Campos dos Goytacazes. O “campista” não reconhece o “morador de Guarus” como seu outro generalizado, e sim como o “estrangeiro”, aquele que está distante dentro de um relacionamento. Essa distancia é experimentada por meio de disputas, pois na medida em que um residente de um bairro do subdistrito de Guarus atravessa a ponte se depara com comentários jocosos que não fora vivenciado por ele habitualmente no bairro, e sim, do “outro lado”.

Pertencer ao “lado de cá” ou ao “lado de lá” é mais do que possuir um endereço postal, é ser categorizado como um possuidor em potencial de símbolos de estigma no caso dos moradores de Guarus, e símbolos de prestígio no caso dos não moradores de Guarus. Os atributos de estigma mencionados desde a fase inicial deste artigo estão vinculados ao modo como o território foi ocupado, a saber, em um primeiro momento, por povos indígenas, em um segundo, por quilombolas e, por fim, migrantes da zona rural do município.

A população que ocupou a área não integrava a sociabilidade da “sociedade campista”, eram apenas grupos segregados moralmente por não possuírem familiaridade com os povos que ocuparam a sede do município. Cabe aqui, inclusive, pensar nos processos de segregação vividos pelos moradores da região como um efeito direto da categorização a qual estes estão expostos em situações de copresença em espaços que estariam destinados aos moradores de “Campos”, ou pelo menos, daqueles que são tomados como tais.

A discussão travada até aqui me permite refletir sobre as expectativas do que viria a ser um morador de Guarus e o morador de Campos. Guarus historicamente foi categorizado como um local desqualificado, seja pelo perigo, seja pela desqualificação de seus moradores. O relato de Dona Janaína coloca em evidência o temor que se tinha da localidade, pelo menos, por parte do seu empregador, que considerou o local impróprio até mesmo para ela, uma simples empregada doméstica. Ele usa a categoria moral “índio” para expressar o que pensava da localidade.

Dona Janaína representa a primeira geração de imigrantes do campo que, praticamente, acompanharam boa parte do processo de urbanização da localidade. Quanto ela dizia que no lugar só tinha mato, demonstra um processo de urbanização que fora iniciado nos anos 1940. Portanto, hoje vive em um bairro que fora significativamente alterado se comparado ao período de sua chegada.

Caroline, que faz parte de terceira geração dos moradores que chegaram ao bairro nos anos 1950, alcançou mobilidade laboral e não exerce as mesmas atividades de seus pais e avós. No período d entrevista estava cursando Serviço Social em uma universidade pública e possuía um emprego público de nível médio, porém, a mobilidade econômica não fez com que ela deixasse de se perceber como desqualificada nos contextos que ela passou a acessar. Ela não possui sobrenome estimado e é moradora de Guarus, fato que a coloca como uma desqualificada em potencial, uma favelada em potencial, uma cafona em potencial.

O que fora apresentado, seja por meio de dados históricos, seja por meio de dados de entrevistas realizadas durante o trabalho etnográfico, me permite afirmar que 1) o território de Guarus enfrenta um longo processo de desqualificação moral desde a sua formação, fato que o torna um “símbolo de estigma” na cidade de Campos; 2) as relações de copresença na cidade de Campos são dotadas de dilemas morais quando nestas se encontram moradores de Guarus e moradores de Campos; 3) as categorias morais de desqualificação e qualificação podem ser pensadas como modos de operar o delineamento moral entre os diferentes grupos distribuídos em diferentes regiões morais da cidade.

Bibliografia

- ALVES, Heloisa de Cássia Manhães. *A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes: um projeto político 1930-50*. Tese de doutorado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.
- BLANC, Manuela. *Os famosos todos nós: uma proposta de análise da experiência cidadina no pequeno urbano, (no prelo)*.
- BLANC, Manuela. *Aonde ninguém é Zé Ninguém: a experiência cidadina na pequena cidade, a notoriedade compartilhada e suas as repercussões sobre um modo de vida "urbano"*. Comunicação apresentada no 37º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. Outubro de 2013.
- BLANC, Manuela; ASSIS, Renan Lubanco (no prelo) “De qual família você é?” Cidades de médio e pequeno porte e rituais de interação. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; NOEL, Gabriel Davi; FREIRE, Jussara; BERMUDEZ, Natalia (Orgs.) *Moralidades em cidades da periferia*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond.
- CORDEIRO, Hélivio. *Quilombo: terra de esperança*. Campos dos Goytacazes – RJ: Fundação Jornalista Oswaldo Lima, 2012.
- CRUZ, José Luis Vianna. *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FEYDIT, Júlio. *Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: Ed. Esquilo, 1979.
- GLUCKMAN, Max. *Gossip and Scandal*. The University of Chicago Press. Vol. 4, No. 3, pp. 307-316, Jun., 1963.
- GOFFMAN, Erving. *Symbols of class status*. *The British Journal of Sociology*, 2: 294-304, 1951.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora, 1988 [1963].
- GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 [1963].
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012 [1974]. .
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, Delso (2000). *História do Partido Comunista em Campos* (memória de um Partido Revolucionário). Campos, Jornal Dois Estados Gráfica e Editora.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1945.
- MALHEIROS, Márcia. *"Homens da Fronteira": índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes*. (História, Tese de Doutorado). Niterói: UFF, 2008.
- MEAD, George Herbert. *Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: The University of Chicago Press, 1974[1934].
- PARK, Robert Ezra. *A notícia como forma de conhecimento*. In: Steinberg- Meios de comunicação de massa. São Paulo, Cultrix. pp. 168-185, 1976.
- PARK, Robert Ezra; BURGESS, Ernest. *Competição, Conflito, Acomodação e Assimilação*. (Tradução: Mauro Koury) In: Robert E. Park e Ernest W. Burgess *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press,

1921. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 13, n. 38, agosto 2014.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012 [1967].

THOMAS, William Isac. *The Province of Social Psychology*, *American Journal of Sociology*, 10, 1905.

MAMANI, Hernán Armando. Do 'atraso' e do 'desenvolvimento' como elementos do dilema da 'sociabilidade fechada' de Campos dos Goytacazes (RJ). *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.15, n. 45, p. 53-64, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965

DOSSIÊ

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Do 'atraso' e do 'desenvolvimento' como elementos do dilema da 'sociabilidade fechada' de Campos dos Goytacazes (RJ)

From 'backwardness' and 'development' as elements of the 'closed sociability' dilemma of Campos dos Goytacazes (RJ)

Hernán Armando Mamani

Resumo: Este trabalho descreve e interpreta a gramática que opõe 'atraso' e 'desenvolvimento' - mobilizada tanto pela imprensa, quanto por nativos e estrangeiros - para explicar a decadência econômica e social da cidade de Campos dos Goytacazes, localizada ao norte do estado do Rio de Janeiro. Utilizando a observação e a documentação, de forma indiciária, constrói a hipótese de que a oposição entre ambos os termos extrapola o enquadramento estritamente econômico e delimita o dilema sociabilidade fechada, experimentada pelos estrangeiros como uma atitude antipática e pouco hospitaleira no trato cotidiano. **Palavras-chave:** sociabilidade, cidades médias, desenvolvimento

Abstract: This paper describes and interprets the grammar that opposes 'delay' and 'development' - mobilized both by the press and by natives and foreigners - to explain the economic and social decay of Campos dos Goytacazes city, located north of Rio de Janeiro state. Using observation and documentation, evidential way, it builds the hypothesis that the opposition between the two terms goes beyond the strictly economic framework and defines the closed sociability dilemma experienced by foreigners as an unfriendly and inhospitable attitude in everyday dealings. **Keywords:** sociability, middle cities, development

Neste artigo descrevo e interpreto a gramática do atraso e do desenvolvimento mobilizada tanto pela imprensa, quanto por "nativos" e "estrangeiros", para explicar a decadência econômica e social da cidade fluminense de Campos dos Goytacazes. Parto do suposto de que a oposição entre ambos os termos extrapola o enquadramento estritamente econômico e delimita uma "moral local" perceptível na sociabilidade urbana cotidiana e evidenciada pela comparação com outras cidades e regiões. Os termos atraso e desenvolvimento são comumente relacionados ao tratar da questão do 'desenvolvimento regional', tema que ocupa a opinião pública do município há várias décadas. O atraso seria efeito do passado rural, da decadência e falta de dinamismo econômico da agricultura e do escasso apoio dos governos estadual e federal. Já o desenvolvimento constitui um grande objetivo regional e "uma bandeira de luta". Curiosamente, a causa do desenvolvimento coincide com uma sociabilidade urbana fechada e recalcitrante ao "estrangeiro" que oscila entre a indiferença ou a autodepreciação em relação aos que vêm de metrópoles ou de outros países e o desprezo

para os que vêm de municípios menores ou de áreas rurais. Essa antipatia urbana para com o estrangeiro é uma atitude que não pode ser relacionada com facilidade a uma sociabilidade rural ou de cidade pequena dado que Campos dos Goytacazes, com meio milhão de habitantes, é a maior cidade do Estado do Rio de Janeiro, fora da Região Metropolitana, e o segundo município em termos de Produto Interno Bruto. O dilema moral, ao qual me refiro, advém da explícita ambição de desenvolvimento associada ao cultivo de uma sociabilidade restrita a pequenos círculos, própria de uma "região fechada" (OLIVEIRA, 1981, p. 31) que se perpetua na relação entre "nativos" e "estrangeiros", mesmo quando a cidade experimenta mudanças econômicas significativas.

Construo, então, a hipótese de que a antipatia no trato cotidiano, experimentado por estrangeiros, constitui uma atitude expressiva de uma sociabilidade fechada, que caracteriza a cidade e constitui um dos dilemas coletivos do crescimento. A proposta engaja-se numa tentativa de requalificação do legado conceitual da sociologia urbana, a partir de novos objetos, de outros "casos particulares do possível". No caso, imito o exemplo de Simmel (2005) em relação à atitude blasé, não para constatar sua inexistência senão para sondar seus vínculos com a sociação urbana (sociabilidade) e a "personalidade" que a cidade assume (PARK, 1916, WIRTH, 1973). Quanto aos dados apresentados, originam-se de observação e documentação apresentados num relato tão vívido e denso quanto possível, construídos de modo indiciário (GINZBURG, 2011)²⁹.

1. Campos dos Goytacazes na leitura de um estrangeiro

Frequento Campos dos Goytacazes, Macaé e Rio das Ostras há mais de dez anos. Minha chegada se deu como pesquisador e professor universitário em 2002. Não conhecia, anteriormente, a região, a não ser por rápidas passagens por Rio das Ostras e Campos. Desta, guardava algumas imagens da minha primeira passagem em 1996, de uma cidade no meio da planície verdejante de canaviais que contrastava com as cidadezinhas rurais próximas, pequenas e pobres. Da paisagem de campos e planície, muito diferente das outras cidades do estado que até então conhecera, que para mim, argentino, evocava agradáveis reminiscências do interior das províncias de Buenos Aires, Córdoba ou Santa Fe.

Na cidade do Rio de Janeiro, eu era informado negativamente sobre Campos. Era um lugar "horrrível" de passado escravagista e de monocultura de cana-de-açúcar, economicamente estagnado, social e politicamente conservador. Tal tipo de comentários eram mais frequentes entre colegas e conhecidos de antepassados campistas. Suas avaliações eram entremeadas de trágicas histórias familiares de decadência e perda de patrimônio³⁰. Não raro, a origem era silenciada e a exposição parecia constranger³¹. Finalmente, a ruindade do lugar era ilustrada pelo governador do estado, na época Antony Garotinho e sua esposa Rosângela Matheus (Rosinha Garotinho), foram desprezados pela classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro, como a encarnação, mesma, do populismo e da corrupção.

Tais referências não eram lidas por mim, segundo os mesmos códigos. Minha compreensão pessoal pautava-se numa leitura 'argentina' que pendia para a defesa do

²⁹Os créditos desta hipótese devem-se a Jussara Freire que mencionou por primeira vez, numa conversa, a relação entre fechamento (CRUZ, 2005) e a falta de hospitalidade da cidade.

³⁰Recordo colegas de doutorado que lembravam os conflitos de herança vivenciados por sua mãe. Ou outros que recordavam, negativamente, a inserção política de seus antepassados.

³¹Lembro de ter acompanhado uma proeminente pesquisadora da área de Sociologia do Trabalho numa entrevista com o vice-presidente da FIRJAN. Este no momento da apresentação disse nos somos primos, netos. Nosso avô era dono e uma farmácia em Campos. A pesquisadora desconversou, e não tocou mais no assunto, visivelmente constrangida.

'nacional e popular', que entre seus 'mitos' atribui a condição periférica do país à sua inserção econômica predominantemente agro-exportadora, à sobrevivência das oligarquias, inicialmente rurais, à sua opressão sobre o povo, seu europeísmo (sub)colonialista, à concentração de recursos, econômicos, sociais e culturais em poucos pontos do país, oposto a um 'interior empobrecido', que identifica, também, a continuidade daquele padrão de relações, apesar da industrialização e modernização econômica. Contra isto não apenas valoriza uma militância relacionada aos grandes temas nacionais, senão que preza o heroísmo local o enfrentamento cotidiano de tais relações numa espécie de militância "molecular". E, numa transposição imediata dessa gramática, fixei-me em Campos tomando partido pela 'causa' local num contexto de expansão e interiorização das universidades públicas brasileiras.

2. A sociabilidade em Campos

Ao conhecer a rotina de Campos descobri que não existia no trato cotidiano da cidade uma atitude "cordial" como a da cidade do Rio de Janeiro - conhecida pela afabilidade no trato de rua, mas completamente superficial, e incapaz de construir relações mais duradouras, célebre pela frase "passa lá em casa" sem ser um convite real. O trato de rua era hostil e arrogante. Não se tratava, é verdade, de expressões de xenofobia para os estrangeiros, mas de indiferença hostil e de falta de hospitalidade para quem vem de fora. Experimenta-se em pequenos atos cotidianos, como a frieza no trato nas relações de vizinhança, a preferência aos conhecidos em situações de atendimento ao público, sendo o 'estrangeiro' protelado. Quando não se têm conhecidos, próximos, na cidade, é difícil superar a exclusão de círculos de sociabilidade construídos em torno do trabalho ou vizinhança, participando de confraternizações e eventos formais.

Já em outras ocasiões, sem que haja indiferença explícita, a apresentação pode vir seguida de perguntas do tipo, "você não é daqui, não?" "De onde você é?" E a resposta tende a ser seguida de visível surpresa, pelo fato de um estrangeiro permanecer na cidade, muitas vezes acompanhada da afirmação: "você não ficará... ninguém fica em Campos". Essa atitude, tomada como hostil pelos 'estrangeiros', dificulta a formação de laços duradouros e de uma moral comum.

O contato com alunos da cidade pôs-me a par de outra dimensão cultivada da sociabilidade local: as famílias. Nas conversas em particular, com alunas da pós-graduação em Serviço Social, em que trabalhei por volta de 2006, estas demonstravam um conhecimento bem detalhado das famílias, das linhagens e dos parentescos. Esse cultivo, explicaria a pergunta recorrente entre desconhecidos ao se aproximarem: qual é a sua família?

No meio universitário da cidade com o qual convivía, a atitude variava. No Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense do qual era docente, a faculdade mais antiga e isolada, fundada em 1962, que até o momento lecionava-se apenas um curso de Serviço Social, o curso era conduzido por parentes dos fundadores e por ex-alunos da escola, sendo eu o primeiro professor de fora da cidade, entre os trinta que ali trabalhavam, de modo que fora das atividades acadêmicas sentia pouca receptividade e permanecia um pouco à margem da sociabilidade já estabelecida. Já a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, com a qual mantinha proximidade - universidade pública estadual, fundada em 1992, uma referência em pesquisa e tecnologia - é formada por um grande contingente de professores "de fora", russos, porto-riquenhos, cubanos, peruanos e brasileiros de muitas outras cidades e estados, - nesta universidade eu integrava-me mais facilmente. Esses círculos de professores eram, porém, restritos, principalmente a esses 'estrangeiros' que se relacionavam entre si. Ocorria o mesmo entre os alunos. Além da

relação cotidiana no ambiente universitário, estabeleciam a distinção entre os campistas e os de "fora" marcada pela moradia: os de fora moravam em repúblicas. E as repúblicas eram motivo de suspeita pelas famílias, tidas como lugares de costumes dissolutos e de uso de drogas (BLANC, 2009).

Confesso que a experiência de meus primeiros anos em Campos, que aqui rememoro, não mereceu maior atenção na época. Lia a hostilidade e a força dos círculos familiares como sendo típico do interior ou de uma cidade pequena. A antipatia e distância para com os de fora, não se assemelham à atitude blasé (SIMMEL, 2005) ou a uma apatia cívica (GOFFMAN, 1974) típica de grande metrópole. Neste caso, as atitudes urbanas cotidianas e as relações de vizinhança em relação aos que vêm de fora dificultam o estabelecimento de laços mais duradouros, apenas possíveis se integrados a círculos de relações locais já estabelecidas - seja das famílias, ou de 'novos' que se relacionam entre si, restritos, de todos os modos, à socialização em círculos reduzidos e estreitos.

Independentemente de se tratar de uma cidade grande ou pequena - e coerente com a abordagem aqui adotada - uma leitura sociológica tratará de relacionar as atitudes experimentadas cotidianamente às formas de sociação (SIMMEL, 2002) ou à estrutura social, o que envolve mais elementos que as meras atitudes cotidianas em relação aos estrangeiros.

3. A descoberta do vínculo entre atraso' e questão regional

Foi na convivência com alunos do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) - em particular do Núcleo de Estudo de Teoria Social (NETS), formado, principalmente, por alunos da cidade - que comecei a notar que a questão regional tinha grande importância no imaginário local. Numa ocasião, ao comentar a monografia de Paulo Sérgio Ribeiro da Silva Junior (2006), sobre dificuldades da indústria cerâmica do município em incorporar a tecnologia propostas pela UENF, sobre sua inserção econômica pouco ousada em termos de inovação, nas cadeias produtivas do estado, baseada no baixo custo e no uso intensivo de mão-de-obra, ele concluiu comentando lacônico: "Campos só será a capital do Chuvisco"³²...

Não houve, nesse caso, referência explícita ao atraso, senão a pouca importância da cidade. Com isso remeteu-se, também, a uma saga histórica na qual Campos disputou em várias ocasiões, durante o século XIX, a possibilidade de ser capital do Estado do Rio de Janeiro ou ser capital do estado de São Thomé, reunindo parte do território do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de Minas Gerais. A este relato somam-se outros que rememoram a pujança econômica do final do século XIX e início do XX, quando a região abrigou mais de cinquenta grandes usinas de produção de açúcar, saneou e embelezou a cidade segundo os mesmos critérios que a capital (FARIA, 1998), foi a primeira cidade do Brasil a ter iluminação elétrica.

As narrativas épicas recordam também a imigração italiana que, a partir de Campos, penetrou à bacia do Paraíba e do rio Pomba. Da ocupação do Morro do Coco, da navegação do Rio Paraíba do sul... E concluem invariavelmente com a evocação das grandes famílias aristocráticas do passado, de suas festas e de sua riqueza, da qual restam apenas vestígios e ruínas. E a enumeração dos cinemas e teatros que a cidade perdeu evoca também uma velha 'cidade perdida'.

O ponto culminante desse inventário de "perdas" destaca que, desde 1978, com a chegada da Petrobrás ao Norte Fluminense - que concentra a maior parte da produção-petrolífera do País - Campos perdeu importância, dado que Macaé - distante 100 km -, tornou-se sede operacional da Petrobrás, concentrando investimentos e postos de

³² Doce feito de açúcar e gema de ovo, típico de Campos.

trabalho - o desenvolvimento -enquanto Campos pareceria sediar apenas o atraso e a decadência.

4. Desenvolvimento e Agenda Pública

Uma vez alertado sobre o cultivo dessa "memória da decadência" pude perceber um outro elemento do repertório, igualmente, frequente: a evocação publicado desenvolvimento, na imprensa, nas ocasiões públicas. Era, além disso, um elemento de destaque permanente da agenda pública municipal e regional³³. Com efeito, a questão da falta de desenvolvimento ou do 'atraso' econômico e social do Norte Fluminense e, em particular, do município de Campos dos Goytacazes, é um tema que mobiliza a opinião pública local há várias décadas, sendo impossível estabelecer o marco inicial, do 'problema'. Independente do encaminhamento prático, os analistas locais - acadêmicos, atores empresariais ou políticos em campanha, todos coincidem em apontar como causas da falta de desenvolvimento, a longa decadência da produção sucroalcooleira - considerada por muitos uma vocação - e a falta de apoio por parte das políticas federais e estaduais.

A leitura que é atribuída à decadência e à estagnação econômica regional por falta de políticas federais e estaduais vem sendo criticada por Vianna da Cruz (1987, 2003) há muitos anos. Ao contrário, não haveria precisamente falta de apoio político, senão de um “processo profundamente restrito, autoritário e excludente de apropriação e utilização dos recursos aportados ao território do norte fluminense, por grandes projetos nacionais” (CRUZ, 2003, p. 1).

As elites locais de fazendeiros e usineiros, para se apropriar dos fartos e baratos recursos disponibilizados, aceitaram o padrão periférico de integração no setor, que custou o seu isolamento territorial e social, excluindo os demais municípios, pelo corporativismo, e as demais camadas sociais, pelo fechamento de ramos e segmentos de atividades produtivas tradicionais, preço esse exigido pelo padrão de desenvolvimento do período, que transferia para as indústrias de máquinas e equipamentos de São Paulo o controle do pacote tecnológico. O outro preço pago foi o da não-ampliação da cadeia, via incorporação pela agroindústria regional do processo de refino do açúcar (CRUZ, 2003, p. 325).

Esse “fechamento”³⁴ das elites locais, no marco dos anos 70 e do Proálcool, teria propiciado a modernização técnica da produção de açúcar e álcool, desarticulando a economia regional e estimulando a expulsão dos trabalhadores rurais do campo e, conseqüentemente, ocasionando uma rápida 'urbanização'³⁵, o empobrecimento e o desemprego. Cruz formula, ainda, a hipótese de que existiria uma continuidade do regionalismo dos anos 70, e do atual, "reproduzida pelas "novas elites regionais de administradores municipais que gerem as rendas petrolíferas advindas dos Royalties” (CRUZ, 2003, p 327).

Não se trata, por certo, de uma continuidade das elites, senão da persistência, na construção da causa do desenvolvimento regional, do repertório que evoca a necessidade de superar o atraso e de promover o desenvolvimento econômico a qualquer custo, e reclama, permanentemente, da falta de apoio dos governos estadual e federal, associado ao uso perdulário dos recursos captados, restrito a pequenos círculos de 'associados'. Mudou, contudo, a inserção econômica e apolítica das 'elites locais'.

O autor refere-se à renovação política iniciada em 1988, com a eleição de Anthony Garotinho à prefeitura municipal - oriundo do PT e depois filiado ao PDT -, que

³³E, ocasionalmente, estadual

³⁴Termo inspirado no conceito de Fechamento de Região de Francisco de Oliveira (1977).

³⁵Dos 114.300 residentes urbanos do município em 1983, 52,5% moravam em 19 bairros, enquanto o restante morava em 22 favelas definidas como áreas onde mais de 70% da população sobrevivia com renda inferior a três salários mínimos.

distanciou da política e do governo municipal partidos e atores ligados aos usineiros, mas não o distanciou, ao menos de forma duradoura, do jogo no qual os municípios periféricos devem alinhar-se à situação estadual e federal, num sentido próximo ao conhecido como coronelismo³⁶.

Não é meu propósito aqui avaliar se há continuidade ou não entre o antigo e novo regionalismo. No raciocínio que venho alinhando preservo o caráter fechado da 'causa do desenvolvimento regional' no maior município da região norte-fluminense. Mas considero digno de registro que a ascensão política de Antony Garotinho tenha sido simultânea a uma articulação política regionalista e desenvolvimentista que em 1990, era conhecida localmente como grito de Campos³⁷ e que teve consequências culturais, políticas e econômicas.

A nova liderança política que assume o poder municipal em Campos dos Goytacazes empreende uma estratégia de se constituir em *liderança e porta-voz* da região. Inicia um movimento regionalista, através de mobilizações de massa, nos municípios, na região e nas ruas da capital do estado, o Rio de Janeiro (CRUZ, 2003, p. 267).

Tal movimento levou, imediatamente, à criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro³⁸. Igualmente nesse período criaram-se uma série de instituições e programas nos quais o desenvolvimento justificava as ações empreendidas. Este era o caso da Companhia de Desenvolvimento de Campos (CODEMCA), criada na década de 90 como uma empresa promotora de iniciativas, que se restringe, hoje, a administrar as rodoviárias, o Camelódromo e os Cemitérios. E mais tarde, em 2001, a criação do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM) ou o Fundo de Desenvolvimento da Produção de Cana de Açúcar (FUNDECANA), em 2006, - fundo alimentado com recursos de Royalties destinado a financiar empreendimentos econômicos capazes de gerar desenvolvimento.

A causa do desenvolvimento orientou, também, a luta pela obtenção dos Royalties para os municípios produtores de Petróleo em 1988 - cobrados a partir de 2000, - cujos recursos tornaram Campos um dos municípios mais ricos do Brasil. A mesma causa guiou, mais tarde, a disputa e a conquista do governo do Estado do Rio de Janeiro, comandado entre 1999-2007 por Anthony Garotinho e Rosângela Matheus. Elevou, mais tarde, à disputa presidencial. A mesma causa justificou e amalgamou a notável campanha promovida pelo Estado, em 2005, para que o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)³⁹, construído pela PETROBRAS em Itaboraí, fosse construído em Campos.

Independente da efetividade econômica dessa disputa política pelo desenvolvimento e a região, essas mobilizações deram à elite política de Campos, prestígio e reconhecimento nos municípios do norte e noroeste fluminense e deu ao município visibilidade externa, e, finalmente, conseguiram atrair vultosos investimentos.

5.O futuro chegou: o 'desenvolvimento' possível

Os muitos anos de busca por investimento e de tentativas frustradas tiveram feliz término a partir de 2007/08, quando os municípios de Campos, São João da Barra e Quissamã entram no 'mapa' dos grandes empreendimentos do estado do Rio de Janeiro, com o início da construção de dois grandes projetos logístico-industriais: o Porto do Açú, em São João da Barra, e o Complexo Portuário Offshore da Barra do Furado – na divisa dos municípios de S. João da Barra e Quissamã (ver figura 1). Ao mesmo tempo,

³⁶ Leal, 2012.

³⁷ Ver Folha da Manhã (16 dez. 1990, p. 1)

³⁸ Ver UENF (2016).

³⁹ Ver PETROBRAS (2016).

e em consequência da elevação dos preços do petróleo - no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - houve uma retomada da produção de etanol e a construção de novas Usinas. A partir de 2008, a recepção de vultosos investimentos alimentaram a esperança de mudanças substanciais na situação econômica da região e as possibilidades, alimentaram debates na imprensa e no meio universitário sobre o futuro, ao menos até 2014.

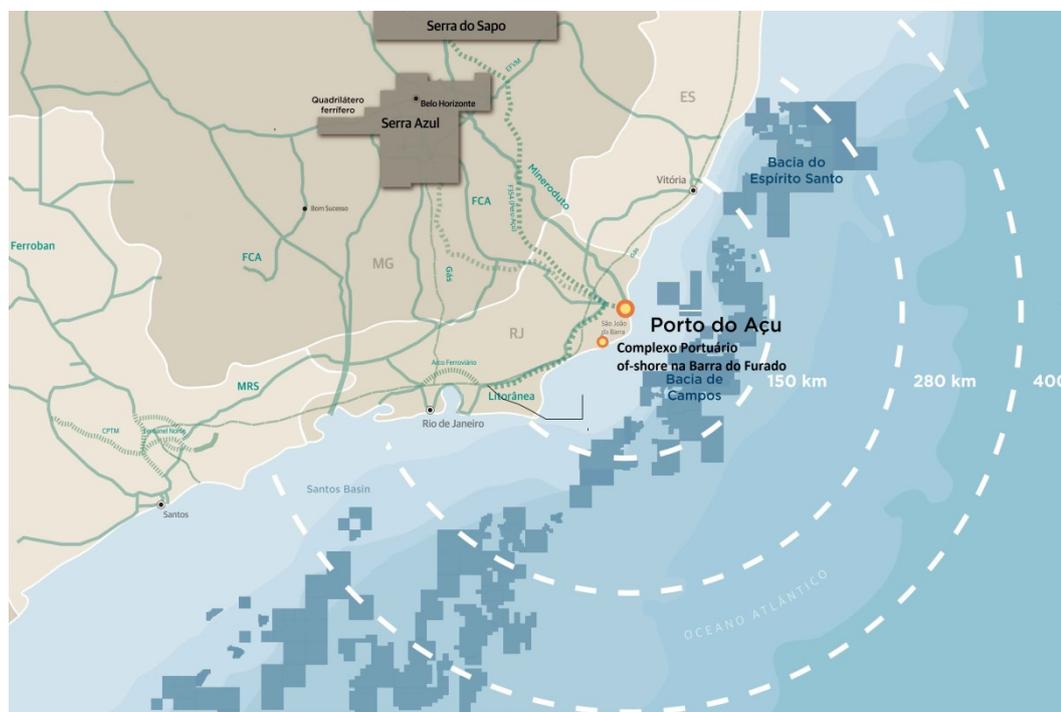


Figura 1 - Representação do Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo indicando a localização do Porto do Açu e do Complexo Portuário da Barra do Furado Fonte: Prumo Logística (2016) Elaboração própria

No caso do Projeto do Complexo Portuário, Industrial e Logístico do Açu, em São João da Barra - apresentado como o maior complexo portuário industrial da América Latina -, projetou-se a implantação de um grande Porto de águas profundas, que permitisse processar e embarcar minério de ferro transportado por um duto (minero-duto) desde Minas Gerais, um terminal de transbordo de petróleo e, além de área própria para indústria naval e uma 'retro-área' de parque industrial diversificado na qual se previa a presença de Indústrias automobilísticas, metal-mecânicas, elétricas, entre muitas outras, totalizando uma área de 90km². A construção concluída parcialmente em 2014 recebeu investimentos superiores a R\$ 4 bilhões⁴⁰ (ver figura2).

⁴⁰Atualmente em operação, o Porto possui 17 km de cais e até 23m de profundidade, com capacidade para receber até 47 embarcações simultaneamente, incluindo navios de grande porte, como Capesize e Very Large Crude Carrier (VLCCs), que transportam até 320 mil toneladas de carga (PRUMO, 2016).



Figura 2 - Representação do Porto do Açu. Fonte: Prumo Logística (2016)

O Complexo Logístico e Industrial do Farol / Barra do Furado é um projeto constituído pelos municípios de Quissamã e Campos dos Goytacazes, com o apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Governo Federal, e consiste na drenagem e preparo do Canal das Flechas com píer do Sandy By-Pass, sistema de transporte de areias projetado para evitar o assoreamento do Canal possibilitando a instalação de empresas do setor de Óleo e Gás. Os investimentos necessários para este projeto chegavam a R\$ 1 bilhão

Essas grandes obras são tomadas e publicitadas como marco de início do desenvolvimento (Foto 2) ou simplesmente de um novo mundo de oportunidade (Foto 1)



Foto 1 - Outdoor de Obra
Fonte: revista cidade (2013)



Foto 2 - Foto de Facebook
Fonte: CLOBF (2016)

Certamente, trata-se de retórica publicitária, mas que apela ao imaginário local, ao relacionar as grandes obras portuárias aos benefícios do desenvolvimento, e o desenvolvimento a um futuro alvissareiro. Nesse sentido, as antigas formas de tratar da falta de desenvolvimento e do atraso tendem agora a desaparecer.

As mudanças na cidade são rápidas e notórias. Empresas imobiliárias e construtoras de fora se estabelecem na região⁴¹. As grandes casas são derrubadas e prédios com nomes pomposos⁴² emergem e circundam ruas e avenidas com um comércio mais sofisticado, diferenciado do Centro histórico da cidade, que é popular. Num movi-

⁴¹Como o grupo Cyrela atuante na barra da Tijuca, ou o Grupo Gafisa que atua na construção e incorporação e tem sede em São Paulo.

⁴²Vivaldi, Splendore, Esclusivité, Excalibur, Dom Juan.

mento análogo, expandem-se loteamentos em bairros tradicionais, desenhando uma linha de prédios que se destacam no horizonte da planície de futuros condomínios fechados, ao leste da cidade em direção às praias, ou condomínios mais caros, na direção oeste. A cidade enche-se de estrangeiros: espanhóis, americanos e holandeses somam-se aos brasileiros vindos de outros estados, e os preços dos aluguéis se elevam.

Com bases nessas mudanças, a partir de 2011 ou 2012, a atenção pública volta-se para o futuro, balizada por uma série de mudanças: a chegada da rede de supermercados Walmart à cidade em 2009, e a construção de um novo Shopping em 2011, sua ampliação em 2013. Surgem novos hotéis de padrão internacional, constroem-se edifícios garagem, duplica-se a BR 101 e remove-se a mais visível das favelas da cidade - a favela da linha. Cada notícia desse tipo é administrada, pela imprensa local, com o provado “progresso” ou do desenvolvimento da cidade. Mas, ao mesmo tempo, manifesta preocupação com crescimento “desordenado”.

Usando a experiência de Macaé como exemplo que não deve ser repetido, o raciocínio associa maior oferta de empregos à migração e esta ao aumento da pobreza, ao desemprego e à formação de favelas e aumento da criminalidade, caracterizados como “inchaço urbano”⁴³. Paralelamente aumentam as notícias sobre violência urbana: roubos de imóveis e assaltos associados, e o tráfico armado associados espalhando um sentimento de insegurança crescente. Mas a insegurança é tomada como uma consequência do crescimento econômico, cujos efeitos negativos podem ser contornados mediante políticas preventivas, cujos efeitos positivos compensam os riscos, depois de décadas de estagnação e atraso.

6. Retorno à sociabilidade

A convicção de que o desenvolvimento chegou é firme, também, entre o empresariado. Assim, em outubro de 2014, em função de minhas obrigações institucionais⁴⁴, fiz parte da mesa de lançamento do Pólo Tecnológico de Campos, no III Workshop Iniciativas e Ações Regionais, organizado pela Agência UENF de Inovação e pela Incubadora TEC Campos. Nesse evento, representantes de entidades governamentais, empresariais e universitárias discursaram, considerando a relação entre tecnologia e o desenvolvimento⁴⁵. Eram falas de ocasião que, como a minha, saudavam, com maior ou menor ênfase, a iniciativa da TEC - Campos e expunham os condicionantes que cada instituição estabelecia para participar. Dentre todas elas, a que chamou mais minha atenção foi a exposição do diretor regional da Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que iniciou afirmando, mais ou menos, que “durante muitos anos buscamos investimentos de fora, mas agora, não precisamos mais buscar ninguém”. Nesse sentido, saudava a iniciativa de criar um Pólo tecnológico na medida em que fortalecia a sinergia econômica já estabelecida na região.

Afirma-se aqui a independência econômica e empresarial de Campos, que em termos de política econômica, indica que não é mais necessário buscar investimentos de fora, ou políticas de desenvolvimento para a região - ponto chave do regionalismo fechado. E, ao mesmo tempo, não se disputa uma contra-hegemonia local com as

⁴³Para evitar esse “inchaço urbano” haveria que qualificar a mão-de-obra local de modo a torná-la empregável (Folha da Manhã, 15 de Abril de 2012, p.4).

⁴⁴ Sou, desde 2011, diretor de minha unidade.

⁴⁵ “O debate contou com a presença ainda do vice-reitor da UENF, Édson Corrêa (representado o reitor, Silvério de Paiva Freitas); do reitor do IFF, Luís Augusto Caldas; do diretor regional da Firjan, Geraldo Coutinho; do representante da Sec. Otakar Guilherme; do secretário municipal de Petróleo, Gás e Inovação, Marcelo Neves; do secretário municipal de Governo, Suledil Bernardino; do presidente da Câmara de Vereadores de Campos, Édson Batista; do presidente da Fundenor, José Carlos Menezes; da reitora do Uniflu, Inês Ururahy; do professor Hernan Armando Mamani (representado a UFF); do gerente regional do Sebrae, Gilberto Soares; e do professor João Rangel (Universidade Cândido Mendes)”. (UENF, 2015).

grandes empresas estrangeiras estabelecidas na região⁴⁶ senão a busca de se integrar aos complexos produtivos que se estabelecem, pela via da inovação e da interação.

Ao menos em termos discursivos, abandona-se aqui o regionalismo fechado, embora se reconheça e invoque uma identidade local (nos), e certa autonomia econômica diante das 'forças vivas' econômicas, políticas e intelectuais da cidade. E isto ocorre no momento em que a cidade está cheia de estrangeiros: de empresas, de técnicos, e trabalhadores. No entanto, permanece a atitude hostil, no trato cotidiano, em relação aos que vem de fora, que não é possível de ser compreendida restrita apenas a explicações econômicas e políticas.

Mencionei anteriormente, que é possível utilizar, para Campos, a noção de fechamento ou de região fechada, desenvolvida por Francisco de Oliveira (1976, p.33), para descrever o Nordeste, tal como o faz Vianna da Cruz. Naquele caso, o fechamento aduz à preservação da primazia econômica, política e social da região por uma pequena 'elite' local, mediante o controle sobre os casamentos e o patrimônio, sobre a política e sobre economia, quer dizer, a reprodução de um "baronato açucareiro".

De fato, estes tipos de círculos são descritos por Cunha (2005) ao tratar da 'sociedade campista' e a memória que seus remanescentes cultivam da praia de Atafona - balneário daquela elite campista entre os anos 20 e 80. A 'sociedade', era composta pelas famílias descendentes de barões, de grandes usineiros, de seus principais sócios e gerentes, por grandes proprietários rurais e pelas famílias dos comerciantes da cidade - muitos, de origem portuguesa, italiana, francesa, espanhola ou sírio-libanesa. Seus "bailes de gala [...] bailes de debutantes, festas de casamentos, aniversários de quinze anos e bailes da primavera [...] realizados nos salões do Automóvel Clube, do Saldanha da Gama eram divulgados, acompanhados, e festejados pela imprensa local" (CUNHA, 2005, p. 80)⁴⁷. Mas a partir de meados da década de 1980 as velhas famílias - hoje chamadas tradicionais - empobreceram, vítimas da crise que fechou, uma a uma, as usinas e seus clubes e instituições sociais arruinaram-se.

Aquela 'sociedade' cultivou, durante décadas, regras rigorosas de casamento quase endogâmicos.

As moças dessa "sociedade", para fazerem "bons casamentos", deveriam casar-se com alguém "de seu nível social para cima, nunca a baixo"[...] Ao rapaz, era permitido casar-se com uma moça um pouco abaixo do "nível social" de sua família, desde que a família da moça também pertencesse à "sociedade". O fato das famílias serem conhecidas como que assegurava a "moral" e "boa educação" dos conjugues. Eram comuns os casamentos entre primos e entre pessoas da mesma "família extensa". Recorrentes ainda são os casos de casamentos entre cunhados. Após tornar-se viúvo, o homem casa-se com uma irmã ainda solteira de sua falecida esposa. Tais casamentos acabam por manter no interior do mesmo grupo o patrimônio da família. Os casamentos, então, realizavam-se, preferencialmente, entre as próprias famílias da "sociedade" campista. Era um grupo relativamente fechado, que primava por manter relações sociais entre si (CUNHA, 2005, p 85).

O fechamento estamental da 'sociedade' campista permite validar o paralelo com o nordeste feito por José Luis Vianna da Cruz (2003) ao menos durante seu auge econômico, mas não permite compreender como o fechamento se reproduz nas novas elites administrativas e menos na sociabilidade cotidiana da cidade. A perpetuação da

⁴⁶A Prumo logística, que administra o Porto do Açú, a Petrobrás e várias empresas multinacionais que pouco a pouco se fixam no porto.

⁴⁷"Em meados do século XX, essas famílias se conheciam há duas ou três gerações. Em alguns casos são descendentes de abastados fazendeiros ou até mesmo Barões. Em outros tantos, porém, são famílias de origem pobre, que se estabeleceram e ganharam dinheiro, criando condições para investir "nos estudos" dos filhos. Muitos estudaram no exterior ou no Rio de Janeiro, formando-se "doutores". Outros seguiram as origens dos pais, continuando à frente das fazendas ou usinas" (CUNHA., 2005, p. 80).

atitude antipática experimentada por visitantes, na cidade de Campos, não pode ser compreendida se não relacionada à cultura mesma da cidade, com a sua urbanidade⁴⁸. Se a 'sociedade' enfraqueceu e perdeu hegemonia econômica e presença política, é possível crer que não perderam completamente seu prestígio na cidade e seus círculos e cultivos alimentam e perpetuam as atitudes que orientam as relações preferenciais, que pauta a confiança nas relações interpessoais, econômicas, e familiares e se expandem para além dos círculos tradicionais.

Sob esta perspectiva, a antipatia ou atitude antipática de que falei, aparece, também, como um modo de repelir e expulsar recém-chegados ou concorrentes, numa sorte de tática coletiva de evitar e resisti-los e, em longo prazo, uma estratégia de manter posições locais. Neste caso, o fechamento e a antipatia antes que se relacionar ao fato de Campos ser uma cidade menor tratar-se-ia de uma forma típica de enfrentar a invasão e a própria decadência segundo o padrão ecológico de invasão e sucessão (PARK, 1970, p. 29) e tal atitude termina por se apresentar como a personalidade mesma da cidade. Decorre disso o dilema moral ao que me referi no início deste artigo. Correspondem à contradição entre a busca deliberada da expansão econômica, do desenvolvimento, mediante o aporte de recursos, políticos, econômicos, técnicos e culturais e externos e a tentativa de deixar tão intocada, tanto quanto possível a estrutura social local. E isto, em termos de cultura urbana, traduz-se na recusa de estabelecer relações duráveis com os recém-chegados, para além dos vigentes localmente.

Conclusão

A gramática com que se descreve publicamente, Campos, articula, mediante a oposição do atraso x desenvolvimento, uma sorte de identidade local e a causa regional, no sentido de superar a estagnação e a decadência econômica e social. Ao mesmo tempo em que descreve o dilema de ambicionar contraditoriamente uma modernização econômica, preservando, tanto quanto possível, a estrutura social local, caracterizada pela primazia de círculos econômicos e familiares fechados, pelo estabelecimento de laços de confiança apenas entre membros desses círculos, que denominei sociabilidade fechada. A atitude antipática que caracteriza o trato cotidiano para com o estrangeiro, nesse contexto, seria um aspecto central dessa sociabilidade, uma sorte de tática coletiva destinada a evitar e repelir estrangeiros - possíveis concorrentes - e, a longo prazo, seria uma estratégia capaz de manter posições as locais inalteradas.

A proposição aqui elaborada não passa de uma hipótese que deveria levar a questionar se é possível pensar uma continuidade entre a sociabilidade de círculos fechados típica do baronato do açúcar e a presente. Se fosse, em que círculos e cultivos se perpetua? Como se relaciona com o mundo econômico? Como incorpora e se relaciona com círculos externos? Como se reproduz, em que instituições? Além disso, seria interessante pensar como a sociabilidade fechada incide sobre grupos de recém-chegados; sobre seus conflitos. Sobre a forma como se relacionam os círculos superiores com grupos subordinados. Sobre existência de áreas e de momentos de co-presença e socialização; sobre casamentos e os modos de lidar com o empobrecimento.

Referências

⁴⁸ Sem grande discussão tomocultura tal como definido por Park (1916, p. 26) como "organização moral da cidade".

- BLANC, Manuela. *O desafio de vir a ser: jovens universitários, moradias coletivas e identidades*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). *História (São Paulo)*, v. 30 n. 1, p. 56-89, 2011.
- CLIOBF. *Complexo Logístico e Industrial Farol - Barra do Furado*. (2016) Disponível em: <https://www.facebook.com/ComplexoLogisticoFarolBarraDoFuradoOficial/?fref=ts>. Acesso em 10 jun. 2016.
- FARIA, Teresa Peixoto. *Campos dos Goytacazes, resources et virtualités d'une ville brésilienne. Données de l'histoire*. 1998. Tese (Doutorado em Urbanismo) Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França, 1998.
- FOLHA DA MANHÃ. Grito de Campos mobiliza toda a região. *Folha da Manhã*. Campos, 16 dez. 1990, p. 1.
- FOLHA DA MANHÃ. Ponto Final, *Folha da Manhã*. Campos: 15 abr. 2012, p.4.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GOFFMAN, Erwin. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 4a edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PARK, Robert. "A cidade: Sugestões para a investigação". In: VELHO, G.O (Org). *Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- PARK, Robert. Ecologia Humana, In: PIERSON, D. (org.) *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Martins, 1970.
- PETROBRAS. *Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro*. 2016. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro.htm>. Acesso em: 10 junho 2016.
- PRUMO. *O empreendimento*. Disponível em: <http://www.prumologistica.com.br/pt/superporto-do-acu/Paginas/o-empre.aspx>. Acesso em: 10 junho 2016.
- REVISTA CIDADE. *Complexo Logístico de Barra do Furado já é realidade*. 2016. Disponível em: <http://www.revistacidade.com.br/siteantigo/noticias/22-negocios/3615-complexo-logistico-de-barra-do-furado-ja-e-realidade> 24 de Agosto de 2013 UENF. *História da UENF*. <http://www.uenf.br/portal/index.php/br/historia-da-uenf.html>. Acesso em: 10 junho 2016.
- SILVA, Paulo Sérgio Ribeiro da Jr. *Modernização e suas contradições: notas sobre a experiência da interação LAMAV / UENF e a indústria cerâmica em Campos dos Goytacazes-RJ*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro: Campos dos Goytacazes, 2006.
- SIMMEL, Georg. *Cuestiones Fundamentales de Sociologia*. Barcelona: Gedisa, 2002.
- SIMMEL, Georg. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. *Mana*, ano 11, n. 2, 2005.
- WRITH, L. O Urbanismo como modo de Vida. In: VELHO, G.O (Org). *Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FREIRE, Jussara & JUNIOR, Ailton Gualande. Tensões e conflitos no transporte coletivo de Campos dos Goytacazes: uma sociologia das filas de espera. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.15, n. 45, p. 65-81, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965

DOSSIÊ

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Tensões e conflitos no transporte coletivo de Campos dos Goytacazes: Uma sociologia das filas de espera

Tensions and conflicts in the collective transport of Campos dos Goytacazes: a sociology of waiting lines

Jussara Freire

Ailton Gualande Junior

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar tensões e conflitos que emergem em filas de espera em pontos de ônibus. Procuramos descrevê-los e interpretá-los focalizando-nos nas disputas, compromissos e desentendimentos entre passageiros, operadores do sistema (rodoviários) e fiscais municipais. Em suma, propomos mapear as moralidades que orientam as interações de face a face quando esses atores encontram-se em situação de espera. Descrevemos as diferentes sequências de situações de conflitos e as formas de administrá-los. Articularemos esta observação de situações com os dispositivos normativos presentes na regulamentação e nas orientações de políticas urbanas de transporte, bem como os modos segundo os quais são acionados por gestores públicos e operadores do sistema de transporte. Fundamentando-nos na *frame analysis* de Erving Goffman, e na sociologia dos “ofícios do público” de Jeannot e Joseph, propomos refletir sobre os quadros que ordenam estas situações e que evidenciam algumas dinâmicas que intensificam a vulnerabilidade da experiência cidadina, e a singularidade desses espaços públicos urbanos em contexto brasileiro. **Palavras-chave:** Sociologia pragmática, espaço público, moralidades, conflitos

Abstract: This study aims to examine tensions and conflicts that emerge in queues at bus stops. We seek to describe them and interpret them focusing on disputes, commitments and disagreements between passengers, system operators (road) and municipal tax. In short, we propose that map the morals that guide face-to-face interactions when they are in a position to wait. We describe the different sequences of conflict situations and ways to manage them. We will link this observation of situations with regulatory devices present in the regulations and the guidelines of urban transport policies, as well as the ways that are triggered by public managers and operators in the transport system. Basing ourselves on frame analysis of Erving Goffman, and sociology of "public crafts" of Jeannot and Joseph, we propose reflect on frames that ordain these situations and which highlight some dynamics that intensify the vulnerability of the city and experience the uniqueness of these urban public spaces in the Brazilian context. **Keywords:** Pragmatic sociology, public area, moralities, conflicts

Este artigo apresenta os resultados de um dos eixos da pesquisa “*Vulnerabilidades da experiência cidadina e acesso aos espaços públicos urbanos em cidades fluminenses*”, coordenado por Jussara Freire, e com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC-CNPq), e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro Carlos Chagas (FAPERJ).

Partimos das contribuições de Isaac Joseph e Gilles Jeannot (1995) acerca das “relações de serviços” e dos modos segundo os quais estes autores problematizaram a noção de espaço público. Em particular, Joseph (2007) referia-se ao espaço público como “*mundo sensível e observável a partir da descrição densa de experiências cidadinas ordinárias e de seus ambientes*”. Retomando esta proposta analítica, propomos descrever e interpretar quadros interacionais e morais de sociabilidades e públicos possíveis em três cidades fluminenses: Campos dos Goytacazes, Macaé e Nova Iguaçu. Trata-se de analisar momentos da vida cotidiana que contam com a presença de profissionais que exercem os “ofícios do público” (*métiers du public*), isto é, de orientação, gestão de fluxos ou cuidados de/com públicos diferenciados. Em suma, propôs-se partir da proposta de Isaac Joseph e Gilles Jeannot, ajustando-as aos contextos das cidades em análise, compreender os sentidos do público a partir de três eixos que orientaram a observação *in situ*: situações de transporte coletivo (filas de ônibus e viagens neste mesmo tipo de condução); situações de atendimento básico hospitalar (salas de espera, e atendimento por balconistas, “pontas” de emergências); e por fim, situações de cuidados escolares com alunos portadores de necessidades especiais. Destaca-se que cada membro da equipe de pesquisa realizou uma observação *in situ* em um dos três contextos urbanos propostos. Em todos os casos, foram assim observadas dinâmicas das situações entre aqueles que exercem “ofícios do público” e o cuidado com os públicos. Desta forma, observamos as competências e formas de cooperação, ou ao contrário, disputas que inviabilizavam fazer o comum nestes momentos entre os “agentes de serviços” e seus usuários. O objetivo desta pesquisa, que constitui paralelamente o seu problema, é de observar como as vulnerabilidades emergem nestas situações, considerando sua centralidade para a compreensão dos obstáculos de acesso ao espaço público (entendidos também como obstáculos de mobilidade e circulação aos/em espaços públicos urbanos).

O recorte analítico que fundamentou esta pesquisa permitiu aprofundar a compreensão, as lógicas sociais, as competências e as vulnerabilidades de atores que se reúnem em torno de um “serviço público”, nos termos de Isaac Joseph e Gilles Jeannot. Logo, com estas análises, inspiramo-nos nestas propostas, levando como cerne da observação o espaço-tempo do encontro entre aquele que representa um tipo de serviço (contratado ou concursado para garantir que seja oferecido) e o seu “usuário”.

Mais adequado ao contexto brasileiro, seria de pensar o “serviço público” como uma modalidade diferenciada de transação, já que, em muitos casos (os repertórios dos serviços de transporte coletivo urbano brasileiro são exemplares), o espírito que rege este tipo de interação no caso francês não se apresenta como um repertório de políticas públicas brasileiras e é geralmente fortemente mercantilizado. Isso explica, por exemplo, o motivo pelo qual Isaac Joseph e Gilles Jeannot (1995) empregavam a noção de “*usagers*” para se referir aos usuários de serviços de transporte coletivo (usuários de um serviço público) e “agentes de serviço” como actantes de um “*service public*”, enquanto que as transações em torno dos transportes de ônibus no Brasil se referem às categorias de “clientes” ou de “passageiros”. Além disso, Joseph e Jeannot identificam que o contato direto entre agentes de serviços públicos com usuários é um tipo de

rapport que se enquadra em uma cultura pública específica (pode-se acrescentar, nos casos analisados pelos autores, marcados pelos sentidos franceses que podem ser dados ao universalismo). No entanto, a cultura pública não é, evidentemente, cristalizada. Gilles Jeannot (1998; 2011) deu continuidade ao programa de pesquisa inaugurado com Isaac Joseph, e analisou recentemente as mudanças de cultura de serviços públicos franceses, observando que esta é cada mais vez mais impregnada por uma gramática liberal que também vem entremeando a categoria de “usuário” com a categoria de “cliente”. Estas abordagens apresentam forte interesse ainda para refletir sobre os contrastes no que tange às categorias que podem ser mobilizadas nos dois contextos, francês e brasileiro e, no entanto, apresentar sentidos diferenciados. Por exemplo, o tópico da universalidade que emerge nestas situações, mesmo quando se apresenta como uma modalidade de política de transporte possui sentidos fortemente diferenciados em relação ao contexto francês.

Neste artigo, serão apresentados os resultados do eixo da pesquisa referente ao serviço de transporte coletivo. A pesquisa de campo foi realizada principalmente pelo segundo autor deste artigo, e o material empírico analisado coletivamente. Observou-se terminais rodoviários em Campos dos Goytacazes, cidade de médio porte (487.186 habitantes) (IBGE, 2016)⁴⁹, localizada no norte do estado do Rio de Janeiro. Nos terminais, lugares de intenso fluxo de pessoas e transmissão de múltiplas informações simultâneas, os conflitos são corriqueiros. Relacionam-se recorrentemente com momentos em que gramáticas⁵⁰ que orientam o ordenamento da situação entram em fricção. Nesse sentido, a compreensão destas gramáticas pressupõe a nosso ver uma descrição densa (GEERTZ, 2008) das interações de face a face nas filas dos terminais e dos pontos de ônibus. Nestes momentos os conflitos voltados para a pauta do transporte são vocalizados na cidade. Realizamos, portanto, uma pesquisa por um processo de imersão, e acompanhamos durante dois anos um contato face a face com fiscais, rodoviários e passageiros.

Cabe ressaltar que um dos autores, Ailton Gualande Jr. exercia a profissão de fiscal do transporte coletivo antes do início da elaboração da pesquisa. Por esse motivo, destacamos que havia uma inserção nos terminais e pontos estudados, ainda que esta fosse inicialmente profissional. De um lado, destacamos que tal experiência permitiu iniciar a pesquisa de campo com certa familiaridade das críticas e indignações dos passageiros, bem como dos próprios fiscais de transporte. Ailton Gualande Jr. deparou-se evidentemente com uma série de limitações decorrentes quando agregou sua experiência de trabalho com uma nova experiência de pesquisa. Por exemplo, no início de sua observação participante focalizava-se preferencialmente nos fiscais, compartilhando seu *ethos* profissional, se indignando com o desrespeito à regulamentação que havia aprendido durante a preparação de seu concurso público, ou ainda, podia francamente se revoltar pelo desrespeito à gratuidade, a ausência de acessibilidade para os deficientes físicos, e as condições de trabalho a que eram submetidos os despachantes, cobradores e motoristas. A sua inserção no grupo de pesquisa coordenado por Jussara Freire, seguida de uma pesquisa de campo nos pontos de ônibus em que atuava profissionalmente permitiu desnaturalizar o seu olhar e iniciar

⁴⁹O sistema de transporte coletivo que opera na cidade estrutura-se a partir de 72 itinerários urbanos, e 58 distritais. Há no município, desde o ano de 2009 o programa Passagem Social, o qual garante subsídios da prefeitura em relação ao preço da tarifa do transporte. Esta política pública garante que os usuários cadastrados paguem o valor de R\$ 1,00 (o valor real da tarifa é de R\$ 2,75).

⁵⁰O termo “gramática” é apreendido aqui como o conjunto de regras a serem seguidas para agir de forma suficientemente adequada diante das outras pessoas que compartilham a mesma ação (retomando a definição sintética e resumida de Lemieux, 2000). É também a definição que está presente em toda a obra de Boltanski e de Thévenot, só que, em vez de regra, os dois autores preferem a palavra coação (contrainte).

o exercício de compreensão dos variados pontos de vista nativos que eram também presentes nestes mundos. Em particular, esta profissão é marcada por uma série de tensões em que o fiscal é constantemente levado a administrar.

Dessa forma, a pesquisa de campo consistiu em mapear as cooperações, tensões e conflitos que emergiam nas situações de filas para identificar a sociabilidade de pontos de ônibus. Propusemos uma etnografia cooperativa (JOSEPH, 2007) o qual, permite retomar a questão da mobilidade e da acessibilidade aos espaços públicos a partir dos “locais-movimento da cidade” (JOSEPH, 2000a) como terminais rodoviários, pontos de ônibus, ou ainda, no caso das pesquisas realizadas por Isaac Joseph na França, estações de trem ou metrô. No presente artigo, retomando estas abordagens, procuraremos descrever os diferentes quadros cognitivos (GOFFMAN, 2010) que ordenam as situações de espera, bem como parte da experiência cidadina campista. A fila de espera de ônibus representa, neste sentido, um espaço privilegiado para apreender modalidades de relações de serviço em meio urbano: é um ajuntamento multifocado (GOFFMAN, *op. cit.*) efêmero que reúne uma pluralidade de atores (em particular, passageiros, despachantes, motoristas e fiscais). Nestas ocasiões, podemos ainda apreender *os sentidos do público*, frequentemente conflitantes quando estes atores compartilham estas situações e problematizam o transporte coletivo. Diferentemente de outros contextos nacionais, no caso em análise, o “público” do transporte *público* encobria uma série de significados fortemente marcados por grandezas industriais e mercantis (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991), e nos momentos de conflitos, eventualmente cívicas (*op. cit.*). Do ponto de vista de muitos usuários, o transporte público é um bem “pago” e, nesta qualidade, a expectativa é de eficiência do serviço em função da justificativa do valor da “passagem”. Do ponto de vista dos motoristas e despachantes, o transporte público é entrelaçado com os dispositivos normativos empresariais: nas situações em análise, as filas são administradas por eles a partir dos critérios de lotação de ônibus, privilegiando os passageiros “pagantes”. Por sua vez, “os não pagantes” - passageiros com direito à gratuidade deste serviço – são aqueles em torno dos quais emergem grande parte dos conflitos cotidianos.

As filas de ônibus como *ordens negociadas*⁵¹

Ao longo de nossas observações, as filas apresentaram importantes dimensões da dinâmica do transporte público da cidade, geralmente desconsideradas nos estudos desta temática. São os momentos durante os quais podemos apreender formas de ordenamentos de fluxos de passageiros, bem como sua administração, a partir dos momentos em que se iniciam a experiência de circulação coletiva, isto é, uma sequência não negligenciável de uma jornada urbana (CAIAFA, 2002). Em suma, a fila é um momento de ordenamento de um ajuntamento inicialmente disperso no ponto, a partir do princípio do *primeiro a chegar, primeiro a ser atendido* (embarcar no ônibus), bem como daquele dos passageiros prioritários. Estes princípios contribuem para a organização das experiências dos cidadãos copresentes em espera. Estes princípios são em geral compartilhados pelos passageiros, que frequentemente antecipam seus deslocamentos com pequenos cálculos mentais referentes ao tempo da espera na fila e dos horários dos ônibus. Desta forma, como observamos, quando chega no ponto, o passageiro já calculou seu “tempo de transporte”, que não envolve apenas o tempo do trajeto, mas também de fila, de chegada no ponto, do horário de saída e de possíveis atrasos. Neste sentido, a atenção do passageiro em relação ao respeito dos princípios que ordenam a fila é intensa, pois a posição do passageiro nela garante equacionar o seu cálculo temporal com o tempo real, para chegar ao seu destino pontualmente. Pode-se

⁵¹Cf. Strauss, 1992.

ainda destacar, nas situações observadas, o respeito da ordem da fila e a excepcionalidade de personagens que “furam” a fila. O surgimento do golpista (GOFFMAN, 2009) que nesta situação é facilmente acusado de *malandro* ou *espertinho*, o “furador de fila”, gera sistematicamente um desacordo, ou antes, um momento crítico (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999). Os participantes procuram analisar primeiramente a intencionalidade do ato de “furar a fila” e lembram-se das equivalências entre aqueles que esperam. Se perceberem que é um infeliz distraído que não analisou adequadamente a situação, basta então lembrar o princípio do *primeiro a chegar, primeiro a embarcar* para consertar a situação, corrigindo-se com o reposicionamento do ator na ordem convencionada da fila. Mesmo que o *espertinho* tenha intencionalmente furado a fila fingindo que desconhecia suas regras, o incidente também se encerra sem menor conflito se ele se alinha imediatamente ao lembrete dos demais participantes.

Em um domingo de verão do ano de 2015, na rodoviária de Farol de São Tomé⁵², após uma apresentação artística em trio elétrico na orla da praia, o terminal local encontrava-se lotado. A fila cercava metade do edifício. O motorista responsável pelo itinerário Farol/Centro, naquele horário, estacionaria normalmente o ônibus na plataforma. Porém, neste dia, decidiu embarcar alguns de seus familiares no pátio da rodoviária antes dos demais passageiros. Neste momento, aqueles que estavam na fila do terminal observavam atentamente a situação, trocando comentários crescentemente indignados. Os gestos cada vez mais sacudidos indicavam a reprovação coletiva da atitude do motorista. Cochichavam entre eles com expressões de desaprovação. A tensão culminou quando o ônibus finalmente estacionou na plataforma. Alguns passageiros exaltados, gritando, foram na direção do motorista, vários com dedos em riste. Criticavam a atitude do funcionário da empresa, lembrando-lhe os princípios de ordenamento da fila e de embarque. Nessa ocasião, as indignações eram coletivas e amplamente compartilhadas, e suas intensificações no curso da situação apontavam para a possibilidade destes passageiros recorrerem à força a qualquer momento. O motorista procurou, em vão, se defender das acusações dos passageiros. A justificativa do acusado não se sustentava em nenhuma das convenções que ordenam filas de ônibus. Isso enalteceu a exaltação coletiva e a ameaça do uso da força parecia poder se concretizar a qualquer momento. Observando certamente tal eventualidade, o motorista teve então que desembarcar seus familiares, visivelmente constrangidos. Assim que o embarque dos passageiros que estavam na fila se iniciou, o conflito se apaziguou, ainda que alguns continuassem resmungando: “*palhaçada! Tá furando nossa fila*”, “*quem tá pensando que é ele!?*”.

Desta forma, a fila se baseia em princípios de equivalência que ordenam estas situações de espera que são lembrados em momentos de distúrbios e, dependendo do curso da negociação, se encerram ou não em conflito aberto. Em diversas ocasiões, estes distúrbios podiam também se traduzir em tumultos na entrada do ônibus, “empurra-empurra” ou trocas de acusações que pareciam traduzir, retomando Goffman ao avesso, uma *intensa atenção civil*⁵³. A tensão e pressa no momento do embarque se devia à angústia de conseguir viajar sentado em um dos assentos vagos do ônibus, particularmente nos itinerários mais longos. Como já mencionado, os casos de desrespeito da ordem da fila são, no entanto, razoavelmente excepcionais. Ocorrem particularmente nos horários de *rush* ou de intensos fluxos de passageiros nos terminais.

⁵²Distrito praiano distante cerca de 50km do centro de Campos dos Goytacazes. No verão, a presença de banhistas na localidade aumenta exponencialmente. Grande parte destas pessoas se locomove por meio do transporte coletivo. O intervalo entre a chegada e partida dos ônibus que realizam o trajeto entre o núcleo urbano de Campos e Farol é de aproximadamente meia hora. Os ônibus circulam durante o período de quatro e meia da manhã às vinte e três horas.

⁵³Em referência à noção goffmaniana de *desatenção civil* (GOFFMAN, 2010).

Na rodoviária central, nestes horários, a sistemática formação de filas pode ser relacionada com o ordenamento espacial deste lugar e dos dispositivos (como a plataforma e sua extensão), mais propícios para este modo de organização da espera. No terminal urbano, este fato é menos usual⁵⁴ pelo fato de que estes ambientes apresentam espaços menores e restritos, sendo pouco equipados para orientar o fluxo de passageiros. As plataformas do terminal são pequenas, e situadas em uma das avenidas mais movimentadas da cidade (Avenida XV de Novembro). A formação da fila torna-se tarefa complicada, principalmente nos momentos de grande circulação de passageiros, que costumam permanecer dispersos. No momento de chegada do ônibus há uma mobilização no sentido de conseguir embarcar. Nas palavras de um dos passageiros, este momento é “*um verdadeiro, salve-se quem puder!*”. Desta forma, o espaço e o ambiente, bem como seus equipamentos, são outras dimensões centrais para compreender como se organizam e se configuram situações de espera em filas ou em ajuntamentos dispersos de uma multidão.

Repertórios normativos na legislação e em situação de fila

A análise dos repertórios normativos⁵⁵ que regulamentam especificamente o transporte coletivo urbano, ou ainda o acesso a este serviço para certas categorias de usuários, aponta para uma problematização da mobilidade urbana que se enquadra no âmbito das políticas de planejamento urbano. Sob este ângulo, o transporte coletivo é tematizado a partir de um conjunto de leis e normas que tem como objetivo “promover o desenvolvimento urbano”. Não é o objetivo deste artigo retomar detalhadamente esta análise documental, mas propomos compreender nesta sessão como estes repertórios normativos podem ser acionados muito ocasionalmente nas situações observadas. Também propomos compreender os sentidos da *evitação* de seu acionamento na cidade de Campos dos Goytacazes.

A legislação e a “gestão democrática”

De modo geral, fundamentando-se no espírito da Carta Magna de 1988, as definições de políticas de transporte se pautaram na “gestão democrática”. Por este termo, deu-se ênfase à participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Esta democratização seria concretizada através da criação de um conselho municipal para debater exclusivamente o tema da mobilidade (Estatuto da Cidade, 2001; Lei 12587/2012). De certa forma, o conselho reuniria gestores municipais, operadores do transporte e usuários em torno da pauta “transporte coletivo urbano de passageiros”. Neste órgão seriam tratadas demandas, sugestões, queixas e denúncias referentes à oferta do serviço de transporte, articulando-se como “um canal institucional” de diálogo entre gestores públicos e usuários.

Desde a promulgação do Estatuto da Cidade, a participação de representantes de usuários do transporte coletivo em Campos é um assunto rigorosamente evitado. Apesar do conselho municipal de transporte ter sido promulgado formalmente em 2014 (Lei Municipal nº 8577, de 26 junho de 2014), tal dispositivo é descrito como “ineficaz” e

⁵⁴A Rodoviária Roberto Silveira localiza-se na região central da cidade de Campos. Nela circulam ônibus que percorrem trajetos voltados para os distritos rurais da cidade, além de itinerários intermunicipais. O Terminal Urbano Luis Carlos Prestes também situa-se no Centro de Campos, distante cerca de 1km da Rodoviária. Neste Terminal, transitam os ônibus que se dirigem aos bairros do núcleo urbano campista.

⁵⁵Estatuto da Cidade; Plano Diretor de Campos dos Goytacazes; Política Nacional de Mobilidade Urbana; Estatuto do Idoso; Passe livre estudantil; Lei de promoção da acessibilidade para deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida.

“inexistente” por alguns operadores do transporte, uma vez que não gera ações concretas de intervenção. A ausência de vocalização do usuário se acompanhou de uma política municipal de transporte (Programa Campos Cidadão, mais conhecido como “ônibus a um real”) pautada no acesso à cidade e na mobilidade urbana, mas exclusivamente a partir da diminuição do custo do transporte coletivo (MAMANI, 2016). Desta forma, ainda que o custo da circulação tenha diminuído, não houve significativas alterações no que tange aos veículos (frota ou equipamentos internos do ônibus), itinerários, horários ou organização do sistema de transporte coletivo. Em outros termos, se o programa teve uma razoável aprovação pelos usuários deste serviço na cidade em razão de seu apelo econômico, não teve grande incidência sobre a experiência de circulação ou de espera.

Consequentemente, podemos observar que nos jornais locais se repetem semelhantes críticas e reclamações de usuários do serviço de modo contínuo nos anos que analisamos (2013;2014;2015;2015)⁵⁶. Do mesmo modo, durante nossas observações, os conteúdos das reclamações eram constantemente os mesmos nos pontos de embarque e desembarque. Dentre eles destacamos: ônibus em más condições de uso; falta de pontualidade em relação aos horários previstos; abrangência limitada dos itinerários do ônibus, prejudicando a circulação de moradores de novos territórios da cidade; insuficiência de números dos veículos; desrespeito dos direitos de idosos e deficientes. Segundo os usuários, o governo municipal desconsidera sistematicamente as *reclamações* dos passageiros, e este é um dos motivos que leva alguns dentre eles em ameaçar recorrer à imprensa nas situações de conflitos. Vários passageiros com os quais conversamos explicavam-nos que o recurso à imprensa poderia permitir amplificar suas vozes, publicizar suas denúncias e “pressionar a prefeitura e as empresas”. Por exemplo, nos pontos observados, em diversos casos encontramos passageiros ameaçarem fiscais de ônibus: “*Se não fizerem nada vou chamar a televisão*”.

A “universalização” do sistema de transporte coletivo

Nos documentos estudados (Estatuto da Cidade e legislações especificamente voltadas para a regulamentação do transporte urbano), a participação dos usuários é tematizada como condição na definição das políticas de transporte, garantia de “acessibilidade” e de um serviço “universal”.

Mais especificamente, por “acessibilidade” a legislação prevê a condição de garantir a autonomia dos passageiros durante trajeto do transporte coletivo. A lei nº 10.098 de dezembro de 2000, por exemplo, trata das condições de acessibilidade para deficientes e pessoas com mobilidade reduzida. Desta forma, este dispositivo jurídico regulamenta a adequação dos ônibus para públicos de mobilidade reduzida a partir do princípio de circulação do direito de ir e vir. Um exemplo desta prerrogativa é a obrigatoriedade da existência do elevador de acessibilidade no ônibus, equipamento que deve seguir normas ergonômicas específicas para o embarque e desembarque de deficientes físicos como os *cadeirantes*.

A “acessibilidade”, por sua vez, é outra condição da “universalização” de acordo com a legislação. Estes repertórios ancoram-se na prevalência do bem comum nos usos dos espaços e equipamentos urbanos e públicos. No entanto, nos ônibus de Campos os usuários com mobilidade reduzida enfrentam inúmeras dificuldades na efetivação destas prerrogativas, pouco consideradas pelas empresas de ônibus. Se alguns dos equipamentos são previstos, as empresas não realizam uma manutenção adequada.

⁵⁶As consultas basearam-se nos conteúdos de dois jornais impressos de Campos – O Diário, e Folha da Manhã – e em sites de notícias – Ururau, Campos 24 horas, Folha da Manhã Online, O Diário Online.

Nos terminais rodoviários, quando chegavam *cadeirantes* na fila dos passageiros, observamos várias situações em que os operadores do transporte e fiscais apresentavam expressões de grande preocupação, senão de pânico. Do lado dos operadores do transporte, observados pelos fiscais, há uma antecipação de que o elevador pode não funcionar, e o temor de que a empresa seja multada. Do lado dos fiscais, a esta probabilidade são antecipadas as críticas e indignações do usuário que são compartilhadas e mediadas por eles. Em suma, a saída conflitiva deste momento de prova é latente.

Uma vez, na rodoviária, um *cadeirante* tentou embarcar. O motorista que estava sentado na sua poltrona desceu e explicou para o *cadeirante*, manifestando a possibilidade da falha do equipamento: “*Ó, não estava funcionando direito não, mas vamos tentar*” (referia-se ao elevador de acesso). O *cadeirante* respondeu com um tom de voz que denotava indignação: “*Não brinca, esse é o terceiro que eu tento embarcar e não consigo*”. O motorista fez uma primeira tentativa para “ligar o elevador”. Como foi orientado pela empresa, o motorista se ausenta de seu posto habitual (a poltrona). Ele tem uma chave específica que permite acionar o movimento do elevador, que desce então até o chão, de modo que o *cadeirante* possa entrar no ônibus pela porta traseira. A largura desta porta permite o acesso por cadeira de rodas. O motorista engata a chave em um painel que fica acoplado ao interior do veículo, girando-a em sentido anti-horário. Uma luz amarela se acende e um sinal sonoro é disparado. O segundo degrau da escada retrai-se. Assim, o primeiro degrau (mais largo) começa a descer e somente para quando chega até o chão. No caso em análise, o embarque foi bem-sucedido. O passageiro dispôs-se de costas para o degrau e empurrou a cadeira de rodas até que se encaixasse perfeitamente. Feito isto, o motorista acionou um botão que elevava o degrau. Barras de ferro laterais, na escada equipada para a cadeira de rodas são dispostas para garantir melhor equilíbrio ao passageiro durante a subida. Assim que a plataforma se nivelou ao piso do interior do ônibus, o equipamento parou, possibilitando o embarque. Há no ponto imediatamente à frente da porta traseira um local específico para acomodar a cadeira de rodas. O direito de ir e vir e a acessibilidade são, portanto, condicionado não somente por este não humano (LATOUR, 1993), mas neste caso pelo seu funcionamento.

Porém, são inúmeras as situações em que o elevador enguiçado coloca à prova as experiências de circulação destes passageiros. Era corriqueiro observar a impossibilidade do embarque de deficientes físicos, decorrente da falha deste equipamento. Mais ainda, a incerteza que pairava sobre seu funcionamento gerava tensão por parte de todos os participantes. Por vezes, era necessário realizar várias tentativas para conseguir acionar o dispositivo. Em outra situação observada por nós, num momento no qual nos encontrávamos na Rodoviária Central, percebemos que o motorista que conduzia o ônibus que realizaria a linha para Farol de São Tomé, esboçou reação de preocupação quando avistou um *cadeirante* que se encontrava à espera na fila. Assim que abandonou o volante dirigiu-se a este passageiro e disse: “*O elevador não tá funcionando*”. Indignado, o *cadeirante* exaltou-se e agrediu verbalmente o motorista, que se defendeu argumentando que não tinha condição de sanar o problema naquele momento. O elevador estava quebrado por falta de manutenção, o que, segundo o motorista, era responsabilidade da empresa, e não dele. Após as justificações apresentadas retirou-se do local. O *cadeirante* mostrava-se inconformado com a situação. Dizia aos próximos que estava cansado de passar por este tipo de constrangimento. Decidido a não se calar desta vez, procurou o fiscal de transporte. Exaltado, a abordagem para com o fiscal iniciou-se de modo particularmente tenso. Palavras de ordem foram proferidas no sentido de pressioná-lo a encontrar meios de

resolver o problema. Como reação, o agente público procurou o despachante da empresa à qual pertencia o ônibus com o equipamento defeituoso. Reunidas as três personagens, instaurou-se um momento crítico (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999), que estabeleceu um impasse na condução da administração do conflito. De um lado, as queixas do reclamante que demonstrava indignação por conta da violação de seus direitos. De outro, o acusado procurava argumentar em sua defesa. Os fiscais apresentaram-se como moderadores da disputa, ainda que pressionados por parte do reclamante a “tomar uma atitude”. Nesse momento, o acusador, ao perceber o desacordo em relação a algo que se encontra errado – o elevador de acessibilidade que deveria operar – apresentou argumentos para embasar suas críticas (a garantia legal da obrigatoriedade dos ônibus oferecerem a acessibilidade, e assim, a garantir o direito de locomoção de todos). O acusado justificou a inoperância do equipamento à ausência de manutenção. Isto, segundo sua argumentação, não era prerrogativa do seu trabalho, ao passo que a empresa e seus respectivos funcionários internos deveriam se responsabilizar por tal tarefa. O fiscal tentava mediar o conflito ouvindo atentamente ambas as partes, a fim de amenizar os ânimos e encontrar um acordo que encerrasse a controvérsia. O despachante afirmava que não possuía outro veículo com acessibilidade para repor naquele momento. Diante do horizonte de incerteza quanto à garantia de que aquele passageiro iria ser transportado, o fiscal informou ao *cadeirante* que o máximo que poderiam fazer naquela ocasião era notificar a empresa para que o reparo no elevador fosse efetuado. Em caso de reincidência do problema a sanção cabível seria a multa. Como resposta, o cadeirante exclamou: “*Eu sempre passo por isso. É um absurdo e vocês não fazem nada. Como é que fica minha situação? Vou ter que chamar a InterTV⁵⁷ pra mostrar o que tá acontecendo?*”. Neste instante um dos fiscais disse: “*Infelizmente nós não podemos fazer mais do que isso*”. O dispositivo legal que ampara atuação da fiscalização data da década de 1980, e não contempla medidas ou sanções específicas contra a ausência de acessibilidade no transporte. Ainda que haja uma lei federal – 1.098 de 2000 – que trata especificamente da garantia da acessibilidade nos espaços públicos para indivíduos com deficiência ou mobilidade reduzida, esta não foi incorporada na dinâmica do serviço de fiscalização municipal em Campos. A referida lei preconiza, inclusive, penalidades para as empresas que descumpram estas determinações. Uma de suas exigências versa sobre a existência e pleno funcionamento do elevador de acessibilidade.

Observamos também, ocasiões em que o motorista não era capaz de manusear a máquina, algumas vezes, inclusive não conseguia sequer ligá-la. Em muitas destas situações era possível perceber certo constrangimento por parte deste profissional. Demonstravam empenho na tentativa de ligar o equipamento, mesmo que sem êxito. Esse tipo de situação demonstra que boa parte dos operadores do transporte não recebe instrução prévia, no sentido de atender a um público que possui especificidades nos modos de acesso ao ônibus. A lei 1.098 supracitada, prevê uma qualificação profissional com objetivo de garantir, se necessário, o atendimento individualizado e diferenciado para deficientes físicos ou pessoas com mobilidade reduzida, fato que não tem se concretizado.

Pagantes e não pagantes: consequências destas qualificações na experiência ordinária dos usuários do transporte coletivo em Campos

Entre os operadores do sistema de transporte que trabalham para as empresas de ônibus, a administração da fila, do embarque e do trajeto é fortemente relacionada com duas categorias de passageiros. Primeiramente, os “pagantes”, que como o próprio nome

⁵⁷Afiliada local da rede Globo de televisão.

indica, designa os passageiros que pagam a passagem para utilizar o transporte. A segunda, os “não pagantes”, refere-se àqueles que possuem a gratuidade do transporte público. Entre os motoristas, despachantes e cobradores, ouvimos frequentemente a preocupação destes atores em lotar o ônibus com pagantes: “*o pagante tem o direito de ir sentado (no ônibus)*”, “*olha o tamanho da fila do idoso! Não tem como deixar todo mundo entrar de uma vez não. Não vai ter pagante quase nenhum no ônibus*”. Nesse sentido, a circulação por ônibus é fortemente ordenada em função de uma grandeza mercantil (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999). Vale destacar que neste caso, o pagamento de um serviço – o transporte coletivo – contribui grandemente para não perceber este serviço como “público” pelos seus usuários, uma vez que o “público” é associado a um “serviço de graça” para todos. Em inúmeras conversas com estes profissionais, ouvimos repetidas vezes que a priorização dos “pagantes” era uma orientação, senão ordem, da empresa para a qual trabalhavam. A partir desta determinação, estes profissionais relataram que procuravam meios de fazer com que o faturamento diário da empresa se mantivesse constante ou que aumentasse. Uma das empresas, inclusive, oferecia um bônus salarial para quem atingisse metas de transporte de “pagantes” diariamente. Desta forma, percebe-se que a lógica de priorizar os passageiros que pagam passagem é estimulada pelos padrões e incorporada nas rotinas dos “agentes da ponta” (FREIRE, 2014b) na dinâmica do transporte. Um desdobramento da instituição dessa forma de agir é a presença marcante de disputa entre despachantes de diferentes empresas. É comum ouvir destes personagens, que é preciso “fazer dinheiro”, referindo-se à exigência de atingir lucros satisfatórios para os superiores, numa atitude que pode causar impactos positivos sobre sua imagem e prestígio na empresa para a qual trabalham.

Por sua vez, os passageiros que integram o grupo de “não pagantes” envolvem-se rotineiramente em controvérsias. Despachantes e motoristas, em sua maioria, mantêm relações conturbadas com os idosos. “*Esses velhos ficam passeando de um lado para o outro sem ter nada para fazer, só porque não pagam passagem*”. Esta é uma fala recorrente, e que demonstra a prevalência do ordenamento mercantil das relações que se tecem nos terminais rodoviários e pontos de ônibus.

O direito à gratuidade para os idosos está disposto na Lei Federal 10.741 de 2003, em que é instituído o Estatuto do Idoso. Nele, está previsto apenas a necessidade de apresentação de um documento oficial que comprove a idade da pessoa – A idade mínima estabelecida é de 65 anos para todo o Brasil. Cada município possui a autonomia para diminuir esta faixa etária para 60 anos. Observamos com frequência, situações em que idosos eram barrados no momento de embarque. Despachantes e motoristas se revezam na tarefa. Ambos, em momentos distintos, dispõem-se na porta de acesso ao ônibus atuando como controladores de quem pode ou não embarcar. Nos pontos analisados (Rodoviária e Terminal Urbano), duas filas distintas são formadas. Uma de “pagantes” e outra de “não pagantes”. A porta de entrada para os passageiros com gratuidade pode estar disposta na parte dianteira ou traseira do veículo, oscilando de uma empresa para outra. Com frequência, a porta de acesso para quem paga a passagem é aberta, enquanto que a dos que não pagam permanece fechada. Estes momentos podem se traduzir em tensão. Um idoso indignado questionou certa vez: “*Como é que é? Não vai abrir não?*”. Ignorado pelo motorista, bateu à porta. Seu ato não surtiu qualquer efeito, ao passo que se retirou da fila por alguns instantes. Minutos depois retornou com o fiscal. Neste momento, ocorreu uma diferença na postura do motorista, que demonstrou preocupação. O fiscal ordenou que a porta fosse aberta, o que foi rapidamente acatado. Antes de subirem no ônibus alguns dos idosos reclamaram ao fiscal: “*Isso é um absurdo. A gente fica parado aqui enquanto o ônibus enche. Vocês*

têm que ver isso gente! Eu sou velho, não aguento ficar em pé não”. O fiscal advertiu o motorista: “*Você sabe que não pode fazer isso. Depois a gente multa a empresa e vocês reclamam. A porta vai ficar aberta até o ônibus sair. Tá certo?*”. O motorista fez sinal com a cabeça de que entendeu a ordem e a cumpriria. Um dos idosos ainda retrucou: “*Vocês têm que ficar aqui o tempo todo. É sempre assim. Sempre barram a gente*”. A presença do fiscal até que o ônibus partisse garantiu que a porta permanecesse aberta.

Nesses casos, mesmo não sendo a princípio seu ofício, pode-se observar que a figura do fiscal é um actante (LATOURE, *op. cit.* e BOLTANSKI, 1990) que viabiliza a efetivação “dos direitos dos passageiros” (e é visto por eles desta forma) mediante a ameaça de multar, fortemente temida pelos motoristas e despachantes. Porém, a presença do fiscal que trabalha no ponto pode também não representar ameaça. É comum, por exemplo, momentos em que o motorista se afasta do ônibus (para ir ao banheiro, beber água, comer algo ou conversar com colegas) no instante do embarque. Desta forma, a porta de acesso para os “não pagantes” permanece fechada até que o motorista retorne, enquanto os “pagantes” acessam o veículo pela porta onde se encontra a roleta (catraca). Em outros momentos, idosos, deficientes e estudantes denunciam aos fiscais que determinado motorista não parou no ponto para permitir seu embarque. Ao realizarmos observações em outros pontos de ônibus de Campos – não sendo na rodoviária ou em terminais – constatamos que alguns motoristas, ao perceberem a presença de idosos esperando, ignoram o sinal deste passageiro e seguem o trajeto sem parar, se não houver nenhum passageiro “pagante”. Como este comportamento é frequente e constitutivo da experiência de circulação do idoso, uma estratégia pode ser de pedir para que outra pessoa, com perfil de “pagante”, faça o sinal no seu lugar para garantir que o motorista pare. É visível, neste caso, o desapontamento do motorista quando percebe que foi “enganado”.

As tensões com o impedimento dos idosos se traduzem frequentemente em controvérsias acerca dos direitos. As contestações ou indignações são acompanhadas de outros recursos que funcionam como lembrete “da lei” e “dos seus direitos”. Em outras situações, idosos costumavam lembrar aos fiscais que “não dependem de favor e boa vontade por serem idosos, mas que possuem o direito de ter acesso livre e irrestrito de forma gratuita”, demonstrando extenso conhecimento da regulamentação da gratuidade.

Outro público particularmente vulnerável na experiência das filas são os estudantes, que também tem gratuidade (Passe Livre)⁵⁸. Este público é reconhecível pelos motoristas e despachantes pelo fato de que o estudante precisa estar uniformizado para usufruir o não pagamento da passagem. No momento do embarque são ainda obrigados a mostrar ao motorista a carteirinha escolar que comprova esta condição. Diferentemente do acesso prioritário e irrestrito de que gozam os idosos, aos estudantes é assegurada apenas a gratuidade. Desse modo, tanto na Rodoviária quanto no Terminal Urbano, estas pessoas embarcam somente no instante da partida do ônibus. É comum que não formem uma fila. Dispõe-se de forma desorganizada e dispersa próximos à porta de embarque. O momento a partir da qual são autorizados a entrar no ônibus ocorre quando o motorista ou despachante emite gestos com as mãos e cabeça autorizando-os a embarcar.

Nas conversas com despachantes sobre a situação dos estudantes, muitos compartilhavam suas avaliações sobre este público: “*Estudante é tudo baderneiro*”, “*os estudantes destroem os bancos, riscam tudo, são uns vândalos*”, “*eu não sou obrigado a carregar estudante não. A prefeitura tinha que botar ônibus exclusivo para eles*”, “*você tem que ver na hora do almoço que loucura que ficam esses ônibus. Entopem de alunos,*

⁵⁸Neste caso, a legislação que garante o passe livre estudantil é definida no nível municipal. Em Campos, esta garantia é prevista na Lei Orgânica e se estende aos estudantes das redes municipal, estadual e federal de ensino.

atrapalham os passageiros”. Ainda acusam os alunos de provocarem baderna e depredação do patrimônio da empresa – considerando que os estudantes sempre se deslocam em grupo nos ônibus, criando uma agitação coletiva durante o trajeto. Principalmente nos horários escolares matutinos e vespertinos, há uma importante concentração de alunos esperando o ônibus. No caso de situação de conflitos com este público, observamos que as reclamações são nestes casos dos pais de alunos e recorrentes. Ao ouvirem as reclamações de seus filhos – muitas vezes são deixados no ponto ou até mesmo impedidos de embarcar – pais indignados decidem encarar os motoristas ao acompanharem seus filhos nos pontos de ônibus. Em outras ocasiões, procuram o fiscal para relatar o acontecido.

Variações de acessos ao transporte e vulnerabilidade da experiência cidadina

As observações apresentadas nas sessões anteriores apontam para uma série de dimensões da vulnerabilidade da experiência cidadina em Campos sob o ângulo do serviço de transporte coletivo. Paralelamente, as controvérsias que emergem nestas situações realçam grandes variações em relação ao acesso do serviço de transporte coletivo segundo os modos como são qualificados os usuários pelos motoristas e despachantes, tencionando os repertórios normativos de *universalização* ou de *inclusão social* da legislação vigente acima mencionada. Neste artigo, focalizamo-nos exclusivamente nos ordenamentos mercantis, industriais e cívicos que compõem estas situações (BOLTANSKI e THÉVENOT, *op. cit.*) seguindo os diferentes protagonistas de uma fila de ônibus. Porém, nos momentos de filas de espera, observamos que as ações de cada personagem são diferentemente orientadas: O motorista e o despachante seguem e ressignificam os princípios mercantis e industriais da empresa de ônibus; o usuário, nas situações de prova ou de disputa em particular, pode se referir a princípios cívicos (evocando, por exemplo, seu direito de ir e vir ou a universalização deste serviço) ou mercantis; e, por fim, o fiscal que parece ser o ator com mais intensa navegação entre os ordenamentos presentes na situação. Desta forma, apesar desta pluralidade de personagens e de ordenamentos, observamos que, em regra, existe uma relativa convenção em relação às grandezas mercantil e industrial, mesmo pelos usuários. Por exemplo, estes últimos tomam como dado o fato de que o serviço é fornecido por uma empresa e eles próprios podem se considerar preferencialmente clientes, e menos como usuário de um serviço *público*. Sobre este ponto, podemos ainda reforçar esta observação a partir de uma dezena de entrevistas que realizamos com usuários de serviço de transporte; eles se auto-definiam constantemente como clientes e a gramática cívica do transporte não aparecia de modo exclusivo. Ao contrário, os sentidos do público, quando problematizavam momentos de transporte coletivo, eram fortemente entremeados por referências ao mercado e pouco aparecia nestes casos a linguagem dos direitos: como *pagavam* um serviço, *deveriam* ser bem tratados e respeitados.

Desta forma, quando não surgiam conflitos, estas duas grandezas também orientavam as qualificações dos responsáveis pela gestão da fila e do embarque. A hierarquização da prioridade de usuários e as filas paralelas que surgiam denotavam assim deste arranjo entre estas duas grandezas que se sobrepunham à cívica que aparece, por exemplo, quando a gratuidade é administrada de modo secundário em relação aos “pagantes”. Desta forma, se este serviço se apresenta formalmente como um dos mais centrais no que tange à garantia do direito de ir e vir na cidade⁵⁹, nossas observações de situações tendem em demonstrar que os ordenamentos mercantis e industriais tendem em se sobrepôr aos (ou se combinar com os) princípios cívicos que regulam o

⁵⁹Como, por exemplo, a Lei 12.857/2012 referente à política nacional de mobilidade urbana.

transporte. A nosso ver, este arranjo é imprescindível para compreender os sentidos do público nestas situações e suas consequências em relação às dimensões que acirram a vulnerabilidade da experiência cidadina. A associação usuário/cliente implica assim na hierarquização de usuários que podem em momentos de prova e de disputa na fila ou durante a viagem, deslizar rapidamente para indignações de passageiros que se sentem carregados como “bois”, ou ainda, para jocosidades trocadas entre passageiros e endereçadas ao motorista (“O motorista está bravo assim porque ele é corno!”).

Desta forma, a fila apresenta uma ordem complexa e marcada por lógicas que tratam de modo diferenciado os usuários, hierarquizado segundo seu estado de pagante ou não pagante, e para uma “cidadania de geometria variável” (LAUTIER, *apud* FREIRE, 2014). Segundo muitos motoristas, despachantes, deficientes físicos, idosos e estudantes *merecem* menos do que os outros utilizar o serviço de transporte e podem invocar, quando embarcam estes atores, que lhe fazem um “enorme favor”. Em suma, observa-se um tratamento hierarquizado diante do acesso aos direitos (KANT DE LIMA, 1999) fundamentado no privilégio do *pagante* em detrimento do não-pagante. As constantes referências à associação passageiro/animal - proferido com indignação ou de modo jocoso – nas filas e nos ônibus apresentam a crítica que eles fazem aos operadores e empresas de transporte em relação aos desrespeitos e desqualificações de seu estado de humano nestes instantes, próximo ao que Freire denominou de *humanidade degradada* (FREIRE, 2014).

Como veremos na próxima sessão, são nos momentos em que avaliam que seus estados de humanos são colocados à prova que o conflito torna-se latente e pode emergir a qualquer momento. Desta forma, como vimos no caso do motorista que privilegiou seus familiares, tensões e conflitos no transporte coletivo são onipresentes. Os momentos em que avaliam que seus estados de humanos são desqualificados, ou ainda, em que sentem tratados como *otários* (GOFFMAN, 2009) pelos operadores de transporte, são paralelamente associados à “negação de seus direitos”. Nas observações realizadas, observamos que estes dois tipos de avaliações são aqueles que despertam os conflitos ou o *insulto moral* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008), caracterizado pela desqualificação e negação da identidade do outro. Neste último caso, trata-se de uma forma de agressão que não implica uma violência física. As palavras são, nesse sentido, utilizadas com a intenção de atingir moralmente aquele que questiona e se indigna. Assim, o conflito e seus desdobramentos podem ser analisados a partir da dimensão simbólica dos direitos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010), isto é, a forma como os direitos são vivenciados pelos atores e configuram interações conflituosas.

“Bota fogo no ônibus”: A ameaça do uso da força nos pontos

Em 2015, houve uma renovação parcial da frota dos ônibus municipais de Campos dos Goytacazes. Porém, apesar das empresas terem adquirido cerca de 85 veículos novos, o estado dos aproximadamente 300 outros antigos (dezenas não circulando mais atualmente) é precário, desconfortável e pode eventualmente ameaçar a segurança dos passageiros. Além disso, muitos destes veículos são equipados com motores exageradamente barulhentos, provocando forte incômodo sonoro. Os antigos veículos apresentam frequentemente uma má manutenção: bancos quebrados ou soltos; volante, pára-brisa, pneus e faróis muitas vezes defeituosos; pragas (observamos, uma vez, uma infestação de baratas). Além disso, é longo o tempo de espera nos pontos, frequentemente improvisados e sem proteção às intempéries. Eram corriqueiros os casos de atrasos não justificados, supressão de horários e mudanças de itinerários não informados aos passageiros. Paralelamente, as condições de trabalho dos motoristas são particularmente árduas e o tempo de trabalho, de oito horas, é pouco intercalado por

intervalos. Muitos ônibus tinham seus pára-brisas trincados, faróis quebrados ou inoperantes, e pneus “carecas”. Estas situações são objeto de inúmeras controvérsias.

Frequentemente, os usuários se queixavam dos desvios de itinerário, dos atrasos ou dos adiantamentos nos horários de partidas dos ônibus sem aviso prévio. Nestas situações, os passageiros compartilhavam entre eles suas indignações: “*isso não pode acontecer! é um absurdo, alguém tem que fazer alguma coisa!*”; “*está tudo uma bagunça e ninguém faz nada*”; “*é uma falta de respeito muito grande, não pode acontecer!*”. Estas indignações se encerravam em momentos de fortes tensões. Apesar de compartilhar suas indignações ou de ameaçar tornar público “o descaso” (na imprensa ou televisão), não observamos a concretização destas ameaças. Nestes instantes, os passageiros indignados procuravam o fiscal, denunciavam o ocorrido frequentemente em tom de desabafo. O fiscal, por sua vez, ouvia com menor ou maior paciência o usuário. Podia ocasionalmente multar a empresa, caso a denúncia ia de encontro com a legislação. Desta forma, muitos destes instantes tornavam-se uma prova mediada pelo fiscal.

Em alguns casos, os conflitos decorrentes das múltiplas falhas do sistema de transporte campista, acima apresentadas, podiam se intensificar de modo que os passageiros ameaçavam ou usavam o recurso à força. Um caso em especial ilustre como uma tensão se transforma paulatinamente em violência. No fim de uma tarde chuvosa, uma mulher estava aos gritos na Rodoviária. De longe, era perceptível a profunda indignação desta usuária. Gesticulava com as mãos e gritava com um despachante e um fiscal diante de um ônibus parado na plataforma. Um grupo de transeuntes formava um círculo em sua volta, observando a cena. Ao nos aproximar, pudemos ouvir que o ônibus estava atrasado mais de uma hora e meia por causa da falta de cobrador. O destino desta passageira era uma localidade distante, com poucos horários de ônibus por dia e com intervalo entre eles de três horas. Em resposta aos gritos de protesto e de indignação, o despachante repetia que não podia fazer nada pois não havia quem poderia substituir o cobrador ausente. O fiscal tentou administrar o conflito, tentando acalmar a passageira e propondo um diálogo. Ouvia atentamente os passageiros e averiguava a fidedignidade das informações do despachante. Porém, o desacordo neste caso estava particularmente tenso e a mulher indignada expressava forte irritação. A administração do conflito pelo fiscal tornou-se tarefa árdua, principalmente quando este último foi acusado (pelos passageiros presentes) de inanição. O conflito se estendeu durante longos minutos. Diante do impasse, a mulher exclamou: “*Tem que botar fogo nesse ônibus!! Só assim alguém vai fazer alguma coisa. Vamos botar fogo!!*”. Os transeuntes ao redor balançavam a cabeça, como sinal de concordância. Todos se exaltaram e vociferaram juntos a exclamação. Após uma longa discussão entre a passageira revoltada, o despachante e o fiscal, testemunhada pelo público de transeuntes, outro cobrador apareceu repentinamente para substituir seu colega ausente. O conflito se interrompeu imediatamente e os passageiros deste ônibus embarcaram. As interações entre os atores tornaram-se conflitivas, neste caso, pois a falta do cobrador e a inércia dos operadores para encontrar uma solução imediata foram tidas como *insulto moral* (CARDOSO DE OLIVEIRA, *op. cit.*). O sistema actancial fundamentado do denunciador, na vítima, no perseguidor e no juiz (BOLTANSKI, 1990) se desconfigura nesta situação e se polariza, com o apoio do público presente, em torno da denunciante e da empresa denunciada. Nesse caso, os denunciados não compartilham o mesmo estatuto. Em certo momento, por exemplo, o fiscal deixa de interagir de forma direta com os passageiros procurando contornar a revolta coletiva e temendo suas possíveis consequências. Desta forma, ele pressionou o despachante para encontrar uma solução no encerramento do impasse.

A expressão – *Botar fogo no ônibus* – é frequente nos pontos que observamos. Como na situação, surge em momentos em que não há horizonte de resolução de um problema que emerge nas filas. Ainda que não haja relatos de ônibus que foram incendiados em Campos, há vários casos de apedrejamento de ônibus nesta cidade. Esta situação aponta ainda para um *continuum* entre quatro sequencias que se repetiram nas nossas observações: tensão – indignação – conflito – e ameaça do recurso à força.

Considerações finais

A análise de filas de espera em pontos de ônibus, terminais e rodoviárias que apresentamos neste destacou diversas dimensões da vulnerabilidade da experiência cidadina em Campos dos Goytacazes e a evitação da política (ELIASOPH, 2010) no que tange às tematizações do transporte urbano nesta cidade. Assim, a descrição compreensiva das filas e de suas ordens negociadas é um recorte possível para problematizar os obstáculos de acesso ao espaço público e à cidade. Dentre estes, a pesquisa apontou para um nítido desencaixe entre os pressupostos normativos previstos nos dispositivos legais que regem os transportes e os modos como são reapropriados e vivenciados situacionalmente nos pontos estudados. Esta dimensão, por sua vez, realça a especificidade de conflitos urbanos e dos modos de administrá-los pelos agentes de serviço. Os direitos de circulação, tais como são definidos formalmente por normas jurídicas a partir de tópicos de universalidade e de igualdade contrastam com a forma segundo a qual são aplicados, de modo particularizado e desigual no espaço público (KANT DE LIMA, 1991; 1999; 2001).

Ainda que os usuários do serviço com direito à gratuidade são forçados a se dobrar às diferenciações de tratamentos entre “não pagantes” e “pagantes” diante dos ordenamentos que compõem estas situações, procuramos também descrever as competências que estes atores mobilizam em um ambiente moral no qual “todos os diferentes não terão os mesmos direitos, pertencendo a camadas diferentes, com direitos diferentes” (KANT DE LIMA, 1991, p. 40): o idoso que se torna *expert* da legislação da gratuidade; uma senhora que desenvolve truques para embarcar no ponto com a cooperação de outros passageiros; um deficiente e outros atores que ameaçam recorrer à imprensa; estudantes, cansados de serem barrados na porta do ônibus, acompanhados pelos pais para garantir suas circulações... No entanto, tais competências não podem ser tidas como experiências exitosas de circulação na cidade, e sim como intensos e incontornáveis esforços resultantes de um sistema de transporte também vulnerável. Enfim, deve-se ainda considerar todos os outros instantes que apontam para as incapacidades de agir dos usuários quando se defrontam com os atores do transporte urbano da cidade, que se expressam por uma inanição de coletivos passageiros da cidade ou uma evitação da política (ELIASOPH, *op. cit.*). Com efeito, o distanciamento dos usuários da arena de problematização do transporte de Campos ilustra, em outro nível, a asfixia das vozes dos passageiros que observamos recorrentemente nesta pesquisa. Ocasionalmente, quando a asfixia se entremeia com o “desrespeito” sem horizonte de requalificação do estado de humano ameaçado nestes instantes, há o ínfimo interstício entre o insuportável (BREVIGLIERI, 2003) e a violência.

Referências bibliográficas

BOLTANSKI, Luc. *L'amour et la justice comme compétences*. Paris: Métailié, 1990.

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. *De La Justification: Les Economies des Grands*. Paris: Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. *A sociologia da capacidade crítica*. European Journal of Social Theory, Londres, 559-377, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.048 de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento as pessoas

que especifica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de novembro de 2008. p.1

BRASIL. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico, Brasília, DF, 20 de dezembro de 2000. p.2

BRASIL. Lei nº 10.257 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico da União, DF, 11 de julho de 2001. p.1

BRASIL. Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003. Institui o Estatuto do idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de outubro de 2003. p.1

BRASIL. Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 de janeiro de 2012. p.1

BREVIGLIERI, Marc; TROM, Danny. Troubles et tensions en milieu urbain. Les épreuves citadines et habitantes de la ville. In: Daniel Céfai et D. Pasquier (Orgs.) *Les sens du public: publics politiques et médiatiques*: PUF, 399-416, 2003.

CAIAFA, Janice. *Jornadas Urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei nº 7.972 de 31 de março de 2008. Institui o Plano Diretor do município de Campos dos Goytacazes. Diário Oficial do município, Campos dos Goytacazes, RJ, 01 de abril de 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Honra, dignidade e reciprocidade. *Cadernos de Direitos Humanos*, Rio de Janeiro, RJ, v.1, n.1, p. 32-48, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, p. 135-146, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, SP, v. 53, n. 2, p. 451-474, 2010.

CEFAI, Daniel; et al. *Arenas Públicas: Por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, RJ: eduff, 2011.

DEWEY, John. *Democracia Cooperativa: Escritos Políticos Escolhidos de John Dewey*. Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Cidades, 2008. Coordenado e traduzido Thamy POGREBINSCHI, 1927.

ELIASOPH, Nina. *L'évitement du politique. Comment les Américains produisent l'apathie dans la vie quotidienne*. Paris: Économica, 2010.

FREIRE, Jussara. *Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Tese, Rio de Janeiro: IUPERJ, mimeo, 2005

FREIRE, Jussara. 'Violência urbana' e 'cidadania' na cidade do Rio de Janeiro: Tensões e disputas em torno das 'justas atribuições' do Estado. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 1, p. 73-94, 2014a.

FREIRE, Jussara. *Vulnerabilidades da experiência cidadina e acesso aos espaços públicos urbanos em cidades do Norte-Fluminense*. Projeto de pesquisa – FAPERJ, 2014b.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2008.

GOFFMAN, Erving. Acalmando o otário: Alguns aspectos de adaptação à falha. *Plural*, v.16, n.1, p. 195-211, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: Notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

JEANNOT, Gilles. *Les métiers flous travail et action publique*. Toulouse: Octares, 2011.

JEANNOT, Gilles. *Les usagers du service public*. Paris: PUF, 1998.

JOSEPH, Isaac. A escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 3-13, 2000a.

JOSEPH, Isaac. *Erving Goffman e a Microsociologia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000b.

JOSEPH, Isaac. *L'athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris: Economica, 2007.

JOSEPH, Isaac; Jeannot, Gilles. *Métiers du public. Les compétences de l'agent et l'espace de l'usager*. Paris: Éditions du CNRS, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto. *Ordem Pública e Pública Desordem: Modelos Processuais de*

Controle Social em uma Perspectiva Comparada (Inquérito e Jury System). *Anuário Antropológico* 88, p. 21-44, 1991.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: Uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de sociologia e política*, Curitiba, PR, n.13, p. 23-38, nov, 1999.

KANT DE LIMA, Roberto. Administração de conflitos, espaço público e cidadania. Uma perspectiva comparada. *Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso)*, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 2, p. 11-16, 2001.

LATOUR, Bruno. *Petites leçons de sociologie des sciences*. Paris: La découverte, 1993.

LAUTIER, Bruno. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. *Contemporaneidade e Educação*, v. 2, n. 1, 1997.

MAMAMI, Hernán. *Transporte informal e vida metropolitana: um estudo do Rio de Janeiro nos*

anos 90. Tese, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, UFRJ, 2004.

MAMAMI, Hernán. *Une pièce manquante dans la définition du problème «transport public» au Brésil? L'utilisateur face aux politiques de transport à Rio de Janeiro à Campos dos Goytacazes*. Trabalho apresentado no Encontros - Os dilemas da participação, Coimbra, Portugal: Casa da Escrita, 2016.

PIRES, Lenin. *Esculhamba, mas não esculacha! Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil*. Niterói, RJ: Eduff, 2011.

SIMMEL, George. *Questões fundamentais de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

STRAUSS, Anselm. *La Trame de la Négociation*. Paris: L'Harmattan, 1992.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

NOEL, Gabriel D. Las ciudades invisibles. Algunas lecciones teóricas y metodológicas surgidas del abordaje de aglomeraciones medianas y pequeñas en el límite de un *hinterland* metropolitano. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.15, n. 45, p. 83-95, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965

DOSSIÊ

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Las ciudades invisibles

Algunas lecciones teóricas y metodológicas surgidas del abordaje de aglomeraciones medianas y pequeñas en el límite de un *hinterland* metropolitano

As cidades invisíveis. Algumas lições teóricas e metodológicas surgidas da abordagem de aglomerações médias e pequenas no limite de um *hinterland* metropolitano

The Invisible Cities. Some theoretical and methodological lessons arising from the approach to small and medium agglomerations at the limit of a metropolitan hinterland

Gabriel D. Noel

Resumo: A oposição entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* a partir da qual se constroem as agendas complementares da sociologia e da antropologia tem configurado um programa de investigação que, opondo o “urbano” ao “rural”, entende o urbano segundo o modelo da metrópole moderna, impessoal e anônima, pautada na indústria e nos serviços, e o rural em termos de uma comunidade tradicional caracterizada por relações face a face e fortemente coesas, dedicadas a atividades agropecuárias. No marco deste programa, as aglomerações médias e pequenas têm sido submetidas a uma série de distorções teóricas e metodológicas que têm dificultado sua compreensão específica, quando não têm sido diretamente ignoradas na agenda das ciências sociais. Nos últimos anos, porém, as cidades médias pequenas têm começado a ser incorporadas a esta agenda em nossa região, colocando em evidência as limitações dos enfoques dualistas e a necessidade de recuperar ferramentas esquecidas nas tradições de nossas disciplinas, criando outras novas. Sobre esta base, o presente trabalho procura apresentar uma série de operações teórico-metodológicas às quais temos chegado durante o processo de conceituação de aglomerações “anômalas”, do ponto de vista da oposição rural-urbano – cidades pequenas, ou inclusive muito pequenas, que se situam nas proximidades do limite segundo os quais os instrumentos estatísticos costumam diferenciar o “urbano” do “rural”. Àquelas que não se pode atribuir um perfil claramente definido e cuja localização, no limite de um *Hinterland* metropolitano, as situa em uma borda difusa que, por um lado, as mantém fora

dos processos de incorporação, mas que, por outro, as permite uma relação mais ou menos fluida com suas metrópoles - mas cuja utilidade e fecundidade heurística convidam a repensar e substituir uma série de dualidades estéreis sedimentadas na história de nossas disciplinas. **Palavras-chave:** cidades pequenas e médias, oposição rural-urbano, estudos de comunidades, estudos urbanos, estudos rurais

Abstract: The well-known opposition between *Gemeinschaft* and *Gesellschaft* that gave birth to the twin agendas of sociology and anthropology brought forth a research program that opposed “the urban” to “the rural”, understanding the urban from the standpoint of the modern, impersonal and anonymous metropolis devoted to industrial activities and/or services and the rural in terms of a traditional community, knit together by face-to-face relationships and tightly interwoven, devoted to agricultural matters. Under this program, small and middle-sized settlements have been submitted to a series of distortions, both theoretical and methodological that have hindered our specific understanding of them, when not occluded from consideration altogether. In the last years, however, middle-sized and small cities have begun to appear in the landscape of the social sciences of the region, bringing to the foreground the limitations of dualistic approaches as well as the need to recover forgotten tools from the traditions of our disciplines and create some new ones. Along those lines, the present work intends to present a series of theoretical and methodological operations that resulted from our

attempts at conceptualization of ‘anomalous’ settlements from the point of view of the rural/urban opposition – small, or even tiny settlements close to the lower population boundary used to divide the rural from the urban; without a clear productive profile and whose location in the limit of a metropolitan Hinterland places them in a fuzzy zone that on the one hand keeps them outside the processes

of incorporation, but on the other allows for a fluid relationship with its metropolis – but whose usefulness and heuristic potential invites us to reconsider several sterile dualities sedimented in the history of our disciplines. **Keywords:** small and middle-sized cities, rural-urban opposition, community studies, urban studies, rural studies

Introducción. Las Genealogías de la Contraposición entre lo Rural y lo Urbano y sus Consecuencias

“En la vida de los emperadores hay un momento que sucede al orgullo por la amplitud desmesurada de los territorios que hemos conquistado, a la melancolía y al alivio de saber que pronto renunciaremos a conocerlos y a comprenderlos”. Ítalo Calvino – Las Ciudades Invisibles

Como lo han reconocido con frecuencia las reconstrucciones de la historia de las ciencias sociales, la oposición entre *Gemeinschaft* y *Gesellschaft* (TÖNNIES, 2009; DELGADO, 2005) se constituyó como uno de los tropos privilegiados a partir de los cuales se configuró la naciente imaginación sociológica en la segunda mitad del siglo XIX. Esta contraposición dará testimonio a lo largo del siglo y medio sucesivo de una doble atracción objetivada en la génesis simultánea y la división del trabajo entre las agendas complementarias de la sociología y la antropología. Así surgen y se despliegan en simultáneo una fascinación moderna por la metrópolis (SIMMEL, 1987, 2013; PARK, 1999, WIRTH, 2005; HANNERZ, 1986a, p. 29-72; HALBWACHS, 2008) y una seducción nostálgica por los edenes perdidos insulares o continentales y las arcadias rurales (STOCKING, 1989), en una oposición que encontrará una inscripción tan rápida como duradera no sólo dentro del mundo académico sino también en los nacientes procedimientos estatales de registro poblacional.

Asimismo, por más que los censos nacionales de población procuren implementar una serie de recursos técnicos destinados a volver inequívocas las categorías que los sustentan, muchas de sus reelaboraciones en sede académica seguirán siendo desbordadas por un conjunto de resonancias que remiten a encarnaciones más antiguas y menos formales de esa categorización. Más allá, por tanto, de un límite demográfico – generalmente los 2.000 habitantes – cuya arbitrariedad será permanentemente cuestionada⁶⁰, los debates en torno de “*lo rural*” y “*lo urbano*” continuarán remitiendo con frecuencia a representaciones de lo urbano construidas en torno de su polo superior – la ciudad, o más precisamente la metrópoli moderna, impersonal y anónima – y a imágenes de lo rural que evocan su contrario, el campo, y a una comunidad tradicional caracterizada por relaciones cara a cara y fuertemente cohesionada. A su vez, este primer palimpsesto será atravesado con frecuencia por dimensiones adicionales. Una de ellas es la que liga cada una de estas esferas a un cierto tipo de perfil productivo (CONCHA *et al*, 2013) y en virtud de las cuales lo rural deviene sinónimo de actividades primarias (en particular agrícolas o agropecuarias) y lo urbano de secundarias (industriales) o terciarias (servicios). Otras, por último, les adjudican putativas posiciones morales ancladas en teleologías que oscilan entre versiones modernistas – donde lo urbano se constituye como el polo del progreso, del desarrollo y de la ciudadanía, mientras que lo rural deviene el lugar del conservadurismo, del atraso, del atavismo – y sus correlatos románticos – donde lo

⁶⁰ Una revisión histórica de varias de las discusiones en torno de esta definición puede encontrarse en Hannerz (1986, p. 73-115). Una versión sistemática y sinóptica del argumento para el caso argentino puede encontrarse en Vapñarsky y Gorojowsky (1990), y una crítica igualmente sistemática en Otero (2004).

urbano es sinónimo de impersonalidad, de deterioro moral, de contaminación y de indigencia y lo rural reservorio de virtudes, de personalidad y de pobreza ‘digna’. Estas sedimentaciones alcanzarán a lo largo del siglo XX un relativo estatuto de naturalización que impondrán una cesura que habrá de confirmar por mucho tiempo en lados opuestos de una frontera institucional y disciplinaria a los investigadores de temas “urbanos” – que se ocuparán casi siempre de escenarios metropolitanos o de gran escala – y a sus contrapartes “rurales” – dedicados al estudio de la población dispersa en campo abierto o a la que reside en aglomerados de tamaño reducido o minúsculo. Incluso cuando las fronteras de disciplinas otrora separadas (como la sociología o la antropología) comiencen a cruzarse con mayor frecuencia y las dificultades para establecer límites entre lo rural y lo urbano a la luz de las transformaciones en la estructura productiva del capitalismo agroindustrial en la modernidad avanzada sean abiertamente reconocidas, ambas agendas permanecerán separadas en las taxonomías disciplinares, en los departamentos universitarios, en equipos y proyectos de investigación, en comisiones de evaluación, congresos, mesas y grupos de trabajo.

Más aún, en el caso de particular de las ciencias sociales latinoamericanas, el carácter apodíctico de esta escisión se ha visto reforzado durante mucho tiempo por una serie de factores estructurales específicos de la propia región, en especial los que tienen que ver con la concentración poblacional y más específicamente con la primacía y la macrocefalia que la caracterizan (VAPÑARSKY, 1995). A ellos se suman los que hacen cuestiones metodológicas más generales: al tiempo que las aglomeraciones de escala intermedia suelen ser demasiado grandes para reconstruirlas etnográficamente, resultan demasiado pequeñas como para merecer la atención de sistemas estadísticos nacionales o provinciales que suelen generar poca información sobre ellas, o las procesan a niveles de agregación demasiado altos como para permitir análisis detallados o heurísticamente fecundos (VAPÑARSKY y GOROJOVSKY, 1990). Aún así, la presencia y la intensidad de una serie de transformaciones experimentadas por las ciudades medianas y pequeñas, acompañada de una creciente presencia de estas aglomeraciones en las agendas de los organismos internacionales y las academias metropolitanas⁶¹ han terminado por dar como resultado su progresiva incorporación a la agenda de las ciencias sociales de la región. Si bien su incorporación progresiva a esta agenda ha tenido lugar desde el polo de “lo urbano” en muchos casos su abordaje ha invitado a repensar las relaciones con sus *hinterlands* “rurales” (SILI, 1999), a intentar deshilar las diversas dimensiones superpuestas en la conceptualización de ambos extremos (CONCHA *et al*, 2013) y a replantear las modalidades de construcción de las unidades de análisis. En consecuencia, las limitaciones de los enfoques dualistas (HANNERZ, 1986a, p. 76-88) han alcanzado un grado de evidencia difícil de disimular y las propuestas de superación han comenzado a desplazarse desde los márgenes hacia el centro de las agendas disciplinarias, volviendo posible recuperar contribuciones sustantivas y originales que quedaron olvidadas por la marginación impuesta por las propias lógicas de reproducción de las disciplinas o por su dificultad para atravesar fronteras académicas.

La urgencia de esta reconceptualización se vuelve más evidente para aquellos de nosotros que trabajamos en escenarios que encajan mal en la matriz dual que hemos estado reconstruyendo: esto es ciudades pequeñas, o incluso muy pequeñas que se sitúan cerca del límite con el que la vulgata estadística ha dividido “lo urbano” de “lo rural”; a las que no pueden adjudicársele claramente un perfil productivo definido y

⁶¹ Véase al respecto Bell y Jayne (2006), Bellet Sanfeliú (2000), Bellet Sanfeliú y Llop Torné (2004), Brunet (2000), Cantor Apolinar (2014), Capel (2009), Cebrián Abellán y Panadero Moya (2013), Jordan y Simioni (1998), Penalva Santos (2010), UNESCO-UIA (1999) y Usach y Garrido Yserte (2008).

cuya localización en el límite de un *Hinterland* metropolitano las sitúa en un borde difuso que por un lado las mantiene fuera de los procesos de incorporación pero que por otro les permite – aún más, les exige – una relación más o menos fluida con sus metrópolis⁶².

A lo largo del presente trabajo, por tanto, procuraremos presentar una serie de operaciones teórico-metodológicas a las que hemos arribado en el proceso de conceptualización de estas aglomeraciones ‘anómalas’, pero cuya utilidad y fecundidad heurística no se limitan a estas circunstancias específicas. Por el contrario: constituyen una necesidad teórica, metodológica y epistemológica a la luz de los desafíos complejos que muchos escenarios contemporáneos plantean a las ciencias sociales y que las limitaciones atávicas del binarismo urbano/rural nos han impedido analizar de manera fecunda.

Primera Operación. La Multiplicación de las Escalas

“Es extraña esta ciudad/O yo estoy fuera de escala”. Soda Stereo – **Paseando por Roma**

Como ya hemos adelantado, el interés de las ciencias sociales por lo urbano abreva en una fascinación con la metrópoli moderna, que sumada a las condiciones peculiares en que la población se ha concentrado en las grandes ciudades de América Latina ha llevado a las agendas de la sociología y la antropología urbanas de la región a enfocarse en las aglomeraciones de mayor tamaño en detrimento de los núcleos poblacionales medianos y pequeños (CONCHA *et al*, 2013; BLANC, 2015). Los efectos de este sesgo producen una generalización indebida sobre la base de un caso peculiar y anómalo: la mayor parte de los habitantes urbanos del planeta, como se señala con frecuencia, no viven en las grandes megalópolis⁶³ sino en aglomeraciones de tamaño mediano a pequeño que difícilmente puedan ser comprendidas a partir de la extensión acrítica de los resultados de las investigaciones en las metrópolis. Afortunadamente, sin embargo, la situación ha comenzado a cambiar en las últimas décadas, donde como consecuencia de un proceso de transformación a nivel regional cuyos principales características incluyen la disminución de la tradicional primacía urbana, el crecimiento relativamente rápido de centros secundarios y la emergencia de un sistema urbano más complejo (VAPÑARSKY y GOROJOVSKY, 1990; SASSONE, 1992; VAPÑARSKY, 1995; PORTES y ROBERTS, 2005, p. 66; CANALES CERÓN y CANALES CERÓN, 2012; GREENE, 2014, 2015), la atención de numerosos investigadores en su mayoría provenientes del campo de “*lo urbano*”⁶⁴ se ha ido deslizando en dirección a aglomeraciones de menor tamaño y en muchos casos relativamente alejadas de las correspondientes metrópolis⁶⁵, dando testimonio de la constatación de una necesidad de multiplicar las escalas de análisis.

Segunda Operación. La Particularización de las Categorías Conceptuales

“No tratar de encontrar demasiado de prisa una definición de la ciudad: es un asunto demasiado vasto, y hay muchas posibilidades de equivocarse”. **Georges Perec – Especies de Espacios**

⁶² Como veremos más adelante, nuestro actual proyecto de investigación tiene como escenario una red de localidades de tamaño variable – entre pequeño y muy pequeño – distantes unos 100 km del borde meridional de la Región Metropolitana de Buenos Aires y a unos 150 de la Capital Federal.

⁶³ Los cálculos estiman que sólo un cuarto de la población mundial vive en ciudades de más de 500.000 habitantes (GREENE, 2014, 2015, p. 4).

⁶⁴ Aunque no faltan ejemplos de sus contrapartes “*rurales*” (MATTEUCCI *et al*, 2006, CANALES CERÓN y CANALES CERÓN, 2012, CLOQUELL, 2013, CROVETTO, 2009, 2011a, 2011b, 2013, 2015).

⁶⁵ Para el caso argentino, véase Gaggiotti (2000), Gravano (2005 y 2006), Boggi y Silva (2007 y 2011), Boggi y Galván (2008), Endere y Prado (2009), Silva (2009, 2011 y 2012), Noel (2011a, 2011b, 2012, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b), Gorenstein *et al* (2012), Linares (2012), Cloquell (2013), Noel y de Abrantes (2014), Bachiller (2015), Kaminker (2016). Para el caso chileno pueden verse Greene (2014 y 2015) y para el brasileño Prado (1988) y Blanc (2015).

Muy probablemente una de las principales contribuciones de la estrategia etnográfica a la construcción de conocimiento haya sido el cuestionamiento del etnocentrismo y el sociocentrismo de las categorías conceptuales con pretensión de universalidad, y su reemplazo por una construcción inductiva de las mismas en diálogo con los fenómenos de los cuales pretenden dar cuenta. Aún así, resulta llamativa la cantidad de investigadores que importan categorías de análisis para “*lo urbano*” y “*lo rural*” con un entusiasmo tan incomprensible como irresponsable, teniendo en cuenta que los modos en que en diversos continentes o regiones se articulan y distribuyen las aglomeraciones así como sus mutuas relaciones están lejos de ser inmediatamente traducibles y que la variabilidad, la magnitud y la distribución de la población y la distancia y modos de conexión entre ellas puede variar de modo radical⁶⁶. Las razones de esta importación irresponsable tienen que ver al menos en parte con el hecho de que las aglomeraciones han sido abordadas metodológicamente prescindiendo de sus relaciones con otros nodos de las redes en las que se encuentran insertas, como si se tratara de totalidades relativamente circunscriptas y obviando los aspectos relacionales que las definen como tales y que acabamos de enumerar. Lo cual nos lleva a nuestra siguiente operación.

Tercera Operación. La Deslocalización del Campo, la Reconceptualización de los Objetos y la Redefinición de las Unidades de Análisis

“Cuando se cambia la escala de las cosas, Mario, las cosas, inevitablemente, también cambian”. Daniel Escolar – *Toda la Vida*

Uno de los principales obstáculos a los que se han enfrentado las aproximaciones cualitativas a los fenómenos urbanos desde las ciencias sociales – y en particular en antropología – han tenido que ver con cierta tendencia a insularizar sus objetos empíricos o sus unidades de análisis (NOEL, 2009, p. 53-54). La noción antropológica de “*campo*” y el lugar central que ocupa en su principal estrategia metodológica – la etnografía – contribuyó a reforzar esta suerte de reflejo atávico que impulsa a los investigadores a instalarse en un sitio e investigar sin moverse de allí, o moviéndose muy poco (CLIFFORD 1999). Así, cuando el trabajo de campo etnográfico tomaba como objeto aglomeraciones de tamaño reducido casi siempre precedía a la tentación de tratarlas como unidades cerradas y autocontenidas y soslayando el hecho de que estas “*comunidades*” solían mantener lazos constantes y sustanciales con su ‘afuera’. Cuando, por el contrario, los investigadores se desplazaban hacia aglomeraciones mayores la operación implicaba o bien pensarlas como una suerte de aldea *writlarge* (LYND y LYND, 1957 y 1965; WARNER, 1963) o bien fragmentarlas en unidades menores – “*barrios*”, “*vecindades*” o “*urbanizaciones*” – que eran trabajadas como piezas de un mosaico de cuya suma aritmética se obtendría una imagen

⁶⁶Para citar un ejemplo particularmente ilustrativo: las “*ciudades intermedias*” que han hecho su aparición en las últimas décadas en la bibliografía latinoamericana, han sido desde hace mucho tiempo la regla en el Viejo Mundo. Las “*ciudades pequeñas*” en las que varios de nosotros hacemos trabajo de campo – y que cuentan con una población de entre unos pocos miles a unas pocas decenas de miles – poco tienen que ver con las “*small cities*” de la literatura estadounidense (BELL y JAYNE, 2006) que cuentan con poblaciones que van desde varias decenas de miles a cientos de miles. Las “*ciudades intermedias*” de la región patagónica o pampeana (GAGGIOTTI, 2000; GRAVANO, 2005 y 2006; GORENSTEIN *et al*, 2012; LINARES, 2012) y que cumplen funciones de intermediación en relación con aglomeraciones más pequeñas y con sus respectivos *hinterlands* poco o nada tienen en común con las “*ciudades medias*” de los investigadores europeos (CEBRIÁN ABELLÁN y PANADERO MOYA, 2013), que son sobre todo ciudades dormitorio, satélites o frentes de perirurbanización de las grandes metrópolis. Lo mismo puede aplicarse, *mutatis mutandis*, a categorías diseñadas para el estudio de las transformaciones del “*mundo rural*” o “*agropecuario*”, como las de “*nueva ruralidad*” o “*rururbanó*” (PASCIARONI, OLEA y SCHROEDER, 2010; CONCHA *et al*, 2013).

de la totalidad (PARK, 1999; PARK y BURGESS, 1925; HANNERZ, 1986a, p. 29-72)⁶⁷.

Ahora bien, si en el estado actual de la sociedad capitalista no tiene sentido considerar a las comunidades como si fueran islas a mitad del océano (VIDICH y BENSMAN, 2000; LEEDS, 1968, 1973, 1976, 1984; SANJEK, 1994; SILI, 1999 y 2007), tampoco parece sensato considerar a la ciudad como una suma de poblados yuxtapuestos o como una suerte de aldea con delirios de grandeza (GEERTZ, 1987). Así las cosas, superar la “*la tentación de la aldea*” (MAGNANI, 1996) deviene uno de los primeros imperativos metodológicos del investigador de las aglomeraciones contemporáneas, sean estas pequeñas, medianas o grandes.

Los movimientos en esta dirección registran antecedentes muy antiguos, entre los que se destaca el ambicioso proyecto de la Escuela de Manchester (EVENS y HANDELMAN, 2006) o las propuestas provenientes de la tradición de la economía política (ORTNER, 1984; LEEDS, 1994). Más cerca de nosotros, Michéle de la Pradelle señala la necesidad de revisar el doble supuesto ‘clásico’ de que el antropólogo debe estudiar un campo bien establecido y delimitado con el objetivo de reconstruir totalidades (DE LA PRADELLE, 2000; cf. LACARRIEU, 2007 y SEGURA, 2015). Las críticas de esa clase parten de la constatación de que los actores sociales, incluso aquellos que viven en comunidades putativamente circunscriptas, salen y entran de ellas con cierta frecuencia, entablando relaciones con habitantes de lugares a veces muy distintos y lejanos. Más aún: en una economía intensiva en servicios y en un mercado de consumo mediado por los medios electrónicos de comunicación masiva y las tecnologías de la información, cuanto más pequeña una localidad más razonable parece esperar que sus habitantes se muevan en busca de aquello que sus propias ‘comunidades’ no pueden proveerles⁶⁸. Ahora bien: si tomamos en serio la afirmación de que los actores rara vez pueden desarrollar todas sus actividades en un mismo sitio, lo más razonable parece ser seguirlos en sus trayectorias y prestar atención a las diversas clases de ritmos de su vida individual y colectiva (LEFEVBRE, 2004)⁶⁹. A estos efectos necesitamos un nuevo instrumental que permita asociar actores, trayecto(ria)s y escenarios de maneras más flexibles, múltiples y sensibles a las complejidades empíricas; y dejar de pensar que estudiamos “*lugares*” para pasar a estudiar “*situaciones*” (DE LA PRADELLE, 2007; EVENS y HANDELMAN, 2006). Se trata de (re)construir lo ‘local’ a través de una serie de procesos metodológicos, estratégicos y selectivos de “*localización*”, sustituyendo las hipóstasis que suponen la (pre)existencia de putativas entidades ‘sociales’ por la reconstrucción empírica de los procesos que las engendran y las vinculan a determinados ‘lugares’ o ‘trayectorias’ (VINCENT, 1977; HANNERZ, 1977 y 2000; MAGNANI, 1996; LATOUR, 2008; FERNÁNDEZ en GREENE, 2015, p. 36-37). Necesitamos montar unidades de geometría variable que

⁶⁷La imagen del mosaico y la totalización por yuxtaposición no han sido privativas de los enfoques ‘urbanos’: la reelaboración de la tradición ‘rural’ de los *Community Studies* llevada adelante entre en el marco de los *Area Studies* (STEWART, 1950; UNESCO, 1952; STEWARD, 1956) constituye un ejemplo de este mismo procedimiento en sede ‘campesina’.

⁶⁸ La formulación de Ramiro Segura (2015), “*relaciones hacia dentro, recursos hacia afuera*” recoge bien esta dualidad entre ‘salir’ y ‘permanecer’. Como los geógrafos sin duda reconocerán sin mayores dificultades, esta es una de las intuiciones que está detrás de la “*teoría de los lugares centrales*” (CHRISTALLER, 1966, SASSONE, 2000).

⁶⁹ La centralidad de la movilidad de los actores en la reconceptualización de las unidades de análisis en ciencias sociales ha sido señalada por lo que se suele denominar el ‘paradigma’ de las movilidades (SHELLER y URRY, 2006; URRY, 2002 y 2007). Aún cuando la corrección provista por este cambio de énfasis sea bienvenida, encontramos con frecuencia que los propugnadores de esta nueva agenda ceden a un análogo de la fascinación de la antropología urbana por la escala metropolitana, tendiendo a concentrarse en las movilidades intercontinentales, el turismo transnacional o los movimientos masivos de desplazados o refugiados, marginando –aún cuando con frecuencia proclamen lo contrario – los movimientos cortos y rutinarios en detrimento de los intercontinentales y extraordinarios.

permitan articulaciones a múltiples niveles: individuos, colectivos de distinta clase, redes que unan unos a otros, a ambos, o que se unan entre sí, mapas multidimensionales y que ensamblan diversas escalas. Una vez más, no se trata tanto de innovar como de recuperar y someter a prueba instrumentos preexistentes como los análisis de redes (MAYER, 1966; BARNES, 1969; BOISSEVAIN, 1974; HANNERZ, 1986b) o de transacciones (BARTH, 1959, 1966 y 1972; KUPER, 1992) así como desarrollos como los que proponen ciertas versiones actualizadas de la teoría de los lugares centrales (SASSONE, 1992 y 2000; SILI, 1999 y 2007) o la teoría del actor-red (LATOURETTE, 2008).

Cuarta Operación. El Reemplazo de las Tipologías por el Análisis de los Procesos

“Nada, por ejemplo, nos impide concebir cosas que no serían ni las ciudades ni los campos (ni las afueras)”. **Georges Perec – *Especies de Espacios***

Como ya tuvimos ocasión de adelantar, la ciudad y lo urbano pensados desde la metrópoli recortan por vía de oposición a su contrario: lo rural concebido como lo comunitario, lo campesino o lo agropecuario, creando el pseudo-problema de encontrar formas verosímiles de unir lo que en primer lugar no debió haber sido separado⁷⁰. En las últimas décadas, sin embargo aparecen indicios de que la trinchera excavada sobre la base de esta oposición viene siendo percibida como crecientemente problemática y que ha llegado la hora de cortar el nudo gordiano. Un antecedente notorio puede encontrarse en la propuesta de Anthony Leeds (1984), quien reclamó hace ya varias décadas la necesidad de conceptualizar la sociedad capitalista como eminentemente urbana, más allá de que en su operación concreta requiera que ciertas “funciones” o “tareas” sean localizadas por fuera de los núcleos metropolitanos, y que ha sido posteriormente recogida en una serie de trabajos que hacen hincapié en la necesidad de analizar las aglomeraciones en relación con las actividades productivas que se articulan con ellas y gracias a ellas (SILI, 1999; CANALESCERÓN y CANALESCERÓN, 2012; CONCHA *et al*, 2013).

Aún así, sortear las minas epistemológicas, teóricas y metodológicas sembradas por esta oposición quizás requiera de una estrategia más audaz, que prescinda por completo de la distinción entre “lo rural” y “lo urbano” para conceptualizar de cero las unidades de análisis a partir de la reconstrucción de los procesos, sin prestar atención a los modos heredados en que sus diversos ‘componentes’ han sido divididos. La fecundidad de esta clase de enfoques ha sido elocuentemente mostrada por los trabajos de Marcela Crovetto en el valle inferior del río Chubut (CROVETTO, 2009, 2011a, 2013 y 2015) o los que parten de la delimitación de “cuencas laborales” (FERNÁNDEZ en GREENE 2015, p. 36-37) y que consiguen reconstruir procesos complejos a lo largo de áreas extendidas justamente en virtud de que prescinden de una delimitación conceptual que ya ha sido hace décadas superada por la complejidad de las relaciones laborales en torno de ciertas actividades productivas o ciertas formas de consumo.

Reflexiones Finales

“– Tus ciudades no existen. Quizás no han existido nunca. Con seguridad no existirán más. ¿Por qué te solazas en fábulas consoladoras?”. **Ítalo Calvino – *Las Ciudades Invisibles***

“No tengo mucho que decir a propósito del campo: el campo no existe, es una ilusión”. **Georges Perec – *Especies de Espacios***

⁷⁰ Una tipología de las formas más habituales de ‘resolver’ esta dualidad puede encontrarse en Concha *et al* (2013).

Como señalamos al comienzo, las consideraciones precedentes surgen de una serie de limitaciones con las que nos encontramos a la hora de conceptualizar nuestro actual ‘campo’ de investigación etnográfica, que tiene como escenario una serie de localidades de la costa meridional del Río de la Plata, pertenecientes a los partidos de Magdalena y Punta Indio (Buenos Aires, Argentina), en una región que se ubica a unos 100 km del borde meridional de la Región Metropolitana de Buenos Aires y a unos 150 de la Capital Federal. La región incluye cinco localidades que van desde unos pocos cientos de habitantes a una decena de miles. En el partido de Magdalena la ciudad homónima, con algo más de 11.000 habitantes, y que concentra un polo industrial, un penal, una base militar y la porción septentrional de una reserva de biósfera de UNESCO (ATHOR, 2009) y su satélite Atalaya, una localidad a la vera del río con 775 habitantes y un pequeño balneario. En el Partido de Punta Indio, Verónica (la ciudad cabecera), con 6.500 habitantes y en la que conviven la producción agropecuaria y una base aeronaval; la localidad de Pipinas, con poco menos de 1.000 habitantes, un antiguo polo calero y cementero reconvertido al turismo rural e industrial y sede actual del Polo Aeroespacial de la República Argentina (GARCÍA GERMANIER y GONZÁLEZ, 2015) y Punta del Indio, una antigua localidad turística ubicada a la vera del río de unos 500 habitantes, que conoció un efímero esplendor en la *belle époque* y que recientemente parece haber sido redescubierta por los sectores medios metropolitanos interesados en la “*vida verde*”, atraídos por su posición en la porción meridional de la mencionada reserva de biósfera (ATHOR, 2009). Todas ellas guardan complejas relaciones entre sí y con su metrópoli, la ciudad de La Plata – capital de la provincia de Buenos Aires, con unos 740.000 habitantes, lo que la hace la cuarta ciudad más poblada del país, y la más poblada de la provincia – a una distancia de entre 60 y 110 kilómetros de las localidades respectivas.

Ahora bien: ¿qué sentido teórico-metodológico tendría intentar clasificar estas poblaciones sobre la base de las categorías, las dicotomías y las taxonomías heredadas? ¿Deberíamos pensarlas como rurales? Ciertamente tendría sentido en varios de los casos sobre la base de la población – Punta del Indio, Atalaya y Pipinas caen ampliamente por debajo del límite de los 2.000 habitantes – y en el resto en virtud del perfil agropecuario de las localidades del partido, y de hecho no falta quien lo haya intentado (MATTEUCCI *et al*, 2006; RATIER, 2009). Pero más allá de que resulta difícil pensarlas en el mismo plano que las localidades medianas o pequeñas de la “*pampa gringa*” – se denomina “*pampa gringa*” en la Argentina a la zona de la región pampeana que fuera poblada por migrantes europeos – “*gringos*”, – en el último tercio del siglo XIX como consecuencia de políticas estatales de fomento a la colonización agropecuaria. – que constituyen el objeto habitual de los estudios rurales en la provincia, la presencia de actividades industriales, militares, aeroespaciales y de alta tecnología; turísticas y ecológicas sugieren precaución. Sus relaciones con su metrópolis también son complejas y singular: localizadas, como enunciara con precisión uno de nuestros informantes “*demasiado lejos para cerca, y demasiado cerca para lejos*” no han sido y probablemente no serán en el futuro objeto de procesos de conurbación o de perirurbanización. Al mismo tiempo, su tamaño tiene como consecuencia su dependencia de la metrópoli, sin que esto implique movimientos pendulares cotidianos masivos – aunque de hecho el imperativo de moverse al menos una vez por semana afecte a buena parte de la población, o a quienes les prestan servicios. Reconstruir analíticamente la complejidad y la variabilidad de este escenario, por tanto, nos obligó a enfrentarnos a la necesidad de deshacernos de buena parte del lastre conceptual acumulado en casi un siglo de discusión en ciencias sociales para recoger y retomar algunos caminos poco frecuentados del pasado, así como varios promisorios avances de las últimas décadas. Si la insatisfacción con el legado de la

oposición primigenia y fundadora entre *Gemeinschaft* y *Gesellschaftes* casi tan antigua como la oposición misma, quizáshaya llegado el momento para tomar esta insatisfacción en serio, y actuar en consecuencia.

Referencias

- ATHOR, José (Ed.). *Parque Costero del Sur. Magdalena y Punta Indio (Provincia de Buenos Aires)*. Buenos Aires: Fundación Félix de Azara, 2009.
- BACHILLER, Santiago (Ed.). *Toma de Tierras y Dificultades de Acceso al Suelo Urbano en la Patagonia Central*. Río Gallegos: UNPA/Miño y Dávila, 2015.
- BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos*. Sao Paulo: FEU-UNESP, p. 171, 204, 2010 [1969].
- BARTH, Fredrik. *Political Leadership among Swat Pathans*. London: Athlone Press, 1959.
- BARTH, Fredrik. *Models of Social Organization*. London: Royal Anthropological Institute, 1966.
- BARTH, Fredrik. "Analytical Dimensions in the Comparison of Social Organizations". *American Anthropologist, New Series*, v. 74, n. 1/2, p. 207-220, 1972.
- BELL, David; Mark JAYNE. *Small Cities. Urban Experience Beyond the Metropolis*. London: Routledge, 2006
- BELLETT SANFELIÚ, Carmen; Josep Maria LLOP TORNÉ. "Miradas a Otros Espacios Urbanos: las Ciudades Intermedias". *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 8, n. 165, 2004.
- BELLETT SANFELIÚ, Carmen; Josep Maria LLOP TORNÉ. "Las líneas de trabajo del programa UIA-CIMES: ciudades intermedias y urbanización mundial". *Revista de la CEPAL. Serie Medio Ambiente y Desarrollo*, v. 48, p. 33-48, 2002.
- BELLETT SANFELIÚ, Carmen. "Ciudades intermedias. Urbanización y globalización". Trabajo presentado en el Seminario *Red de ciudades intermedias para el valle del Cauca, Cali (Colombia)*, Cali, 2000.
- BLANC, Manuela. "Efeito 'pequena cidade': ensaio por uma sociologia da vida cotidiana". Trabajo presentado en la *XIª Reunión de Antropología del Mercosur*, Montevideo, 2015
- BOGGI, Silvia; Nora GALVÁN. "Ni chicha ni limonada. Apuntes reflexivos acerca de las nociones de ciudadmedia y ciudad intermedia". Trabajo presentado en el *IXº Congreso Argentino de Antropología Social*, Posadas, 2008.
- BOGGI, Silvia; Ana SILVA. "Imaginaros urbanos entre elser y el devenir. Los casos de la 'Galera' en Olavarría y la Piedra Movediza en Tandil". Trabajo presentado a las *XIª Jornadas Nacionales de Investigadores en Comunicación*, Mendoza, 2007.
- BOGGI, Silvia; Ana SILVA. "El estudio de imaginarios urbanos en ciudades intermedias: recorridos, interrogantes y perspectivas". Trabajo presentado a la *IXª Reunión de Antropología del Mercosur*, Curitiba, 2011.
- BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando 'Amigos de Amigos: Redes Sociais, Manipuladores e Coalizões. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos*. Sao Paulo: FEU-UNESP, p. 205-234, 2010 [1974].
- BRUNET, Roger. Des villes comme Lleida. Place et perspectives des villes moyennes en Europe. In: Bellet Sanfeliú, Carmen y Josep Maria Llop Torné (Eds.). *Ciudades Intermedias. Urbanización y sostenibilidad*. Lleida: Milenio, p. 109-124, 2000.
- CANALES CERÓN, Manuel y Alejandro I. CANALES CERÓN. "La nueva provincia: (re)poblamiento de los territorios agrarios. Chile 1982-2002". *Anales de la Universidad de Chile*, v. 7, n. 3, p. 157-173, 2012.
- CANTOR APOLINAR, Ximena Paola. *La Ciudad Intermedia. Consideraciones y Propuestas sobre la Competitividad de Centros Urbanos Intermedios en la Red Global de Ciudades*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2014.
- CAPEL, Horacio. "Las pequeñas ciudades en la urbanización generalizada y ante la crisis global". en *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía*, v. 70, p. 7-32, 2009.
- CEBRIÁN ABELLÁN, Francisco y Miguel PANADERO MOYA. *Ciudades Medias. Formas de Expansión Urbana*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.
- CHRISTALLER, Walter. *Central Places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966 [1933].
- CLIFFORD, James. Prácticas Espaciales. El Trabajo de Campo, el Viaje y la Disciplina de la Antropología. In: Clifford, James. *Itinerarios Transculturales*, Barcelona: Gedisa, p. 71-120, 1999.

- CLOQUELL, Silvia (Coord). *Pueblos Rurales. Territorio, Sociedad y Ambiente en la Nueva Agricultura*. Buenos Aires: Ciccus, 2013.
- CONCHA, Claudia; Tomás ERRÁZURIZ; Francisco LETELIER; Stefano MICHELETTI; Alejandra RASSE; Rodrigo SALCEDO. “¿Urbano o Rural? Repensando territorios, discursos y prácticas al margen de la metrópolis. Debate o discusión en teoría social”. Trabajo presentado en el *XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*, Santiago de Chile, 2013.
- CROVETTO, María Marcela. “Vinculaciones entre la movilidad espacial y los mercados de trabajo agrarios y urbanos. El caso del Valle Inferior Del Río Chubut”. Trabajo presentado en el *9º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, 2009.
- CROVETTO, María Marcela. “Movilidad Espacial, Ocupación y Empleo em el Valle Inferior del Río Chubut”. *Trabajo y Sociedad*, v. 17, n. 15, pp. 363-380, 2011a.
- CROVETTO, María Marcela. “Movilidad Cotidiana: El Tiempo y El Espacio em el Valle Inferior del Río Chubut”. *Transporte y Territorio*, v. 5, p. 137-163, 2011b.
- CROVETTO, María Marcela. “Un enfoque territorial flexible: aportes a la crítica de la sociología rural a la lectura dual de los espacios sociales. El caso del Valle Inferior Del Río Chubut (Argentina)”. Trabajo presentado em el *XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*, Santiago de Chile, 2013.
- CROVETTO, María Marcela. “Dinámicas cotidianas rural-urbanas comparadas en la Patagonia Argentina: el Valle Inferior del Río Chubut, la Meseta Central chubutense y el Valle Medio Del Río Negro”. Trabajo presentado em el *XXX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*, San José de Costa Rica, 2015.
- DE LA PRADELLE, Michèle. “La Ciudad de los Antropólogos”. *Cultura Urbana.cl*, vº4, disponible en www.cultura-urbana.cl, 2007 [2000].
- DELGADO, Manuel. Espacio Público y Comunidad. De la Verdad Comunitaria a la Comunicación Generalizada. In: Lisboa, Miguel (Ed.). *La Comunidad a Debate. Reflexiones sobre el Concepto de Comunidad en el México Contemporáneo*. Tuxtla Gutiérrez: Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas, 2005.
- ENDERE, María Luz; José Luis PRADO (Eds.). *Patrimonio, ciencia y comunidad. Suabordaje en los partidos de Azul, Olavarría Tandil*. Olavarría: UNICEN-FCS-Municipalidad de Olavarría, 2009.
- EVENS, T. M. S. and Don HANDELMAN (Eds.). *The Manchester School. Practice and Ethnographic Praxis in Anthropology*. NY: Berghahn Books, 2006.
- GAGGIOTTI, Hugo. El Espacio Urbano como Mediador de Identidades. In: Provansall, Danielle (Coord.). *Espacio y Territorio: Miradas Antropológicas*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona, 2000.
- GARCÍA-GERMANIER, Fernanda; Leonardo GONZÁLEZ. “Pensar el pueblo. Procesos, actores y disputas por los sentidos identitarios de Pipinas”. Trabajo presentado en el *VIII Seminario Regional (Cono Sur) ALAIC, Políticas, Actores y Prácticas de la Comunicación: Encrucijadas de la Investigación en América Latina*, Córdoba, 2015.
- GEERTZ, Clifford. Descripción Densa: hacia una Teoría Interpretativa de la Cultura. In: Geertz, Clifford. *La Interpretación de las Culturas*, México: Gedisa, p. 19-40, 1987.
- GORENSTEIN, Silvia; Graciela LANDRISCINI; Jorge Luis HERNÁNDEZ (Comps.). *Economía Urbana y Ciudades Intermedias. Trayectorias Pampeanas y Norpatagónicas*. Buenos Aires: Ciccus, 2012.
- GRAVANO, Ariel (Comp.). *Imaginario sociales de la ciudad media. Emblemas, fragmentaciones y otredades urbanas. Estudios de Antropología Urbana*. Tandil: REUN, 2005.
- GRAVANO, Ariel. “Imaginario regionales y circularidad en la planificación: el caso del TOAR”. *Intersecciones*, v. 7, p. 305-323, 2006.
- GREENE, Ricardo (Ed.). *Ciudad Fritanga*, Santiago de Chile: Bifurcaciones, 2014.
- GREENE, Ricardo. *Urbano No Metropolitano. Acta de Congreso*. Santiago de Chile: Bifurcaciones, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *Estudios de Morfología Social de la Ciudad*. Madrid: CIS, 2008.
- HANNERZ, Ulf. *Exploración de la Ciudad*, México: FCE, 1986a.
- HANNERZ, Ulf. “Small is Beautiful? The Problem of Complex Cultures”. *Comparative Studies in Society and History*, v. 28, n. 2, p. 362-367, 1986b.
- HANNERZ, Ulf. “Flows, Boundaries and Hybrids: Keywords in Transnational

- Anthropology'. *Research Program on Transnational Communities, Stockholm, Working Paper*, n. 2, 2000.
- JORDAN, Ricardo y Daniela SIMIONI (Comps.). *Ciudades Intermedias de América Latina y el Caribe: Propuestas para la Gestión Urbana*. Santiago de Chile: CEPAL-MAE, 1998.
- KAMINKER, Sergio. *Segregación Residencial en Puerto Madryn, Chubut (1991-2010). Formas y efectos de una urbanización acelerada en una ciudad intermedia de la Patagonia Central*. Tesis de Doctorado en Sociología, IDAES-UNSAM, 2016.
- KUPER, Adam (Comp.). *Conceptualizing Society*, London: Routledge, 1992.
- LACARRIEU, Mónica. "Una antropología de las ciudades y la ciudad de los antropólogos". *Nueva Antropología*, v. 2º, n. 67, p. 13-39, 2007.
- LATOUR, Bruno. *Reensamblar lo Social. Una Introducción a la Teoría del Actor Red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LEEDS, Anthony. The Anthropology of Cities: Some Methodological Issues. In: Leeds, Anthony. *Cities, Classes and the Social Order*. Ithaca: Cornell University Press, p. 233-246, 1968.
- LEEDS, Anthony. Locality Power in Relation to Supralocal Power Institutions. In: Leeds, Anthony. *Cities, Classes and the Social Order*. Ithaca: Cornell University Press, p. 209-232, 1973.
- LEEDS, Anthony. Towns and Villages in Society: Hierarchies of Order and Cause. In: Leeds, Anthony. *Cities, Classes and the Social Order*. Ithaca: Cornell University Press, p. 71-97, 1976.
- LEEDS, Anthony. *Cities and Countryside*. In: Leeds, Anthony. *Cities, Classes and the Social Order*. Ithaca: Cornell University Press, p. 51-70, 1984.
- LEEDS, Anthony. *Cities, Classes and the Social Order*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- LEFEVBRE, Henri. *Rhythm analysis. Space, Time and Everyday Life*. London: Continuum, 2004.
- LINARES, Santiago. "Aportes de la Ecología Urbana y Modelos Neoclásicos para Analizar la Diferenciación Socioespacial en Ciudades Medias Bonaerenses: Pergamino, Olavarría y Tandil", mimeo, 2012.
- LYND, Robert S. and Helen MERRELL LYND. *Middletown. A Study in Modern American Culture*. NY: Harcourt Brace Jovanovich, 1957 [1929].
- LYND, Robert S. and Helen MERRELL LYND. *Middletown in Transition. A Study in Cultural Conflicts*. New York: Harcourt Brace, 1965 [1927].
- MAGNANI, José Guilherme C. Quando o campo é a cidade. In: Magnani, José Guilherme C. e Lilian L. Torres (Orgs.). *Na metrópole. Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP, p. 1-30, 1996.
- MATTEUCCI, Silvia; Jorge MORELLO; Gustavo D. BUZAI; Claudia BAXENDALE; Mariana SILVA; Nora MENDOZA; Walter PENGUE; Andrea RODRÍGUEZ. *Crecimiento Urbano y sus Consecuencias sobre el Entorno Rural. El Caso de la Ecorregión Pampeana*. Buenos Aires: Orientación Gráfica Editora, 2006.
- MAYER, Adrian. A Importância dos Quase Grupos no Estudo das Sociedades Complexas. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos*. Sao Paulo: FEU-UNESP, p. 139-170, 1966.
- NOEL, Gabriel D. *La Conflictividad Cotidiana en el Escenario Escolar. Una Perspectiva Etnográfica*. San Martín: UNSAM Edita, 2009.
- NOEL, Gabriel D. "Cuestiones disputadas. Repertorios morales y procesos de delimitación de una comunidad imaginada en la costa atlántica bonaerense". *Publicar en Antropología y Ciencias Sociales*, v. 11, p. 99-126, 2011a.
- NOEL, Gabriel D. "Guardianes del Paraíso. Génesis y Genealogía de una Identidad Colectiva en Mar de las Pampas, Provincia de Buenos Aires". *Revista del Museo de Antropología*, v. 4 p. 211-226, 2011b.
- NOEL, Gabriel D. "Historias de Pioneros. Configuración y Surgimiento de un Repertorio Histórico-Identitario en la Costa Atlántica Bonaerense". *AtekNa*, v. 2, p. 165-205, 2012.
- NOEL, Gabriel D. "De la Ciudad Slow al 'Vivir sin Prisa': Algunos Encuentros, Desencuentros y Disputas en torno del Movimiento Slow en una Localidad Balnearia de la Costa Atlántica Argentina". *Revista Contenido*, v. 3, n. 1, p. 18-42, 2013a.
- NOEL, Gabriel D. "La Adjudicación de Centros y Periferias en una Ciudad Balnearia de la Costa Atlántica Bonaerense". Trabajo presentado en la *Xª Reunión de Antropología del Mercosur*, Córdoba, 2013b.
- NOEL, Gabriel D. "La Autoctonía como Garantía Moral de la Política: Retóricas de la Legitimidad en una Ciudad Intermedia de la

- Provincia de Buenos Aires (Argentina)". *Papeles de Trabajo*, v. 14, 2014a.
- NOEL, Gabriel D. "La Horda Dorada: Tensiones y Ambigüedades en Torno de Recursos y Repertorios Ligados al Hippiismo, la Bohemia y los Movimientos Contraculturales de los 60' y los 70' en la Ciudad de Villa Gesell (Argentina)". Trabajo presentado en el *XIº Congreso Argentino de Antropología Social*, Rosario, 2014b.
- NOEL, Gabriel D. y Lucía de Abrantes. "La Gran División. Crecimiento y Diferenciación Social en una Ciudad de la Costa Atlántica Bonaerense". *Argumentos*, v. 16, 2014.
- ORTNER, Sherry B. "Theory in Anthropology since the Sixties". *Comparative Studies in Society and History*, v. 26, n. 1, p. 126-166, 1984.
- OTERO, Hernán. Crítica de la Razón Estadística. Ensayo de Formalización Teórico-Metodológica del Paradigma Censal de la Argentina Moderna (1869-1914). In: Otero, Hernán (Comp.) *El Mosaico Argentino. Modelos y Representaciones del Espacio y de la Población, siglos XIX-XX*. Buenos Aires: Siglo XXI-UNQ, p. 299-330, 2004.
- PARK, Robert. La ciudad: sugerencias para la investigación del comportamiento humano en el medio urbano. In Park, Robert. *La Ciudad y otros ensayos de ecología urbana*, Barcelona: Ediciones del Serbal, p. 49-84, 1999 [1915].
- PARK, Robert y Ernest BURGESS (Eds.). *The City*. Chicago: UCP, 1925.
- PASCIARONI, Carolina; Mariana OLEA; Romina SCHROEDER. "Pequeñas Localidades, entre el Éxodo Rural y la Urbanización. Evolución de las Localidades Rurales de la Región Pampeana Argentina: 1960-2001". Trabajo presentado en el *VIIIº Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural*, Recife, 2010.
- PENALVA SANTOS, Angela Moulin S. "Política Urbana: a importância de focalizar as cidades médias". *Revista de Direito da Cidade*, v. 5, n. 2, p. 153-177, 2010.
- PORTES, Alejandro; Bryan ROBERTS. Introducción. La ciudad bajo el libre mercado. In: Portes, Alejandro; Bryan Roberts; Alejandro Grimson (eds.). *Ciudades latinoamericanas. Un análisis comparativo en el umbral del nuevo siglo*, Buenos Aires: Prometeo, p. 13-60, 2005.
- PRADO, Rosane M. "Cidade Pequena: paraíso e inferno da personalidade". *Cadernos de Antropologia e Imagem*, v. 4, p. 31-5, 1988.
- RATIER, Hugo. *Poblados Bonaerenses. Vida y Milagros*. Buenos Aires: La Colmena, 2009.
- SÁNCHEZ, Darío. "El papel de las metrópolis intermedias en el sistema urbano nacional frente a la coyuntura del sistema económico global". *Análisis Geográfico. Revista de Geografía Empírica*, v. 1, n. 1, p.35-64, 1989.
- SANJEK, Roger. The Holistic Anthropology of Anthony Leeds. In: Leeds, Anthony. *Cities, Classes and the Social Order*. Ithaca: Cornell University Press, p. 27-45, 1994.
- SASSONE, Susana. "Subsistemas urbanos policéntricos en los sistemas nacionales de ciudades. Un caso en la Argentina". *Revista Geográfica*, v. 116, p. 85-111, 1992.
- SASSONE, Susana. "Reestructuración territorial y ciudades intermedias en Argentina". *Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales*, v. 23, n. 123, p. 57-92, 2000.
- SEGURA, Ramiro. *Vivir Afuera. Antropología de La Experiencia Urbana*, San Martín: UNSAM Edita, 2015.
- SHELLER, Mimi; John URRY. "The New Mobilities Paradigm". *Environment and Planning*, v. 38, n. 2, p. 207-226, 2006.
- SILI, Marcelo. "La fragmentation socio-territoriale. Une nouvelle logique de fonctionnement pour le monde rural. Le cas de la Pampa Argentine". *L'Espace Géographique*, v. 28, n. 4, p. 289-299, 1999.
- SILI, Marcelo. Les espaces vides de la modernisation rurale. Dépeuplement et marginalisation des espaces ruraux en Argentine. In: Van Celst, Frédérique. *Habiter et vivre dans les campagnes de faible densité*, Clermont Ferrand: CERAMAC, p. 63-76, 2007.
- SILVA, Ana. Vitrinas de papel. *Procesos de mediatización, publicidad de lo privado y hegemonías locales en dos ciudades de rango intermedio del Centro de la Provincia de Buenos Aires*. Tesis de Doctorado en Ciencias Sociales, Buenos Aires: UBA, 2009.
- SILVA, Ana. "Interfaces digitales y 'virtualización' de las instituciones en una ciudad intermedia". Trabajo presentado al *Xº Congreso Argentino de Antropología Social*, Buenos Aires, 2011.
- SILVA, Ana. "Sentidos y Valores del "Trabajo" en la Configuración de Identidades Urbanas y Legitimación de Demandas al Estado". *Kula. Antropólogos del Sur*, v. 7, p. 38-52, 2012.
- SIMMEL, Georg. *Sociología. Estudios sobre las Formas de Socialización*. Madrid: Alianza, 1987 [1908].

- SIMMEL, Georg. “La Metrópolis y la Vida Mental”. *Bifurcaciones. Revista de Estudios Culturales Urbanos*, v. 4, 2013 [1903].
- STEWART, Julian. *Area Research: Theory and Practice*. New York: Social Science Research Council, 1950.
- STEWART, Julian. *The People of Puerto Rico: a Study in Social Anthropology*. Urbana: University of Illinois Press, 1956.
- STOCKING, George. The Ethnographic Sensibility of the 1920s and the Dualism of Anthropological Tradition. In: Stocking, George. *The Ethnographer and his Magic and Other Essays in the History of Anthropology*, Madison: University of Wisconsin Press, p. 276-341, 1992.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y Asociación*. Madrid: Comares, 2009 [1887].
- UNESCO. “Area Studies”. *International Social Science Bulletin*, v. 4, n. 4, p. 633-702, 1952.
- UNESCO – UIA. *Ciudades Intermedias y Urbanización Mundial*. Lleida: Artis, 1999.
- URRY, John. “Mobility and Proximity”. *Sociology*, v. 36, n. 2, p. 255-274, 2002.
- URRY, John. *Mobilities*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- USACH, Natalia; Rubén GARRIDO YSERTE. “Globalización y ciudades en América Latina ¿Es el turno de las ciudades intermedias en América Latina?” *Serie Documentos de Trabajo*, Universidad de Alcalá: Instituto Universitario de Análisis Económico y Social, v. 10, 2008.
- VAPÑARSKY, César. “Primacía y Macrocefalia en la Argentina. La Transformación del Sistema de Asentamientos Urbanos desde 1950”. *Desarrollo Económico*, v. 35, n. 138, p. 227-254, 1995.
- VAPÑARSKY, César y Néstor GOROJOVSKY. *El Crecimiento Urbano en la Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.
- VIDICH, Arthur and Joseph BENSAMAN. *Small Town in Mass Society. Class, Power and Religion in a Rural Community*. Urbana: University of Illinois Press, 2000 [1958].
- VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In. Feldman-Bianco, Bela (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos*. Sao Paulo: FEU-UNESP, p. 469-498, 1977.
- WARNER, W. Lloyd. *Yankee City (One Volume, Abridged Edition)*. New Haven: Yale University Press, 1963.
- WIRTH, Louis. “El urbanismo como modo de vida”. *Bifurcaciones. Revista de Estudios Culturales Urbanos*, v. 2, 2005 [1938].

BLANC, Manuela. "Para além das suas fronteiras": personalidade, conduta pública e trajetórias pequeno-urbanas. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.15, n. 45, p. 78-88, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965

DOSSIÊ

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

“Para além das suas fronteiras”: personalidade, conduta pública e trajetórias pequeno-urbanas

"Beyond its borders": peoosality, public behavior and small-urban trajectories

Manuela Vieira Blanc

Resumo: Se a cidade estende seus efeitos para além das suas fronteiras, pode ser pensada e compreendida como contexto cognitivo de repercussões para além da tomada do urbano como objeto ou espaço específico de análise. A “cidade” é real em seus efeitos e impassível de ser ignorada no entendimento das formas de sociação contemporâneas. Os modos de vida urbanos são constructos exemplares, compreendendo formas de sociação complexas e diversificadas, coexistentes entre si e cuja relação mútua varia segundo gradações de distanciamento e proximidade, que incidem sobre a definição de quadros da experiência social ou de situações sociais. Este artigo exercita no ambiente pequeno urbano modos de entendimento dos seus efeitos, não como especificidades da baixa amplitude ou densidade demográfica, mas como um laboratório de análise das formas sociais a partir de uma perspectiva pragmatista. A partir de experiências vividas em um contexto marcado por uma intensa personalidade, objetiva-se apreender os seus efeitos, sentidos e representações sobre diferentes trajetórias e carreiras morais em construção, bem como as fronteiras relativas deste contexto. Se suscetível de identificação nos bairros das grandes metrópoles, ou em diferentes quadros de interação situacionalmente marcados por gradações em termos objetivos e subjetivos, essas condutas não dizem respeito ao pequeno urbano, mas às possibilidades dadas às práticas da vida cotidiana. **Palavras-chave:** situações

sociais; alta personalidade; quadros de interação; trânsitos morais.

Abstract: If the city extends its effects beyond its borders, it can be thought of as a cognitive context. Its repercussions can be understood apart from the urban as object or specific space of analysis. If something is real in its effects, therefore impassive of be ignored in understanding the contemporary forms of sociation, that is commonly called "city". Urban lifestyles are instructive examples of social life, including complex and diverse forms of sociation, coexisting with each other. These mutual relationships varies in terms of level of distance and proximity, which reflects on the definition of frameworks of social experience or in social situations. Starting from previous reflections, this article exercises, in a small urban environment, modes of understanding of its effects. It does not mean that its specifics are of low amplitude or population density, but as a laboratory for analysis of social forms from a pragmatic perspective. From "small-urban" lifestyles, this article aims to apprehend its relative borders: the movements as practices of insertion in different social situations, demonstratives of the complexity of social experiences that are able to be experienced. If it is likely to be identified in areas of large cities, or in different frames of interaction situationally marked by levels in objective and subjective terms, these behaviors do not relate to urban small but the practices of everyday life. **Keywords:** social situations; High personhood; frames of interaction; moral transit.

Este artigo se propõe a retomar a dimensão clássica de um posicionamento a partir do urbano: parte da reflexão desse contexto cognitivo como cenário ao desenvolvimento de processos sociais e, mais especificamente, de sociação. Ele reconhece a parcialidade do contexto analítico selecionado, atualizando as premissas válidas para pensá-lo a partir do seu confronto com os dados empíricos coletados. Deste modo, visa-se evidenciar, através de um caso exemplar entre os possíveis, a complexidade e a diversidade com que seus modos de vida se constituem, coexistindo no que se refere às diferentes formas assumidas. Finalmente, parte-se do exercício de análise a partir do pequeno urbano como ferramenta metodológica. No fim, ao apoiar-se no pressuposto de que ainda não desenvolvemos se desenvolveram os meios apropriados para analisar as pequenas cidades, assim como propõem Bell e Jayne (2006), o entendimento dos modos de vida que nela se desenvolvem já seria por si uma contribuição a oferecer.

Mas, mais do que propor a defesa de outro modelo de urbanidade, objetiva-se ater para uma das suas expressões possíveis, afinal, se a “pequenez” é parte do *habitus urbano*, diz respeito a modos de agir, à autoimagem, às estruturas sedimentadas do sentimento, ao sentido de lugar e às expectativas... “*You are only as small as you think you are – or as other cities make you feel*” (BELL e JAYNE, 2006, p.5).

Retoma-se uma hipótese norteadora fundamental: de que a cidade (mais precisamente o urbanismo – como modo de vida) exerce seus efeitos para além das suas fronteiras (WIRTH, 1979). Se por um lado tal ponto de partida nos reenvia a uma apreensão do urbano como microcosmo da vida social na atualidade, ou do modo de vida urbano como ícone do modo de vida contemporâneo, inspira a refletir sobre a diversidade de efeitos possíveis, ou suas gradações. Mais do que pensar sociologicamente a partir de outras posições (ou “tamanhos”), é interessante analisar seus diferentes horizontes de possibilidades.

Ao destacar que o espírito da grande cidade se caracteriza pela proeminência de uma cultura objetiva, Simmel (1979) sinaliza para o caráter subjetivo que subjaz a tal contexto. Se a hipótese de que, ao estender seus efeitos para além das suas fronteiras, a cultura urbana influencia mesmo as áreas mais ermas ou menos populosas do globo já fora testada, é necessário considerar as gradações com que tais influências se espriam para refletir sobre a variedade de experiências que envolvem. Sendo efeitos “urbanos” ou resquícios “rurais”, o que já não importa definir⁷¹, não é demais considerar que possam coexistir em ambos os níveis de desenvolvimento organizacional e concentração populacional.

A partir de uma análise dos modos de vida “pequeno-urbanos” objetiva-se, portanto, exercitar o movimento inverso e evidenciar, através das suas fronteiras relativas, o extravasar dos efeitos de uma carreira pública construída em um contexto marcado pela personalidade como modo de conduta. Serão destacadas nesse movimento as formas de sociação marcadas pela proeminência de uma cultura subjetiva e os modos como a familiaridade, ou a personalidade, em suas diferentes gradações de influência, incidem sobre os trânsitos ou circulações como práticas experimentais, exercícios da relatividade⁷² de uma condição cidadina pequeno-urbana.

⁷¹A afirmação esta que em muito nos precede, para tanto ver Hannerz (2015).

⁷²Em analogia à relatividade da experiência cidadina metropolitana, destacada por Machado da Silva e Velho (1977), quanto ao exercício do anonimato.

Exercendo efeitos para além das fronteiras

Inspirado em Reiss, Hannerz destaca que quase nada dos ingredientes fundamentais do contraste rural-urbano se pode supor como elemento universal ou absoluto (REISS JR., 1955, apud HANNERZ, 2015). A ampliação da mobilidade⁷³, deste modo, não é uma característica urbana em si mesma, senão uma função das estruturas de oportunidades que podem estar abertas ou fechadas, tanto na cidade como no campo. A partir das suas diversas participações em diferentes relações relativamente segmentárias e concentradas em domínios particulares, destaca o autor, o cidadão pode aproveitar a acessibilidade dos outros habitantes da cidade em relações que não sejam de trânsito⁷⁴. Se, por um lado, “o único tipo de heterogeneidade que se encontra em uma relação especial com o tamanho e a densidade do assentamento que caracteriza a cidade é a divisão do trabalho”(HANNERZ, 2015, p.109), por outro, este contexto encerra experiências tão diversas quanto as posições passíveis de serem ocupadas neste processo.

Partindo de uma análise situacional e da reconstrução das trajetórias de quatro personagens, remontadas levando em consideração as carreiras morais⁷⁵ que assumem em seus contextos de sociação, essa proposta analítica visa apreender os efeitos de uma experiência cidadina marcada pela influência de relações de proximidade. Parte-se de questionamentos quanto aos trânsitos e fluxos de circulação entre eventos sociais de diferentes dimensões para então refletir sobre as experiências de quatro personagens cujas trajetórias são marcadas por diferentes práticas de sociabilidade, comportamento e circulação no interior de suas redes de relações.

O pressuposto da visibilidade, ou da sensação de que se é observado, assume um caráter intersubjetivo, podendo refletir em experiências biográficas situadas ou inferir sobre estoques de conhecimento compartilhados. Diz-se, nesse sentido, que a avaliação da situação pelos atores em vias de nela se inserir pode estar pautada em uma estimativa de conhecimento mútuo, ou ser assim reformulada durante o desenrolar do processo sociativo. As experiências cidadinas pequeno-urbanas servem como objeto de observação dado o caráter do estoque de conhecimento acumulado coletivamente, tendo a exposição pública e a discriminação mútua como modos de conduta vigentes. Por outro lado, tal proposta analítica tem como objetivo apreender esses processos situacionais de interação, prototípicos a contextos ou situações sociais marcadas pela proximidade ou familiaridade como regime de engajamento⁷⁶ dos atores entre si e quanto às situações em que se envolvem.

⁷³Efeito do anonimato nas experiências cotidianas supostas à “condição cidadina”.

⁷⁴Para Hannerz (2015), as relações de trânsito corresponderiam analiticamente a uma forma pura de encontro entre estranhos, resultado do amontoamento de grande número de pessoas em um espaço limitado e que tendem a estabelecer relações tipicamente impessoais. A estas experiências se refeririam a atitude blasée destacada por Simmel (1979) ou de desatenção mútua, analisada por Goffman (2010), porém apontadas por estes atores como típicas a experiência urbana, no primeiro caso, ou características ao modo de conduta em espaços públicos urbanos, no segundo.

⁷⁵Partindo da definição de carreira como a uma série de status e funções, sequências de posições e fatores dos quais depende a mobilidade no interior de uma classe profissional (com base nos estudos de Hughes, 1958) o termo é aqui utilizado em referência a Goffman (1998), mas a partir de uma leitura que conecta essas trajetórias a cadeias de reputações como referenciais capazes de se antecipar ao estabelecimento de relações face à face a partir do acúmulo de certa dose de conhecimento mútuo prévio. Tal apropriação conceitual pressupõe ainda que o anonimato não é um jogo de tudo ou nada, assim como o destacado por Hannerz (2015), compreendendo os atos anônimos como atos dissociados de uma apresentação de um eu determinado, alheios a possibilidades de reconhecimento a partir da identificação do sujeito com alguma identidade menos exata, como a etnicidade, a raça, a classe, ocupação, entre outros, ou, segundo os interesses aqui estipulados, os estoques de conhecimento mútuo acumulados, direta ou indiretamente, através do compartilhar de cadeias de reputações.

⁷⁶Definição esta estabelecida em referência à Thévenot (2006) e melhor definida Pessoaalidade e Modos de Vida, texto de apresentação do dossiê no qual está publicado este artigo.

As classificações morais⁷⁷ mutuamente estabelecidas nesses casos incidem sobre a inserção dos atores e são colocadas em movimento por seus agenciamentos. O que define tais quadros⁷⁸, portanto, é o conteúdo do conhecimento mútuo, estabelecido a partir da definição do ajuntamento que o constitui: as reputações ou *cadeias de reputação*⁷⁹ colocadas em movimento pelos atores em copresença. O seu caráter público torna tal contexto de socialização ainda mais complexo, pois implica na variabilidade, circulação e dinâmica da composição dos membros em interação.

Foi possível identificar através de experiências de observação flutuante (PÉTONNET, 2009) como as práticas de circulação apresentadas por cidadãos pequeno-urbanos, moradores de um pequeno conjunto de cidades de pequeno porte, localizadas na região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, envolvem percursos intermunicipais. Nesse ensaio analítico, pretende-se lançar algumas pistas sobre os significados e experiências vivenciadas nessas situações de circulação com base em algumas trajetórias individuais, suas práticas de sociabilidade e carreiras morais, para então remontar alguns dos possíveis efeitos da intensa pessoalidade sobre tais experiências urbanas e seu potencial de mobilidade em termos de trânsito (no sentido que lhe confere HANNERZ, 2015).

Os calendários de eventos de lazer, bem como os circuitos de sociabilidade identificados nesse contexto, extravasam as delimitações administrativas dos municípios em um raio de quinze quilômetros, no que se refere à frequência a bares e restaurantes (mais intensa), podendo alcançar cinquenta ou mesmo cem quilômetros, em ocasiões sociais de maior amplitude, como exposições agropecuárias, shows ou eventos de maior porte (estes menos frequentes). Tais hábitos de circulação aproximam conjuntos específicos de pessoas em termos de conteúdo e tipicidade, mas não se restringem a um tipo de público, podendo ser aplicáveis aos frequentadores de bares e festas, bem como aos frequentadores de restaurantes ou eventos de teor gospel, mesmo que com menor intensidade. Assim, também, dizem respeito a uma questão de acesso, dada a limitação de oferta de transporte público em determinados horários e dias da semana, os custos de circulação e consumo e a relação entre a oferta e as diferentes demandas por lazer observáveis. Cabe avaliar se tais práticas de circulação propiciam, finalmente, experiências de trânsito, em termos da variabilidade das situações de copresença cognitivamente expressas em variações entre segmentações, proximidade e superficialidade.

Quanto às condições práticas de circulação, no contexto observado, essas implicam em deslocamentos rodoviários conectando os pequenos núcleos urbanos através de uma estrada estadual e entre estes e seus distritos através das ramificações desta mesma via pública. Apenas uma linha de ônibus presta serviço na região, oferecendo linhas intermunicipais de transporte rodoviário, com um itinerário que se estende linearmente, conectando os municípios maiores e centralizadores de oferta de serviços mais especializados, como hospitais que oferecem serviços de alta complexidade e instituições de ensino superior. Os demais municípios, bairros ou distritos ocasionalmente atendidos por serviços de transportes públicos são conectados entre si

⁷⁷Em referência a Assis (2014).

⁷⁸Com base em Goffman (2011), quadros são aqui definidos como princípios de organização que governam os acontecimentos e nosso envolvimento subjetivo neles, ou princípios conformadores que permitem a definição da situação pelos sujeitos e o entendimento da posição que deverão ocupar em dado contexto ou situação social, ou seu enquadramento.

⁷⁹Redes de parentesco ou afiliação que se constituem como referenciais capazes de se antecipar ao estabelecimento de relações face à face, dado o acúmulo de conhecimento mútuo prévio que propiciam, direta ou indiretamente, e que constituem o próprio conteúdo dessas cadeias de reputação. Essas informações servem como para enquadrar pessoas em situações, segundo a posição que ocupam individualmente, no interior de tais redes ou como um dos seus membros (para maiores esclarecimentos, ver Blanc 2013b).

por essas mesmas linhas de transporte, com maior intensidade durante o período comercial (com frequência entre hora e meia e três horas de intervalo) e variando ocasionalmente em termos de continuidade, segundo o ponto de início de circulação das linhas ou o seu ponto final – a partir das 5 horas da manhã e até meia-noite.

Os trânsitos intermunicipais entre espaços de sociabilidade e lazer noturno são realizados basicamente por transporte individual, segundo dados de observação e relatos, mas estratégias alternativas foram não apenas identificadas, como se mostraram centrais para a manutenção de tais práticas (e de algumas em especial). O sistema de carona, a oferta de transporte alternativo ou a contratação de serviço de transporte privado são algumas das estratégias acionadas para a garantia de acesso a tais espaços de sociabilidade, mais centrais quanto mais frequentes as ocasiões que permitem acessar.

As caronas viabilizam a manutenção das práticas cotidianas, sendo recorrentes e condicionantes à sustentação de práticas de circulação intensas entre aqueles que não possuem ou têm acesso à meio de transporte individual. Mais do que redes de carona passíveis de serem acionadas entre conhecidos, esses grupos apresentam, entre os interlocutores, uma composição relativamente estável, envolvendo grupos de amigos ou parentes, mais ou menos disputados segundo o calendário de lazer e, possivelmente, variantes segundo o itinerário, mas compostos segundo laços de proximidade. A força dos laços se soma à afinidade em termos de estilos de vida, os dois tipos de vínculo se fortalecendo mutuamente.

A posse de um meio de transporte individual, nesse sentido, garante uma posição diferenciada, maior autonomia no que se refere à escolha do destino, bem como melhor status perante os pares. Por outro lado, tais circulações respondem a fluxos que refletem o calendário regional de ofertas de lazer, esse marcado por uma baixa diferenciação em termos de conteúdos regulares e por uma relação relativamente cooperativa entre cidades ou pontos de sociabilidade, quando da oferta de eventos de grande porte.

As demais alternativas de transporte coletivo são acionadas ou acessíveis de forma mais restrita, durante grandes ocasiões sociais. Enquanto a oferta de transporte alternativo por empreendedores ou empresas locais é comum durante grandes festejos especificamente centralizados em determinado ponto deste circuito de sociabilidade, o aluguel de transporte coletivo é uma iniciativa acionada por grupos ou instituições interessadas em um tipo de conteúdo de lazer específico, ainda menos frequentes.

Tais espaços públicos⁸⁰ de lazer, também integrados ou compostos por alguns estabelecimentos comerciais, são, porém, acessíveis a determinados públicos. São abertos aos interessados, estão disponíveis, e envolverão custos mais ou menos dispendiosos de acordo com os gastos individuais com consumo, exclusivamente, em certos casos; ou com este somado ao custeio do acesso, em situações mais específicas. Os grandes deslocamentos são menos frequentes, bem como são menos regulares as ocasiões que os justificam, sendo, portanto, mais limitados em termos de acesso e, muitas vezes, em sentido propriamente monetário. Mais do que os custos monetários, interessa o fato de envolverem custos práticos, em termos das energias despendidas e dos engajamentos dispensados. Vale avaliar em que implicam tais experiências de circulação do ponto de vista das experiências práticas vivenciadas.

Partindo da categoria *circuito* e da sua definição como uma referência sócio-espacial intersubjetiva, que “une estabelecimentos, espaços e equipamentos caracterizados pelo *exercício de determinada prática* ou *oferta de determinado serviço*, porém não contíguos na paisagem urbana, sendo reconhecidos em sua totalidade *apenas*

⁸⁰Definidos como espaços de fluxos e de encontros, de estabelecimento de relações de copresença, com base em Goffman (2010). Para maiores esclarecimentos, ver *Pessoalidade e Modos de Vida – Apresentação*, neste dossiê.

pelos usuários” (MAGNANI, 1996, p.23, grifos nossos), pode-se inferir que a variabilidade na composição dos frequentadores dos espaços que nele se inserem é proporcional à especificidade do seu conteúdo, bem como à amplitude do seu alcance. Quão mais específico é um circuito de sociabilidade em termos das práticas que encerram ou os serviços oferecidos, menor tenderá a ser a variabilidade do seu público em diferentes ocasiões, ao menos quanto ao seu tipo.

Fora observado, por exemplo, como frequentadores *habitués* dos circuitos de sociabilidade erótica nas cidades do Rio de Janeiro e Paris dominam o mapa urbano de oferta desses serviços, estabelecendo percursos no interior dessas *manchas* de sociabilidade, nos termos de Magnani (1996), segundo as diferentes categorias de estabelecimentos comerciais com as quais se identificam. Os relatos obtidos nessa experiência de pesquisa evidenciaram como a frequência a um determinado conjunto de espaços torna seus frequentadores recorrentes relativamente conhecidos entre si, apesar dos efeitos dos fluxos de circulação sobre a variabilidade da composição dos seus frequentadores. Mesmo entre desconhecidos, observou como são capazes de se reconhecer mutuamente quanto ou o grau de familiaridade com relação às práticas compartilhadas (BLANC, 2013a).

Se por um lado a circulação no interior do circuito intermunicipal de lazer agora analisado possibilita uma maior variabilidade na composição dos grupos em copresença, em comparação com os circuitos mais locais, essa variabilidade é limitada dada a relativa restrição em termos de acessibilidade que o caracteriza, seja pela restrição de conteúdo ou do potencial de circulação dos possíveis interessados. Se para os atores mais móveis esses encontros possibilitam a construção de reputações intermunicipais consolidadas, tornando mesmo os espaços mais longínquos menos impessoais, dados os reencontros entre frequentadores, aqueles que circulam com menos intensidade, quão mais distantes estiverem da sua cidade de moradia, não serão necessariamente anônimos, graças aos conterrâneos ou conhecidos possivelmente presentes.

O exercício do anonimato, desse modo, se mostra tão mais raro quanto maior o potencial de acesso dos atores; há circulação, mas esta não necessariamente se concretiza como *mobilidade* entre mundos sociais, ou uma experiência de *trânsito* entre classes diferentes de situações. Ainda assim, cabe avaliar a diversidade de experiências cidadinas experimentadas em tal contexto e concretizadas em diversas trajetórias individuais e modalidades de carreiras morais.

Remontando trajetórias morais e experiências pequeno-urbanas

Daniela e Miguel são irmãos e jovens estudantes universitários. Nascidos no Rio de Janeiro, mas criados no interior, apresentam em suas trajetórias mais recentes a experiência de migração estudantil, cada um em direção a um dos três municípios de tamanho médio que exercem o papel de pólos universitários na região, e ambos estabeleceram moradias coletivas nessas localidades, em companhia de outros estudantes. Essas moradias são compostas ainda nessa fase de migração estudantil – entre um e dois anos e meio após a saída da casa familiar, respectivamente – por jovens originários da mesma região, em consonância com os dados obtidos entre universitários em pesquisas anteriores (BLANC, 2007, 2009⁸¹). O que chama atenção em suas práticas é o hábito de retornar para a casa em que viviam com os pais, todos os finais de semana, permanecendo na cidade em que estudam exclusivamente durante os dias em que se concentram suas aulas.

⁸¹Nessas ocasiões, observou-se que a composição das moradias coletivas universitárias tendia, sobretudo no primeiro momento, de afastamento do núcleo familiar, a ser formadas entre jovens conhecidos entre si, senão conterrâneos ou originários de cidades vizinhas; e a proximidade, mesmo que relativa, incidindo sobre a seleção dos membros dos grupos.

Em trabalhos anteriores, fora observada como a prática de sociabilidade entre moradores de repúblicas pode incidir sobre um calendário de lazer na cidade em que estão localizadas as instituições de ensino superior que responde à dinâmica universitária, reflexo dos fluxos de retorno às casas familiares apresentados pelos estudantes aos finais de semana ou férias. Ao mesmo tempo, os estudantes entrevistados nessa ocasião demonstraram valorizar as experiências na nova cidade de moradia em função do exercício de uma maior autonomia ou quiçá liberdade individual, esse retorno à casa familiar sendo percebido como momento de relativo retrocesso à condição de coabitação com os pais: marcada pela vigilância, pelos horários e pelo exercício da autoridade familiar, mesmo que então fragilizada (BLANC, 2007, 2009).

Miguel e Daniela são jovens que apresentavam uma alta intensidade de circulação, antes mesmo do afastamento geográfico do núcleo familiar. Os jovens já tinham o hábito de frequentar festas, ir a bares e sair de carona com seus colegas em direção às cidades vizinhas, apresentando certa autonomia na tomada de decisão quanto aos lugares a serem frequentados e os horários de saída e retorno, já anos antes da saída de casa. A questão é que, se para os jovens estudantes anteriormente entrevistados, o novo contexto de habitação representara ao menos uma extensão espacial e temporal de suas práticas de lazer, senão assumindo uma posição central nesse sentido, o casal de irmãos apresenta uma continuidade de hábitos de circulação mesmo após a “saída de casa”, como se o afastamento, familiar e do local de origem, não tivesse produzido uma expansão significativa do seu potencial de *mobilidade*. Ou tal expansão não fosse percebida de modo positivo.

Esse afastamento causara enorme impacto entre os interlocutores anteriormente entrevistados, se refletindo em alterações nas práticas religiosas, inclusive, mesmo entre aqueles que apresentavam intenso engajamento em suas igrejas antes da saída da casa familiar. A ampliação das suas redes de relações após a entrada na universidade implicara na *ampliação dos seus horizontes*, em sentido prático e intersubjetivo, em um processo de autonomização e individualização que incidia diretamente sobre suas práticas de retorno à cidade de origem, território de exercício da autoridade familiar (BLANC, 2007). Do mesmo modo, fora possível perceber que a construção de novas redes de sociabilidade era uma ferramenta de consolidação da experiência universitária, envolvendo o estabelecimento de práticas de lazer e circulação na nova cidade, e alterações nos padrões de sociabilidade e comportamento (BLANC, 2009).

Curiosamente, o casal de irmãos percebe as suas novas cidades de moradia temporária como espaços com os quais constroem uma relação puramente utilitária, e não lúdica, ao contrário do identificado nas demais trajetórias juvenis analisadas. O que não significa que apenas estudem lá, mas que a sua permanência no local é garantida quase que exclusivamente pelo calendário de estudos, em um sentido muito mais crítico do que o observado anteriormente.

Questionados informalmente quanto ao seu modo de lidar com esses contextos, ambos sugerem perceber suas “novas cidades” como impessoais e os novos conhecidos como pessoas com as quais não podem contar. *Lá é muito estranho*, disse o rapaz, *você conhece as pessoas, mas não é “aquela coisa”, ninguém se importa com você*, completou, de forma imprecisa. Daniela diz que retorna para a casa dos pais para *encontrar os amigos*, sugerindo que sua rede de relações não fora significativamente ampliada no novo contexto de moradia. Suas redes atualmente mesclam estudantes universitários conterrâneos com os quais coabitam ou compartilham experiências semelhantes e os demais amigos, membros das suas redes de socialização primária, basicamente. Na verdade, ambos reverteram membros da sua rede primária de relações

em função da formação da secundária, estendendo esses laços através do vínculo estudantil universitário, ao invés de estabelecer outros contatos.

Essas experiências e práticas não são tão incomuns entre os demais jovens da sua localidade de origem, cujas trajetórias podem ser remontadas com base em observações flutuantes, mas destoam da média de interlocutores anteriormente acionados nas pesquisas desenvolvidas com esse público específico, sobretudo quando observadas em longo prazo (ver BLANC, 2015). A comparação das trajetórias e relatos desses dois estudantes com as dos demais universitários entrevistados é ainda mais elucidativa se levadas em consideração suas cidades de origem.

Em comparação entre jovens provenientes de cidades grandes ou regiões metropolitanas e jovens de cidades pequenas, o perfil de circulação e as representações sobre o novo contexto de moradia apresentados por Miguel e Daniela se aproximam mais daquele identificado entre os primeiros do que entre os segundos. O casal de irmãos percebe e discorre sobre os dois contextos em sentido inverso ao observado anteriormente entre estudantes universitários, segundo padrão comparativo entre a amplitude da cidade de origem/destino de estudos. É a pequena cidade de interior que ocupa centralidade em suas vidas práticas, proporcionando experiências valorizadas em suas falas.

Nesse mesmo contexto, é interessante contrapor tais percursos com as trajetórias de outros cidadãos pequeno-urbanos, para mapear os significados das experiências vividas e os modos como estas são representadas, segundo as posições ocupadas por diferentes atores.

Carla se mudou para uma cidade vizinha ao local de moradia dos pais de Miguel e Daniela há mais de vinte anos, junto com o marido, também carioca. Ali se estabeleceu, assumiu cargo público, teve e criou os filhos. Resume suas impressões sobre o lugar se referindo à expressão *coisas de Itaocara* e sempre com um sorriso de quem não cansa de se impressionar com o que ainda lhe parece novo. A intensa personalidade, com a qual se depara nas mais diversas situações cotidianas, é o eternamente novo nesse contexto para Carla, que mantém próximo apenas um ativo e relativamente diversificado círculo de amigos íntimos, apesar dos anos na cidade e de já conhecer e ser conhecida *por todos*. Não é o número de membros da sua rede pessoal de relações que a diferencia de uma moradora nativa típica da cidade, mas o grau de intimidade com que lida com aqueles nos quais confia e a clara diferenciação estabelecida entre estes e os demais conhecidos com os quais convive e pode ocasionalmente circular.

Carla é reservada, diriam os locais, mesmo que próximos a ela. Seria o típico cidadão cujo papel exercido e posição ocupada incide sobre os modos como administra suas múltiplas relações com seus “muitos próximos”⁸², aproximando-se, quando espaços públicos, mais de um posicionamento de e reserva do que de discriminação mútua contínua.

Seu assunto, quando entre amigas, em sua maioria também *estrangeiras*, é o quanto não se tem privacidade na cidade, e seu ponto de encontro ideal, quando sai com elas, é algum bar pouco frequentado em qualquer lugar mais ou menos próximo. Saem pouco e, quando entre amigas, preferencialmente em direção ao local mais ermo possível no dia do encontro. Buscam-se diversão, buscam estar fora do circuito. A prática mais recorrente entre elas, finalmente, é um encontro privado, em uma das suas casas, às vezes inacessível aos próprios maridos. Mas Carla se separou e, em menos de um ano, já fazia planos de se mudar com os filhos.

⁸²Um caso de *regulação de acesso* no sentido que lhe é atribuído por Hannerz (2015, p.128).

A trajetória de Carla não é incomum, em se tratando de uma estrangeira, categoria esta que a classifica não apenas quanto à sua origem, mas quanto à posição que ocupa, até hoje, em seu contexto de moradia. O que interessa destacar é o sentido que a personalidade assume a partir da sua trajetória, compartilhada em termos de representações quanto à experiência de vida no local, e os modos como esta se articula com a trajetória das amigas.

Enquanto que para Miguel e Daniela retornar é reconstituir um modo de lidar com o outro altamente valorizado, para Carla e suas amigas, é sinônimo de falta de privacidade e liberdade. Para elas, o simples fato de serem vistas em uma mesa de bar deve ser objeto de controle. Importa onde se é visto, com qual frequência e de que modo. Se, para Miguel e Daniela, circular é sinônimo de uma trajetória valorizada, integrada e positiva, para Carla, estar na rua é se expor. A exposição e a circulação são assim percebidas de modos absolutamente ambivalentes. A experiência cognitiva que em um caso produz um sentimento de estabilidade e segurança, no outro, é sentida como um peso ou um aprisionamento, desestabilizando a trajetória individual.

Pode-se inferir, como pistas a serem aprofundadas, de que modo as diferentes experiências implicam no distinto desenvolvimento de determinadas competências por diferentes atores e o momento da vida em que isso ocorre. Todos esses casos superficialmente levantados envolvem estrangeiros, mas suas trajetórias no local se diferenciam quanto à fase da vida em que se inseriram nesse contexto, bem como aquela em que se encontram. Os modos como se constroem as suas diferentes reputações e as expectativas que lhes são imputadas, relacionadas, nesses casos, à fase da vida dos atores, assim como aos lugares ocupados por estes, também contribuem para o entendimento dos diferentes sentidos atribuídos às experiências vividas.

Por outro lado, experiências de migração na fase adulta da vida, relativamente comuns entre moradores dessas localidades e em direção a contextos urbanos de maiores dimensões, ajudam a compreender melhor a relação entre as experiências vividas e os sentidos atribuídos a elas e o modo como ambos se relacionam aos efeitos da personalidade sobre trajetórias de vida e carreiras morais. Estes casos sugerem uma relação paradoxal entre o desejo de liberdade e o desafio de lidar com o desconhecido.

O sair é assim expresso como sinônimo de sucesso, mesmo entre aqueles que ficam, e o permanecer fora como projeto consolidado de individualização, do ponto de vista daquele que não retorna. A experiência migratória pode se consolidar em um projeto bem sucedido de autonomização individual, neste caso das próprias redes de reputação e das relações de proximidade que fomentam, ou gerar movimentos cíclicos de retorno para o local de origem, em certos casos conscientes das vantagens que nele se colocam. Mas não trabalharemos com um caso mediano, e sim com um caso extremo, dada a abrangência da reputação do ator que nos serve de caso exemplar entre os possíveis, bem como a trajetória moral que construiu em seu contexto de origem.

Giovana é natural da cidade em que vive Carla, seus pais são originários de cidades próximas, mas criaram os filhos no local, tendo construído uma carreira pública consolidada nas últimas três ou quatro décadas, incluindo uma reputação de amplo alcance garantida pela vida política do pai e por sua atuação empresarial local. A moça é uma profissional qualificada, formada na capital e que experimentou uma vivência universitária muito semelhante àquela de Miguel e Daniela, com retornos contínuos à casa familiar e a manutenção das redes de relação anteriores à entrada na universidade, com poucas exceções. Permaneceu fora ainda algum tempo após se formar, fazendo cursos e trabalhando, até que retornou para a cidade; mas, apesar de ter se especializado na mesma carreira do pai, tentou uma trajetória profissional autônoma em um primeiro momento. Giovana é lésbica e encarou durante boa parte da sua trajetória o desafio de

manter suas práticas e relações amorosas em segredo, o que envolvera um esforço ainda maior, dado o fato de ter se envolvido basicamente com conterrâneas, mesmo durante o tempo em que morou fora.

Voltar definitivamente para casa, após os anos de graduação e um período curto de exercício profissional na cidade em que se graduou, tornou mais difícil a manipulação da sua imagem perante a família, o que se traduz nas suas escolhas profissionais, após o retorno, como um esforço por autonomização, daí a opção por trabalhar como funcionária em uma empresa, ao invés de se integrar à empresa paterna. Foi cobrada pela família nesse sentido, dada a expectativa de que se engajasse ao empreendimento familiar. Ao mesmo tempo, a moça fora confrontada em diferentes momentos da sua vida quanto à sua orientação sexual, a cada boato, a cada amizade indesejada ou suspeita.

Em dado momento, Giovana sucumbe às pressões e decide que a melhor opção é revelar sua orientação sexual para os pais, mas entende que essa revelação implica em uma ruptura e requer um afastamento. Escolhe uma cidade fora do circuito regional em que fora criada, consegue um emprego, aluga uma casa e, de malas prontas, *assume*⁸³ para a família que é homossexual, já com a data da mudança estabelecida e próxima. Ela se muda, sem resistência ou proposição de alternativas pelos seus familiares, e, pela primeira vez em sua trajetória, se afasta de fato dos seus círculos de sociabilidade de origem, fisicamente e por períodos mais prolongados.

Assim, Giovana se mantém distante por aproximadamente um ano, mas continuamente queixosa quanto às dificuldades do distanciamento, sentidas em termos financeiros e interpessoais. Não rompeu com seus pais, mas assumiu, definitivamente, a posição que lhe rondou por toda a sua vida: a de filha desviante cujas práticas devem ser mantidas em segredo em nome da reputação de todos. A nova cidade não é muito maior que a de origem, mas lhe parece mais cara, menos acessível, mais desconhecida e mais solitária. Durante esse intervalo de tempo, o relacionamento amoroso entra em crise, a vida no novo contexto de moradia lhe parece insustentável e a moça retorna.

Vai finalmente trabalhar com o pai, mas não morar na casa paterna. Retoma sua rede de relações anterior à saída de casa, agregando novos amigos da sua rede de sociabilidade, agora, mais do que nunca, marcada por sua orientação sexual: uma rede regionalmente setorizada, igualmente construída em percursos compartilhados, entremeados ao circuito de sociabilidade local da cidade de origem. Manter-se fora foi objetivante demais, mas o retorno exige ajustamentos capazes de conjugar a posição ocupada, no interior da cadeia de reputação da qual faz parte, como membro de uma família notória, aos aspectos desviantes da sua carreira moral individual.

Giovana conecta as demais trajetórias aqui apresentadas, sucinta e superficialmente, conferindo pistas para uma avaliação dos efeitos e sentidos atribuídos à personalidade sobre a construção de experiências cidadinas. Não é possível reduzir nenhuma dessas experiências remontadas a uma única forma típica, mas é possível remontar, através delas, alguns dos efeitos da proeminência de uma cultura subjetiva sobre diferentes trajetórias individuais, conferindo destaque para a complexidade com que tais experiências se constroem; não como simples reflexos da constituição cognitiva dos contextos, mas como resultado de um conjunto complexo de elementos que envolvem posicionamentos observáveis em diferentes níveis e gradações, bem como situacionalmente variantes.

⁸³O termo é utilizado em referência ao contexto em que a moça revela a sua orientação sexual para a família, após anos de questionamentos diretos e indiretos por parte dos pais, e com base na categoria utilizada pela mesma ao tratar desse momento.

Com Miguel e Daniela, Giovana compartilha o gosto pelas relações próximas e pelo modo de vida pessoalizado. Com Carla, o peso de uma reputação a zelar e cuja manutenção exige o controle das suas ações. Esses atores se diferenciam menos pela abrangência das suas reputações (ou das suas cadeias de reputação) do que pelos efeitos desta para o exercício das suas práticas cotidianas ou pelos modos como esse peso incide sobre os significados atribuídos à realidade em que vivem.

Considerações sobre uma agenda de pesquisa

O caráter objetivo com que a proeminência de uma cultura subjetiva incide sobre essas trajetórias é passível de ser remontado a partir de suas experiências de circulação, bem como dos efeitos que esta circulação apresenta na prática, como experiências de ampliação da mobilidade (envolvendo trânsitos entre meios sociais propriamente ditos) ou de construção e reforço de suas reputações públicas.

Ter potencial de circulação, graças a uma condição material, prática e objetiva, ou intersubjetiva, dado o acesso conferido por uma reputação valorizada e amplamente compartilhada, não significa ter mobilidade, vide os casos analisados. A circulação nem sempre se traduzirá em diversidade de experiências ou no possível exercício de diferentes faces de si.

As evidências já apontadas nas diferentes experiências de pesquisa aqui remontadas sugerem, sob influência de Magnani (1996), que práticas de sociabilidade pautadas em conteúdos específicos incidem sobre a circulação em percursos delimitados, propiciando reencontros entre cidadãos que compartilham de gostos ou estilos de vida. Deste modo, pode-se inferir que, basta a recorrência do hábito, para que relações de trânsito se revertam em relações significativas, de reconhecimento mútuo e proximidade, mesmo que relativa. Ou seja, que práticas de sociabilidade pautadas em conteúdos específicos, ou desenhadas a partir de percursos marcados por uma baixa variabilidade de ofertas, propiciam reencontros e, progressivamente, o (re)conhecimento entre os atores em copresença. Nas trajetórias aqui analisadas, o que se observa são diferentes modos de lidar e compreender os efeitos dessa recorrência de encontros, seja em termos da construção de uma reputação pública, sua manutenção ou significado. Também porque esses efeitos incidem de modos diferentes nas carreiras morais desses atores e, potencialmente, em suas cadeias de reputação.

A proeminência de uma cultura objetiva, mapeada desde Simmel como experiência cidadina arquetipicamente impessoalizada, de nivelamento, mas mais livre, porque aberta ao exercício de diferentes eus especiais (já em Goffman, 1975), aqui demonstra seu potencial inverso, mas nem por isso oposto ou mesmo passível de generalização. Ela se concretiza em estoques de conhecimento compartilhados, sendo, portanto, mais complexa em termos das práticas vivenciadas. O imperativo da objetividade pode ser dado, senão como atitude blasée, de reserva e distanciamento, como discriminação contínua e ininterrupta dos atores em situação, como interpelação à reciprocidade e ao enquadramento dos atores. O *ver e ser visto, conhecer e ser conhecido*, implicando em fluxos igualmente intensos, marcados por uma variabilidade de fontes de estímulo passíveis de serem administradas. O que se diferencia é o modo de administração, reflexo do modo como a personalidade se expressa como experiência vivida, variante segundo as posições ocupadas e as carreiras morais em construção.

Carla e suas amigas o administram buscando a invisibilidade que lhes garante reserva e liberdade, Miguel e Daniela usufruem da exposição pública, alimentando as suas reputações e fortalecendo suas redes de relações como meios de manutenção das suas práticas de sociabilidade. Giovana mescla ambas as trajetórias, retornando para os laços de proximidade que lhe conferem estabilidade e estabelecendo novos percursos

urbanos, capazes de lhe garantir administrar a sua reputação pública, por um lado, e suas relações de proximidade, por outro. Voltar para a cidade de origem exigiu de Giovana o engajamento a empreendimentos contínuos de afirmação de si, capazes de permiti-la gerenciar a posição que ocupa no interior desse quadro e a autonomia que deseja, ao menos relativamente.

Se, por um lado, a trajetória desviante de Giovana⁸⁴ a levou a uma ruptura inicial, em nome da manutenção da reputação da cadeia da qual faz parte; a partir da reconstrução da sua trajetória, ela estabelece um equilíbrio compensatório, envolvendo o seu engajamento na empresa da família e o estabelecimento de novas práticas de sociabilidade, cada vez mais restritas a contextos privados e círculos íntimos. Por outro lado, Kátia vivenciou um processo cíclico, alcançando certa estabilidade ao longo da construção da sua carreira moral na localidade e só se deparando novamente com a crítica em potencial após o fim do seu casamento, que motiva o seu projeto migratório, sendo pensado ainda como a única alternativa para uma reconstrução positiva da sua trajetória.

Miguel e Daniela, finalmente, constroem e mantêm a condição de notórios que possuem em seus círculos, não se sentem confrontados com relação ao modo como se comportam e relacionam, conseguindo administrar suas práticas de sociabilidade e circulação sem que essas se choquem com a imagem que possuem. São jovens e vivenciam a sua juventude nos moldes dos demais jovens da localidade, sequer tendo as modificação significativamente após a entrada na universidade. Retornam para serem vistos e terem o que observar. Retornam para as festas, para o clube, para os bares e para as suas redes de relações.

É necessário refletir para o momento da vida que vivenciam nesse sentido e que, nesse caso, confere efetividade para seus hábitos e práticas. Se, para Carla, ser vista no bar pode ameaçar a sua reputação de mãe e esposa, o fim do casamento a deixa ainda mais vulnerável, alimentando rumores quanto à história vivida e quanto aos seus próximos capítulos. Ir embora é uma opção que ela começa a considerar. Giovana voltou. O caminho da sua autonomização individual envolveu o seu retorno à cidade natal, e a competência adquirida diz respeito ao suave equilíbrio na corda bamba em que viveu por quase toda a sua vida.

Entre os referenciais que constituem os quadros de uma experiência social marcada pelo conhecimento e discriminação mútuos e os modos como se concretizam em experiências vividas, influem as posições ocupadas pelos atores em diferentes situações, estas, por seu turno, refletindo os laços estabelecidos entre estes e seus próximos, e todos, conjuntamente, como membros de uma mesma cadeia de reputação.

Se, por um lado, a experiência cidadina aqui serve como esboço para a construção de um roteiro de reflexões, os dados obtidos contribuem mais para colocar em questão a tipicidade do urbano, seja qual for sua forma, proporção, densidade ou diferenciação, do que para contribuir para o entendimento do que está além da tipicidade ou do próprio urbano.

Se, para o cidadão, a cidade representa um excedente de pessoas que não formam parte alguma de suas relações mais significativas (HANNERZ, 2015), estas podem constituir um *inventário de possíveis próximos*. Se o diferencial deste contexto está dado na diversidade de ofertas que disponibiliza, os percursos que nele se constroem, a partir de circuitos de lazer e sociabilidade, potencializam a construção de vínculos por identificação, unindo por gosto e estilo de vida e propiciando relações próximas em meio ao mar de anônimos.

⁸⁴Com relação à sua cadeia de reputação, as expectativas geradas e a posição que passou a ocupar ao longo da sua trajetória dentro desta rede de relações.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Renan. Regiões morais urbanas: a cidade como um complexo de classificações morais. In: *XI Congresso Argentino de Antropologia Social (XI CAAS)*. Grupo de trabalho: GT51-Moralidades em las ciudades de la periferia, Rosário, Argentina, 2014.
- BELL, David; JAYNE, Mark. *Small cities: urban experience beyond the metropolis*. Nova York: Routledge, 2006.
- BLANC, Manuela. Individualização juvenil: um estudo em trajetória entre (ex) moradores de repúblicas estudantis. *Revista Sinais*, vol. 2, n. 18, p. 42-68. 2015.
- BLANC, Manuela. *A sociabilidade e o lazer erótico como forma social nos contextos urbanos das cidades do Rio de Janeiro e Paris*. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes - RJ, 2013a.
- BLANC, Manuela. Aonde ninguém é Zé Ninguém: a experiência cidadina na pequena cidade, a notoriedade compartilhada e suas as repercussões sobre um modo de vida "urbano". *37º Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindóia, 2013b.
- BLANC, Manuela. *O desafio de vir a ser: jovens universitários, moradias coletivas e identidades*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.
- BLANC, Manuela. *Ampliando Horizontes: jovens universitários e a (re) construção de valores a partir da vivência em moradias coletivas*. Monografia (bacharelado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Centro de Ciências do Homem, 2007.
- BURGESS, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: Donald Pierson (Org.). *Estudos de ecologia humana: leituras de sociologia e antropologia social*. São Paulo: Martins, 1948.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social. Uma perspectiva de análise*. Petrópolis, Editora Vozes, 2012.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação. Ensaio sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1998.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- HUGHES, Everett C. *Men and their Work*. Westport, 1958.
- LÉFÈBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.
- LÉFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACHADO DA SILVA, L. A. e VELHO, Gilberto. Organização social do meio urbano. In: Roberto Cardoso Oliveira (dir.) *Anuário Antropológico 76*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade. In: Magnani, J. C. e TORRES, L. L. (Orgs.) *Na metrópole – Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- ONU. *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York, 2015.
- PARK, Robert. *La ciudad y otros ensayos de ecología urbana*. Barcelona, España: Ediciones del Serbal, 1999.
- PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- PARK, Robert. A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral. In: Colette Pétonnet. *Observação Flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense*. In: *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antopologia*. Niterói, RJ: EdUFF, 2009.
- SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SIMMEL, George. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- THÉVENOT, Laurent. *L'Action au pluriel. Sociologie des régimes d'engagement*. Paris : Éditions la Découverte, 2006.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. Tradução de SÉRGIO MAGALHÃES SANTEIRO. In: Otávio Guilherme Velho (Org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Traduções

MEAD, George Herbert [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]. O *self* e o subjetivo. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 45, p. 113-118, dezembro de 2016. ISSN 1676-8965

ARTIGO/TRADUÇÃO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

O *self* e o subjetivo

The Self and the subjective

George Herbert Mead

Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão com fins de diferenciação entre dois conceitos importantes: a noção de *self* e a noção de subjetivo, de subjetividade. Tem como ponto de chegada que o *self* surge na conduta social, inteiramente distinguível da chamada experiência subjetiva ou caráter comum da privacidade que o organismo sozinho tem acesso. A essência do *self* é cognitiva: ela está na conversa internalizada dos gestos apreendidos na interação entre um eu e o outro, que constitui o pensamento, ou que a reflexão prossegue. Conclui, por fim, afirmando que a origem e as fundações do *self*, como as do pensamento, são sociais. **Palavras-chave:** self, sociedade, experiência subjetiva, consciência, autoconsciência

Abstract: This paper presents a discussion for the purpose of differentiating between two important concepts: the notion of self and the notion of subjective, of subjectivity. The paper has as its point of arrival that the self arises in social conduct, entirely distinguishable from the so-called subjective experience or common character of privacy that the body alone has access to. The essence of the self is cognitive: it is in the internalized conversation of the gestures apprehended in the interaction between one self and the other, which constitutes thought, or that reflection proceeds. He concludes, finally, by asserting that the origin and foundations of the self, such as those of thought, are social. **Keywords:** self, society, subjective experience, consciousness, self-consciousness

O* processo no qual a pessoa emerge é um processo social que envolve interação dos indivíduos no grupo e envolve a pré-existência do grupo⁸⁵. Implica também certas atividades de cooperação nas quais os diferentes membros do grupo se encontram envolvidos. Implica, ainda, que a partir desse processo pode haver, por sua vez, uma organização mais complexa da qual o *self* surgiu e que os *selves* podem ser os órgãos, pelo menos partes essenciais, dessa organização social mais elaborada dentro da qual estes *selves* surgem e existem. Portanto, existe um processo social a partir do qual os *selves* surgem e dentro do qual ocorre uma maior diferenciação, uma evolução ulterior e no qual uma organização posterior toma lugar.

*Tradução da parte III, section 21, “The Self and the subjective” do livro de George Herbert Mead. *Mind, Self and Society: from de standpoint of a social behaviorist*. [Edited by Charles W. Morris] Chicago: University of Chicago Press, 1934. p. 75-79. [<http://www.livrosgratis.com.br>]

⁸⁵A relação de organismos individuais com o todo social de que são membros é análoga à relação das células individuais de um organismo multicelular com o organismo como um todo.

A psicologia tendeu a tratar o *self* como um elemento mais ou menos isolado e independente, uma espécie de entidade que poderia, por definição, existir por si só. É possível que exista um único *self* no universo se começarmos identificando o *self* com certo sentimento de consciência. Ao falarmos desse sentimento como um objetivo, então, podemos pensar que o *self* existe por si mesmo. Podemos pensar em um corpo físico separado como existindo por si, podemos mesmo supor que ele possua esses sentimentos ou estados conscientes em questão, e assim podemos configurar esse tipo de *self* no pensamento como existindo simplesmente por si mesmo.

Há, então, outro uso da "consciência" de que temos tratado particularmente, que denota o que chamamos de inteligência pensante ou reflexiva, um uso da consciência que sempre tem em si, implicitamente ao menos, a referência a um "eu". Este uso da consciência não tem necessariamente nenhuma conexão com o outro; É uma concepção completamente diferente. Um uso que tem a ver com algum mecanismo, certo modo sobre como um organismo age. Se um organismo é dotado de órgãos de sentido, então há objetos em seu ambiente, e esses objetos farão parte de seu próprio corpo⁸⁶. É verdade que, se o organismo não tiver uma retina e um sistema nervoso central, não haveria qualquer objeto da visão. Para que tais objetos existam, devem existir certas condições fisiológicas, mas esses objetos não estão necessariamente relacionados com um *self*. Quando chegamos a um *self* chegamos a certo tipo de conduta, a certo tipo de processo social que envolve a interação de diferentes indivíduos e, portanto, implica indivíduos envolvidos em algum tipo de atividade cooperativa. Nesse processo, um *self*, como tal, pode surgir.

Queremos distinguir o *self*, como certo tipo de processo estrutural no comportamento da forma, do que denominamos de consciência de objetos experimentados. Não há nenhuma relação necessária entre os dois. O dente dolorido é um elemento muito importante. Temos de prestar atenção nele. Ele é identificado em certo sentido com o *self*, a fim de que possamos controlar esse tipo de experiência. Ocasionalmente temos experiências que dizemos pertencerem à atmosfera. O mundo inteiro parece estar deprimido, o céu está escuro, sombrio, o tempo está desagradável e os valores que nos interessam estão afundando. Não identificamos necessariamente essa situação com o *self*: simplesmente sentimos que estamos rodeados por alguma ou por certa atmosfera. Chegamos a lembrar que estamos sujeitos a tais tipos de depressão, e encontrar esse tipo de experiência em nosso passado. E, então, sentimos algum alívio, tomamos uma aspirina, ou descansamos, e o resultado é que o mundo muda seu caráter. Existem outras experiências que podemos sempre identificar como *selves*. Podemos distinguir muito claramente entre certos tipos de experiências, que chamamos subjetivas, porque só nós temos acesso a elas, e a experiência que chamamos de reflexiva.

É verdade que a reflexão tomada por si mesma é algo a que só nós temos acesso. Alguém produz a sua própria demonstração de uma proposição, poderia dizer Euclides, e o pensar é algo que ocorre no interior de sua própria conduta. Neste momento, é uma demonstração que só existe em seu pensamento. Em seguida, ele publica e torna-se propriedade comum. Até então, só lhe era acessível. Há outros conteúdos deste tipo, tais como imagens de memória e o jogo da imaginação, que são acessíveis apenas ao indivíduo. Há um caráter comum que pertence a esses tipos de objetos que geralmente identificamos com a consciência, é esse processo que chamamos de pensamento, na medida em que ambos são, pelo menos em certas fases, franqueados apenas ao indivíduo. Mas, como eu disse, os dois conjuntos de fenômenos são encontrados em níveis completamente diferentes. Esta característica comum de acessibilidade não lhes dá necessariamente o mesmo status metafísico. Não quero agora discutir problemas metafísicos, mas quero insistir que o *self* tem uma espécie de estrutura que surge na

⁸⁶Nossa seleção construtiva do nosso ambiente é o que chamamos de "consciência", no primeiro sentido do termo. O organismo não projeta qualidades sensíveis - cores, por exemplo, - no ambiente ao qual responde, mas, atribui a este ambiente essas qualidades, em um sentido semelhante ao de um boi que dá ao capim a qualidade de alimento, ou em que - em termos mais gerais - a relação entre organismos biológicos e determinados conteúdos ambientais dá origem a objetos alimentares. Se não houvesse organismos com órgãos sensoriais particulares, não haveria ambiente, no sentido próprio ou usual do termo. Um organismo constrói (no sentido seletivo) o seu ambiente, e a consciência, muitas vezes, se refere ao caráter do ambiente na medida em que é determinado ou construtivamente selecionado por nossos organismos humanos, e depende da relação entre o antes (como selecionado ou construído) e o depois.

conduta social, que é inteiramente distinguível da chamada experiência subjetiva desses conjuntos particulares de objetos ao qual o organismo sozinho tem acesso - o caráter comum da privacidade do acesso não os funde uns aos outros.

O self a que nos referimos surge quando a conversação dos gestos é incorporada à conduta de forma individual. Quando esta conversa de gestos é incorporada na conduta do indivíduo, de modo que as atitudes das outras formas possam afetar o organismo, e o organismo possa responder com seu gesto correspondente e, assim, despertar a atitude do outro em seu próprio processo, então surge um *self*. Até mesmo a simples conversa de gestos que pode ser realizada em formas inferiores pode ser explicada pelo fato de que essa conversa de gestos tem uma função inteligente. Mesmo aí, é parte do processo social. Se for incorporado no comportamento do indivíduo, não só mantém essa função, mas também melhora e expande a sua capacidade. Se eu puder assumir a atitude de um amigo com quem vou continuar uma discussão, ao tomar essa atitude, posso aplicá-la a mim e responder como ele responde, e eu posso ter as coisas em muito melhor forma do que se eu não empregasse aquela conversa de gestos em minha própria conduta. O mesmo vale para ele. É bom para ambos meditar com antecedência sobre a situação. Cada indivíduo tem que tomar também a atitude da comunidade, a atitude generalizada. Ele tem que estar pronto para agir com referência a suas próprias condições, do mesmo modo em que qualquer indivíduo na comunidade agiria.

Um dos grandes avanços no desenvolvimento da comunidade surgiu quando a reação da comunidade sobre o indivíduo assumiu o que chamamos de forma institucional. O que queremos dizer com isso é que toda a comunidade age em direção ao indivíduo sob certas circunstâncias de forma idêntica. Não faz diferença, em relação a uma pessoa que está roubando a sua propriedade, ou se é João, Pedro ou Diego. Há uma resposta idêntica por parte de toda a comunidade nessas condições. Chamamos isso de formação da instituição.

Há outra questão que gostaria de referir brevemente agora. A única maneira pela qual podemos reagir contra a desaprovação de toda a comunidade é estabelecendo um tipo mais alto de comunidade que, em certo sentido, ultrapassa o que até agora encontramos. Uma pessoa pode chegar ao ponto de ir contra o mundo inteiro ao seu redor. Ela pode se levantar por si mesma contra o mundo. Mas, para isso, tem que falar com a voz de razão a si mesma. Ela tem que compreender as vozes do passado e do futuro. Essa é a única maneira pela qual o self pode obter uma voz que é maior do que a voz de comunidade. Como regra, assumimos que esta voz geral da comunidade é idêntica à comunidade maior do passado e do futuro. Assumimos que um costume organizado representa o que chamamos de moralidade. As coisas que não se podem fazer são aquelas que todos condenariam. Se tomarmos a atitude da comunidade contra as nossas próprias respostas, essa é uma condução afirmativa verdadeira, mas não devemos esquecer essa outra capacidade, a de replicar à comunidade e insistir no gesto - da mudança da comunidade. Podemos reformar a ordem das coisas; podemos insistir em tornar os padrões comunitários em padrões melhores. Não somos simplesmente ligados pela comunidade. Estamos empenhados em uma conversa na qual o que dizemos é ouvido pela comunidade e sua resposta é afetada pelo que temos a dizer. Isto é especialmente verdadeiro em situações críticas. Um homem se levanta e se defende pelo que faz. Ele tem o seu "dia no tribunal" e pode apresentar suas opiniões. Talvez possa, inclusive, mudar a atitude da comunidade em relação a si mesmo. O processo de conversação é um processo em que o indivíduo tem não só o direito, mas também o dever, para falar com a comunidade da qual faz parte e provocar mudanças que ocorrem através da interação de indivíduos. Naturalmente, esta é a forma como a sociedade avança, precisamente através de interações como aquelas em que uma pessoa expressa uma situação. Mudamos continuamente o nosso sistema social em alguns aspectos, e somos capazes de fazer isso de forma inteligente porque podemos pensar.

Tal é o processo reflexivo no qual um *self* emerge. E o que tenho tentado fazer é distinguir esse tipo de consciência da consciência como um conjunto de caracteres determinados pela acessibilidade ao organismo de certos tipos de objetos. É verdade que nosso pensamento é também apenas um pensamento, acessível somente ao organismo. Mas esse caráter comum de ser acessível apenas ao organismo não faz nem o pensamento nem o *self* se tornarem algo que devamos identificar com um grupo de objetos que simplesmente são acessíveis. Não podemos

identificar o *self* com o que é comumente chamado de consciência, isto é, com a força privada ou subjetiva dos caracteres dos objetos.

Há, naturalmente, uma distinção atual entre a consciência e autoconsciência: a consciência responde a certas experiências, como as da dor ou do prazer, a autoconsciência refere-se ao reconhecimento ou à aparência de um *self* como objeto. No entanto, é geralmente assumido que esses outros conteúdos conscientes carregam consigo também uma autoconsciência de que uma dor é sempre a dor de alguém e que, se não houvesse essa referência a algum indivíduo, não seria dor. Há um elemento muito definido de verdade nisso, mas está longe de toda a história. A dor tem que pertencer a um indivíduo. Tem que ser a sua dor se pertence a você. A dor pode pertencer a qualquer um, mas se pertencer a todos seria comparativamente sem importância. Suponho que é concebível que, sob um anestésico, o que ocorre é a dissociação de experiências de modo que o sofrimento, por assim dizer, não seja mais o seu sofrimento. Temos ilustrações disso, sem a dissociação anestésica, em uma experiência de algo desagradável que perde o seu poder sobre nós, porque transferimos a nossa atenção para outra coisa. Ao podermos nos afastar, nos distanciando da coisa, e a dissociando do olhar que está depositado sobre ela, podemos descobrir que ela perdeu muito do seu caráter insuportável. A não suportabilidade da dor é uma reação contra ela. Ao reagir contra o sofrimento uma pessoa se livra de um determinado conteúdo do próprio sofrimento. O que acontece é que a coisa deixa de ser a sua dor. Você simplesmente a considera objetivamente. Tal é o ponto de vista que se imprime continuamente sobre uma pessoa quando ela se deixa levar pelas emoções. Nesse caso, o que nos livra não é a ofensa em si, mas a reação contra a ofensa. O caráter objetivo do juiz é o de uma pessoa que é neutra, que pode simplesmente ficar fora de uma situação e avaliá-la. Ao aplicarmos a atitude judicial em relação às ofensas de uma pessoa contra nós mesmos, chegamos ao ponto em não ter ressentimento sobre quem os causou, mas compreendê-lo, e assim construímos uma situação onde compreender é perdoar. Através de tal atitude é eliminada grande parte da experiência estranha à nossa pessoa. Removemos muita experiência fora de nosso próprio *self* por esta atitude. A atitude distinta e natural contra o outro é o ressentimento de uma ofensa, mas, agora, em certo sentido, passamos além desse *self* e nos tornamos um *self* com outras atitudes. Há certa técnica, então, à qual nos sujeitamos no sofrimento ou em qualquer situação emocional, e que consiste em se separar parcialmente da experiência, para que ela não seja mais, do modo arraigado, a experiência do indivíduo em questão.

Ao se poder, agora, separar inteiramente a experiência, de modo a não recordá-la, para que não tivéssemos que levá-la continuamente ao *self* no dia a dia, e de momento a momento, então ela não existiria mais, por enquanto. Se não tivéssemos memória que identificasse as experiências com o *self*, então elas certamente desapareceriam no que diz respeito à sua relação com o *self* e, ainda assim, poderiam continuar a existir como experiências sensoriais ou sensíveis sem serem impelidas a um *self*. Este tipo de situação ocorre no caso patológico de uma personalidade múltipla, em que um indivíduo perde a memória de certa fase da sua existência. Tudo que está relacionado com essa fase de sua existência desaparece e ele se assume uma personalidade diferente. Por último ele tem uma realidade, que pode estar na experiência ou não, mas que não é identificada com a sua pessoa e não entra na composição do indivíduo. O passado tem uma realidade, seja vinculada à experiência ou não, mas aqui não é identificado com o *self* – não compõe o *self*. Tomamos uma atitude desse tipo, por exemplo, com referência a outros, quando uma pessoa cometeu algum tipo de ofensa que causou uma justificação da situação, uma admissão, e talvez um arrependimento, e que depois é esquecido. Uma pessoa que perdoa, mas não esquece é um companheiro desagradável. Com o perdão se esquece e se elimina as lembranças desagradáveis da memória.

Há muitas ilustrações que podem ser trazidas da relação solta de conteúdos dados a um *self* em defesa de nosso reconhecimento dos conteúdos como tendo certo valor fora do *self*. Pelo menos, deve ser concebido que podemos abordar o ponto em que algo que reconhecemos como conteúdo é cada vez menos essencial ao *self*, e afastado do *self* presente e que não tem mais o valor para este *self* como tinha para o *self* anterior. Casos extremos parecem apoiar a visão de que certa porção de tais conteúdos pode ser inteiramente isolada do *self*. Mesmo quando, em certo sentido, esteja pronta para aparecer sob condições específicas, ela se encontra até agora dissociada e não é trazida acima do limiar de nossa autoconsciência.

A autoconsciência, por outro lado, está definitivamente organizada sobre o indivíduo social e, como vimos, não é simplesmente porque alguém está em um grupo social e é afetado por outros e os afeta, mas porque (e isso é um ponto que tenho enfatizado) a sua própria experiência como *self* é uma experiência que recebe e toma de sua ação sobre os outros. Ele se torna um *self* na medida em que pode assumir a atitude do outro e agir em relação a si mesmo como os outros agem. Na medida em que a conversa dos gestos pode se tornar parte da conduta na direção e no controle da experiência, então um *self* pode surgir. É o processo social de influenciar os outros em um ato social e depois tomar a atitude dos outros despertados pelo estímulo, e então reagir, por sua vez, a essa resposta, que constitui um *self*.

Nossos corpos são partes do nosso ambiente, e é possível para o indivíduo experimentar e ser consciente de seu corpo e das sensações corporais, sem ser consciente ou ciente de si mesmo - sem, em outras palavras, tomar a atitude do outro para si. De acordo com a teoria social da consciência, o que entendemos por consciência é aquele caráter peculiar e aspecto do ambiente da experiência humana individual devido à sociedade humana, uma sociedade de outros *selves* individuais que tomam a atitude do outro para com eles mesmos. A concepção fisiológica ou teoria da consciência é por si só inadequada. Ela requer suplementação do ponto de vista sociopsicológico. A tomada ou o sentimento da atitude do outro em relação a si mesmo é o que constitui a autoconsciência e não meras sensações orgânicas experimentadas e percebidas pelo indivíduo. Até o surgimento de sua autoconsciência no processo de experiência social, o indivíduo experimenta o seu corpo - seus sentimentos e sensações - apenas como uma parte imediata de seu ambiente, não como seu próprio, não em termos de autoconsciência. O *self* e a autoconsciência têm primeiro que vir ao mundo e, então, essas experiências podem ser identificadas peculiarmente com o *self*, ou apropriadas por ele. Para entrar, por assim dizer, nessa herança da experiência, o *self* tem primeiro que se desenvolver dentro do processo social, em que este patrimônio está envolvido.

Através da autoconsciência, o organismo individual entra em algum sentido em seu próprio campo ambiental: seu próprio corpo se torna parte do conjunto de estímulos ambientais aos quais responde ou reage. Além do contexto do processo social em seus níveis mais elevados - aqueles que envolvem comunicação consciente, conversas e gestos conscientes entre os organismos individuais nele e com ele interagindo - o organismo individual não se define como um todo contra seu ambiente, ele não se torna, como um todo, um objeto para si mesmo (e, portanto, não é autoconsciente). Não é como um todo o estímulo ao qual ele reage. Pelo contrário, ele responde apenas a partes ou aspectos separados de si mesmo, e os considera não como partes ou aspectos de si mesmo como totalidade, mas, simplesmente, como partes ou aspectos de seu ambiente em geral. Apenas no processo social, em seus níveis mais elevados, unicamente em termos das formas mais desenvolvidas do ambiente social ou da situação social, o organismo individual total torna-se um objeto para si mesmo e, portanto, autoconsciente. No processo social em seus níveis inferiores e não conscientes, e também no ambiente ou na situação meramente psicofisiológica, - que é logicamente antecedente e pressuposta pelo processo social da experiência e do comportamento, - não se torna um objeto para si mesmo. Na experiência ou no comportamento, que podemos chamar de autoconsciente, agimos e reagimos particularmente com referência a nós mesmos, embora também com referência a outros indivíduos. E ser autoconsciente é essencialmente tornar-se um objeto para si mesmo em virtude de suas relações sociais com outros indivíduos.

A ênfase, então, deve ser colocada sobre a posição central do pensamento quando se considera a natureza do *self*. A autoconsciência, ao invés da experiência afetiva com seus acompanhamentos motores, fornece a estrutura básica e principal do *self*, que é, portanto, essencialmente um fenômeno cognitivo e não emocional. O ato de pensar ou o processo intelectual - interiorização e dramatização interior, pelo indivíduo, da conversação externa de gestos significativos que constitui o seu principal modo de interação com outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade - é a fase experiencial mais antiga na gênese e no desenvolvimento de *self*. Cooley e James, é verdade, tentaram encontrar a base do *self* em experiências afetivas reflexivas, isto é, em experiências envolvendo "autossentimento", mas, a teoria de que a natureza do *self* deve ser encontrada nessas experiências não explica a origem do *próprio self*, nem o autossentimento que é suposto caracterizar tais experiências. O indivíduo

não precisa tomar as atitudes dos outros em relação a si mesmo nessas experiências, uma vez que essas experiências meramente em si mesmas não exigem que o façam, e, a menos que o faça, não pode desenvolver um *self*. E ele não o fará nessas experiências, a menos que o seu *self* já tenha se originado de outra maneira, ou seja, da maneira que estamos descrevendo. A essência do *self*, como dissemos, é cognitiva: ela está na conversa internalizada dos gestos, que constitui o pensamento, ou em termos de que o pensamento ou a reflexão prossegue. E, portanto, a origem e as fundações do *self*, como as do pensamento, são sociais.

SIMMEL, Georg [Tradução de Raoni Borges Barbosa]. "Torna-te o que tu és". *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.15, n. 45, p. 121-124, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965
ARTIGO/TRADUÇÃO
<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

“Torna-te o que tu és”

“Become what you are”

Georg Simmel
Tradução de Raoni Borges Barbosa

Resumo: Simmel reflete, neste breve ensaio escrito no calor da Primeira Guerra Mundial, sobre a situação interior [Geist] da Alemanha, seja enquanto coletividade [Volk], seja enquanto destino individual que atravessa as turbulências [Erschütterungen] causadas pela fragmentação e recomposição moral e emocional da normalidade normativa da sociabilidade sob análise. Interessa ao autor, neste sentido, discorrer sobre como a vida interior [Lebensrichtungen, Weltanschauungen, Geist, Sittlichkeit] se renova a partir de elementos subjetivos já presentes no contexto cognitivo, expressivo-comportamental e moral-emocional alemão anterior à guerra, mas que somente mediante as transformações produzidas pela guerra puderam explodir barreiras sociais existentes e, assim, amadurecer para uma nova Alemanha e para um novo indivíduo, este último agora consciente do imperativo moral fundamental: “Torna-te o que tu és”! **Palavras-Chave:** Georg Simmel, situações de crise e recomposição moral, Alemanha, formação moral e emocional da pessoa

Abstract: In this brief essay written in the heat of World War I, Simmel reflects on the internal situation [Geist] of Germany, whether as a collective [Volk] or as an individual destiny that crosses the turbulences [Erschütterungen] caused by the moral and emotional fragmentation and by the recomposition of the normative normality of this sociability under analysis. In this sense, the author is interested in discussing how the inner life [Lebensrichtungen, Weltanschauungen, Geist, Sittlichkeit] is renewed from subjective elements already present in the german cognitive, expressive-behavioral and moral-emotional contexts prior to the war. Through the transformations produced by the war, could explode existing social barriers and thus mature into a new Germany and a new individual, the latter now aware of the fundamental moral imperative: "Become what you are!" **Keywords:** Georg Simmel, crisis situations and moral recomposition, Germany, moral and emotional formation of self

Todos⁸⁷ os ganhos e transformações no interior da Alemanha, dos quais ansiamos uma compensação para as indizíveis vítimas da guerra, parecem-me ter seu mais profundo significado na constatação de que estes não permanecem totalmente dissociados da nossa vida; tal como conquistas são, por assim dizer, uma adição exterior de novidade.

⁸⁷Tradução feita a partir de texto publicado em: O Dia, N. 29 1, 10 de Junho de 1915, Edição da Manhã, Parte Ilustrada, N. 133 (Berlín) [Der Tag, Nr. 29 1, 10. Juni 1915, Morgenausgabe, Illustrierter Teil, Nr. 133 (Berlín)].

Mas são como frutos presentes desde muito anteriormente à maturação, talvez mesmo ainda mais antigos; que agora, porém, o brilho e a força destes tempos lhes lançou e nelas reuniu as seivas todas da vida alemã, e as fez amadurecer em uma realidade exterior, o que há muito era uma necessidade interna.

Sentimos todos, assim, que nossos partidos políticos e seus respectivos comportamentos recíprocos não mais condiziam com a vida real e com o querer do nosso povo. Contudo, estes mesmos partidos teriam prosseguido por muito tempo em seus trilhos conhecidos, caso a guerra não os tivesse varrido desta situação.

E agora podemos esperar que, - como se debaixo da folha podre já se desenvolvesse um novo germe, cuja força volitiva apenas esperasse sua liberação -, os interesses e aspirações formadoras de partidos construam a partir de si uma nova ordem, cuja configuração nós ainda não divisamos. Contudo, esta configuração nova expressará com mais realidade o querer do povo; e a guerra precisa apenas descartar os escombros da velha ordem, sob a qual a nova amadureceu.

Nas últimas décadas, alguns partidos de posturas [Lebensrichtung] pretéritas têm sobrevivido, isto não menos em razão do fato de que teriam encontrado sua extinção definitiva em caso de um estímulo adequado, neste sentido, anterior à guerra. Nossa vida, então, sofria sob as contradições de uma condução materialista e de uma condução estetizante da existência.

Talvez fosse o materialismo a sombra primeira e inevitável do nosso desenvolvimento econômico, que, então, causou o pálido sobre-refinamento do Esteta como seu não menos extremo contraponto.

Existe uma conexão interior profunda entre uma ligação demasiado próxima às coisas e uma enorme distância às mesmas que nos lança em um vazio a partir de um tipo de “Medo do Contado” [“Berührungsangst”].

Sabíamos desde muito que estávamos doentes em ambos os casos e que, todavia, estávamos maduros para a convalescença que agora ansiamos a partir da crise da guerra.

Para quem, centenas de vezes, a questão da hora oscilou entre a vida e a morte; ou quem, dia após dia, no isolamento da casa, foi atravessado pelo destino incondicional destes tempos; este alguém aprendeu [erfahren] quão pouco a vida pode ser colocada sobre a mera materialidade das coisas e sobre o mero estímulo apelativo de suas formas.

Se, de fato, algum sucesso interior relativo à guerra nos é certo, este é, então, que incontáveis de nós mesmos, muito mais que antes, viverão substancialmente [am Wesentlichen]. Quem possuiu algo substancial, em algum ponto de sua existência, nisto as turbulências deste tempo deve tê-lo amadurecido e feito emergir, isto depois que o passado o ameaçou dispersá-lo.

Tal realização do interiormente já decidido, - que, por assim dizer, provoca o desfecho já idealmente contido nas premissas anteriormente conquistadas -, parece preparar-se em dimensões religiosas, onde reconhecidamente, nas profundezas do espírito alemão [deutschen Geistes] - de todos e dos indivíduos -, as decisões consumadas são ainda completamente obscuras quanto ao seu conteúdo.

Conhecemos a grande contradição que fragmenta a religiosidade deste tempo e que, agora, não influencia as mentes absolutamente não religiosas e os cristãos acomodados: entre o Cristianismo e uma religião que rejeita qualquer conteúdo histórico dado, seja este como um monoteísmo que não se tradita em dogmas quaisquer, seja este como um panteísmo, seja este como um arcabouço mental puramente interior e dissociado de qualquer conteúdo espiritualizado de fé.

Este tempo, em sua generalizada tolerância religiosa, não pressionava à decisão e permitia frequentemente que, caso eu não me engane, ocorresse que, sob uma consciência mais ampla que acreditava dirigir-se em um determinado sentido, na

profundidade, de fato, outra direção fortalecia e guiava determinantemente a velha ou a nova vida individual.

Inequivocamente as forças religiosas interiores experimentaram através da guerra um renascimento e um crescimento até um ponto em que se exige de cada um a decisão sobre qual fundamento absoluto ele, de fato, se encontra.

Os tempos pacíficos das transições processuais, das misturas, da agradável meia-luz, nas quais o indivíduo podia se deslocar alternadamente entre contradições auto-excludentes parecem ter ficado para trás.

A determinação com a qual o povo alemão há quase um ano tem seguido por seu caminho, esperançosamente far-se-á mais radiante também nesta dimensão de decisões interiores.

Nada, contudo, afeta tanto estas decisões construídas sobre uma “paz podre” [“faulen Frieden”] quanto no terreno da religiosidade, onde tudo se concentra puramente no interior do indivíduo e onde, por um lado, cristãos de fato, - a partir de uma determinada educação dos sentidos -, aceitam uma postura panteísta não dogmática, e, por outro lado, ateus convictos auto-internalizam, - mediante uma reestruturação simbólica dos princípios cristãos básicos -, um discurso de um tipo de cristianismo.

Não me parece provável que vivenciaremos em breve uma luta entre ambos estes partidos.

E justamente não porque cada indivíduo mais amadurecido tenha há muito consumado esta decisão e apenas nesta curiosa abertura cultural do espírito que nossa situação parecia permitir ou exigir, mas porque ainda com frequência misturava ou encobria esta decisão com uma decisão diametralmente contrária.

Isto, contudo, não mais autoriza um tempo em que tudo, em relação à profundidade religiosa humana, se agita.

Indiferentemente de que massa partidária nós vivenciáramos e de se essa massa será, de fato, exteriormente mensurável: isto entrará como moralidade amadurecida nas pessoas tal qual uma moralidade própria. A guerra não criará nenhuma nova religião.

Mas as suas turbulências em muitos pontos lançam fora o insignificante e permitem que o genuinamente gerado se abra para o que o indivíduo considera como sua religião, isto é, para além de sobreposições e de meras descolorações, e com a firmeza que nós vivenciamos em toda parte na reflexão sobre a germanidade [Deutschum] em relação a si mesmo, e cujas formas puras rejeitam todo chauvinismo estreito e agressivo, pois que este ainda emerge da insegurança quanto ao sentimento próprio.

O chauvinismo é ainda justamente uma das barreiras que o processo de amadurecimento do autêntico sentimento próprio irá atravessar com seu crescimento, - se não em toda parte no contexto da guerra de hoje, então em suas consequências para o amanhã.

A revelação mais decisiva de um julgamento há muito consumado, mas não de todo cumprido, contudo, tangencia a separação entre o que na Alemanha ainda é capaz de viver e de procriar e aquilo que está preso ao passado e, portanto, sem direito ao futuro: Pessoas e Instituições, Ideologias e Concepções Morais.

A confortável privacidade de um ambiente de paz pode talvez proporcionar que elementos subjetivos tornados supérfluos e interiormente extintos sejam contabilizados, mediante processos transitórios processuais, e, então, unificados com elementos realmente vivos.

Com a dureza e firmeza com que a guerra desestruturou nossa existência, e que esta não pode suportar por tanto tempo, a guerra impõe a tudo e a todos um impiedoso Isto-Ou-Aquilo de Valor e Direito e permite somente espaço para o verdadeiramente

capaz de germinar e para o autêntico; o que não mais vantajosamente se insere na nossa vida futura [bevorstehenden Leben], - que nós mal poderemos satisfazer ainda que com um extremo de força e desempenho -, deve ser descartado, pois que não poderemos carregar na necessidade e no trabalho do nosso futuro mesmo aquele pouco de força que o passado reivindicado nos permitiu conservar.

Que a nossa vitória exigiu o sacrificio daquelas antigas e deslumbrantes catedrais, isto implica, contudo, ainda que reconhecidamente exagerado ao nível do dolorosamente grotesco, ser este um símbolo daquilo que nos espera no futuro.

Quem não for capaz de colaborar com esta nova Alemanha, este deve ficar à margem, pessoas e coisas já direcionadas e que se tornaram infrutíferas e sobre as quais a guerra consoma somente um veredicto.

Pois que suas turbulências agitam as árvores, que lançam fora o que está demasiadamente maduro e que só a uma condescendência relapsa aparentaria frescor.

Neste sentido, desenvolveram-se na Alemanha muitas coisas com uma necessidade permanente puramente interior e que amadureceu sem que pudesse explodir suas barreiras e cascas.

Que esta guerra destrói as barreiras e cascas aludidas; que esta guerra é somente o inesperado e súbito atravessador para o futuro daquilo que em nosso passado, de fato, já havia crescido, isto demonstra seu caráter profundamente orgânico em contradição a todo ser mecânico que caracteriza uma guerra de conquista ou uma guerra motivada por cobiça.

Cada um dos nossos inimigos pretende da guerra tais exterioridades: a Rússia cobiça o Mar do Leste e Constantinopla; a França cobiça a Alsácia e a vingança; a Inglaterra cobiça a soberania de se domínio sobre os mares.

Nós, que nada queremos da guerra e, justamente por isso, não a queríamos de fato, ganhamos dela aquilo já possuíamos, - mas que até então possuíamos como se não o possuíssemos; pois que agora amadurece o ilimitado, está interiormente pronto, está presente em seu ser próprio, já ganho, - contudo, sem este destino, talvez não fôssemos ainda, e por muito tempo, impelidos a dar a nossa vida esta forma e a realizar real e abertamente aquilo já anteriormente pré-construído enquanto conteúdo desta guerra.

Esta guerra liberou crimes e loucuras; nossa grande esperança, porém, é que a mesma venha a consumir na Alemanha a fórmula de toda moralidade: “Torna-te o que tu és”!

Parece, contudo, ser o destino da pessoa humana que ela não se torna por si, na calma de um desenvolvimento auto-satisfatório, aquilo que ela já o é em potencial em seu ser mais profundo; mas que, muito mais que em razão de ganhos exteriores, a pessoa humana necessita da luta, da necessidade e do perigo para que venha encontrar-se consigo mesma.

Artigos

SANTOS, Sandra Mara Pereira dos. Representações de amor conjugal ou laços afetivos no *rap* brasileiro. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 45, p. 127-139, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965.

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Representações de amor conjugal ou laços afetivos no *rap* brasileiro

Conjugal love representations or emotional ties in the Brazilian rap

Sandra Mara Pereira dos Santos

Recebido em: 15.06.2016
Aprovado em: 06.10.2016

Resumo: Existem jovens das periferias do Brasil que constroem músicas conhecidas como pertencentes ao gênero musical do *rap*. Neste artigo, analiso as letras deste estilo musical. No *rap* brasileiro existem discursos e letras sobre concepções de emoções, inclusive de amor. Em diversos contextos as representações de jovens do *rap* sobre emoção acompanham as noções de emoção, presente no senso comum e, muitas vezes, no meio acadêmico. Em um mundo percebido por muitos compositores e compositoras desse gênero musical como permeado de enfrentamentos sociais e políticos, o amor é mantido separado dessas questões situado no corpo e/ou no coração e, por isso, frequentemente esse sentimento é pensando como unicamente da intimidade. Essa é uma concepção que separa as práticas afetivas conjugais do mundo social, todavia, tal divisão reforça o discurso unilateral das emoções. **Palavras-Chave:** emoção, representações, amor, *rap*

Abstract: There are young people from the peripheries of Brazil building known songs as belonging to the genre of rap. In this article, I analyze the lyrics of this musical style. In the Brazilian rap there are speeches and letters on conceptions of emotions, including love. In many contexts the rap youth representations of emotion accompanying emotion notions present in common sense and often in academia. In a world perceived by many composers and songwriters of country music as permeate social and political confrontations, love is kept separate these issues and located in the body and / or in the heart, so often Stephen Fry feeling is thinking as only the intimacy. This is a design that separates the marital affective practices of the social world however such a division enhances the unilateral discourse of emotions. **Keywords:** emotion, representations, love, rap

Introdução

Em diversas modalidades de revistas, filmes, programas televisão, propagandas e músicas é recorrente relações sociais, nas quais há o discurso de que o amor é unicamente de cunho subjetivo, intimista e do espaço doméstico. Tais concepções

alinham-se às ideias produzidas e reproduzidas em mais de um meio e contexto social, sobre como as emoções se constituem nas realidades das pessoas. Autores e autoras das ciências sociais reconheceram a visão reducionista que o senso comum e algumas áreas do meio científico possuem sobre as emoções e, por isso, passaram a apontar como elas permeiam e são produzidas em mais de uma esfera das ações humanas.

A ideia de intimidade emocional também se faz presente no gênero musical do *rap*⁸⁸, que tem sido pesquisado por mim desde 1999. O *rap* faz parte do movimento *Hip-Hop*, que é o nome dado a uma cultura juvenil. Tal movimento engloba basicamente a música (*rap*), a dança (*break*) e o grafite (arte visual). Nas letras de *rap*, por exemplo, é possível encontrar concepções de amor e, por meio, das reflexões dos significados que compõem esse sentimento, compreendo as dimensões e contextos em que os compositores ou cantores do *rap*, bem como seu público, concebem essa emoção. Esta é situada por esses agentes ora no corpo (coração) e ora no sobrenatural (Deus), mas frequentemente esses dois estão em uma relação de continuidade um com outro, deixando as interações, disputas, desigualdades e preconceitos sociais, separados da constituição dessa emoção. Tal fato configura na criação de laços sociais ou de afetividades/amor em cima de padrões emocionais tradicionais, como por exemplo, da concepção que o “sentir” amor por alguém ocorre somente porque Deus ou o destino desejou.

Concepções sobre a constituição das emoções

Na formação inicial da Sociologia, os sentimentos foram situados em outras ciências, como a Psicologia e a Medicina. No entanto, existem autores e autoras⁸⁹ que questionam em suas análises e teorias, a rígida separação entre indivíduo e sociedade, que foi sendo desenvolvida após meados do século XVIII.

Em suas obras *Antropologia das Emoções e Cultura e Sentimentos*, Claudia B. Rezende e Maria Claudia Coelho (2011) refletem especificamente sobre os estudos das emoções. Para elas, o tema das emoções raramente era relevante nas ciências sociais, uma vez que a visão sobre os sentimentos possui relação com a formação e delimitação do que a sociologia deveria estudar nas relações humanas, e, por isso, essas autoras ao refletirem acerca da trajetória dos estudos das emoções nas ciências sociais no Brasil, citam um dos pais fundadores da Sociologia e das demais Ciências Sociais, o autor Émile Durkheim (2001).

De acordo com tais autoras brasileiras, Durkheim (2001), para fundar a Sociologia e distingui-la das demais ciências, escreve seu famoso livro: *As regras do método sociológico*, no qual existe a ideia de sociologia como a ciência que estuda “o que está fora das pessoas”, ou seja, o fato social, a consciência coletiva e as condições objetivas. Assim, temos uma separação entre indivíduo, sociedade e sociologia. Vejamos essa discussão em Durkheim (2001):

Do mesmo modo que os espiritualistas separam o reino psicológico do reino biológico, nós separamos o primeiro do reino social; como eles, recusamo-nos a explicar o mais complexo pelo mais simples. Na verdade, contudo, nenhuma nem outra denominação nos convém exatamente; a única que aceitamos é a racionalista. O nosso objetivo é estender ao comportamento humano o racionalismo científico. (...) O que se chamou o nosso positivismo é só uma consequência deste racionalismo. (...) Parece-me portanto que, sobretudo neste tempo de misticismo renascente, um tal empreendimento pode e deve ser acolhido sem inquietação e até com simpatia por todos aqueles que, mesmo divergindo de nós em algum ponto, partilham da nossa fé no futuro da razão. (DURKHEIM, 2001, p.13).

⁸⁸O termo *Rap* são as iniciais de *ritmam and poetry* (ritmo e poesia) tipo de música falada e rimada de tradição africana.

⁸⁹Alguns desses autores são Foucault (1993), Butler (2003), Elias (1994), Le Breton (2001), Marilyn Strathern (1998), Jane Flax (1988).

Essa perspectiva aplica-se principalmente em seus escritos das regras da disciplina sociologia, e menos acerca de seus estudos empíricos. Segundo as autoras, Cláudia B. Rezende e Maria C. Coelho (2012; 2014), a despeito do fato de termos neste livro a presença de uma clara separação entre social e individual, essa divisão não se dá necessariamente em seus estudos sobre manifestações religiosas, nos quais os sentimentos são apontados pelo autor. Esse fato nos conduz a pensar que se no plano teórico e pedagógico a compartimentação ou especificação da realidade se processa com sucesso, o mesmo não ocorre na esfera das relações empíricas e cotidianas.

Tal diferença nos estudos de Durkheim (2001) ocorre pelo fato de no âmbito empírico a realidade não ter dimensões desconectadas entre si. Esta divisão apenas teria utilidade para distinguir as disciplinas acadêmicas e que não estão presentes nas experiências cotidianas. Nesse sentido, configura-se uma problematização ou questionamento da concepção da realidade social fragmentada em partes opostas e dissociadas.

Com o desenvolvimento inicial da Sociologia de Durkheim (2001) e das ciências sociais em torno de condições que se entendem como objetivas, dos métodos racionais, e do fato social, ou seja, o estudo do que apenas está no exterior da pessoa, ao mesmo tempo, construiu-se o que se concebe atualmente como exclusivo do âmbito íntimo e individual, como, por exemplo, as emoções. Essa é uma percepção que também foi problematizada por Norbert Elias (1993).

O autor Norbert Elias (1993) discute a relação indivíduo e sociedade ligada à questão dos sentimentos. Em seu livro *O processo Civilizatório*, Elias contribui com dois objetivos para o entendimento da constituição das emoções. Em primeiro lugar, ele contribui para a visão de que as emoções precisam ser frequentemente pensadas na área das ciências humanas e sociais, em seguida, por problematizar a ideia na qual os sentimentos, dentre os quais eu incluo o amor conjugal, são manifestações que se formariam exclusivamente no corpo biológico, antecedendo a cultura. Em seu livro ele aproxima as emoções das mudanças sociais e da atuação do Estado.

Norbert Elias (1993) relaciona as emoções com a organização social, com o objetivo de compreender as diversas fases das emoções, não somente em um plano compreendido como subjetivo. Desta forma, a perspectiva desse autor propicia o entendimento das emoções e o questionamento de uma visão determinista de essência biológica recorrente sobre o amor conjugal. Para esse autor, expressar as emoções de modo exacerbado é considerado inadequado na sociedade burguesa. A constante expressão das emoções é concebida socialmente como prejudicial ao sujeito, pois esta pessoa estaria fora das normas culturais de controle de determinadas⁹⁰ emoções, e, por isso, ela passa a ser vista como um “ser desequilibrado”, uma pessoa frágil em sua psique, desprovida de razão e autocontrole.

O controle e o condicionamento das emoções são para Norbert Elias (1993), mais eficientes do que a violência física, pois eles moldam e ditam as emoções dos indivíduos nos padrões sociais. Vemos que o autor pode afirmar tal modo de vivenciarmos as emoções pelo fato de elas serem manifestações corporais, pensamentos e crenças, além disso, estas ideias possuem uma temporalidade diferenciada que se experiência materialmente no corpo.

Este autor ainda acrescenta que, apesar de as noções de um “eu individual”, de personalidade, de autopercepção, do “homem interior”, entre outros terem sido

⁹⁰Analiso que as relações interpessoais e as emoções que estão sujeitas a obrigatoriedade de restringirem-se apenas ao espaço doméstico situam-se em torno das reconhecidas socialmente como desejos, paixões e amor pelo gênero oposto ou semelhante. Já sentimentos como revolta e raiva são mais facilmente admitidos em espaço públicos e coletivos, principalmente quando manifestados por pessoas do gênero masculino. Desta forma, pessoas do gênero feminino são oprimidas em uma quantidade maior de emoções do que as do gênero masculino.

construídos na sociedade moderna, o controle cultural não deixou de atuar na formação das emoções dos sujeitos. Para Norbert Elias (1993), apesar de essas mudanças na noção de pessoa, o mundo exterior não deixou de formar as consciências dos sujeitos. Para ele esse indivíduo completamente autônomo ou livre das redes sociais é uma concepção moderna ocidental, presente em nossa realidade, mas tal modo de existir de uma pessoa não é uma regra que impera em todos os momentos e contexto da vida, visto que ela também está sob os modelos e representações culturais de emoções. Desta forma, tal autor destaca a seguinte reflexão:

A manifestação de sentimentos na sociedade medieval é, de maneira geral, mais espontânea e solta do que no Período seguinte. Mas não é livre ou sem modelagem social em qualquer sentido absoluto. O homem sem restrições é um fantasma. Reconhecidamente, a natureza, a força, o detalhamento de proibições, controles e dependências mudam de centenas de maneiras e, com elas, a tensão e o equilíbrio das emoções e, de idêntica maneira, o grau e tipo de satisfação que o indivíduo procura e consegue. (ELIAS, 1993, p. 211)

O condicionamento das emoções diz respeito a padrões de modos de vida, impostos aos sujeitos ao longo de suas vidas. Esse condicionamento pode ser uma forma de força social que restringe a mobilidade social das pessoas. Assim, essa maneira de impor modelos de culturas emocionais é uma força que gera violência simbólica, na medida em que impede que outras emoções possíveis sejam vivenciadas pelos sujeitos com flexibilidade e liberdade.

Nas análises das emoções é pertinente indicar os fatores que levam os afetos a mudarem de sentidos, de forma e de espaço, bem como as maneiras pelas quais essas emoções podem ser expressas ou reprimidas. O lugar, a temporalidade, os sistemas de significados, os valores, e as normas de expressão desses afetos, também devem ser analisados para uma maior compreensão dos sentimentos e de suas atuações nas pessoas.

A partir do avanço burguês na Europa e nas Américas as pessoas deveriam aprender sobre controle das emoções no espaço doméstico, para que quando estivessem no espaço público e do trabalho industrial pudessem controlá-las, e, dessa forma, garantir uma sociedade da ordem e do progresso tecnológico e cultural.

Assim, ao considerar esses aspectos históricos, políticos e sociais, quando lanço luz às representações e discursos de amor, observo que, a partir da modernidade burguesa, ela foi transferida para o espaço do privado, a fim de atender o modelo de civilidade da nova classe hegemônica. Portanto, o que é entendido socialmente como pertencente ao plano do subjetivo ou intimista teve que passar para o autocontrole do indivíduo, com a finalidade de se obter sociedades ocidentais organizadas e progressistas. Logo, as paixões humanas liberadas pelo corpo, as quais vão desde a raiva até os afetos, se tornaram ainda mais controladas no interior dos sujeitos, bem como nas esferas públicas da vida (ELIAS, 1993)⁹¹. Esse fenômeno me permite dizer que essa é um das razões pelas quais há uma quantidade menor de letras de amor/conjugal do que de problemas étnicos/raciais e de classe social no *rap* brasileiro. Haja vista que as temáticas étnicas/raciais e de classe social no *rap* são entendidas pelos seus compositores, compositoras e público, como do espaço coletivo ou público, e o “sentir” amor/conjugal por uma pessoa do mesmo gênero ou de um oposto, como da dimensão intimista ou privada.

⁹¹O livro *As Paixões Ordinárias: Antropologia das Emoções*, de Le Breton (2009) realiza a discussão da relação social existente entre corpo e cultura, e que é pertinente para a compreensão e elaboração de análises antropológicas sobre as emoções.

Para a sociedade do controle, pensar as emoções na cultura é irrelevante, ficando abaixo de outros temas sociais, principalmente quando a emoção se refere aos amores conjugais. Existem raras análises consagradas ou clássicas sobre a emoção nas ciências sociais porque, até poucas décadas atrás, situava-se os sentimentos fora das relações sociais, deixando-os restritos ao individualismo, no espaço doméstico e nas relações interpessoais. Todavia, o autor francês Le Breton (2009), questiona tal concepção de emoção.

Le Breton (2009) afirma que, no mundo ocidental, a emoção foi paulatinamente sendo concebida como uma esfera separada de qualquer racionalidade, a qual prejudica a razão e o bom senso humano. Esse antropólogo ainda cita nomes de cientistas que defendiam o modo como as emoções eram prejudiciais e deveriam se submeter à razão. Segundo ele, até o fim do século XVIII, no campo da medicina, as emoções eram concebidas como irracionais e provocadoras da perda de lucidez. Além disso, elas causariam mal-estar, perturbações, patologias, defeitos na alma, não proporcionando benefícios ao ser humano. Aliás, para essa ciência, nas épocas em que não havia o reconhecimento e valorização social das paixões e do amor, a saúde reinava nas sociedades. Desta maneira, tais modelos com “perturbações patológicas” no ser humano é devido às concepções sobre as emoções que orientam formas de vê-las até os dias atuais.

Essa visão de amor como prejudicial e patológico existe no cenário do *rap* brasileiro. A seguir trago um fragmento de letra de um dos meus interlocutores durante as pesquisas de campo e *on-line*, o cantor de *rap* Leandro⁹², a qual trata de um relacionamento amoroso. Ela nos revela sobre uma representação de amor dual e conflituosa⁹³:

(...) Lembro como se fosse ontem, seus olhos sobre os meus. Uma montanha russa só com os erros de Deus.

A vida me deu pólvora sabor flã. E seu colo igual minha cama, numa segunda de manhã fez a textura dos seus lábios, cerol e framboesa.

E seus suspiros vírgulas, que em frases matam minhas certezas. Assassinos por natureza, o ódio sabe nosso nome.

E é lindo como o seu soa junto ao meu sobrenome. Um crime passionai, o rádio que cai numa hidro.

Um abatedouro com paredes feitas de vidro. É minha falsa segurança, o filtro do meu *Malboro*.

(...) Foi meu bem, meu tesouro, hoje é guizo cascavel. Nossas brigas são sarais numa torre de babel. Sua voz é meu céu, mas Deus é testemunha, que quando te ouço sinto agulhas entrarem embaixo da minha unha.

(...) *Porque dessa forma, se um for morrer pelo outro, que seja de amor (...).*

Quando Leandro se refere ao fato de a pessoa para a qual direciona seu discurso adquirir o sobrenome dele, destaco que nessa relação é a pessoa do gênero feminino que o recebe e não a do masculino. Embora ele diga isso dentro de uma conotação poética, posso ainda apontar que ele revela, por um lado, uma visão de destino e, por outro lado, uma concepção de amor que se dá dentro de casamento patriarcal. Enquanto a letra nos traz um “tom de romantismo”, aponto para a efetivação do modelo de tutelar a

⁹²Leandro é um nome fictício. Apesar de os cantores e cantoras de *rap* me dizerem que não fazem questão que suas falas e letras sejam atribuídas a nomes fictícios, a fim de eu tentar preservar suas identidades das minhas análises, somente devido a uma questão de ética, eu escolhi criar e manter tais nomes fictícios, mas não alterei suas letras e falas.

⁹³As canções de *rap* podem ser encontradas em qualquer site com letras de música deste gênero artístico. Acessado em 10/07/2016.

feminilidade, afinal, após o casamento, ela não se auto-representará, pois passará a adquirir o sobrenome dele. Isso significa que é o gênero masculino que falará pelo feminino. Neste caso, a presença da violência simbólica do patriarcalismo por meio da sobreposição do masculino ao feminino está implícita em um discurso de amor.

Na letra ainda há uma representação de amor que aparece como uma emoção que ora é pensada como um “mal”, ora como uma das melhores dádivas da vida ou, como disse Leandro, de “Deus”. Isso ocorre pelo fato de ele compartilhar da visão na qual o amor traz em sua essência (substância corporal ou sobrenatural) o poder de gerar sofrimentos. As perturbações sofridas por ele ao “sentir” amor são atribuídas a essa forma de emoção e não os significados sociais que atribuímos ao amor nas relações entre os gêneros.

Na poesia de Leandro existem tensões sociais entre os parceiros amorosos. E devido a estes conflitos os membros que formam o casal podem terminar o relacionamento no momento que desejarem, visto que estão em uma sociedade que permite que tal atitude seja realizada sem significativas proibições familiares e culturais (BAUMAN, 2004).

Todavia, novamente no final de sua poesia, Leandro expressa que por amor morre-se “poeticamente”. O amor pode ser mais forte do que as brigas e a própria vida, entretanto, ele carrega o poder emocional de conduzir um dos parceiros à morte. Nota-se um amor pensado como superpoderoso em si mesmo, mais forte do que qualquer ação e arranjo afetivo e econômico. Tal fenômeno se dá porque esta emoção cumpre a vontade da única força reconhecida em nossas sociedades modernas como aquela capaz de se sobrepor ao livre arbítrio das pessoas: o destino (VIVEIROS DE CASTRO; ARAÚJO, 1977). A ideia de atribuir ao amor sentimentos que Leandro explicita em sua letra como, por exemplo, ausência de segurança, falta de certezas, dor física e ódio pelo ser amado, também foi destacada por Le Breton (2009).

Le Breton (2009) argumenta contra a visão de Kant e do discurso iluminista desenvolvido por filósofos do século XVII e XVIII, na qual as emoções aparecem como malélicas para as pessoas. Para esse autor, emoções são criações que possuem regras pessoais e sociais, além de organizações e de sentidos humanos, que não estão desprovidos de uma ordem, nem de significados construídos pelos seres humanos. Portanto, observo que o olhar desse autor sobre as emoções é aquele que não as coloca nas manifestações humanas, as quais dominam negativamente e caoticamente as pessoas. Mas essa concepção do amor enquanto uma forma de emoção apareceu na letra do cantor Leandro citada anteriormente neste artigo.

Os acontecimentos do mundo político, os valores e os códigos morais compõem o sistema de referências criados em sociedade, e, por isso, estão nos modos como as pessoas interpretam e vivem as emoções, assim elas estão no social afirma Le Breton (2009). Tais fatores desencadeiam certas emoções nos indivíduos. Assim, os sentidos que conferimos à realidade orientam sensações, tais quais medo, nojo, alegria, entre outras. As emoções compõem a vida “pessoal” e coletiva de modo integrado, nas quais os sujeitos produzem e disputam os significados das mesmas.

Le Breton (2009) ainda revela que o pensar está permeado de afetividade e vice-versa, e as emoções de normas sociais, portanto, ele insere emoção na razão e racionalidade nas emoções. Esse modo de pensar perpassa a formação do olhar das pessoas na modernidade. Por meio da obra de Le Breton (2009), podemos refletir que, apesar da emoção não ser uma substância concreta no corpo e no íntimo das pessoas, ela é perceptível nas expressões do corpo dos sujeitos. Portanto, nesta obra, ele demonstra como gestos, palavras, movimentos e outras manifestações corporais estão relacionadas às emoções. Além disso, para ele, a atividade de pensar não surge depois de emoções

visíveis, no corpo, pois são os acontecimentos culturais e racionais dos indivíduos que criam e tornam as emoções experimentadas publicamente e não unicamente estados fisiológicos.

Ainda segundo Le Breton (2009), apenas a estrutura fisiológica do corpo humano é universal e não as categorias das emoções. Assim, ele nos apresenta a existência de autores que questionam a antropologia ocidental pelo fato dessa ciência tentar ler outras culturas com categorias próprias de seu lugar de fala no ocidente. Vejamos como esse autor problematiza esta autoridade científica:

Assim, o antropólogo indiano Owen M. Lynch explicou, na introdução de uma obra coletiva sobre a construção social das emoções na Índia, que ‘estes ensaios apresentam o problema da compreensão ocidental das emoções, principalmente quando essa compreensão é universalizada num pensamento e projetada sobre o Outro’. Imaginamos um antropólogo ifaluk ou guayaki, inuíte ou yanomami definindo a cultura afetiva dos franceses a partir de suas próprias categorias de pensamento ou de seu próprio vocabulário. O que seria, a propósito, uma cultura afetiva ‘francesa’? De quem estaria falar? Tratar-se-ia dos bretões ou dos alsacianos, dos camponeses ou dos cidadãos, dos operários ou dos médicos, dos homens ou das mulheres, dos jovens ou dos idosos etc. (2009:11).

Os sentimentos não são universais e possuem sentidos apenas no contexto no qual ele foi formulado e comunicado. Para o autor, as emoções também se desenvolvem no corpo humano, mas não são iguais em qualquer lugar do mundo. Segundo esse autor, como essas sensações estão relacionadas às concepções sociais, elas são sentidas e exteriorizadas por intermédio de diferentes repertórios culturais.

Le Breton (2009) contribui para as análises sobre as emoções ao considerar as regras sociais na formação e expressão das mesmas. Um aspecto fundamental nesta discussão é o fato de ele questionar diretamente a naturalização das emoções, analisando-as nas relações culturais.

As formas pelas quais as pessoas evidenciam em seus corpos, sobre o que estão sentindo, são formadas por meio de dimensões simbólicas. Assim, para desconstruir a visão naturalista e essencialista em torno deste tema são pertinentes estudos antropológicos e sociais com o objetivo de pensarmos as emoções como ligadas aos significados culturais, nas quais o fisiológico opera como um dos participantes dessa vivência e constituição do amor conjugal. Dessa maneira, corpo e cultura se complementam e não se excluem na construção e expressão destas emoções.

As emoções possuem signos construídos no relacionamento dos sujeitos com as formações culturais, sendo assim, é na interação das pessoas que se estabelece o entendimento e a manutenção da ordem dos sentidos das emoções. A reprodução e recriação desses sentidos presentes nas formações culturais, e que estão na troca social entre os agentes, são relevantes para o entendimento e a construção das emoções nas culturas. Assim, as emoções não são manifestações individualistas e intimistas, estando nas formações de significados culturais.

Para compreendermos os sentidos atribuídos aos afetos pelas pessoas, temos que considerar a história e as representações culturais do grupo social que tais sujeitos pertencem. Além disso, é preciso olhar de modo analítico para sua condição social, bem como para as disputas e contextos sociais nas quais elas participam e atuam.

Para tal análise, é pertinente observar como, na música “Amor Sentimento Abstrato”, o grupo de *rap* SNJ defende o pensamento a partir do qual, na categoria emoção, o amor faz parte do espaço mais íntimo do corpo humano. Nota-se, ainda, que no trecho a seguir há uma concepção de amor que apresenta diferenças em relação à letra do cantor Leandro:

(...) Sentimento algo que vem de dentro

Purifica o ser humano perante as circunstâncias adversas
 Um homem passou por aqui palavras pregou
 Pouca gente as aderiu e revolucionou
 A cura não é remédio substância
 Esta no seu coração basta se manifestar
 Amor, amor sentimento abstrato
 Você pode sentir porém não pode tocar
 O amadurecimento faz com que observemos
 Que a vida é uma dádiva de Deus e temos que cuidar
 Como é difícil semear a paz entre as pessoas
 Já que estamos em épocas de conflitos
 A história dos homens é um livro sob suas mãos
 Ou conta até de outra forma quando acionado uma tecla
 A verdade porém é uma virtude
 Quem sabe através dela acharemos a luz no fim do túnel(...)94

Na primeira frase citada nesse trecho o compositor se refere a uma emoção que ele denominou como aquela que se manifesta a partir de “dentro” de uma pessoa. Este lugar do ser humano faz alusão a um espaço que se situa no interior ou no meio do sujeito. É uma ideia que percebe os sentimentos como separados das experiências interpessoais ou interacionais que denomino de sociais.

Na sexta linha da estrofe acima o compositor cita o coração como aquele que contém o sentimento de amor. Sabe-se que este órgão do corpo humano está inserido e envolvido pelo mesmo, que para o cantor guardaria uma substância invisível, ou seja, o amor. Ao utilizar o termo “manifestar” o cantor deixa claro que não podemos tratar dos assuntos do amor quando ele está no âmbito do interior ou do coração, mas somente das suas “manifestações”. Em outras palavras, podemos agir somente nos comportamentos que o ser humano tem ou manifesta a partir desse sentimento, e que ele não teria pedido ou escolhido viver.

A partir da concepção do cantor de que o amor é abstrato, destaco que ele propaga a ideia de que o amor opera apenas no âmbito das “noções”. O termo “abstração” pressupõe um desligamento e considera de modo isolado fenômenos que estão ou podem estar unidos. Este mundo das noções distancia-se do mundo pragmático, ele não é material, não está na cor/raça, na faixa etária, pois não se quantifica, e ele é atemporal. Entender o amor como abstrato permite o entendimento de que o compositor compartilha de uma visão de pessoa que Viveiros de Castro e Araújo (1977) denominaram de concepção moderna de personalidade, ou seja, intimista e individualista:

(...) Uma das oposições centrais, explícitas, é entre amor e família; ela se desdobra, sendo simbolizada por outras: corpo (amor) / nome (família), às vezes alma-corção (amor)/corpo (família). Por trás da oposição amor/família, o que se abre é um conflito entre aspectos do ser humano: eu individual em oposição ao eu social; mas como veremos, o próprio aspecto “individual” é ambigualmente tratado. A identificação mais importante é entre amor e destino, que remete a uma ordem cósmica impenetrável aos desígnios humanos e que pouco leva em consideração as distinções sociais” (VIVEIROS DE CASTRO; ARAÚJO,1977, p.149).

À luz das reflexões desses dois autores, a noção de amor no trecho anterior da letra do grupo SNJ é percebida e pensada como distante do mundo exterior ou social. O sentimento aparece como “puro” pelo fato de ser intocável pelo ser humano e ser dado para os mesmos por uma força sobrenatural, que no *rap* não raramente é um Deus ou uma de suas criações: o destino. Na letra o amor não se forma devido às relações humanas, porque caso assim o fosse, também seria impuro como as pessoas. Para os

94 In: www.com.br/artistas/espaco-rap/m/amor-sentimento-abstrato/letra.html.

compositores ele se constitui “dentro” do coração humano, que aqui representa um lugar distante das interações sociais e relações coletivas.

O amor nessa concepção do grupo de *rap* é uma emoção que possui uma força, que está escondida no interior do “eu”. Este é um “eu” individualista, biológico e sobrenatural, desenvolvido em uma sociedade específica. A classe social, a cor/raça, a profissão, a família e qualquer outro significado de prestígio social, não aparecem na letra como atreladas ao amor, visto que estes corromperiam o amor. Mas, na medida em que os compositores o mantêm distante de outros aspectos das sociabilidades, termina também por naturalizar a existência do que nossa sociedade denomina de emoções. Uma visão de amor como algo natural ou dado para as pessoas pela biologia ou por um Deus (mundo cósmico ou sobrenatural) oculta as interações sociais e relações de poder que participam da constituição do amor ou dos laços afetivos.

Apesar de existir atualmente o modelo de autocontrole do amor, devemos refletir sobre a questão na qual as emoções não são estáticas nos atores sociais, pois elas nem sempre podem ser representadas pelos sujeitos do mesmo modo como eles foram treinados desde criança para manifestarem suas paixões e afetos. Assim, eles podem em uma festa, na qual todos esperam alegria, rejeitar tal sentimento e apresentarem tristeza. Os sujeitos não são simples reféns de todas as emoções criadas para determinados contextos e ambientes sociais. Dessa forma, afirmo que nem todas as pessoas que criam que cantam *rap* no Brasil vivenciam o amor conjugal da mesma forma, em todas as fases e em espaços sociais de suas vidas.

Em nossa sociedade atual os meninos são educados desde a infância para se tornarem homens capazes de comunicar de modo reduzido suas emoções, o homem heterossexual deve controlar suas manifestações emocionais, principalmente as vividas no espaço doméstico como, por exemplo, aquelas relacionadas ao amor por alguma mulher. Quando esse homem oculta tais emoções socialmente, ele demonstra que é mais racional do que as mulheres, que possuem maior liberdade cultural para manifestarem suas afetividades e conflitos amorosos, assim a racionalidade desenvolvida neste contexto da modernidade compõe um dos atributos de masculinidade, e o amor amoroso, de feminilidade (DUARTE, 2004).

No dia-a-dia são recorrentes discursos que associam as mulheres e/ou feminilidades à sentimentalidade ou capacidade biológica de expressão pública das emoções afetivas/conjugais. Segundo Anthony Giddens (1993), essas representações são comuns pelo fato de a emoção ter sido historicamente construída e concebida como um fenômeno do campo do feminino. Esse autor afirma que essa sensação foi construída como aquela que prejudica e corrompe as pessoas. A partir da leitura da autora Catherine Lutz (1990), eu destaco que os discursos em tornados gêneros são construídos valendo-se das emoções criadas e denominadas pelos agentes em relações de poder presentes em mais de um espaço social. Considera-se a expressão das emoções em mais de um contexto e espaço social uma fraqueza no âmbito racional, intelectual e com restrita capacidade de julgamento e avaliação moral, sendo assim, negativa e própria da mulher. Tal concepção justifica o papel marginal que as emoções possuem no *rap* brasileiro, principalmente, no que tange os sentimentos afetivos/conjugais.

Entretanto, no *rap* nem todas as emoções são compreendidas como uma fraqueza, a raiva, por exemplo, é entendida como um mecanismo adequado para os objetivos educacionais dos cantores e das MCs. Todavia o mesmo valor não é atribuído ao amor conjugal, que é visto como uma fraqueza humana, principalmente quando é vivido no *rap* pelo gênero feminino. Em uma visão recorrente neste meio artístico as mulheres não teriam em sua “natureza” ou corpo capacidade para controlarem as paixões irracionais ou incontroláveis que este tipo de sentimento cria nas pessoas.

Para os compositores e cantoras, sentimentos como sofrimento pela morte ou partida de uma parceira ou parceiro amoroso, não têm muito espaço no mundo da competição material, e quem se render a eles certamente perderá as disputas sociais.

De acordo com o autor brasileiro Luiz Duarte (2003), alguns valores dessas sociedades ocidentais descritas por Foucault (2011) como, por exemplo, o individualismo, a igualdade, a singularidade e a interioridade, entre outros, podem ser vistos como representações sociais da noção moderna de pessoa. O conceito de indivíduo é um exemplo que faz parte da categoria ocidental de pessoa. Para esse autor, esta noção envolve tanto o corpo quanto as relações sociais e culturais que o constitui. Desta maneira, tais representações sociais participam nas relações amorosas entre os homens e as mulheres.

Já a autora Ana Cláudia Pacheco (2008) discute a relação entre escolhas das pessoas ao longo de suas trajetórias, dispositivos duráveis que são interiorizados pelos indivíduos e que estão ligados com a cor e gênero, entre outros. A interiorização dessas categorias também é exteriorizada de acordo com o contexto social que elas estão sendo situadas pelas pessoas. Assim, os sujeitos fazem escolhas e exteriorizam cor, gênero e classe, com os significados culturais que assimilaram e transformam em sua cultura.

Os sentimentos são um dos recursos que estão nas culturas, afirma Ana Cláudia Pacheco (2008). Por isso, quando ela comenta o trabalho pioneiro da norte-americana Michele Rosaldo (1984), declara que há mediação entre sentimentos ou emoções nas produções culturais, visto que estes significados são negociados entre as pessoas em diversos tipos de relacionamentos e, por isso, as emoções comunicam relações de poder, concepções e práticas de relações de gênero. Desta forma, o amor conjugal revela diferenças, mas também desigualdades de sexo, raça, classe, entre outros. Lemos:

Assim, os significados das emoções dependem do lugar a qual foram produzidos, como de sua expressão material, física e corpórea. A emoção é um código cultural que é negociado por meio das relações sociais, intenções e ações produzidas entre os indivíduos em contexto os específicos. Nesse sentido, o trabalho de Michele Rosaldo é uma 'chave' para compreender de que forma certos aspectos sobre a vida emocional e afetiva dos indivíduos estão relacionados aos nexos sociais e aos códigos culturais. Da mesma forma, a autora acentua que toda linguagem sobre a emoção, também, envolve atributos culturais (PACHECO, 2008, p. 33).

É pertinente a forma como Ana Cláudia Pacheco (2008) reflete em torno da solidão da mulher negra, como uma emoção que nos informa e é constituída por ideias racistas e pelas relações de poder entre homens e mulheres brancas e afro-brasileiras. Desta forma, pensar as emoções das mulheres negras, só faz sentido se houver reflexões nas quais elas estão inseridas nas questões étnicas/raciais presentes no contexto brasileiro.

Ao questionar uma concepção das emoções como aquelas que a priori são determinadas pelo biológico, pelo “coração”, ou pelo cósmico, defendendo um olhar sobre as emoções que considera os contextos, as disputas, as negociações, as relações de poder e os discursos sociais em mais de um contexto e espaço político (ROJO, 2011, p. 45-61; COELHO & REZENDE, 2011).

Considerações Finais

Para uma quantidade significativa de cantores e cantoras do gênero musical do *rap*, o amor conjugal raramente possui o potencial de ser visto como “recurso de protesto social”, e podendo ser utilizado no combate contra as desigualdades sociais e o racismo, pelo fato de pertencer à dimensão privada, íntima e biológica.

Na concepção de amor que analisei neste texto, as questões de cor/raça, gênero raramente possuem espaço na constituição e percepção dessa forma de emoção. Observei que naturalizar e reduzir a formação desse tipo de laço social a esfera biológica, dificulta possíveis mudanças nas relações entre os gêneros no que tange a afetividade. Embora entre alguns jovens do *rap* hajam concepções de amor com significados flexíveis no que tange o modo como é constituído, é hegemônica uma visão de amor em quele é forte e puro porque formou-se dentro do coração e/ou espírito das pessoas.

Nenhuma emoção se constitui exclusivamente no íntimo e no biológico. Porém, uma das representações de amor que é recorrente no *rap* brasileiro, reproduz o amor como do âmbito ora de um plano cósmico, ora biológico. É com o olhar que pensa a emoção do ponto de vista social e não meramente intimista, biológica e individualista, que analisei o amor conjugal no *rap* brasileiro. A emoção em estudos antropológicos não provém de uma essência biológica, mas da educação, que os seres humanos vivenciam em sua trajetória. Inspirada nessas reflexões sobre emoção, o amor conjugal também não provém de um biológico fora da cultura, ele é cultural e contextual.

O “sentir” amor está no corpo e é criado pelo mesmo, e as referências, valores e significados presentes também estão presentes nesse “sentir” e são construídos socialmente. Essa construção cultural é realizada em contextos particulares, os quais podem mudar de país, idade, gênero, classe social, raça, entre outros; assim, corpo e amor são plurais. Por fim, as representações de amor no *rap* não são estáticas, elas são vividas de modo relacional e ambíguo, ou seja, enfrentam, dialogam e se opõem a mais de uma emoção, bem como estão nas relações de gênero e se constituem em diferentes contextos sociais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Heloisa B; Debert, Guita G. Entrevista com Sherry Ortner. *Cadernos Pagu* (27), p. 427-447. julho-dezembro de 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BENTO, Berenice. *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. Natal: Edufrn, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo. In: Guacira Lopes Louro(org.). *O corpo educado: pedagogia da sexualidade*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica. p.20-32, 2000.

COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia Barcellos (org.). *Cultura e sentimentos: ensaios em antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2011.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.), *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. p.21-29, p. 59-74, 1999.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 19, n. 55, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 de julho. 2008.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 3ªed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*, v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FLAX, Jane. Pós-modernidade e relações de gênero na teoria feminista. In: Hollanda, Heloísa Buarque(org.), *Pós-modernismo e Política*, Rio de Janeiro: Rocco, p. 217-250, 1991.

- GOODWIN, Jeff; James M. Jasper; Francesca Polletta. Emotional Dimensions of Social Movements. In: *Passionat e Politics*. Ed. Blackell Publishing, 2009.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GOLDENBERG, Mirian. *Os Novos Desejos: Das Academias de musculação às agências de encontros*. Mirian Goldenberg (org.). Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- GUASCO, Pedro Paulo M. Num país chamado Periferia: identidade e representações da realidade entre os rappers de São Paulo. São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação de Antropologia Social da Universidade de São Paulo, USP, 2001.
- HENNING, Carlos Eduardo. Gênero, Sexo e as Negações do Biologicismo: comentários sobre o percurso da categoria gênero. *Revista Ártemis*. V.08, jun., pp.57 a 67, 2008.
- HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000.
- KALSING, Vera Simone Schaefer. Notas sobre o conceito de gênero: uma breve incursão pela vertente pós-estruturalista. In: <http://www.recantodasletras.uol.com.br/trabalhosacademicos>, 2008.
- KOURY, Mauro G. P. *Emoções, sociedade e cultura: a categoria de análise emoções como objeto de investigação na sociologia*. Curitiba, Editora CRV, 2009.
- KOURY, Mauro G. P. (org.) *Estilos de vida e individualidade: escritos em antropologia e sociologia das emoções*. Curitiba, Appris, 2014.
- JAGGAR, Alison M. Amor e Conhecimento: A emoção na epistemologia feminista. In: Alison M. Jaggar, Susan R. Bordo (org.) *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- LÁZARO, André. *Amor: Do mito ao Mercado*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
- LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- LUTZ, Catherine A. Engendered emotion: gender, power, and the rhetoric of emotional control in American discourse. In: Catherine A. Lutz; LILA Abu-Lughod. (org.). *Language and the politics of emotion*. Cambridge University Press. p. 69-91, 1990.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: Roberto Cardoso de Oliveira (org.). *Marcel Mauss. Antropologia*. São Paulo: Ática. p. 399-420, [1921] 2003.
- MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória de sentimentos. In: Roberto Cardoso de Oliveira (org.) *Marcel Mauss. Antropologia*. São Paulo: Ática. p. 147-153, [1921] 2003.
- MOUTINHO, Laura. Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Unesp, 2004.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, v.8, n.2, p. 9-41, 2000.
- ORTNER, Sherry, B. Poder e Projetos: Reflexões sobre Agência. Miriam Pillar Grossi (org.). *Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas*. ABA, Blumenau, Nova Letras, pp.45-80, 2007.
- PALEIKAT, Jorge; COSTA CRUZ, João; TANNERY, Paul. *Platão, 427-347 a.C. Diálogos I: Mênon, Banquete, Fedro*. 21ed. Rio de Janeiro, 1999.
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”;* escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp, Campinas, 2008.

REZENDE, Claudia B. Mágoas de amizade: um ensaio em antropologia das emoções. *Mana*. Rio de Janeiro, nº 02, vol. 08, outubro, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 setembro de 2008.

REZENDE, Claudia B.; COELHO, Maria C. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, a. 1, n. 1, Porto Alegre, p. 11-36, 1995.

ROSALDO, Michelle. Toward an Anthropology of self and feeling In: Shweder and Levine (Orgs.). *Culture Theory. Essay on Mind, Self and Emotion*, Cambridge University Press, 1984.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: Burke, Peter. (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, p. 63-95, 1992.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, nº 1, jan./abr. p. 11-30, 2005.

SIMMEL, Georg. *Filosofia do amor*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e relações de gênero: algumas reflexões. *Núcleo de Estudos Contemporâneos*, 1986.

VIVEIROS DE CATRO, Eduardo, BENZAQUEM DE ARAUJO, Ricardo. "Romeu e Julieta". In: Gilberto Velho (Org.). *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p 130-169, 1977.

GAMA, Fabiene. Sobre emoções, imagens e os sentidos: estratégias para experimentar, documentar e expressar dados etnográficos. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 45, p. 141-157, dezembro de 2016. ISSN 1676-8965

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Sobre emoções, imagens e os sentidos: estratégias para experimentar, documentar e expressar dados etnográficos

On emotions, images and the senses: strategies to experience, to document and to express ethnographic data

Fabiene Gama

Recebido em: 11.10.2016
Aprovado em: 20.11.2016

Resumo: Este artigo trata das estratégias teórico-metodológicas e narrativas para obtenção e apresentação de dados antropológicos em um campo sensível de manifestações políticas em Bangladesh. Como antropóloga e fotógrafa, documentei performances de ativistas para refletir sobre formas de experimentar e expressar emoções capazes de incitar pessoas para a ação. Em campo, percebi que ativistas sentiam e induziam emoções na audiência simultaneamente: as emoções eram espontâneas, mas também provocadas em si e em outros, além de serem corporificadas. Fui obrigada a levar a sério a ineficácia de determinados binarismos (natureza/cultura), e pensar corpo/mente, razão/emoção, realidade/ficção como complementares, não opostos. As imagens, o ato de fotografar e o *Facebook* abriram caminhos e diálogos que contribuíram para minha aceitação no grupo e a construção de uma pesquisa colaborativa. Na elaboração dos resultados finais, imagens e textos foram combinados em narrativas capazes de ultrapassar os limites das palavras. Este artigo trata das tensões, inovações e estratégias etnográficas em campo e fora dele. **Palavras-chave:** emoções, imagens, ativismo, sentidos

Abstract: This paper deals with theoretical and methodological strategies and narratives, to obtain and present anthropological data in a sensitive field of political demonstrations in Bangladesh. As an anthropologist and a photographer, I documented performances of activists to reflect on ways to experience and express emotions capable of inciting people to action. In my fieldwork, I realized that activists felt and induced emotions in the audience simultaneously: the emotions were spontaneous, but also brought in themselves and in others, besides being embodied. For that, I had to take seriously the ineffectiveness of certain binaries (nature/culture), and think on the relationship between body/mind, reason/emotion, reality/fiction as complementary, not opposed. The images, the act of shooting and *Facebook* opened paths and dialogues have contributed to building a collaborative research. To present the results, images and texts were combined into narratives able to overcome the limits of words. This article deals with the tensions, innovations and ethnographic strategies on the field and off it. **Keywords:** emotions, images, activism, senses

Introdução

Este artigo trata das estratégias teórico-metodológicas, mas também narrativas, para obtenção e apresentação de dados antropológicos em um campo sensível de

manifestações políticas em Bangladesh⁹⁵. Em janeiro de 2014, participei de uma *road march* organizada por um grupo de ativistas que visava protestar contra ataques a comunidades hindus por islamistas⁹⁶. A viagem foi parte de uma pesquisa de campo realizada para o programa de pesquisa internacional interdisciplinar EMOPOLIS - *Emotions and Political Mobilizations in the Indian Subcontinent*⁹⁷ e partiu de discussões com pesquisadoras⁹⁸, assim como de leituras teóricas, de áreas como Psicologia, História, Literatura, Ciência Política, Sociologia, Filosofia, Cinema e Fotografia.

Minha função era, enquanto antropóloga e fotógrafa, a de documentar fotograficamente performances públicas de ativistas a fim de refletir sobre o papel das emoções em suas mobilizações políticas. Eu pretendia analisar formas de experimentar e expressar emoções capazes de incitar pessoas para a ação política de forma não verbal. Em campo, percebi que ativistas sentiam determinadas emoções ao mesmo tempo em que induziam emoções em sua audiência. Tais emoções eram espontâneas, mas também provocadas (em si e em outros), além de serem corporificadas, ou seja, visíveis.

Compreendendo que aconteciam simultaneamente, espontaneamente e provocativamente, em si e em outras pessoas, fui obrigada a levar mais a sério a ineficácia de pensarmos questões antropológicas a partir de determinados binarismos (natureza/cultura), e pensar corpo/mente, razão/emoção, realidade/ficção como complementares, e não opostos. Este artigo tratará das tensões, inovações e estratégias etnográficas em campo e fora dele para lidar com tais complementaridades. E busca contribuir com as reflexões sobre criatividade e inovação na Antropologia, assim como com a corrente intelectual que pensa experiências e produções de pessoas e conhecimentos de forma holística.

A forma como conteúdo

Proponho aqui refletir sobre questões teórico-metodológicas, mas poderia chamar de questões ético-teórico-metodológicas, pois esses elementos são parte de um mesmo processo e não podem ser pensados separadamente. Campo e escrita, forma e conteúdo, razão e emoção estão sempre misturadas, não podendo ser apartadas para análise. Do mesmo modo, imagens, cheiros, sons, texturas, gostos, palavras e qualquer outro aspecto da cultura e da sociedade são elementos intrínsecos à etnografia, elementos relevantes para a maneira como apreendemos o mundo. Formas colaboram com e/ou refletem o conteúdo de nossas análises (textuais, imagéticas, audiovisuais, sonoras etc.).

Isto é algo muito claro para quem trabalha com a fotografia e com o vídeo. Sabemos que a maneira como organizamos as informações em um quadro (*frame*), ou a forma como sequenciamos as imagens, têm significado, dizem algo. Fotografar alguém de baixo para cima (*contra-plongée*) é diferente de fotografar a mesma pessoa de cima para baixo (*plongée*). O primeiro ângulo tende a valorizar a pessoa, o segundo a depreciá-la. Uma fotografia em close, por sua vez, realça as expressões/emoções da

⁹⁵Este texto foi primeiramente apresentado no GT Criatividade, Inovação e a Teoria Etnográfica coordenado por Guilherme Sá (UnB) e Karina Biondi (UFSCar) na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. Agradeço a ambos, às pessoas presentes no GT e à Soraya Fleischer (UnB) pelos comentários recebidos. Esta pesquisa foi parcialmente financiada pelo *Emergence(s)*, um programa de financiamento para pesquisas fundamentais da cidade Paris, através do Projeto Internacional EMOPOLIS (CEIAS / CNRS-EHESS) e pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES, através do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Em Bangladesh, a pesquisa contou com um assistente de pesquisa, Sonika Islam, e com a contribuição dos membros do Departamento de Antropologia da Universidade de Jahangirnagar. Sou grato a todas por suas preciosas contribuições.

⁹⁶Quando uso a palavra “islamita” estou me referindo a fundamentalistas muçulmanos, e não aos muçulmanos de forma geral.

⁹⁷<http://ceias.ehess.fr/index.php?2021>

⁹⁸Porque sou mulher, porque a maioria das minhas interlocutoras foram mulheres e por uma questão política, usarei o plural feminino neste texto.

pessoa fotografada, enquanto uma imagem em plano aberto tende a contextualizar o ambiente.

O modo como encadeamos as informações em um texto também colabora para a compreensão das informações de determinada maneira. Para que nossa história seja melhor compreendida pela leitora, sabemos que devemos começar apresentando o tema, em seguida desenvolver os argumentos para enfim concluir o raciocínio. Narrativas construídas de forma diferente ou deixam o texto confuso ou intencionalmente provocam deslocamentos e estranhamentos.

O tempo disponível ou dedicado para ler um texto ou ver uma imagem também interfere no conhecimento adquirido. Assim como o local onde acessamos tais informações. Ver uma exposição fotográfica em uma tela de computador é diferente de ver as mesmas fotos em um livro, que é diferente de vê-las em uma galeria de arte. Fotógrafos e vídeo-artistas sabem disso e muitas vezes mudam a forma como apresentam textos, sons e imagens de acordo com os locais de exposição.

Nós, antropólogas, também sabemos disso (PEIRANO, 2003). Mas frequentemente ignoramos a força da relação agentiva entre forma, conteúdo, meio e audiência no momento em que apresentamos nossas reflexões. Pandian (2016), contudo, afirmou recentemente em uma entrevista sobre formas de escrever etnografia, que o formato que escolheu para escrever um dos capítulos do seu livro *Reel World: An Anthropology of Creation* (2015) assumiu a mesma estrutura de ecos e repetições que sentiu ao se deparar com uma cobra em uma trilha a caminho do seu escritório enquanto o escrevia. Ou seja, não apenas o que experimentamos em campo influencia nossa produção etnográfica, como também tudo aquilo que conhecemos e vivemos antes e depois dele.

Appadurai (1996) e Gonçalves (2008) apontaram para a importância da imaginação como prática cultural, capaz de definir relações e formas de ver o mundo. Estas práticas estão relacionadas com a forma como imaginamos serem “as outras” - “as muçulmanas”, por exemplo, que não conhecemos, mas julgamos “oprimidas” -, e o mundo em que vivemos. É através da ideia que temos de nós, das outras e do mundo que nos relacionamos com/em ele. Pandian (2015) igualmente apontou para o papel das imagens (cinema, fotografia, pintura) nas imaginações, indicando que “sonho” e “realidade” podem ser pensados como parte de um mesmo processo criativo, que nos permite lidar com o mundo como algo inventado e imprevisível.⁹⁹

Mas se antigos binarismos, como natureza/cultura, já parece há muito esgotados, poucas são as antropólogas que levam a sério esta forma holística e inventiva de ver o mundo, produzindo e apresentando conhecimentos de modo criativo. Raras são as pesquisas que experimentam e expressam informações antropológicas a partir de sons, temperaturas, cheiros, gostos, emoções e incorporações. Ou que proponham formas etnográficas que transmitam a interação complementar entre humanos e não-humanos, consciente e inconsciente, pensamento e sensação de forma não controlada pelo discurso e/ou pela visão¹⁰⁰.

Nos últimos anos, contudo, muitas antropólogas têm se perguntado o que de novo ou revolucionário a antropologia tem produzido. Desde a década de 80, marcada pela chamada “virada representacional”, já sabemos que a realidade não é dada, mas

⁹⁹Pensar que o mundo é construído por nós, de forma fluxa e imprevisível, realça a importância da imaginação e da criação nas práticas sociais, assim como o papel agentivo dos seres, ambientes e objetos nas ações cotidianas. Diversas autoras já apontaram para isto. Ver, por exemplo, Pink (2007a), Ingold (2008), Latour (1991), Gonçalves (2008), entre outras. Este modo de olhar para a realidade é diferente daquele que crê que as situações cotidianas podem ser apreendidas através de estudos de longa duração ou da criação de estereótipos capazes de tornar previsível o desconhecido.

¹⁰⁰Laboratórios que experimentam com formas etnográficas menos verbais, como o *Sensory Ethnographic Lab*, da Harvard University, ainda se configuram como exceções mesmo no cenário internacional.

construída e interpretada (GEERTZ, 1989). Já passamos por uma “virada performativa” (TURNER, 1982; SCHECHNER, 1985), que questionou o texto-centrismo, valorizando a ação humana e a performance na significação do mundo. Uma “virada ontológica” (DESCOLA, 2005; VIVEIROS DE CASTRO, 2002; LATOUR, 1991), que chamou a atenção para as diferentes perspectivas e agências no mundo. E aparentemente estamos em meio a uma “virada gráfica” (BALLARD, 2013 *apud* Azevedo, 2016), voltando a nos interessar pelo desenho como método e forma analítica antropológica (KUSCHINIR, 2014; AZEVEDO, 2016). Ingold (2000) já apontou para o fato de que os lugares e seus significados são construídos na nossa relação com eles, e não a priori. Pink e Howes (2010), já ressaltaram a importância dos sentidos na apreensão da realidade. Abu-Lughod e Lutz (1990) já demonstraram o lugar das emoções nas práticas sociais.

Há uma crescente reflexão na disciplina sobre o lugar da percepção, dos afetos e dos sentidos, das agências, dos métodos e dos meios na produção do conhecimento etnográfico. O mesmo acontece em relação à fluidez das informações, às dificuldades de fecharmos um campo, e às incessantes transformações pelas quais passam os temas e os grupos estudados, agora acompanhados por nós em tempo real via Internet e telefones celulares.

Mas, se essas mudanças, rápidas e intensas, têm gerado angústias em jovens pesquisadoras, que ainda aprendem a fazer antropologia de modo tradicional, *imaginando* formas neutras, objetivas e não-engajadas de experimentar o mundo; as pesquisas atuais demonstram que precisamos acompanhar as transformações tecnológicas e das formas de comunicação, experimentação e percepção do mundo.

Autorias, meios e recepções

Para as antropólogas visuais, os métodos e os meios usados em nas pesquisas fazem parte de uma escolha que é também baseada em discussões teóricas sobre a forma de produção do conhecimento antropológico. Na Antropologia Visual, o pensar e o experimentar metodológico são inerentes às discussões teóricas mobilizadas (ACHUTTI, 2004; BARBOSA e CUNHA, 2006; CAIUBY NOVAES, 2012; PINK, 2007a; ECKERT e MONTE-MOR, 1999; PEIXOTO, 1999). Como frequentemente somos questionadas sobre as interferências das câmeras em campo (como se a presença de uma pesquisadora por si só não fosse perturbadora o suficiente para transformar performances e relações), e sobre a “autenticidade” das nossas representações, refletimos bastante sobre a suposta fronteira que separaria realidades de ficções no fazer etnográfico (GONÇALVES, 2008; MacDOUGALL, 2006; COLLEYN, 2004; GAMA, 2009).

Sabemos que a forma como construímos uma imagem é carregada de informações que vão conduzir a interpretação do assunto fotografado. Sabemos também que uma imagem é sempre o resultado da intenção da fotógrafa combinada com a da pessoa fotografada (no caso do registro de pessoas) e a interpretação daquela que verá a imagem. As interpretações, por sua vez, serão baseadas em uma série de experiências vividas antes e durante a visualização.

Há diferentes níveis de interpretação, que acontecem simultaneamente de forma *denotativa* -apontando para as informações presentes na imagem - e *conotativa* -apontando para diversas outras informações implícitas e simbólicas -, e que são de ordem perceptiva (imediatas), cognitiva (relacionadas à bagagem cultural ou experiência pessoal) e ideológica ou ética (relacionadas a valores) (BARTHES, 1980). Isso significa que uma mesma imagem pode ser interpretada de forma diferente por pessoas que possuem conhecimentos diferentes sobre o assunto fotografado.

Uma foto de uma favela no Rio de Janeiro, por exemplo, é compreendida de forma diferente por uma moradora do local, uma brasileira não moradora da favela, uma europeia e uma asiática. Ainda que todas as pessoas possam compartilhar a ideia de que a imagem represente casas, uma série de outras informações adquiridas (ou não) previamente fornece elementos que não estão presentes na imagem, mas que vão interferir em sua compreensão.

O mesmo acontece com os textos que lemos que, ao serem associados a outras referências, experiências ou leituras produzem reflexões diversas. Por isso sempre aprendemos algo novo ao reler um mesmo texto. Interpretações – de textos e imagens – são sempre o resultado de uma relação ativa entre autor, meio e receptor. Isto significa que nenhuma antropóloga (visual ou não) é capaz de controlar a recepção e os usos do seu trabalho, ou mesmo uma “correta” compreensão do tema ou grupo estudado. O que podemos fazer é investir em meios de comunicação capazes de engajar as receptoras de nossos trabalhos de forma ativa na direção que desejamos seguir.¹⁰¹

O mundo e as pessoas estão em constante transformação, sendo impossível fixar conhecimentos, experiências ou grupos sociais em papéis, vídeos, áudios ou imagens. As interpretações/recepções e usos também se transformam no tempo e no espaço, e são sempre múltiplas. Assim, ao invés de tentar controlar todas as etapas da interpretação - algo impossível de ser feito -, poderíamos criar formas de produção e divulgação do nosso conhecimento capazes de afetar e engajar as pessoas com quem dialogamos de forma ativa e reflexiva na direção que buscamos seguir. Não encerrar, ou concluir pensamentos, mas expandi-los.

Interdisciplinaridade e inovação

Outro ponto importante que gostaria de abordar ainda no início deste artigo diz respeito à interdisciplinaridade e seus efeitos criativos na Antropologia. Em minhas pesquisas, dialogo com referências oriundas de áreas como o Cinema, a Fotografia, os Estudos Culturais, a Teoria da Arte, a Comunicação, a Sociologia, a História, a Psicologia, a Linguística, a Geografia, o Teatro, a Performance e as Artes Visuais.

Trabalhar na interdisciplinaridade não apenas expandiu reflexões teórico-metodológicas sobre as imagens e as emoções, como provocou deslocamentos importantes em minha forma de compreender e fazer antropologia, enriquecendo tanto o conhecimento produzido quanto as relações em campo. Compreender que a forma é também conteúdo na construção de uma informação, por exemplo, foi um dos ganhos dos estudos da fotografia, das teorias da arte e da comunicação.

Outro ganho importante diz respeito aos conhecimentos adquiridos através do corpo e da sensorialidade, experimentados em campo e também no momento da escrita. Desde Malinowski (1976), ressaltamos na antropologia a importância da participação corporificada dos eventos e das atividades do grupo estudado, mas ainda experimentamos pouco com os sentidos na elaboração de nossas etnografias. Atentar para os sentidos além da visão foi um aprendizado adquirido no diálogo com a psicologia, a performance, o teatro e as artes visuais. E tem sido fundamental para a apreensão de informações que não são apresentadas verbalmente ou mesmo através de performances. Volumes, ritmos, temperaturas, cheiros e a intensidade das ações, por exemplo, significam, informam e colocam antropólogas e interlocutoras em estados de espírito capazes de produzir reflexões e interações de determinadas maneiras.

¹⁰¹Henley (2004) apontou para o fato de que muitas antropólogas recusam “a ideia de oferecer tamanho grau de liberdade interpretativa ao seu público final” (HENLEY, 2004:172), tornando o público participante ativo na construção de significado de filmes. O autor ressalta, contudo, que esta liberdade não significa permitir que o público faça o que quiser com a informação apresentada, já que as antropólogas guiam seu público nas direções que surgem.

Inspirar-me de referências oriundas de disciplinas diversas através de diálogos interdisciplinares fez com que eu passasse a produzir e a falar sobre a antropologia de um local descentralizado. Tal *lugar de fala* engendra, como qualquer outro, ganhos e perdas. Referências multidisciplinares frequentemente produzem conhecimentos não encontrados em uma autora ou texto específico. “Onde está escrito?”, pergunta proposta no título do grupo de trabalho da 30ª RBA que inspirou este trabalho é uma pergunta que ouço recorrentemente.

Embora nós, antropólogas, estejamos sempre curiosas e interessadas em criatividade e inovações na produção dos nossos conhecimentos, ainda somos muito apegadas às nossas tradições e vemos com muita desconfiança aquelas que ousam expandir nossas formas de ser. Como se, ao não seguirmos determinadas tradições, não honrássemos nossa disciplina ou não fôssemos qualificadas o suficiente para exercê-la.

Desconfianças e medos: as emoções como mediadoras de relações

Meus períodos de trabalho de campo em Bangladesh sempre foram relativamente curtos e descontinuados, devido às diversas limitações – financeiras, temporais, geográficas, linguísticas, culturais etc. – impostas. Em minha última viagem, este problema foi potencializado pelo perfil do grupo estudado (ativistas ameaçadas de morte) e o momento de enorme instabilidade política em que o país se encontrava, provocando inseguranças e desconfianças a meu respeito em algumas pessoas.

Quando eu cheguei em Bangladesh no final de 2013, protestos de islamistas contra a maneira como o governo conduzia as eleições gerais gerou bastante violência, e o medo era sentido por toda parte. Uma greve geral foi instaurada e ataques a civis que ousavam circular, assim como a grupos minoritários, aconteciam em diferentes pontos do país. Neste contexto, um grupo de ativistas de esquerda unidos para pressionar o governo a punir os islamistas e extinguir seu partido político – a Jamaat-e-Islami – realizava manifestações e organizava *road marches* cruzando cidades do país para protestar contra os ataques e a violência.

Em janeiro de 2014 acompanhei uma dessas marchas, que partiu de Daca, a capital, rumo ao norte do país, reunindo cerca de duzentos ativistas em oito ônibus. A viagem durou quatro dias e contou com diversas atividades: discursos em palanques, visitas a vítimas, encontros políticos, performances com slogans, marchas etc. As manifestações coletivas tinham fortes características performativas, que chamei de performances emocionais, que mobilizavam fortes emoções tanto nas ativistas quanto nas pessoas que encontravam pelo caminho.¹⁰²

Durante a *road march*, as ativistas experimentaram, elas mesmas, ataques islamistas. Ainda no primeiro dia da viagem, nossos ônibus foram atacados por coquetéis molotovs supostamente lançados por fundamentalistas. Apenas algumas horas antes, minha assistente de pesquisa, uma jovem de vinte e poucos anos, tinha sido assediada por um anônimo através de uma mensagem enviada através de sua conta no *Facebook*, recebida em seu telefone celular. A mensagem dizia: “Eu também gostaria de tirar fotos com você enquanto sua bunda se move”. A tensão se instaurou, especialmente entre nós, que ainda pouco conhecíamos da dinâmica do grupo.

O ataque aos ônibus provocou uma mudança de comportamento: as ativistas ficaram ao mesmo tempo com medo e excitadas. Muitas acreditavam que os ataques aconteceram para assustá-las e impedi-las de seguir viagem. Mas decidiram continuar, investindo em mais medidas de segurança: passamos a circular com as cortinas dos ônibus fechadas em “áreas perigosas”, a não parar fora dos locais planejados e a não descer dos ônibus em locais não seguros.

¹⁰²Para mais informações a respeito, ver Gama (2014).

Depois dos ataques, os ânimos e as emoções tornaram-se mais exaltados. Dormíamos ao som de coquetéis que explodiam, mas não atingiam ninguém. A experiência provocou uma tensão que foi crescendo exponencialmente ao passar dos dias. E a marcha ganhou um novo *sentido*, mais concreto, passando a ser experimentada também através dos corpos, de forma sensorial e corporificada (através do cheiro de queimado, do som das explosões, do aceleração dos batimentos cardíacos e das respirações). Não lutávamos mais unicamente contra a ideia dos ataques a comunidades, mas contra os ataques ao nosso grupo também.

Coisas eram ditas, mas muito era sentido e percebido através dos silêncios, dos olhares, das temperaturas, dos sons etc. Nos locais dos ataques, e também dentro dos ônibus, ver, ouvir, tocar e sentir os cheiros que remetiam aos ataques enquanto escutávamos as vítimas relatarem em detalhes o ocorrido, no local mesmo onde os eventos aconteceram, afetou o grupo de muitas formas.

A sensação de insegurança, todavia, estava presente entre as ativistas antes mesmo da marcha iniciar: “havia muitos interesses ali”, me disse uma delas. Por causa do perigo dos ataques, mas também dos diferentes interesses dos vários grupos políticos que viajavam juntos, eu e minha assistente de pesquisa fomos vigiadas durante todo o período. Tal supervisão e controle de nossos passos, falas e ações nos impediram de conversar privadamente em campo, prejudicando nossa comunicação. As ativistas estavam não apenas desconfiadas das nossas intenções, mas também do que poderíamos descobrir e relatar sobre aquela viagem.

O fato de eu ser estrangeira, branca, e estar sempre com minha câmera fotográfica a tiracolo levantou suspeitas. Algumas pessoas pensaram que eu fosse uma jornalista em busca de um furo de reportagem; outras que eu pudesse estar trabalhando para uma agência secreta, talvez francesa.¹⁰³ É importante dizer que são raras as estrangeiras circulando no país, especialmente entre moradoras locais, e que eu mesma conheci certa vez um pesquisador europeu que realizava investigações para uma agência de segurança nacional de seu país.

Por isso, algumas ativistas do grupo telefonaram para pessoas que me conheciam, buscando informações, investigando a meu respeito. Ainda que tenham aceitado minha presença entre elas, durante a viagem, contudo, nunca me deram total liberdade, nem mesmo enquanto dormia. Uma das ativistas um dia chegou a pedir minha câmera fotográfica emprestada para tirar algumas fotos e certamente checar o que eu estava fazendo. Mas se as fotografias levantavam suspeitas no início, foram elas também as responsáveis pela minha aceitação no grupo, além de criar vínculos e expor conflitos antes ocultos.

Ao demonstrarem meu ponto de vista sobre os acontecimentos, valorizarem determinadas personagens e performances e oferecerem um retorno quase automático ao grupo, as fotografias tiveram um papel central nas negociações em campo. A seguir, apresento um ensaio fotográfico com algumas imagens produzidas nesta viagem a fim de apresentar a marcha através de um meio não verbal.

A sequência das imagens foi pensada a fim de apresentar o grupo (perfil das pessoas envolvidas), os meios de transporte utilizados, a paisagem dos locais por onde passavam, as performances nos palanques, o tamanho e perfil da audiência e o tipo de relação empreendida com as vítimas e os locais afetados. Obviamente não há foto dos ataques. Neste momento eu também me coloquei no chão do ônibus e respeitei todas as regras impostas às demais ativistas. Como a marcha e as performances das ativistas não são focos deste artigo, não me deterei em uma explicação detalhada do ocorrido nem

¹⁰³Como dito, esta pesquisa foi parcialmente financiada pelo programa *Emergence(s)* da prefeitura de Paris e fazia parte de um programa internacional de pesquisa francês.

farei uma análise das imagens e das performances. Tais informações podem ser lidas em Gama (2014a e 2014b). A sequência das imagens deve ser lida “como um texto”: da esquerda para a direita, de cima para baixo.

Road March





Estratégias para aproximação: fotografias e redes sociais

Muitas ativistas do grupo são bloggers e/ou se identificam como “ativistas online”. Para elas, a Internet, e especialmente as redes sociais, são importantes meios de organização e divulgação de eventos, marchas, encontros etc., assim como espaços para difusão de mensagens, imagens, textos e reflexões. Elas costumam trocar informações através da rede social e aquelas que buscam participar das atividades do grupo são notificadas das atividades através de eventos programados online. As publicações na rede ajudam as ativistas a saberem aonde ir, mas também como agir.

Desse modo, o *Facebook* funcionou como uma importante ferramenta de pesquisa. Nele, pude acompanhar suas publicações e checar suas conexões. Por estarem receosas com a minha presença, ativistas também utilizaram a rede social para investigar minhas referências e relações. Através das redes criadas por mim e por elas, fomos construindo nossas conexões também de forma online. O *Facebook*, portanto, serviu para aprofundar minhas relações com as ativistas que eu conhecia, mas ele também me ajudou a encontrar novas ativistas, a abordá-las e segui-las tão rápido quanto elas checavam informações a meu respeito.

Por ter documentado extensivamente a *road march*, quando retornamos à capital, algumas ativistas solicitaram que eu publicasse minhas fotos online e que as compartilhasse com elas através do *Facebook*. Ao publicar cerca de cinquenta imagens em minha página pessoal de modo público, uma mudança aconteceu: passei a receber dezenas de solicitações de amizade, tanto de ativistas quanto de suas seguidoras. Mulheres que não demonstravam interesse em colaborar com minha pesquisa durante a viagem passaram a me procurar, oferecendo ajuda ou elogiando as fotos. Algumas solicitaram que as fotografassem. Outras usaram minhas fotos em suas páginas pessoais.



Era como se, a partir daquele momento, elas tivessem passado a conhecer melhor minhas intenções, ou ao menos meu ponto de vista. E que, a partir de então, eu tivesse me tornado uma ativista (online) também. Ter uma conta no *Facebook*, nesta pesquisa, foi fundamental. Percebi que ele funcionava como um importante meio de comunicação, mas também como um campo de batalhas. Ele era capaz de organizar o grupo, mas também de motivar ainda mais violências, especialmente contra as mulheres. Mensagens e fotomontagens pornográficas, ameaças e assédios sexuais eram parte do cotidiano de muitas das ativistas, como podemos ver na página do *Facebook* de Lucky Akter, uma das líderes do grupo.



Toda vez que ela mudava sua foto de perfil ou que alguém a marca em uma fotografia na rede, contas falsas no *Facebook* publicavam comentários e imagens como a que vemos acima. As imagens visavam desonrá-la e aterrorizá-la. Enviadas através da rede social, mas também de telefones celulares, tais mensagens e imagens fazem com que muitas jovens desistam do engajamento político. Temendo a infâmia, muitas sentem medo e vergonha ao serem ameaçadas. O assédio por si só é sentido como uma desonra. E a simples evidência de um ato sexual significa promiscuidade.

Akter, contudo, aproveita tais publicações para se fortalecer. Deixando seu *Facebook* aberto para comentários de desconhecidos, a ativista não se preocupa com o teor das publicações e deixa que suas seguidoras reajam a elas. Fossem suas configurações de privacidade restritas às amigas, ela não receberia tantas ameaças, suas seguidoras se engajariam em menos “guerras virtuais” e ela teria uma imagem menos forte. Pois quanto mais indiferente ela fica às publicações iradas que recebe, mais forte ela se torna aos olhos de suas admiradoras. As pessoas passam a vê-la como uma mulher corajosa, uma “risk-taker”¹⁰⁴.

Compreender a importância desses novos campos de batalha, em especial para o empoderamento feminino, só foi possível graças à atenção dedicada à rede social e às imagens.¹⁰⁵ O *Facebook*, o ato de fotografar e as fotografias em si – as minhas, as delas e as de terceiros sobre elas – tiveram importantes funções e efeitos em minha pesquisa. Em campo, elas abriram caminhos e diálogos, apontaram conflitos, apresentaram pontos de vista diferentes, foram incorporadas ao ativismo do grupo, serviram para que eu fosse incorporada ao grupo.

Ao voltar para casa, fotografias e redes sociais continuaram servindo tanto como forma de obtenção de dados, quanto de apresentação de resultados. Na elaboração dos textos acadêmicos, foram combinadas em diferentes narrativas a fim de tratar os temas abordados através de meios capazes de expandir os limites das palavras e engajar de forma ativa tanto as interlocutoras - na produção do conhecimento - quanto as receptoras - através de experiências afetadas/afetivas provocadas pelas imagens.

Ações ético-metodológicas: antropologia simétrica e compartilhada

Como venho demonstrando, em minhas pesquisas em Bangladesh, o uso de fotografias e da Internet, sobretudo do *Facebook*, permitiu acessar informações antes obscuras e dar continuidade às interlocuções ao voltar para casa. Se tais conexões dificultaram o “fechamento do campo”, elas também promoveram interessantes cooperações. Investindo em um formato de pesquisa colaborativa, compartilhei com minhas interlocutoras resultados parciais das minhas análises, instigando o alargamento de nossas trocas e reflexões intelectuais.

Dois métodos, pressupostos ou formas de fazer antropologia foram essenciais para estas trocas: a antropologia compartilhada e a antropologia simétrica. A primeira é uma metodologia criada pelo antropólogo e cineasta francês Jean Rouch através de produção de filmes etnográficos, ainda na década de 50. O método consiste na produção de um conhecimento etnográfico em campo através de um processo reflexivo compartilhado com as pessoas com as quais desenvolvemos nossas pesquisas, e que pode acontecer de diversas maneiras, nas diferentes etapas da pesquisa: a pesquisadora pode construir um tema a ser trabalhado junto com suas interlocutoras; pode incluir as interlocutoras como parte da equipe de produção filmica/etnográfica; ou pode ainda apresentar sua análise às interlocutoras, que oferecem um feedback capaz de interferir

¹⁰⁴A palavra é usada na língua inglesa.

¹⁰⁵O silêncio de Akter aponta para estratégias de empoderamento feminino *on* e *off-line* que infelizmente não poderão ser abordadas neste artigo. Uma reflexão a respeito pode ser lida em Gama (2014b).

na construção etnográfica. O método compartilhado pode resultar em uma autoria coletiva ou não, mas sempre implica em uma participação ativa das interlocutoras na produção do conhecimento antropológico.

Em minhas pesquisas, utilizei o método para refletir e reavaliar minhas análises na medida em que as desenvolvia, sempre compreendendo as relações de forma simétrica. A chamada antropologia simétrica (LATOURET, 1991), se quisermos resumir de forma bastante simples para esclarecer meu argumento, consiste em situar a produção do conhecimento antropológico no centro de uma relação igualitária, onde as diferenças entre as pessoas podem ser percebidas (e não camufladas ou preconcebidas). Seguindo estes métodos, eu não era apenas entrevistadora nos encontros, mas também a entrevistada.



Fotografia de Sonika Islam

Negando a possibilidade de produção de um conhecimento objetivo e/ou neutro, assim, trabalho de forma atenta para que minha participação em campo seja afetada não apenas pelas experiências compartilhadas, mas também pelas emoções, sensações, sons, cheiros, ritmos, gostos, performances, imagens, análises etc. Ao compartilhar minhas fotografias, textos, reflexões etc. com minhas interlocutoras, eu exponho o que penso e como me sinto, e invisto em uma relação onde eu e elas podemos questionar o que é apresentado e interferir no resultado final da reflexão.¹⁰⁶

Obviamente uma relação desta ordem é criada através da confiança e da intimidade. Para isto, costumo iniciar as conversas com minhas interlocutoras com entrevistas abertas baseadas em suas biografias. Este método, primeiramente apresentado pelo cineasta argentino Jorge Prelorán, é chamado de etnobiografia

¹⁰⁶Esta forma de compartilhar a pesquisa tem limitações. Para uma reflexão crítica sobre esta forma de trabalhar, ver Gama (2009).

(GONÇALVES et al., 2012) e consiste na combinação dos métodos etnográficos e biográficos. Nele, a partir das experiências individuais relatadas por minhas interlocutoras através da interação comigo, criamos uma narrativa que aborda tanto a etnografia quanto a biografia, ultrapassando as fronteiras que tendem a situar subjetividade e objetividade ou cultura e personalidade em campos opostos.

A força dessa narrativa, portanto, está na condição de abordar “indivíduos com nome, sobrenome, opiniões e problemas pessoais com os quais nos identificamos, e não generalizações como ‘povo’, ‘comunidade’ ou ‘sociedade’”. (PRELORÁN, 1987: 9). O método ajuda a criar intimidade, empatia e confiança através de uma conversa onde também compartilho minhas histórias.

Por sempre ter trabalhado com fotografias e/ou fotos, a omissão de nomes nunca se fez presente em meus escritos. Primeiro, porque eu precisava dar crédito às imagens das fotografias com quem trabalhava; então não poderia dizer que determinado trabalho tinha sido feito por outra pessoa. Segundo, porque não poderia dizer que tal pessoal registrada por mim (ou por terceiras) em determinada imagem era outra.

Isso trouxe implicações importantes ao trabalho antropológico e, ousaria eu dizer, um comprometimento bastante específico com a informação apresentada. Explicitando sobre quem eu falava, jamais pude ou quis dizer algo sobre tais pessoas que as deixassem pouco confortáveis ou com as quais elas não se identificassem. Isto não significa dizer que eu só disse coisas que as pessoas gostariam que fossem ditas. Mas que sempre precisei negociar o que dizia sobre elas, com elas (GAMA, 2006; 2009).

Para lidar com este “problema”, compartilho o que produzo com minhas interlocutoras. Textos, fotos, análises e comentários são enviados para as pessoas sobre as quais me refiro e solicito um *feedback*. Algumas se engajam em diálogo a partir dos compartilhamentos, outras não. A partir das suas reações, então, eu repenso minhas análises e desenvolvo minhas reflexões. Suas críticas, comentários, reações permitiram avanços nos meus textos que, sem elas, não existiriam. Ainda não produzimos textos acadêmicos coletivamente porque, até então, isto não fez parte do rol de interesses dessas pessoas. Mas atuamos colaborativamente de diversas maneiras, física e virtualmente, criando pontos finais quando somos obrigadas, por compromissos ou demandas externas às nossas relações.

Reflexões finais: sensações, percepções e a criação narrativa

Para Benjamin (1968), o que distingue uma história como uma forma narrativa é a sua amplitude interpretativa - metade da arte de contar histórias é manter a história livre de explicação, deixando para a leitora a responsabilidade de remendar em conjunto uma noção do que está acontecendo. Dialogar com um espaço de interpretação dedicado às pessoas que receberão nossos trabalhos é também investir em uma antropologia compartilhada. Significa, ainda, investir na criatividade e na construção de um trabalho autoral coletivo não fixo ou fechado.

Sendo impossível controlar ou prever as experiências em campo, o resultado de nossos trabalhos ou ainda como as leitoras o receberão e usarão, parece-me simpática a ideia de pensar a produção etnográfica como um diálogo a partir de e em direção ao imprevisível. Sem buscar dominar as interpretações dos nossos trabalhos, poderíamos apostar que algo produtivo, inovador e criativo pode surgir da relação entre pessoas, ambientes, emoções, sensações, objetos, textos etc., mediada pelas questões/reflexões da antropóloga.

Isso implica em *imaginar* um público potencial para o trabalho apresentado. Tomemos como exemplo o livro de Pandian sobre a indústria cinematográfica Tamil.

Reel World: an anthropology of creation (PANDIAN, 2015) teve duas edições: uma nos Estados Unidos, para um público acadêmico, outra na Índia, para uma audiência mais ampla. Na primeira, o livro foi publicado com referências explícitas que foram omitidas na segunda. O autor moldou seus escritos de acordo com a audiência. Para ele, adaptar a forma e o conteúdo do livro desta maneira significa buscar uma sintonia com as expectativas de um público potencial (PANDIAN, 2016).

Quando produzimos de imagens, é importante atentarmos para elementos não verbais. Isso não significa dizer que as palavras não tenham importância, mas que elas podem ser potencializadas por outras informações apresentadas visualmente. Expressões, gestos, posturas, olhares, disposições geográficas, relações com o meio etc., são alguns dos elementos que podem ser potencializados em uma foto e ou em um vídeo.

Contar uma história através de formas multissensoriais é investir em meios de comunicação que ultrapassem as palavras. E isso significa pensar como, para quem, mas também onde apresentar nossos trabalhos. Os ambientes onde as pessoas (antropólogas e interlocutoras) se encontram, assim como os ambientes potenciais de recepção dos nossos trabalhos têm significado. A mudança do local, ou mesmo do ponto de vista, muda a compreensão do que acontece em nossa frente.

Tim Ingold, em *Perspective of the Environment* (INGOLD, 2000), defende que os lugares são criados enquanto nos movimentamos neles, e não a priori. Ele chama esta ação de *place-making*. Essa ideia de que criamos sentido às coisas enquanto as vivemos e nos movemos e que, neste caminho, todos (seres, coisas e ambientes) se transformam, sugere que atentar para o clima, os cheiros, os gostos nos possibilita compreender que tais sensações são definidores das experiências vividas. Assim como as emoções, elas são experimentadas em campo, mas muitas vezes ganham pouca, ou nenhuma importância na apresentação das pesquisas.

Mas experimentar e expressar emoções são parte de um mesmo processo, vivido através do corpo, que ocorre na relação com nossas interlocutoras. Ou seja, tal processo de experimentação e expressão de emoções e conhecimentos é resultado da interação de uma rede de agentes que se automodulam consciente e inconscientemente, seja no que chamamos de “mundo real” seja em nossas imaginações. Assim, atentar para os sentidos implica em dois movimentos: atentar para os diferentes sentidos e compreender que as experiências são mediadas por eles.

Pois fazer uma antropologia sensorial é diferente de fazer uma antropologia dos sentidos (HOWES e PINK, 2010). David Howes (1991), por exemplo, chama a atenção para o fato de que os sentidos existem, diferem e são hierarquizados culturalmente. Mas Sarah Pink (2007), inspirando-se nos trabalhos de Tim Ingold (2000), aponta para a importância da incorporação e do movimento na maneira como as pessoas dão sentido ao mundo. Os sentidos não são os mesmos nas diferentes culturas e, ao mesmo tempo, eles são fundamentais para a forma como obtemos os dados em nossas pesquisas.

Os dados etnográficos são permeados de subjetividades desde a hora em que nos deparamos com eles até a hora em que vamos falar sobre eles. O que Pink (2006; 2010) e Ingold (2000; 2008), propõem, a partir da fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (1992; 1994) e da psicologia ecológica de Gibson (1966), é que realizemos uma antropologia sensorial que foque na percepção e no movimento. Os sentidos são interconectados à percepção humana e não podem ser entendidos separadamente. Conectamos sons a imagens, cheiros a coisas táteis. São todos parte de uma experiência incorporada interconectada.

Uma interessante experiência etnográfica neste sentido foi produzida pelas antropólogas e cineastas Lucien Castaing-Taylor e Véréna Paravel, do *Sensory*

Ethnography Lab da Universidade de Harvard, no filme *Leviathan*¹⁰⁷. Através do uso de múltiplas câmeras situadas em diversos locais de um barco de pesca, as diretoras investem em filme que permita à espectadora acessar diferentes perspectivas do que acontece - a do peixe, a das máquinas, a da televisão, a do próprio barco etc. – e sentir algo a partir do que é visto, – o tédio de um homem que assiste à TV sonolento e é documentado a partir da perspectiva da televisão em um longo plano; a angústia de um peixe que luta pela vida, filmado em ângulo normal ou mesmo a sensação afogamento de uma câmera lançada na água e que se move entre ondas.

O filme, lançado há apenas quatro anos não apresenta qualquer diálogo, voz em *off* ou mesmo painéis que buscam explicar o que está acontecendo. Há apenas um curto texto no começo que contextualiza a obra. Se ele é ousado em sua forma, e uma peça rara na produção antropológica, ele é também a concretude de reflexões que estão sendo desenvolvidas nos últimos anos na disciplina no que diz respeito à percepção sensorial na produção do conhecimento etnográfico.

Pink (2007b), por exemplo, desenvolveu um método de pesquisa que chamou de “andando com o vídeo”, que consiste em filmar suas interlocutoras enquanto se move com elas. O exercício visa apreender informações através de uma experiência de deslocamento compartilhada. Através do ritmo do movimento, dos olhares, da sensação de tocar o chão, dos cheiros do lugar etc., a autora busca descobrir algo junto com suas interlocutoras. Segundo Pink, mover-se com o vídeo oferece formas de sentir, dar sentido aos lugares e localizar os sentidos. A ação formaria os lugares sensorialmente, ao mesmo tempo em que daria sentido a eles, produzindo um conhecimento que acontece pelo corpo, ou seja, pela experiência corporificada em movimento.

A maneira como as pessoas dão sentido ao mundo transpassa a visão e abrange uma mistura de sentidos. Atentar para a importância deles significa entender que há muitas outras formas de experimentar e expressar nossas vivências antropológicas, ainda minimamente exploradas. Que importância estamos dando aos elementos sensoriais experimentados em campo? Como os utilizamos e os engajamos em nossas etnografias? Que implicações abordá-los nos apresenta? Que limites precisam ser expandidos para acolhê-los? O que significa escolher apenas um meio (a escrita) ou mesmo um sentido (a observação) como essencialmente importante para a descrição etnográfica? Que impacto teria no estilo etnográfico uma produção de conhecimento que deslocasse ou mesmo subvertesse a combinação de meios e sentidos?

Seria possível apresentar o que vemos em sons; ou o que cheiramos em formas tácteis, como fazemos com os demais sentidos através da visão? Por que seria a visão/a escrita a única forma de expressão possível, ou melhor, confortavelmente aceitável para a produção do conhecimento antropológico? Por que a obsessão pelo discurso verbal quando, sabemos, em nossas imersões no campo, somos sobrecarregados de informações e conhecimentos apreendidos de forma corporificada, através de diferentes emoções e sentidos?

Tendo estas questões em mente, poderíamos afirmar que, com o que vem sendo produzido por antropólogas contemporâneas como Sarah Pink (2006; 2007a; 2007b; 2015), Arjun Appadurai (1996), Tim Ingold (2008; 2010; 2011), Anna Grimshaw (2011); Michael Taussig (1993), Bruno Latour (1991), Lila Abu-Lughod (1990), Anand Pandian (2015), Lucien Castaing-Taylor e Verena Paravel (2012), e muitas outras, estaríamos em meio a uma nova virada antropológica? Poderíamos chama-la de uma virada afetiva e sensorial?

¹⁰⁷*Leviathan* (87 min. 2012). Dir.: Lucien Castaing-Taylor e Véréna Paravel.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ Catherine A. (eds.) 1990. *Language and the politics of emotion*. Cambridge: University Press.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robson. 2004. *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim*. Porto Alegre: Tomo Editorial/UFRGS.
- APPADURAI, Arjun. 1996. *Modernity at large. Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- AZEVEDO, Aina. 2016. *Não estava escrito, mas foi desenhado – contribuições do desenhar à antropologia*. Paper apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. João Pessoa: UFPB.
- BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da (eds.). 2006. *Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BENJAMIN, Walter. 1968. The storyteller: reflections on the works of Nikolai Leskov. In: *Illuminations: essays and reflections*, p. 83–110. New York: Schocken.
- CASTAING-TAYLOR, Lucien; PARAVEL, Verena. 2012. *Leviathan*. New York: Cinema Guild.
- CAIUBY NOVAES; Sylvia. 2012. A construção de imagens na pesquisa de campo em antropologia. *Illuminuras*, v.13, n. 31, p. 11-29, jul./dez.
- COLLEYN, Jean-Paul. 2004. Jean Rouch, presque un homme-siècle. *L'Homme*, p. 171-172, July-December.
- DESCOLA, Philippe. 2005. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard.
- ECKERT, Cornelia; MONTE-MÓR, Patrícia. 1999. *Imagem em foco, novas perspectivas em antropologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/UFRGS, 1999.
- GAMA, Fabiene. 2014a. *The personal is political: Emotional performances and political mobilisations among Bangladesh women*. Paper apresentado no Workshop do Programa EMOPOLIS – Emotions et mobilisations politiques dans le sous-continent indien, no Centre for Social Sciences and Humanities (CSSH), em Delhi, na Índia.
- GAMA, Fabiene. 2014b. *Gênero, militância e emoções: motivações e impedimentos à participação de mulheres em mobilizações políticas em Bangladesh*. Paper apresentado na 29ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- GAMA, Fabiene. 2009. Etnografias, auto-representações, discursos e imagens: somando representações. In: Gonçalves, Marco Antônio; Head, Scott. (Org.). *Devires Imagéticos: Representações/Apresentações de Si e do Outro*. Rio de Janeiro: 7letras.
- GAMA, Fabiene. 2006. *A auto-representação fotográfica em favelas: Olhares do Morro*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- GEERTZ, Clifford. 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- GIBSON, James. 1966. *The Senses Considered as Perceptual Systems*. Boston: Houghton Mifflin.
- ÇONGALVES, Marco Antonio Teixeira. 2008. *O real imaginado. Etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- GONÇALVES, Marco Antônio Teixeira; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vania (eds.) 2013. *Etnobiografia: subjetividade e etnografia*. Rio de Janeiro: Editora 7letras.
- GURAN, Milton. 2000. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, a. 5, v. 10, p. 155-166.
- GRIMSHAW, Anna. 2011. The Bellwether Ewe: Recent Developments in Ethnographic Filmmaking and the Aesthetics of Anthropological Inquiry. *Cultural Anthropology*, v. 26, Issue 2, p. 247–262.
- HOWES, David (ed.). 1991. *The Varieties of Sensory Experience: A Sourcebook in the Anthropology of the Senses*. Toronto: University of Toronto Press.

- HOWES, David; CLASSEN, Constance. 2014. *Ways of Sensing: Understanding the Senses in Society*. London: Routledge.
- INGOLD, Tim. 2011. Worlds of sense and sensing the world: a response to Sarah Pink and David Howes. *Social Anthropology / Anthropologie Sociale*. v. 19, n. 3 p. 313–317.
- INGOLD, Tim. 2008. Pare, Olhe, Escute! Visão, Audição e Movimento Humano, *Ponto Urbe*, 3.
- INGOLD, Tim. 2000. *The perception of the environment*. London: Routledge.
- KUSCHNIR, Karina. 2014. Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa. *Cadernos de Arte e Antropologia* v. 3, n. 2 p.23-46.
- LATOURE, Bruno. 1991. *Nous n'avons jamais été modernes*. Paris: Découverte.
- MacDougall, David. 2006. *The corporeal image. Film, ethnography, and the senses*. Princeton: Princeton University Press.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 [1922]. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. 1992 [1964]. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. 1994 [1945]. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- PANDIAN, Anand. 2016. On the Creative Ecology of Words. *Journal of the Royal Anthropological Institute, (N.S.)* 22, p. 425-429.
- PANDIAN, Anand. 2015. *Reel world: an anthropology of creation*. Durham, N.C.: Duke University Press.
- PEIRANO, Mariza. *Rituais Ontem e Hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. Antropologia e filme etnográfico: um travelling no cenário literário da antropologia visual. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 48, p. 91-116, 1999.
- PINK, Sarah. 2015. *Doing Sensory Ethnography*. London: Sage.
- PINK, Sarah. 2007a. *Doing Visual Ethnography*. London: Sage.
- PINK, Sarah. 2007b. Walking with video, *Visual Studies*, 22:3, 240-252.
- PINK, Sarah. 2006. *The future of visual anthropology: Engaging the senses*. London: Routledge.
- PINK, Sarah; HOWES, David. 2010. The future of sensory anthropology/the anthropology of the senses. *Social Anthropology / Anthropologie Sociale*, v. 18, n. 3, p. 331–340.
- TURNER, Victor; TURNER, Edith. *Performing Ethnography*. 1992. *Drama Review*, New York, v. 26, n. 2, p. 33-5.
- SCHECHNER, Richard. 1985. *Between Theater and Anthropology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- TAUSSIG, Michael. 1993. *Mimesis and alterity: a particular history of the senses*. London: Routledge.
- VIEVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 113-148. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>

KUHN, Daniela Isabel; Gilson Leandro Queluz. Corpos abjetos do lixo: noções de ordem e higiene na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 45, p. 158-169, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Corpos abjetos do lixo Noções de ordem e higiene na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis

Abject bodies of garbage: notions of order and hygiene in life recyclable material collectors

*Daniela Isabel Kuhn
Gilson Leandro Queluz*

Recebido em: 11.03.2016

Aprovado em: 06.07.2016

Resumo: O artigo apresenta reflexões oriundas de uma pesquisa de doutorado realizada com catadoras/es de materiais recicláveis na região metropolitana de Curitiba, Brasil. Proponho refletir sobre os significados da imersão dos corpos no lixo, atentando para as relações com um contexto mais amplo – como o consumo exacerbado no sistema capitalista e a precarização deste trabalho – e aprofundando na discussão sobre a construção desta corporeidade, que contém e expressa abjeção. Para compreender esta realidade foi realizada uma pesquisa de campo em uma associação de catadoras/es de materiais recicláveis. A análise dos dados coletados conduziu a percepção de que o manuseio e a inserção no lixo constroem e dialogam com uma realidade social que produz nas/os catadoras/es um corpo considerado abjeto. Assim, procuro compreender algumas das formas de construção desta abjeção, abordando a construção histórica das representações sociais das práticas de higiene e de ordem, percebendo relações que estabelecemos entre o corpo, a sujeira, os rejeitos e o lixo e uma moralidade do bom, do certo, do normal, do dócil. **Palavras-chave:** catadoras de materiais recicláveis, corpos abjetos, abjeção, higienismo

Abstract: This paper presents reflections derived from a doctoral research with waste pickers of recyclable materials in the metropolitan region of Curitiba, Brazil. I propose to reflect on the meaning of immersion of the bodies in the trash, paying attention to relations with a broader context - such as excessive consumption in the capitalist system and the precariousness of this work - and deepening the discussion on the construction of this embodiment, which contains and expresses abjection. To understand this reality a field survey was conducted in an association of waste of recyclable materials. The analysis of the data led to the perception that the handling and insertion into the trash and build dialogue with a social reality that produces the pickers a body considered abject. So, I try to understand some of the forms of construction of this abjection, addressing the historical construction of social representations of health and order practices, realizing relationships established between the body, dirt, waste and garbage and a good of morality, the right, normal, and the docile. **Keywords:** recyclable material collectors, abject bodies, abjection, hygienism

Para começar

Na pesquisa que realizei no meu doutoramento abordei a rotina de trabalho de catadoras e catadores de materiais recicláveis, buscando refletir como a noção de abjeção se expressa na vida destas pessoas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo inspirada na etnografia. Esta vivência ocorreu em uma associação de catadoras/es na região metropolitana de Curitiba, além de abarcar experiências em eventos referentes ao mundo da catação que contaram com a participação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Parti de uma compreensão de que o trabalho das/os catadoras/es tem sido uma atividade plenamente vinculada à estrutura do sistema capitalista. A prática da produção e do intenso consumo gera uma volumosa quantidade de materiais descartados, condição básica para a existência do trabalho de catação na sua atual configuração.

Além disso, a profissão de catadora/r tem sido exercida, de maneira geral, em condições precárias e indignas, o que também permanece como uma característica de vários outros trabalhos no sistema capitalista. Os dados de campo se mostraram férteis para a reflexão sobre as relações entre as condições precárias deste trabalho e a incidência da abjeção na vida das/os catadoras/es, sobretudo pelo fato de trabalharem com o lixo. Relativizo as noções de bagunça e de sujeira – historicamente construídas – pois as percebo como componentes encharcados de uma moralidade que contribui intensamente para que as/os catadoras/es sejam classificadas/os como corpos abjetos¹⁰⁸.

Neste artigo apresento algumas das reflexões que desenvolvi no estudo, abordando, notadamente, a construção histórica das referências de ordem e higiene que vigoram até hoje na sociedade brasileira e incidem em nossos corpos.

Na tese – intitulada “Eu não sou lixo”: abjeção na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis (KUNH, 2016) - conclui que ser catadora/r de materiais recicláveis tem significado conviver com a realidade de existência como um corpo que causa abjeção. Reconhecer que existe uma concepção a respeito das/os catadoras/es que as/os enquadra como corpos abjetos, que opera preconceitos, discriminações, medos e violências, pode significar uma possibilidade de se rever esta percepção.

A “bagunça organizada”: “caos aparente” e “sujeira relativa”

As condições de trabalho das/os catadoras/es na Associação¹⁰⁹ me conduziram a refletir sobre a precariedade e indignidade presentes no trabalho que desenvolvem. No enfoque deste estudo, as condições de trabalho das/os catadoras/es são vetores que impulsionam estas pessoas para o que Butler (2008, p. 113) descreveu como as “zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito”. Para a autora, estes são os espaços habitados pelos corpos classificados como abjetos.

Desta forma, a discussão se direcionou para o debate sobre os processos destas condições indignas e suas relações com a categoria de abjeção, que, por sua vez,

¹⁰⁸Na tese desenvolvo ainda outros apontamentos sobre a condição de abjeção das/os catadoras, relativas às relações que o grupo participante estabelecia com outras instituições e a violência de gênero presente nas histórias de vida das mulheres catadoras que participaram da pesquisa.

¹⁰⁹Foi mantido o anonimato do local no qual realizei a pesquisa. Também todos os nomes das pessoas são fictícios, com exceção do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), por ser um movimento público e por todas as falas e relatos aqui presentes terem sido proferidos publicamente. Na tese reflito e debato teoricamente sobre estas escolhas publicamente.

assegura o espaço daquelas/es que estão circunscritas/os como sujeitos.

A vida dentro de um barracão de triagem de materiais, segundo Rosinha, catadora da Associação, não é para qualquer uma/um. “Tem gente que chega aqui e não aguenta. Veio uma mulher aqui, trabalhou de manhã e à tarde já foi embora chorando e dizendo que esta vida no lixo não é para ela”¹¹⁰. Eu mesma pude ser testemunha de situações semelhantes, nas quais presenciei a tentativa de algumas pessoas ingressarem como catadoras/es na Associação e a decorrente dificuldade em lidar com uma realidade cheia de desafios, mormente devido a precariedade das condições de trabalho.

Uma catadora do interior de São Paulo apresenta um panorama sobre as condições de trabalho:

Os catadores são uma bagunça organizada. O pessoal critica que a gente é bagunceira, desorganizada, relaxada. Mas não tem jeito, porque geralmente o local de trabalho não é adaptado a um centro de triagem. Para organizar um barracão de um jeito bom, a gente precisa de um espaço bom, é um volume muito grande, muita coisa para organizar¹¹¹.

Com a “mão da massa” na Associação – triando materiais junto com as/os catadoras/es – várias vezes esta fala retornava à minha lembrança, porque a realidade da Associação pesquisada rememorava esta descrição. A catadora nomeou de “bagunça organizada” a forma como são realizados os processos de trabalho adotados pelas/os catadoras/es e o resultante “caos aparente” com o qual estas/es convivem e lidam. Para descrever esse cenário, utiliza a expressão “bagunça organizada”; contudo, trato este atributo como “caos aparente” acompanhado da expressão “sujeira relativa”, pois considero expressões mais adequadas à discussão que proponho.

É importante ressaltar que na análise da situação das/os catadoras/es debato a questão das marcas da cultura hegemônica, o que exige que se entenda que se está lidando com concepções naturalizadas do que é considerado uma “bagunça”, e do que é algo “organizado”.

Um cenário de “caos aparente” e de “sujeira relativa”, em uma associação de catadoras/es, pode ser prontamente perceptível em um barracão, podendo esta característica encontrar-se pronunciada de maneira intensa ou mais sutil. Isso ocorre devido a vários fatores vinculados à estrutura na qual este trabalho se realiza. Por exemplo: as relações estabelecidas com as instituições que compram os materiais recicláveis, a troca constante de membros da associação e as condições em que os materiais chegam ao local, muitas vezes misturados com resíduos orgânicos. Ressalte-se, ainda, o grande volume de materiais que fazem parte da lida da catação, bem como a maneira ainda equívoca como os materiais recicláveis têm sido separados nas casas, empresas e nos ambientes de serviço público, que tem colaborado intensamente para as dificuldades de organização e a presença de sujeira no trabalho das/os catadoras/es¹¹².

Como pesquisadora, identifiquei variadas reações em relação ao “caos aparente” e à “sujeira relativa” – explicitadas mais demoradamente na tese -, questionei os nexos e sentidos produzidos por cada pessoa de acordo com suas concepções e visões de mundo. Percebi, por exemplo, que pessoas não vinculadas ao trabalho da catação demonstravam uma repulsa - seja de forma mais discreta, como através de comentários mais explícitos – pelas condições que o barracão da Associação se encontrava.

Além disso, em diversas situações na pesquisa de campo ocorreram relatos

¹¹⁰Caderno de campo 11/06/2014.

¹¹¹Caderno de campo 05/06/2014.

¹¹²Esta situação permite questionar quais estratégias seriam possíveis de serem constituídas para que a responsabilidade pelos resíduos, que todos produzimos, seja assumida de forma democrática e compromissada. Pensar nestas atribuições desde a produção (as empresas), passando pelo poder público e chegando a/a/o cidadã/ão.

das/os próprias/os catadoras/es, em que elas/es expressavam ter percebido a existência de preconceito em relação ao ambiente de seu trabalho, principalmente devido a este “caos aparente” e à “sujeira relativa” do local. Pontualmente, percebi certa aversão à forma de disposição espacial definida pelas/os catadoras/es, principalmente na conduta de algumas/ns profissionais que propunham realizar algum trabalho de auxílio na organização das/os catadoras/es na Associação.

Nestes casos, estas/es profissionais distinguiam em mim uma referência mais próxima a delas/es, proferindo frases como: “a gente não é acostumado com esta bagunça, com esta sujeira, né?”¹¹³ Arrisco alegar que aquilo que era visualizado como características em comum está assinalado para além das - e também pelas - questões mais objetivas e práticas, da nossa história e da materialidade do que somos e possuímos. São noções e códigos que nos marcam, nos demarcam e nos transportam a determinadas escolhas e condutas. São noções e normas construídas historicamente¹¹⁴. O abjeto só existe porque existem e persistem estas noções. Os corpos abjetos são aqueles que de alguma maneira subvertem, negam ou borram as fronteiras do que pode e do que não pode ser feito, de quem você tem autorização para ser ou não ser.

Kristeva (1982) sugere uma definição que elucida esta lógica ao explicitar que o abjeto se torna repulsivo porque manifesta uma confusão de limites, o que significa que a potência do abjeto delimita uma suposta unidade própria dos sujeitos situados como hegemônicos, mas também a fratura e fragmenta. O abjeto só existe na medida em que alguns sujeitos permanecem hegemônicos, e vice-versa, o que permite compreender a dependência premente desta estrutura.

Neste sentido, as/os profissionais que atuavam junto a Associação e eu podemos funcionar como demarcadores do espaço de abjeção ocupado pelas/os catadoras/es. Naquele contexto, nós temos muito mais atributos do que as/os catadoras/es para sermos os sujeitos hegemônicos pontuados por Kristeva (1982). Habitar no domínio deste sujeito é viver de forma condizente com uma série de normas socialmente instituídas, e, na realidade da catação e do recorte realizado nesta pesquisa, são as noções de ordem social, de racionalização e da cultura higienista elementos intensos que incidem para demarcar quem é abjeto. Diante deste cenário, na Associação, de “caos aparente” e de “sujeira relativa”, estas são as noções aqui debatidas e problematizadas, visualizando sua propensão à naturalização e a funcionar como um dispositivo de poder, no sentido desenvolvido por Foucault (2011).

Proponho um esforço que se inspira naquele que se faz presente nas obras adotadas aqui como referências de Butler (2008; 2012). Apreendo que a autora evoca um deslocamento no sentido de nos despregarmos de uma imposição: o poder sempre utilizou a estratégia de naturalizar aquilo que é historicamente construído, confundindo estas noções com “verdade”, sem considerar que se trata de códigos relativos e construídos a partir de interesses de determinados grupos sociais. Butler (2008; 2012) denuncia estes arranjos e contribui para a desnaturalização destas noções.

Ao pensar a naturalização do que é considerado ordenado e limpo e do que é bagunçado e sujo - evocando Butler em entrevista para Prins e Meijer (2002) - pode-se compreender que estas disposições se configuram em um discurso que habita o corpo e que, de certo modo, forja esse corpo, confunde-se com ele. Por isso, é tão potente e tão fácil de ser naturalizado, sendo confundido com o que somos encarnando a materialidade dos corpos.

A proposta neste estudo consistiu em debater estes aspectos sem perder de vista

¹¹³Caderno de campo 15/06/2014.

¹¹⁴Na tese realizei reflexões mais profundamente exploradas sobre minha presença em campo atuando como uma referência à norma que pontua o que vem a ser abjeto.

uma tensão entre dois pontos, que ficaram evidentes na pesquisa de campo.

De um lado, a percepção de que a luta existente por condições dignas de trabalho no mundo da catação passa, necessariamente, por conquistar um ambiente de triagem que tenha possibilidade de estar mais organizado, limpo e harmonioso. Em várias situações durante a pesquisa de campo presenciei esta reivindicação das/os catadoras/es. Percebi que esta demanda era menos intensa na Associação¹¹⁵ mas bastante contundente por parte das/os integrantes e simpatizantes do MNCR nos eventos.

Por outro lado, permanecem as distorções, os conceitos sociais de ordem e higiene que produzem as/os catadoras/es como corpos abjetos, funcionando como potenciais sustentadores de rótulos e preconceitos, onde também incidem as concepções de racionalização do trabalho.

Penso que seja possível argumentar que, somados a este contexto que já traz elementos que podem desvalorizar este trabalho, existem ainda outros aspectos que potencializam uma percepção predominante na sociedade sobre as condições de trabalho das/os catadoras/es. Aspectos que expressam uma aversão a esta atividade, motivados pelos conceitos e ideias historicamente produzidos, sobretudo com o processo de modernização, que introduz preceitos de ordem e da cultura higienista, vinculados a uma conduta moral.

Estes conceitos e ideias construídos historicamente possuem, especialmente na realidade das/os catadoras/es, plena articulação com o conceito de abjeção. Os corpos que estão imersos na “sujeira relativa” e no “caos aparente” são abjetos na medida em que existem os preceitos que determinam o que é naturalizado como “normal”.

Apresento a seguir algumas reflexões sobre a inserção histórica de algumas normas atuantes na cultura brasileira, principalmente as de “ordem” e “higiene”, focalizando o processo histórico da colonização do país e a instauração de uma cultura da modernidade, percebendo como esses elementos culturais se articulam com a vida dos indivíduos.

Das raízes históricas das concepções de ordem e higiene na cultura brasileira

O Brasil – assim como outros países da América Latina – carrega as marcas de sua colonização europeia e das manobras para o controle da sociedade em termos do que foi instituído como ordem e progresso na organização do sistema capitalista. Trata-se de um longo processo, de modo algum homogêneo e contínuo, que exige um aprofundamento mais detalhado para sua compreensão. Contudo, para os objetivos deste estudo, abordo sucintamente este processo focalizando o período de instauração de uma cultura da modernidade, para demonstrar os parâmetros de normalidade social alicerçados em uma noção de ordem e de higiene, que irão incidir na vida das/os catadoras/es e construir sua corporeidade como abjeta.

Norbert Elias (2011) ensina que o processo civilizador, ocorrido entre os séculos XII e XVI, situou a Europa como um modelo das práticas civilizadas, foi excluindo hábitos relacionados aos “impulsos” e adestrando as pessoas a uma moral específica, relacionada, entre outros fatores, a hábitos de higiene e asseio. Assim, inicia-se um longo processo que determina as práticas – e as pessoas – aceitáveis, e aquelas que são renegadas, práticas que ganharam espaço impositivo na América Latina, como assinalam Scribano e Mattar (2009, p. 420).

O processo civilizador foi instaurado criando padrões de conduta, códigos de comportamento e expressões que conquistaram a classificação de “civilizados” como referência a uma sociedade (ELIAS, 2011), no caso, a sociedade europeia. De forma morosa, sucederam-se tanto as transformações comportamentais como a força

¹¹⁵Na tese reflito sobre os motivos que limitam a emergência deste tipo de reivindicação.

regulatória que estas condutas, códigos e expressões designam e impõem.

Elias (2011) descreve que aquilo que se convencionou definir como uma “boa educação”, e que foi associado a um comportamento “civilizado”, esteve intimamente ligado às classes dominantes. Em contrapartida, a noção de “incivilizado” foi associada aos comportamentos das classes inferiores.

A leitura do processo civilizador de Elias é útil aqui porque explicita uma noção de normalidade, de instauração de padrões, auxiliando na desnaturalização de conceitos como os de ordem e higiene. Segundo o autor, estes padrões fazem parte de um processo de educação ou “adestramento”, com interesses específicos¹¹⁶. É sua discussão sobre a existência de um processo de construção e de naturalização dessas referências que interessa para a presente reflexão.

O que achamos inteiramente natural, porque fomos adaptados e condicionados a esse padrão social desde a mais tenra infância, teve, no início, que ser lenta e laboriosamente adquirido e desenvolvido pela sociedade como um todo. Isto não se aplica menos a uma coisa pequena e aparentemente insignificante como um garfo do que a formas de comportamento que nos parecem mais importantes (ELIAS, 2011, p. 78).

Neste sentido, este sociólogo colabora para este estudo ao ponderar sobre a consagração de normas sociais promotoras de noções morais, que instituem as desejáveis práticas de higiene e incitam a repulsa à sujeira. Elias (2011) apregoa que o processo de educação instituído no Estado Moderno estrutura conceitos de que educar consiste em ensinar um indivíduo a não ser grosseiro, e que ser educado remete a ter uma aparência de “asseado”. A cultura da modernidade “civilizou” o corpo, os desejos e as emoções através da normatização e da propagação de modos de conduta considerados adequados, o que instituiu a vigilância e o controle do comportamento individual e coletivo de todas as classes sociais. Vigilância e controle necessários, na ótica da dominação, para o bom funcionamento da sociedade.

Daí desprende-se a assertiva de que os hábitos de higiene considerados apropriados ratificam uma pessoa educada e dotada de um comportamento civilizado. Em contrapartida, são classificadas como mal educadas e de conduta incivilizada aquelas pessoas que têm hábitos de higiene considerados inadequados, e/ou estabelecem uma relação fora do padrão daquilo que é qualificado como “sujeira”.

Estas ponderações vão de encontro àquilo que podemos conceber como uma produção de “corpos dóceis”, no sentido arquitetado por Foucault (2011), corpos submissos e obedientes, o que o autor assinala como a invenção de uma “nova anatomia política” (FOUCAULT, 2011, p. 134). Essa anatomia que demarca o corpo, neste período, passa a ser abalizada por uma moralidade avaliada no confronto entre a sujeira versus o asseio, a desordem versus a ordem.

Na abordagem foucaultiana, o corpo é modelado por um amplo número de regimes distintos, decorrência de jogos de poder. O poder se instala no próprio cerne dos indivíduos, em sua subjetividade, arraigando-se pelo corpo, nas ações e atitudes, nos discursos, nos processos de aprendizagem e na vida cotidiana, no dia-a-dia dos indivíduos (FOUCAULT, 2011, p. 39).

Tendo em conta esta concepção, da incidência do poder no corpo, Foucault (2002) contribui sobremaneira para o debate que aqui desenvolvo quando analisa o discurso médico-sanitarista na França do século XIX, mostrando que este tinha a pretensão de normalizar a sociedade ditando procedimentos no campo da saúde. Para

¹¹⁶Apenas não se pode perder de vista que normas e hábitos de ordem e higiene, decorrentes da concepção europeia, que têm sido valorizados na cultura brasileira, não são os únicos; existem outras referências, como, por exemplo, as da cultura africana, o que não coloca a europeia como a mais “adequada” para todas as pessoas.

Foucault (1991), a todo discurso se atrela uma prática de poder; e, a cada prática de poder há um discurso que a justifica. Ou seja, os discursos são eficazes porque evocam o que ele nomeia de tecnologias de poder, que por sua vez se alicerçam na ideia de que não há mesmo uma verdade, mas efeitos de verdade que se produzem no discurso e que funcionam como instrumentos de poder (FOUCAULT, 1991). É através dos discursos - sejam eles científicos, jurídicos, de senso comum, e outros - que interiorizamos o que fazer, e como fazer.

A “sujeira”, por exemplo, segundo o discurso médico-sanitarista, estaria vinculada à possibilidade de contaminação provocando doenças. Se isso é uma “verdade”, para além da possibilidade de ser relevante especificar, por exemplo, qual “sujeira” tem potencial contaminante e se existe um tipo de “sujeira” que não vem a ser contaminante, trata-se de “pormenores” que, supostamente, não têm importância. A eficácia deste discurso está em seu efeito de verdade presente nas estratégias pelas quais esta noção é disseminada, generalizada, naturalizada, e continuamente alicerçada e fiscalizada pelos dispositivos de poder, jurídicos ou não, que funcionam, conforme designados por Foucault, como tecnologias de poder.

Por isso que raramente se tem dúvida de que a “sujeira” causa doença e de que ser “sujo” gera a consequência de estar moralmente condenado. Aquela/e que questionar esta lógica, esta “verdade”, torna-se inconveniente, ou seja, fora das convenções.

Todo este investimento social visa o “bom” funcionamento da sociedade, que deve se organizar de forma “harmônica” e “ordenada”, como observa Foucault (2002) em “Os anormais”. O julgamento do que vem a consistir “harmonia” e “ordem” é estruturado em função de atender aos interesses dos que constituíram e/ou constituem o poder vigente, do qual fazem parte médicos e juristas. E aqui, destaca-se a ocorrência de um interesse de adesão dos esforços do saber médico com o aparato jurídico. O primeiro designa os conceitos que devem pautar a conduta dos indivíduos; e o segundo, representa o sustentáculo de apoio legal para concretizar a vigência dos parâmetros almejados e idealizados pelo saber médico.

Essas tecnologias de poder se valem da produção e difusão de normas e procedimentos visíveis e palpáveis em sua natureza operativa, aquelas atuações efetivas reguladas pelas instâncias político-administrativas, visando à produção de comportamentos aceitáveis, tanto individuais quanto coletivos (FOUCAULT, 2002, p. 64). Para compreender como se movem e se disseminam estas tecnologias de poder, é imprescindível visualizar uma máxima inerente à visão foucaultiana, que é a afirmação de que o poder não está concentrado no Estado, mas permeia todas as relações do cotidiano, integrado vivamente nas práticas sociais (FOUCAULT, 1991). É o que ele denomina de microfísica do poder.

No Brasil, com suas variadas matizes e heterogeneidade de expressões, a cultura da modernidade teve seu desenvolvimento mais acirrado nas primeiras décadas do século XX. Inspira-se nos modelos advindos dos Estados Unidos e da Europa, tendo como um dos seus pilares a perspectiva higienista, bem traduzida por Sevcenko (1998, p. 571) ao certificar que a polícia do período laborava com um objetivo: “varrer as fezes sociais”. Eram práticas intercedidas pelo conceito de eugenia e por uma política sanitária, que justificava o banimento dos pobres para os morros. O autor complementa este quadro expondo a existência de campanhas que regiam a abolição de condutas e materiais considerados passíveis de acumular sujeira.

O crescimento urbano-industrial deste período é mediado por uma nova ordem social racionalizada, marcada pelas preocupações médico-sanitaristas. As expectativas burguesas do início do século XX estavam voltadas para a formação de uma mão-de-obra que atendesse à demanda das fábricas. Margareth Rago (1987) explica que o

intuito era transformar as/os trabalhadoras/es rudes e ignorantes em mão-de-obra higiênica e adequada. Era um tempo em que se assumiu que todo “tipo de comportamento desviante, toda forma de relacionamento incontrolável, ameaçadora e impura devem ser auto circuitados. Assim se pretende formar o novo proletariado, impondo-lhe uma identidade moralizada, construída de cima e do exterior” (RAGO, 1987, p. 18).

Na formação da sociedade urbana brasileira o temor de uma série de ocorrências sociais – como a pobreza, as insurreições dos escravos, a “africanização” da nação nascente – esteve no centro da definição de uma elite social¹¹⁷. Este medo “se transfigura em sentimento, em afeto, em política econômica, em projetos de lei, em fragmentos discursivos, em cenários, em políticas sanitárias” (BATISTA, 2014, p. 85). O medo invade e infecta todas as frestas e os castos da vida, como complementa Loic Wacman (*apud* BATISTA, 2014, p. 10).

Trata-se de novas representações de temor e perigo¹¹⁸ alicerçadas na desigualdade social, que geraram a “domesticação brutal das classes sociais pobres” (BATISTA, 2014, p.79). Numa sociedade pautada pelo positivismo, que tem como lema “ordem e progresso” em sua bandeira, e se pauta pela cultura higienista, Batista (2014, p. 79) evidencia que a “colocação em ordem” e um “modelo de pureza” “tem que dar conta das ‘novas anormalidades’, tratando de identificar, traçar e criar constantemente fronteiras para os ‘novos estranhos’”, que não se inserem nesta ordem e podem atravancar o progresso.

A definição de “estranhos” da autora citada acima contextualizada historicamente neste período, interessa porque tem aderência com aquela de abjetos: “os estranhos ‘não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo’ eles ‘poluem alegria com angústia’, embaralham as fronteiras e por isso produzem mal-estar e insegurança” (BATISTA, 2014, p. 80).

No século XIX, estes “estranhos” são assim considerados socialmente, nas terras brasileiras, através da produção de um saber que os controla, saber este amplamente amparado pelo discurso médico e jurídico, que combaterá a desordem social. Para a autora, este fenômeno está plenamente associado a uma imagem de que as questões de contaminação transbordarão do ar para as pessoas.

Na mesma linha de raciocínio de Foucault, Batista aponta que esta medicina social tem o objetivo de normalização assumindo uma imagem de recuperadora, e atua a partir das normas que impõem exigências a um cenário interpretado como hostil e diferente. A autora discorre sobre a existência neste período de uma “medicina política” e reivindica que se fique atento para

[...] os sentidos que a expressão *medicina política* encerra e seus vínculos com a ideia de bio poder de Foucault. Enfim, engendram-se, a partir de um movimento mais global, as estratégias de bio poder na periferia, onde, de uma certa forma, vigoram ideias (ainda não científicas) de uma população problema, metáfora de contaminação (BATISTA, 2014, p. 163, grifos da autora).

Aqui, pode-se visualizar uma concepção que se expressa em conceitos que

¹¹⁷No livro “O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história” Vera Malaguti Batista parte desta realidade circunscrita na capital carioca, mas sempre mirando tanto as influências europeias como tomando o caso desta cidade como um exemplo ilustrador do que sucedeu no resto do país. Seus argumentos, além daqueles expostos, dialogam intensamente com a questão do racismo e da criminalização do negro e do pobre, seguindo, em boa parte, a abordagem desenvolvida por Loic Wacquant, que, a propósito, realiza um prefácio da obra.

¹¹⁸São consideradas novas devido àquilo que a própria autora demonstra em seu livro sobre os medos difundidos socialmente na Europa renascentista, sobretudo apoiando-se na obra de Jean Delumeau (1978) “La Peur em Occident”. Este historiador fala sobre o medo difuso, nutrido pelas guerras feudais, epidemias, conflitos religiosos, demonstrando a forte mão da Igreja nesse período, que manipulou e canalizou os medos sociais.

colocam algumas pessoas como inerentemente contaminantes e, portanto, significando um problema que deve ser eliminado, além de sustentar e justificar incidências de violências dirigidas a estas pessoas¹¹⁹.

Loic Wacquant (2003 *apud* BATISTA, 2014), ao entender estas práticas como embrionárias de tantas que ainda hoje são atuantes, coloca a questão desta maneira:

Assim como na Europa no passado e hoje, esses discursos foram e são adornados, amplificados e dirigidos contra certos alvos pelas elites urbanas, para salvaguardar e expandir seu domínio num período de insurreição social dramática [...] então, como agora, as forças da ordem são encarregadas da missão de inspirar confiança às elites e infundir terror aos morros. Ontem, como hoje, o “outro” assustador sobre quem se desata a violência física e simbólica concentrada no Estado, é uma massa enxameada e sem rosto de marginais de pele escura, [...] inimigos diabólicos da nação, violadores congênitos daqueles códigos morais (WACQUANT, 2003 *apud* BATISTA, 2014, p. 12).

Interessante notar que Elias, Foucault e Batista, ao debaterem sobre o processo que ratificou normas de conduta sociais, fundamentadas nos discursos higienista e da ordem, desembocam em uma categoria social correlata à da abjeção, que cada uma/um denomina à sua maneira - embora o primeiro não pareça muito interessado em delimitar e destacar esta classificação, demonstrando-a de maneira menos circunscrita. “Incivilizados”, “anormais” e “estranhos” são as pessoas que, em algum sentido, não apresentam aderência em grau satisfatório a esta gama de normas atuantes em cada cultura e período abordados por cada autora/r. Importante ressaltar que são normas que não diferem substancialmente daquelas que acometem os corpos abjetos que povoam nossa sociedade no aqui e agora.

No caso desta pesquisa são noções que incidem na realidade das/os catadoras/es, uma existência que torna tão comum e íntimo o ato de lidar com os materiais recicláveis, que produzem um “caos aparente” e uma “sujeira relativa”. Quando os resíduos chegam à Associação estão dotados de marcas de sujeira, como restos de alimentos, de produtos de limpeza, de barro. Durante o trabalho, os corpos das/os catadoras/es e suas roupas estão permanentemente marcados pela sujeira. Nesta sujeira carimbada no corpo estão carimbados também rótulos estabelecidos por uma moralidade que vincula um corpo sujo a um corpo dotado de coisas ruins. São corpos, no enfoque butleriano (BUTLER, 2008) considerados pelo poder instituído como sem importância, corpos que representam vidas que deveriam ser corrigidas, ou que não mereceriam serem vividas.

Torna-se atuante uma correspondência de acepções entre limpeza (ou pureza) e ordenamento, já anunciados por Mary Douglas (1991, p. 07), e que classifica as pessoas numa moralidade que se ancora nas ideias de sujeira (ou impureza) como sinônimo de desordem. Num projeto de modernidade, em um país desejoso de ordem e progresso, torna-se imperioso que sejam inculcadas na organização social brasileira, diretrizes higienistas e sejam banidas as ações - e as pessoas - que desrespeitem estas normas, estabelecidas no interior desta sociedade.

Em Mary Douglas (1991) reforçam-se pistas para a compreensão deste tipo de relação moral com a sujeira e sua conseqüente retaliação, pois assinala dois pontos importantes para a presente reflexão. Primeiro, indica que “concebemos a impureza como uma espécie de compêndio de elementos repelidos pelos nossos sistemas ordenados” (DOUGLAS, 1991, p. 30). E, segundo, abre mais uma cavidade para desnaturalizar esta concepção, pois se acredita que

¹¹⁹São esclarecedoras e chocantes as diversas fontes que a autora utiliza para evidenciar, por exemplo, a concepção de contaminação em relação às/aos negras/os. “Os africanos são tão perigosos como os miasmas” (BATISTA, 2014, p. 165) ou ainda quando evidencia a visão de contaminação que pode advir através das escravas, amas de leite.

A impureza é uma ideia relativa. Estes sapatos não são impuros em si mesmos, mas é impuro pô-los sobre a mesa de jantar; estes alimentos não são impuros em si, mas é impuro deixar os utensílios de cozinha num quarto de dormir ou salpicos de comida num fato; os objetos da casa de banho não estão no seu devido lugar se estiverem na sala de visitas; o mesmo é válido para as roupas abandonadas sobre uma cadeira; para coisas da rua que estão dentro de casa para objetos do primeiro andar que estão no rés-do-chão; para as roupas de baixo que aparecem onde devia aparecer roupa de cima, e por aí adiante. Em suma, o nosso comportamento face a poluição consiste em condenar qualquer objeto ou qualquer ideia susceptível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações (DOUGLAS, 1991, p. 30)¹²⁰.

O que dizer da montoeira de objetos “deslocados” e “órfãos” – sem dono - que jazem na esteira, no chão, debaixo da mesa, dentro dos *bags* no barracão de reciclagem das/os catadoras/es? Que sentidos e confusões podem sugerir devido ao lugar relativo que ocupam? Sutiã que desfila ao lado de cebola estragada e papel higiênico usado. Lembrancinha de nascimento de bebê enovelada com garrafa de vidro quebrada, com cheiro de cigarro e bebida alcoólica, dentro de uma mala sem alça. Livros didáticos, sujos de caldo de feijão, embaralhados com sapato de salto plataforma vermelho *gliter* e creme hidratante derramado. Batom quebrado, lixa de unha, cabelos entropilhados com caixa de leite longa vida do lado do papelão de pizza, no qual ainda está grudado um talho de queijo e um celular que talvez ainda funcione.

Amontoado de coisas que, a princípio, não circulam na classificação de sujas ou impuras, mas neste contexto ganham outro sentido. São todas situações que lançam confusão e contradizem as “nossas preciosas classificações”.

Considerando um contexto de amarração entre os sentidos de sujeira, impureza e lixo, com desordem e incivilidade, Douglas (1991) lança luz na tarefa de desconstruir um conceito cristalizado de impureza demonstrando sua relatividade. Numa sociedade que pretende qualificar e aplicar critérios de aceitabilidade e civilidade, que estabeleçam uma ordem desejada, as pessoas estão expostas a classificações que perpassam as estruturas sociais, expressando escolhas e consequências culturais, políticas, econômicas.

Portanto, a organização social resultante da cultura da modernidade permite vislumbrar a construção e a sedimentação de códigos que têm atuado socialmente de diversas maneiras e que determinam quem são os corpos abjetos. Dentro desta estrutura, a categoria catadoras/es demarca seu espaço social.

Sugiro que estas concepções, construídas histórica e socialmente, criam cavidades ainda mais fundas entre os “normais” e os abjetos, delimitando com altos muros conceituais os espaços e os papéis sociais. É assim que permanece garantido o recinto supostamente inócuo da “normalidade”, o limpo que não se mistura a substâncias estranhas. Os higienizados e ordenados devem apartar-se dos sujos e caóticos. Contaminação, termo que os saberes e as práticas da medicina empregam, e cuja origem é o temor às doenças, passa a ter um sentido que vai além do domínio da biologia, extrapola o receio relativo às bactérias e demais microrganismos que podem ameaçar nossa saúde. A suposta possibilidade de contaminação na fisiologia social é uma estratégia potente que tem garantido que os espaços de abjeção se perpetuem, seguindo sempre o mesmo destino.

Pedro Pereira (2001), ao refletir sobre a abjeção no caso de pessoas contaminadas com vírus da AIDS, apoia-se em Mary Douglas para afirmar que

O puro e o impuro são fenômenos que transcendem a esfera da assepsia físico-biológica, pois constituem marcas que estabelecem coerência cultural, naturalizando e

¹²⁰Este livro é uma versão traduzida para a língua portuguesa fluente em Portugal, por isso constam expressões próprias de lá e um tanto estranhas a nós.

impondo posturas. A sujeira, argumenta Mary Douglas (1991), é a desordem, e o pensar sobre coisas impuras deve passar por uma reflexão sobre a ordem e a desordem, a forma e a não forma. Uma pessoa contaminada é aquela que cometeu erros e se coloca como fonte de ameaça. A contaminação é um perigo justamente porque existem ambiguidades e a demarcação é difícil ou impossível. Devem-se centrar forças para que os sujeitos contaminantes sejam controlados, a ordem estabelecida e definidos os limites sociais (PEREIRA, 2001, p. 135).

Embora o autor esteja se referindo a uma circunstância específica, uma vez que aborda uma realidade que envolve a possibilidade de contaminação de uma doença – a AIDS –, justamente por isso, ele colabora com a reflexão a respeito da ideia de contaminação. Ao definir que a pessoa contaminante situa-se socialmente para além da esfera da assepsia físico biológica, esclarece que a possibilidade de contaminação vasa para outros domínios mais subjetivos e, não obstante, de forma alguma menos incisivos.

Quando uma catadora me disse: “tem gente que chega aqui e nem cumprimenta a gente com aperto de mão, porque tem nojo”¹²¹, estes elementos estão presentes, atuantes nas escolhas de conduta, de movimento, tanto no corpo da catadora como de quem evitou o contato.

Num quadro semelhante ao indicado por Pereira as/os catadoras/es sofrem um repúdio que as/os resguarda e conserva em sua condição de abjeção, na medida em que as/os classifica como potenciais contaminantes, sendo que as estratégias de poder não atuam somente classificando as partes impuras, mas com o intuito de “retirá-las do corpo social, afastando o perigo, o que implica segregar os indivíduos contaminantes, justamente porque eles põem em perigo as identidades hegemônicas” (PEREIRA, 2001, p.136).

Para Butler¹²² (2008, p. 153) este “repúdio” é o que “produz o domínio da abjeção”, que passa a ser alocado em um “espectro ameaçador”. E nesta estrutura subjetiva social o sujeito emerge a partir do repúdio à abjeção, pois, na elaboração de Butler (2012) é no ato de rejeição de um “outro abjeto” que se funda a identidade de um “eu hegemônico”. Portanto, a composição de uma identidade culturalmente hegemônica coaduna-se com a construção de identidades deterioradas.

Uma noção só existe em relação à existência da outra, numa trilha semelhante àquela na qual o sujeito considerado limpo, normal, emerge na medida em que pontua o outro como abjeto. A trama cultural da lógica das relações sociais ensina que para ter meu local social demarcado como limpo, puro e higiênico e de forma satisfatória, necessito da existência de um “outro”, sujo, impuro e anti-higiênico.

Sempre que tais noções são acionadas, existe uma tendência de uma emergir vinculada à outra. Estas noções estão como que tatuadas em nossa memória, em nossos corpos e gestos. São os discursos materializados nos corpos, e os corpos, que também são discursos, de que nos fala Butler. Os discursos naturalizam, influenciam e determinam condutas, sem que se tenha consciência ou uma atitude de distanciamento em relação a tais comportamentos. Portanto, para que essa engrenagem social funcione, são forjadas estratégias dentro de uma dinâmica de poder, relacionadas às “práticas regulatórias que produzem os corpos que governam” (BUTLER, 2008, p. 153). Aqui a autora citada traz uma das heranças de Michel Foucault (1991), que desenvolveu uma ideia central de uma visão que estabelece uma íntima relação entre discurso e poder, ou

¹²¹Caderno de campo 15/09/2014.

¹²²Butler apresenta esta discussão, bem como a grande maioria daquelas que abordam os corpos abjetos, enfocando, sobretudo, as questões de gênero. Contudo, em entrevista concedida a Prins e Meijer (2002) Butler esclarece que a abjeção abarca as pessoas que, de formas variadas, situam-se fora de normas culturais e são consideradas vidas desprezíveis, em contraposição àquelas vidas que importam. Evidentemente, neste estudo escolho os conceitos e ideias de Butler sobre abjeção que são articuláveis às reflexões aqui propostas.

seja, o discurso normatiza, ditando como os indivíduos devem se comportar.

Para concluir

As incursões teóricas apresentadas neste artigo tiveram como principal escopo desenvolver um debate sobre como os códigos que regulam os recintos da normalidade e da abjeção podem ser reconhecidos na construção histórica da sociedade, desnaturalizando sua concepção como “verdade”. Estas práticas regulatórias possuem uma plasticidade na sua composição, pois se reconfiguram de acordo com as necessidades de adaptação à realidade, aos valores, aos interesses e aos discursos que circulam. Resguardam a finalidade de que esteja assegurada a “suposta garantia” para que predomine o puro, o certo, o bom, o reto, enfim, o “dócil” como colocado anteriormente, citando Leticia Lanz (2014, p. 228).

Daí, pode se concluir que as normas designam quem pode ser considerado aceitável, quem é importante e, conseqüentemente, quem tem um status social menos importante, até mesmo desprezível. São corpos e subjetividades que Scribano e Mattar (2009, p. 411) situam como marcados e tachados na zona do horroroso, apreendendo percepções de si construídas com base na rejeição do diferente, num cotidiano que produz dispositivos para naturalizar esta sistemática.

Estas normas regulam tanto aquelas/es que, de certa forma, as aceitam quanto aquelas/es que as subvertem. Entretanto, pode-se afirmar que incidirão mais violentamente sobre aquelas/es que estejam de alguma forma subvertendo-as. Ou seja, as normas que regulam espaços sociais, como aqueles da abjeção, da discriminação, do preconceito e da exclusão, e também aqueles da aceitação, da inclusão. São conceitos e modelos que circulam e se reafirmam nos discursos e práticas sociais e culturais, reproduzindo as estruturas que empurram para a produção de corpos subjugados como abjetos, ou para os corpos limpos, higienizados, aceitos como normais.

É neste lugar da abjeção que catadoras e catadores tem habitado. Suas existências têm acontecido sob o jugo de discursos e práticas naturalizantes que consideram suas vidas menos importantes. Na intenção de luta por dias melhores, por uma vida mais digna, compreender os meandros que sustentam e nutrem a continuidade dessas fontes de sofrimento e violência, pode indicar caminhos para debates e ações que efetivem mudanças. A caminhada demanda construir espaços onde todas as pessoas possam ser consideradas vidas que merecem ser vividas.

Referências

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2011.

- KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror: an essay on abjection*. Nova York, Columbia University Press, 1982.
- KUHN, Daniela Isabel. “*Eu não sou lixo*”: *abjeção na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, UTFPR, 2016.
- LANZ, Leticia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. SCHLA/UFPR, Curitiba, dissertação de mestrado, 2014.
- PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SCRIBANO, Adrián. & MATTAR, Gabriela. Feos, sucios y malos: la regulación de los cuerpos y las emociones en Norbert Elías. *Cadernos do CRH*, v. 22, n. 56, p. 411-422, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792009000200014>.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil (vol. 3) – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Resenha

SANTANA, Tarsila Chiara & OLIVEIRA, Jainara Gomes de. A sociologia e a antropologia das emoções de Thomas Scheff: uma resenha. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 15, n. 45, p. 173-177, dezembro de 2016, ISSN – 1676-8965.

RESENHA

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

A sociologia e a antropologia das emoções de Thomas Scheff: uma resenha

Resenha do livro: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro & BARBOSA, Raoni Borges (Organizadores e tradutores). *Vergonha no self e na sociedade: a sociologia e a antropologia das emoções de Thomas Scheff*. Cadernos do GREM, n. 10, Recife: Ed. Bagaço; João Pessoa: Ed. GREM, 2016.

A partir de uma iniciativa institucional pioneira e inédita no Brasil, os leitores terão a oportunidade de encontrar, pela primeira vez, organizadas em uma mesma coletânea, traduções cuidadosas de artigos significativos do sociólogo Thomas Scheff, Professor Emérito da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara (EUA). A coletânea, nesse sentido, oferece uma introdução à antropologia e à sociologia das emoções de Scheff, visto que se trata de uma obra que expressa o caminho teórico e metodológico desenvolvido por Scheff desde os anos 1970.

Alguns dos artigos organizados nesta coletânea aparecem traduzidos e publicados, em uma primeira versão, na *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, fundada em 2002 e editada pelo *GREM Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções*, da *Universidade Federal da Paraíba – UFPB*. Estas traduções e publicações têm por objetivo introduzir o debate teórico e metodológico sobre o lugar das emoções como objeto de estudo das ciências sociais. O que, por sua vez, evidencia uma entre tantas outras iniciativas institucionais pioneiras do GREM para a

institucionalização e a consolidação desses campos de estudos no Brasil¹²³.

Organizado e traduzido por Koury e Barbosa, o livro *“Vergonha no self e na sociedade”* faz parte da Coleção Cadernos do Grem e está dividido em nove capítulos, além de uma apresentação escrita pelos organizadores e tradutores. Nesta apresentação Koury e Barbosa situam a importância da obra de Scheff para a sociologia e a antropologia das emoções, bem como localiza a obra desse autor dentro do quadro mais amplo de processos de renovação das ciências sociais, principalmente a partir do final dos anos de 1960, que emergiram nos Estados Unidos.

Como podemos definir o que são as emoções? Para Scheff, ao discutir o problema da definição das emoções, o

¹²³Deve-se ressaltar que desde a década de 1990 a consolidada obra de Koury apresenta e discute as implicações metodológicas de uma pesquisa sobre as emoções no Brasil. Como professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB, coordenador do GREM e editor da RBSE, entre outras iniciativas institucionais, Koury possui uma significação histórica à consolidação desses campos de estudos no país.

estudo sistemático das emoções ainda se constitui em um campo de pesquisa pouco consolidado. Isso se deve, em larga medida, devido à dificuldade elementar que caracteriza esse campo de estudos, qual seja: “o significado das palavras que se referem a emoções é tão confuso que dificilmente sabemos do que estamos falando” (p. 204). Os termos em uso para as emoções possuem definições operacionais ambíguas, e, por esta razão, tanto as emoções básicas quanto os nomes usados para definir emoções específicas estão em disputa entre os pesquisadores do campo. Assim sendo, o próprio termo emoções possui significados confusos e ambíguos, e não existe um acordo entre os pesquisadores que estudam as emoções sobre o significado dos termos para emoções específicas. Segundo Scheff, esses desacordos resultam, principalmente, do uso vernacular que os pesquisadores fazem da palavra emoções, bem como dos significados atribuídos para emoções específicas. A maioria dos pesquisadores assim apenas elabora uma catalogação dos relatos verbais sobre as emoções, e não oferecem, de fato, definições conceituais sobre as emoções, pois partem da suposição de que as emoções trabalhadas e as acepções conferidas são claras para o seu leitor. Os usos das palavras vernaculares sobre emoções, portanto, “são todos *tropos*: eles são vagas e ambíguas, e levam uma enorme carga de pressupostos culturais” (p. 246). Ao analisar, particularmente, o significado vernacular da vergonha, Scheff também verifica que o uso atual da vergonha possui uma definição mais estreita, como “uma emoção consciente e dolorosa da crise” (p. 253).

Por esta razão, nas palavras do próprio autor:

Não importa o quanto rigorosa e sistemática seja a teoria, o método e a recompilação dos dados, a

formulação dos conceitos básicos é crucial, pois [a] linguagem comum aprisiona objetos e pesquisadores em uma miríade de suposições feitas em cada sociedade. Quando se estuda e analisa temas definidos pela linguagem comum, literalmente não se sabe o que se está falando. (...) [Um] passo nesse sentido seria o de definir os principais tópicos em um estudo de conceitos explícitos, ao invés de usar palavras vernáculas (p. 258-9).

Para Scheff (p. 223) “é difícil entender a importância da vergonha nas sociedades modernas, porque vivemos dentro de um *ethos* altamente individualista e focado em assuntos exteriores”. Por esta razão, a vergonha, para a maior parte dos pesquisadores, ainda é um tabu. No entanto, por ser respectivamente social e individual, a vergonha pode ser considerada como a emoção principal da análise sociológica. O autor (p. 230), nesse sentido, trata a vergonha da seguinte forma: “como a emoção dominante por causa de sua onipresença na experiência humana, e do seu papel como a força por trás da consciência, e como reguladora de todas as nossas emoções, incluindo a própria vergonha”. Sob esta ótica de análise, Scheff analisa os principais trabalhos que estudam a vergonha coletiva. Segundo o autor (p. 23-45), os três autores pioneiros na sociologia das emoções são Norbert Elias, Richard Sennet e Helen Lynd. Por se dedicarem na análise sociológica ao estudo de uma emoção específica, esses três pioneiros atribuíram importância aos estudos sobre emoções. Muito embora as emoções pairassem nas análises de Durkheim, Mead e Parsons, antes desses trabalhos pioneiros sobre a vergonha o estudo sobre as emoções não possuía centralidade analítica nas Ciências Sociais. A respeito das

formulações de Durkheim, Mead e Parsons, enfatiza o autor (p. 63):

[a]s formulações clássicas não conduziram a nada, porque se concentravam nas emoções em geral. Nosso conhecimento das emoções não é generalizado, mas particular. [...]. Nossas crenças compartilhadas sobre emoções específicas permitem a nossa comunicação sobre este assunto, e restringem, ao mesmo tempo, voos de fantasia. [...]. É por esta razão que as declarações gerais sobre as emoções possuem tão pouco significado.

Apesar de darem os passos iniciais para o estudo sobre uma emoção específica, no entanto, nos casos de Elias e Sennet, em suas principais obras, eles nem sempre se esforçaram para nomear a emoção vergonha e/ou desenvolver o seu significado conceitual, pois ambos, ao invés de tratar a vergonha como um conceito, trataram-na como uma palavra vernácula. Os estudos de Lynd, por sua vez, apresentam uma definição mais analítica e consciente sobre a vergonha, bem como discute essa emoção a partir de uma compreensão aproximativa com a noção de identidade. Como ressalta Scheff (p. 25), “o ato de nomear é parte importante de uma investigação”. Além disso, segundo as análises do autor, os parâmetros desenhados por Elias, Sennet e Lynd são importantes para a elaboração de um conceito para o sentimento vergonha, e assim sendo, o estudo sobre a vergonha deve incluir definições analíticas e operacionais. No interior dessas discussões, Scheff ainda analisa as obras de Goffman. Na análise do autor, Goffman não desenvolveu um estudo sobre o sentimento vergonha próximo do que foi realizado por Elias e Sennet, assim como também não desenvolveu uma análise sistemática

como a de Lynd; o que não faz de Goffman, portanto, um dos pioneiros da sociologia das emoções. Contudo, os trabalhos de Goffman sobre os sentimentos de embaraço e ausência de embaraço são relevantes para os estudos sobre a vergonha. Dito isto, depois de desenhar os parâmetros desenvolvidos por Elias, Sennet e Lynd, o autor, por sua vez, elabora uma proposta conceitual para o estudo sobre o sentimento vergonha. Em suas próprias palavras (p. 100):

defino vergonha como uma grande família de emoções que inclui muitos cognatos e variantes, mais notadamente, o constrangimento, a humilhação, a culpa e os sentimentos relacionados, tais como, a timidez, por exemplo, que se originam em forma de ameaças ao vínculo social. Esta definição integra *Self* (reações emocionais) e Sociedade (o vínculo social).

A partir dessa perspectiva de análise Scheff (p. 63-109) analisa a vergonha no *self* e na sociedade. Além de propor uma definição mais ampla sobre a vergonha do que a do seu uso atual, o autor sugere ainda um método e uma teoria para o estudo da vergonha na relação entre o *self* e a sociedade. Com essa proposta, Scheff busca elaborar uma definição de vergonha que supere o seu sentido vernáculo, bem como sugere que a noção de constrangimento dos vínculos seja nomeada como vergonha. Para tanto, o autor realiza uma revisão dos estudos anteriores sobre o sentimento de vergonha, dando maior ênfase às contribuições de Mead sobre o *self*, de Colley sobre a vergonha e de Goffman sobre o embaraço. Nesta revisão, a noção de antecipação de papéis é uma ideia importante para a compreensão do *self* em Mead. Contudo, será Colley que, ao atribuir uma versão própria da noção de

antecipação de papéis, irá aproximar essa noção das emoções. Na noção de “autoespelho” de Colley, a vergonha e o orgulho surgem como emoções bases para a compreensão dos vínculos afetivos, porém, como a maior parte dos pesquisadores que se dedicam ao estudo das emoções, Colley não ofereceu uma definição conceitual dessas duas emoções. Goffman, por sua vez, também aproxima a noção de antecipação de papéis da ideia das emoções, no entanto, de forma menos direta do que a proposta por Colley. Na proposta de Goffman, o embaraço é uma emoção central na interação social, e assim ele conseguiu ir mais longe do que Mead e Colley, pois Goffman estabeleceu uma relação mais sistemática entre o constrangimento e a antecipação de papéis com base em exemplos variados. Muito embora Goffman tenha se concentrado na noção de constrangimento, trabalhando mais com a emoção embaraço do que com a emoção vergonha, a contribuição fundamental de Goffman, para o estudo das emoções, reside na sua ideia de gerenciamento de impressões, na qual a evitação de constrangimento assinala as maneiras nas quais o espelho, central no comportamento interpessoal, gera emoções. O que, segundo Scheff, ao tentar vincular uma emoção interior com elementos que podem ser exteriormente observáveis, Goffman não apenas desenvolve uma elaboração conceitual, mas, ao mesmo tempo, propõe uma definição operacional dos vínculos cotidianos.

Nesta sua revisão, Scheff ainda destaca que, muito embora Elias não tenha desenvolvido uma definição conceitual para o sentimento de vergonha, o limiar da vergonha, promovido na passagem da Idade Média para os anos iniciais das sociedades modernas do século XIX, é uma interpretação fundamental na sua obra *O Processo Civilizador*. Segundo Scheff,

ainda que alguns pesquisadores tenham definido a vergonha como uma emoção social e em seu sentido mais amplo, estes pesquisadores, no entanto, não exploraram a história da vergonha, assim como também não exploraram as mudanças de significados que essa emoção experimentou ao longo dos processos sociais de transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas. A história eliasiana sobre a vergonha, portanto, oferece uma importante contribuição para o campo dos estudos sobre emoções, porque a análise de Elias desenvolvida em *O Processo Civilizador* apresenta as mudanças operadas nos processos de constituição da personalidade nos momentos iniciais da civilização moderna. Com isso, Elias oferece uma teoria da modernidade e mostra como a vergonha adquiriu uma forma clandestina nas sociedades modernas. Para Scheff (p. 84), então, a tese central de Elias consiste na seguinte análise: “a diminuição dos limiares da vergonha no momento do rompimento das comunidades rurais, e a diminuição do reconhecimento de vergonha, tiveram consequências poderosas sobre os níveis de consciência e autocontrole”. E ainda na revisão de Scheff (p. 85), a análise de Elias assinala a “cadeia causal da civilização moderna”, qual seja: “a negação da vergonha e dos vínculos sociais ameaçados que tanto causam quanto refletem a negação”. Elias, desta maneira, desenvolveu uma análise relevante para o entendimento do significado que constitui a negação da vergonha. Além disso, a análise de Elias também possibilitou uma interpretação singular a respeito da transmissão social do tabu sobre a vergonha, assim como sobre o vínculo social.

Considerado um dos pioneiros da Sociologia das Emoções nos Estados Unidos, Thomas Scheff tem se dedicado, desde os anos 1970, a

desenvolver uma proposta teórica e metodológica para o problema da definição das emoções. Mas não apenas desenvolve uma elaboração conceitual das emoções, bem mais propositivo, Scheff também oferece contribuições importantes ao estudo de emoções específicas, e sugere a vergonha como a emoção principal da análise sociológica, visto que se trata de uma emoção central em uma cultura emotiva. A partir de uma iniciativa relevante de síntese e balanço crítico, Scheff coloca as emoções como categorias centrais nos seus quadros de análise e busca desenvolver os parâmetros conceituais para o estudo sobre emoções. Nesta coletânea de trabalho traduzida, os leitores encontrarão um balanço de

literatura extenso, mas realizado em uma linguagem clara e precisa, o que, por sua vez, permite que o leitor ainda não familiarizado se aproxime conceitualmente dos debates internos da antropologia e da sociologia das emoções. Ressaltamos, por fim, a singular importância que esta coletânea possui para a consolidação desses campos de estudo no Brasil.

*Tarsila Chiara Santana
Jainara Gomes de Oliveira*

Recebido em: 11.10.2016
Aprovado em: 21.11.2016

Sobre os autores

Sobre os Autores

Ailton Gualande Junior. Graduado em Ciências Sociais, licenciatura, pela Universidade Federal Fluminense e membro do Grupo de Pesquisa Cidades, Espaços Públicos e Periferias na mesma universidade. Contato: jrgualande@hotmail.com

Daniela Isabel Kuhn. Doutora em Tecnologia e Sociedade (PPGTE/UTFPR) e Docente do Departamento de Educação Física na UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-Mail: kuhndaniela@hotmail.com

Fabiene Gama. Bolsista no Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD / CAPES) no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Contato: fabieneagama@gmail.com

Gabriel D. Noel. Doutor em Antropologia, Núcleo de Estudos Urbanos – IDAES-UNSAM/CONICET, Argentina. Contato: gdnoel@gmail.com

Georg Simmel. (1858-1918). Filósofo Social alemão e autor clássico de grande influência na sociologia e na antropologia contemporânea. Sua abordagem teórica e metodológica influenciou o pensamento crítico que deu origem, nos anos de 1970, a antropologia e a sociologia das emoções.

George Herbert Mead (1863-1931). Filósofo social norte-americano pertencente à Escola de Chicago, da corrente teórica pragmatista (nomeada mais tarde de interacionista), e de grande influência para a antropologia, a sociologia e a psicologia social. A teoria de George Mead influenciou, nos anos de 1970, o pensamento crítico que deu origem ao campo temático da antropologia e da sociologia das emoções.

Gilson Leandro Queluz. Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-Mail: kuhndaniela@hotmail.com

Hernán Armando Mamani. Doutor em Planejamento Urbano e professor adjunto da Universidade Federal Fluminense, RJ. Contato: hernan_a_mamani@yahoo.com.br

Jainara Gomes de Oliveira. Doutoranda em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de

Santa Catarina [PPGAS/UFSC] e pesquisadora do GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções da Universidade Federal do Rio Grande da Paraíba [UFPB]. Contato: gomes.jainara@gmail.com

Jussara Freire. Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense; Coordenadora do grupo de pesquisas Cidades, Espaços Públicos e Periferias – CEP28/UFF; Membro do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade – CEVIS/UERJ. Contato: jf@id.uff.br

Manuela Vieira Blanc. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade de Vila Velha, ES. Contato: manu_uenf@yahoo.com.br

Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Coordenador do GREM Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções. Contato: maurokoury@gmail.com

Raoni Borges Barbosa. Doutorando em Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador do GREM Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções. Contato: raoniborgesb@gmail.com

Renan Lubanco Assis. Doutor em Sociologia. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Contato: renanlubaco@gmail.com

Sandra Mara Pereira dos. Doutora em Ciências Sociais. Professora substituta na UNESP Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília. Contato: sandramaramasantos@gmail.com

Tarsila Chiara Santana. Mestranda em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte [PPGAS/UFRN] e pesquisadora do NAVIS – Núcleo de Antropologia Visual da UFRN. Contato: chiaraxv@hotmail.com

